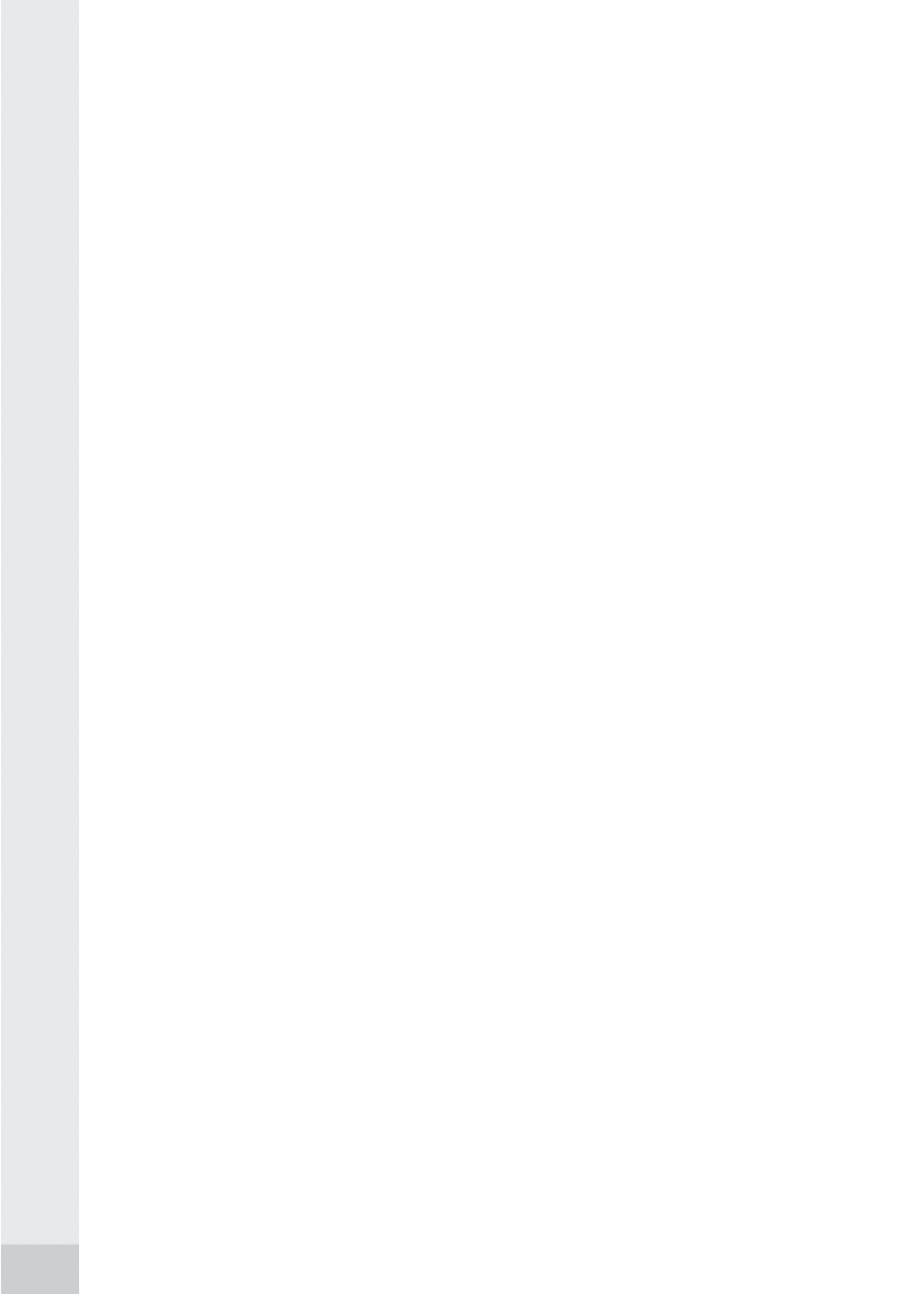

RIBEIRO: Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente
Exercício de Cidadania



LUÍS CARLOS LUCIANO

RIBEIRO: Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente
Exercício de Cidadania

1ª EDIÇÃO
DOURADOS - MS/2008

Editor: Luís Carlos Luciano
Ilustrações e mapas: Luiz Carlos Ribeiro
Diagramação: Marcos Martins Ribeiro - DRT-195/MS
Projeto Gráfico e Capa: Jorge Silva
Revisão: Guilherme Meldau Netto
Paulo Roberto Cimó Queiroz

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

307.760981727 L937r	<p>Luciano, Luís Carlos Ribeiro : arquitetura, urbanismo e meio ambiente : exercício de cidadania. / Luís Carlos Luciano; ilustrações e mapas Luiz Carlos Ribeiro; revisão Guilherme Medau e Paulo Roberto Cimo Queiróz. – Dourados, MS : Edição do Autor, 2008. 259p. : il. + mapas</p> <p>ISBN</p> <p>1. Ribeiro, Luiz Carlos, 1950 -. 2. Planejamento urbano – Dourados, MS. 3. Arquitetura e sociedade. 4. Política urbana. 5. Dourados, MS – História. I. Título.</p>
------------------------	--

Índice

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
PARTE 1 - Cuba, fevereiro de 1988	17
PARTE 2 - Araçatuba, as marcas do Golpe de 64	47
PARTE 3 - Mogi das Cruzes, a militância organizada	61
PARTE 4 - Dourados, idos de 1978	77
PARTE 5 - MS e Dourados, o PPS e o PT	111
PARTE 6 - Dourados, o Laranja Doce, início de uma discussão ..	141
PARTE 7 - Dourados, a Salvar	175
PARTE 8 - Plano Diretor, Iplan e outras idéias	218
POSFÁCIO	257
BIBLIOGRAFIA	259

E o homem sentou-se sozinho numa tristeza profunda e todos os animais se aproximaram e disseram:

- Não gostamos de ver você tão triste... Peça-nos o que quiser e você o terá!

O homem disse:

- Quero ter boa visão.

O abutre respondeu:

- Terá a minha.

O homem disse:

- Quero ser forte.

A onça disse:

- Vai ser forte como eu.

Então o homem disse:

- Quero saber os segredos da terra.

A serpente respondeu:

- Vou revelá-los a você.

E assim foi com todos os animais.

E quando o homem tinha tudo que eles podiam dar, ele partiu.

Então a coruja disse aos outros animais:

- Agora o homem sabe muito e pode fazer muitas coisas. De repente, tenho medo...

A corça disse:

- O homem tem tudo do que precisa. Agora sua tristeza vai acabar...

Mas a coruja respondeu:

- Não! Eu vi um vazio no homem grande como uma fome que ele nunca vai saciar. É isso que o deixa triste e isso que o faz querer mais... Ele vai pegando e pegando até um dia em que o mundo dirá não mais existo e nada mais tenho para dar..

Lenda narrada por um velho índio no filme "Apocalipto" lançado em 2006, nos EUA, sob direção de Mel Gibson, do Estúdio e Distribuidor Fox.

Arquitetar



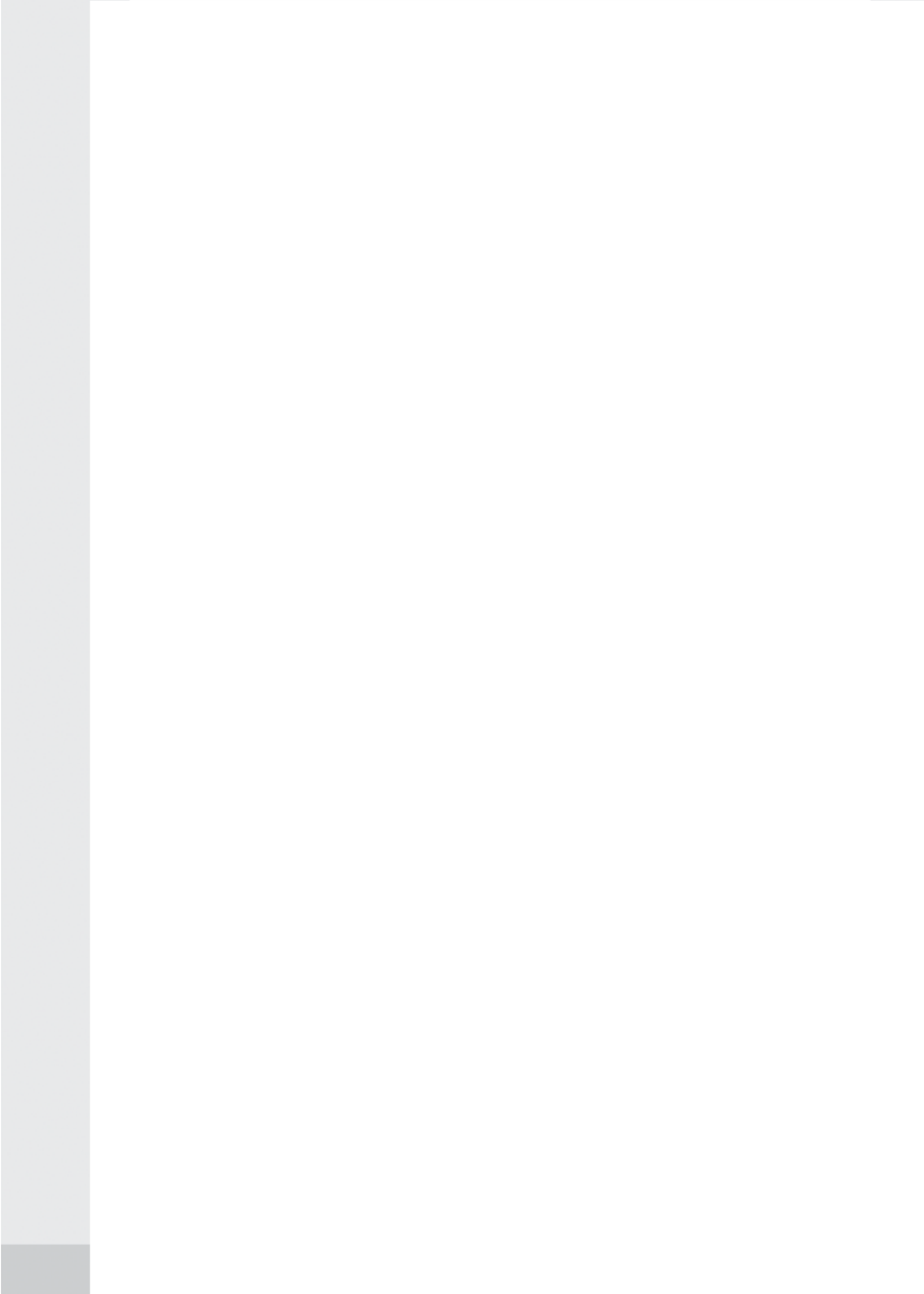
*Da solidão do ponto,
da certeza da linha reta,
da solidariedade da curva,
da sinuosidade das montanhas
e da mulher amada.*

*Criamos e recriamos.
Parimos obras.*

*Da arquitetura, ofício das utopias,
traçamos retratos de nossa época.*

*A casa como máquina de morar,
nos ensinou Le Corbusier.
Do urbanismo, o método,
organizamos democráticos espaços*

*O Ser humano,
Ser urbano.
A cidade como máquina de viver.*



Sendo o Homem um ser “gregário” (conforme aprendíamos antigamente na escola), sua história é feita sempre pelas coletividades, isto é, por seres humanos em sociedade. Mas as coletividades não são uma simples massa indistinta: elas são, ao contrário, formadas por indivíduos singulares, únicos, distintos. Desse modo, pode-se dizer que os processos históricos são o resultado das complexas e contraditórias interações entre uma multiplicidade de indivíduos, isto é, são o resultado das confluências, choques e entrechoques das ações de inúmeras pessoas.

Em outras palavras, todos são protagonistas da história; ao mesmo tempo, cada um exerce esse protagonismo de modo diferente dos demais, em função de diferentes interesses, desejos, crenças, valores, compromissos, habilidades e possibilidades.

Estou aqui lembrando tudo isso apenas para enfatizar o quanto é bem-vindo este livro que o leitor tem agora nas mãos. O livro de Luís Carlos Luciano trata, de fato, de um indivíduo que não apenas fez sempre questão de exercer seu protagonismo, com todas as suas forças, como também não se furta a expor suas ações e opiniões à apreciação e julgamento de seus semelhantes.

É claro que, sendo amigo do Luiz Carlos Ribeiro (uma amizade construída no interior do velho PCB, há quase trinta anos), posso ser talvez considerado suspeito. Mas acho que todos que o conhecem concordarão comigo neste “diagnóstico” fundamental: o Ribeiro sempre foi *quente* ou *frio*; *morno*, jamais. Nunca teve a língua embotada nem maiores receios de pagar o preço por opiniões divergentes ou

“perigosas”. E o resultado dessa singular individualidade é um notável saldo de iniciativas, muitas delas justamente consideradas ousadas para seu tempo e lugar.

Sorte, no caso, da cidade de Dourados, onde ele escolheu viver e atuar. De fato, com o protagonismo de Ribeiro, a coletividade ganha sempre. Ganha, evidentemente, quando ele propõe, defende e ajuda a concretizar medidas de amplo significado social. Mas ganha, também, mesmo quando tais propostas são, por um ou outro motivo, contestadas, descartadas ou temporariamente derrotadas: nesse caso, o ganho está no simples debate, na simples possibilidade de se pensar e considerar idéias diferentes – o que, convenhamos, nunca é pouca coisa em um país, como o nosso, tão marcado pelo autoritarismo.

Desse modo, o livro elaborado por Luís Carlos Luciano se reveste de enorme valor. Juntando memória e história, isto é, depoimentos e vestígios materiais (os “documentos”, tão caros aos historiadores), ele conseguiu tecer uma narrativa que envolve e esclarece o leitor. Mas que ninguém se engane: não se trata aqui de uma “biografia”. Trata-se, na verdade, de uma obra de intervenção, isto é, um outro meio, mais amplo e abrangente, pelo qual o Ribeiro continua a exercer seu incansável protagonismo.

Todos temos nossas vaidades, por certo. Mas penso que seria extremamente equivocado atribuir a uma simples vaidade a iniciativa de Ribeiro em permitir a ampla divulgação de sua trajetória, suas reflexões, suas opiniões, propostas e realizações. Vejo aí, ao contrário, uma obsessão de natureza essencialmente pedagógica. Alheio às contestações (pueris, em grande parte) que hoje se lançam contra a tradição intelectual do Iluminismo, Ribeiro manifesta, por meio do livro, sua crença no poder da razão, dos ar-

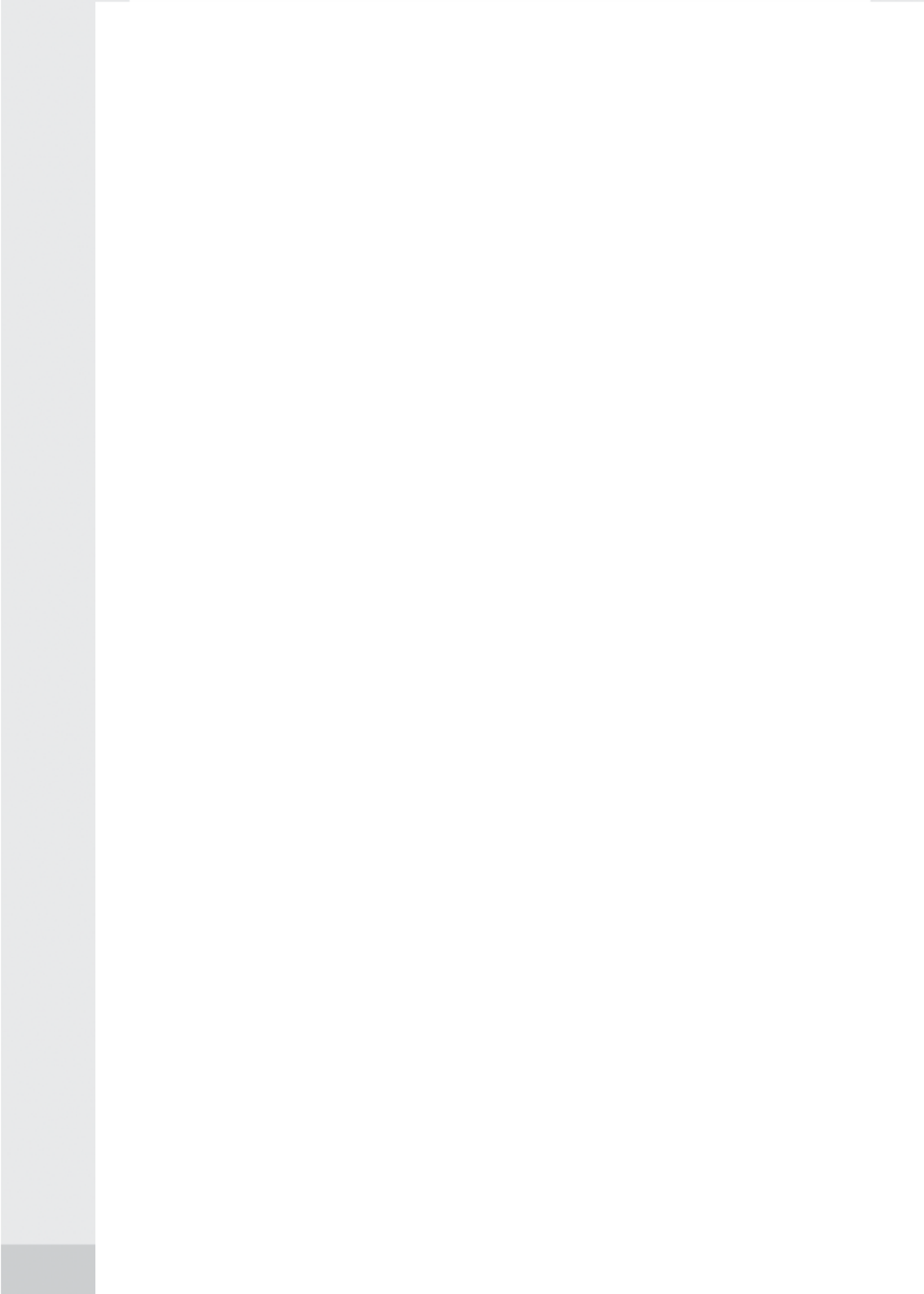
gumentos, isto é, na possibilidade que têm as idéias de mudar o mundo para melhor. Em outras palavras, sua intenção é, antes de tudo, estimular o protagonismo dos demais, seus concidadãos, chamando-os ao exercício da cidadania.

Mas é claro que a importância do livro não se esgota nessa dimensão, que já por si o justificaria. A obra de Luciano consiste também em uma relevante contribuição para o conhecimento da história recente de Mato Grosso do Sul e sobretudo de Dourados. Ao abordar passagens da história do PCB, do PT, do PPS, das alianças e desavenças partidárias, o livro informa, esclarece, e, sem recuar mesmo diante das mais espinhosas questões, estabelece um contraditório extremamente salutar. O mesmo pode ser dito com relação a outros temas fundamentais do livro, a saber, o planejamento urbano e as questões ambientais, temas esses que constituem capítulos dos mais importantes e menos conhecidos de nossa história.

Enfim, ao trazer a público as idéias e o estilo franco e direto de um cidadão que nada tem a esconder, o livro de Luciano desmente categoricamente qualquer idéia de que, em uma coletividade, um único indivíduo não possa “fazer diferença”. O que esperamos agora, portanto, é que esse brado pela cidadania seja ouvido e possa frutificar.

Dourados, abril 2008

Paulo Roberto Cimó Queiroz
(Professor de História – UFGD)



Prezado leitor/leitora,

A influência dos homens em uma sociedade e principalmente no seu meio pode ter diferentes resultados e ser vista sob vários ângulos. Há os homens de sucesso que galgam grandes projetos políticos e empresariais com lisura, há os ambiciosos, os determinados, os corruptos, os tolos e os fracassados. Há, no entanto, aqueles que vislumbram sonhos fantásticos e planejam sua conduta em tamanha compaixão com a ética, com a vida, com a formação política e origem familiar que quando empunham a bandeira da cidadania, da fraternidade e da igualdade de uma forma tão fervorosa, tão convincente, se tornam referência, admirados, invejados, discriminados e por vezes hostilizados...

Estou convicto que Luiz Carlos Ribeiro, Ribeiro cá pra nós, comunista de berço, se tornou uma dessas referências por sua história de luta, pelo seu caráter, currículo e por ter uma mente brilhante, além de uma personalidade forte seja na política, na arquitetura, no urbanismo, ou ainda como ambientalista, influenciando o tecido social não só em Dourados, mas na região e quiçá em Mato Grosso do Sul.

O leitor/leitora poderá achar uma hipérbole, mas espere para ver o conteúdo desta obra para tirar suas conclusões.

Este livro não é uma biografia, embora tenha descrições pertinentes, mas se enquadra como uma crítica forte ao sistema político, ao regime conservador que não avança nas idéias e desnuda facetas partidárias nunca ditas antes com tanta objetividade e confrontadas com tal clareza.

Lógico que esse cenário é aberto, como não poderia ser diferente, ao contraditório...

Quero deixar claro que este trabalho é uma encomenda do Ribeiro, mas é um contrato consensual parido a partir de muita pesquisa, esforço intelectual, suor, pelo menos 150 horas de transcrições e uma enorme força de vontade. Trabalho de quase um ano de garimpo em arquivos pessoais e jornalísticos.

A intenção não é afrontar, quebrar tabus ou paradigmas, mas contribuir para que as pessoas passem a olhar melhor à sua volta e entendam definitivamente que a força política-cidadã está nas mãos da sociedade e de seus atores na medida em que eles agem, intervêm,

reivindicam, exigem e apontam o melhor caminho para todos e não para facções que zombam dos sonhos, que pisoteiam as esperanças com sua demagogia e se acham donos da verdade...

O livro começa com uma viagem a Cuba do Luiz Carlos com a esposa Iara e os pais dele, “seu” Geraldo e dona Paulina, onde aconteceu, de fato, o primeiro choque entre a realidade e a prática ideológica comunista; conduz o leitor/leitora para um cenário particular de implicações do golpe de 64 no ambiente da família Ribeiro; recorda da militância em Mogi das Cruzes onde Luiz Carlos se formou e depois traz comentários, informações, reflexões e críticas sobre Dourados, Mato Grosso do Sul, sobre o cenário político partidário que vai do PCB ao PPS, passando pelo PT, a luta pela preservação dos córregos e a criação dos parques ecológicos locais e finalmente mostra como a política partidária tacanha pode ser prejudicial ao meio ambiente, e ao planejamento urbano. Pior ainda, como se aplica uma ilusão de óptica apostando na mediocridade alheia...

Que o leitor/leitora se acomode bem para a leitura, pois, com certeza, vai se deparar com verdades antes nunca ou pouco ditas.

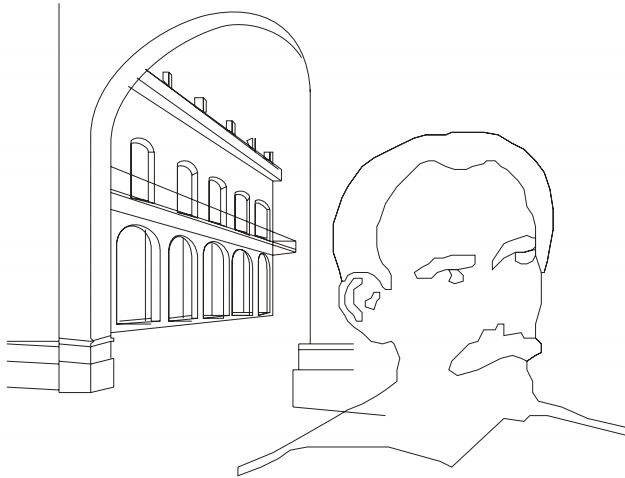
Esperamos que todo o esforço não tenha sido em vão, pois, embora eu tenha desempenhado o ofício de escritor, a intervenção da colher do “pedreiro” arquiteto foi inevitável e, felizmente, notável.

De certa forma, pode-se dizer que dois sonhadores se encontraram para mostrar que Dourados, na pós-modernidade, ainda têm muitas histórias a serem contadas.

Este livro é mais uma contribuição e não tem medo de dar a cara à tapa.

Luís Carlos Luciano, abril 2008

CUBA, fevereiro de 1988



“La miseria no es una desgracia personal: es un delito público”.
José Martí-1853/95

- É o povo! O povo está bem! Olha aí! – acenava “seu” Geraldo indicando o povo passando pela Praça de Havana, um alfaiate que sentiu na pele a perseguição da ditadura pós-64 em Araçatuba, interior de São Paulo. Desde moço, nos idos de 1934, engajou-se na Aliança Nacional Libertadora influenciado pelo irmão mais velho, José.

- Mas “seu” Geraldo, este lugar não anda! Isto aqui está do mesmo jeito há 15, 20 anos, e vai ficar assim por mais tempo. Não vai mudar... Olha esse hotel (*Habana Libre*) mal cuidado, colocaram uma oficina mecânica de manutenção de táxi embaixo do prédio, não faz sentido! Isso não soma! – contra-argumentava Luiz Carlos, o único entre os três filhos a seguir o ideal político do pai, embora com horizontes mais contemporâneos, entendendo que o socialismo precisa encontrar um caminho melhor.

- É o povo. O povo está bem alimentado... – replicou “seu” Geraldo que nunca negou a admiração por Fidel. A vida inteira defendeu um regime como aquele e agora podia, finalmente, apreciá-lo com seus próprios olhos.

- Isso não adianta, está parado no tempo, isso vai ficar para trás... – retrucava Luiz.

Em 1988, à custa própria e não com o ouro de Moscou, eles viajaram para Cuba. A esposa do Luiz Carlos, Iara, psicóloga, participaria de um encontro de psicólogos da América Latina. A mãe do Luiz, dona Paulina, se juntou ao grupo. De Guarulhos saíram em um charter com mais de 300 pessoas.

A modernidade do País de Oscar Niemayer em relação a Cuba se refletiu logo na chegada. O choque estético foi inevitável.

Do alto, depois de oito horas de vôo surge uma ilha comprida e estreita, aliás, um arquipélago – coisa de 200 km de largura por 1.800 km de comprimento - com um mar esbanjando as belezas do Caribe.

Quando a comitiva de brasileiros desceu no aeroporto de Havana uma ligeira decepção começou a tomar conta do semblante do Luiz. O local estava feio e causava uma péssima impressão. Terminal mal cuidado, o teto em madeira tipo compensado, com partes despregando, goteiras, aviões desmontados à beira da pista, enfim, uma singeleza absoluta tomava conta do lugar.

Dali em diante Luiz começou a reparar praticamente tudo.

Da janela do ônibus até o hotel, uma distância de alguns quilômetros, o cenário não era dos melhores. Caminho mal conservado, sucatas abandonadas às margens, matagal... Para quem era acostumado com outra visão de mundo...

O hotel era um prédio bonito de arquitetura eclética, combinando “Art Déco”, neoclássico e neocolonial, com idade do Copacabana Palace, mas mal cuidado. Operários ruidosos dividiam espaço com os hóspedes no conserto de elevadores e outros pormenores.

Eles se assustaram com aquela parcial desordem, no entanto, estavam em Cuba e havia muito ainda a ser visto em 20 dias de estada.

Estamos para o que der e vier, pensou Luiz Carlos.

Já no quarto, desafivelando as malas, Luiz e Iara começaram a conversar a respeito. A diferença entre a teoria propalada nas reuniões do partidão, nas células, livros e àquela realidade era gritante.

- Colchão de mola, fofo, mole, acaba com a coluna de qualquer um - reclamou Luiz.

O telefone antigo, preto, pesado, enquanto no Brasil os aparelhos já eram de plástico, leves.

Nisso bateu à porta e entrou a camareira, conversando na língua pátria, o espanhol.

Normalmente, em outros hotéis, a funcionária é discreta, mas essa não, era às avessas. Sentou-se na cama do casal e começou a puxar conversa, como se fosse uma amiga. Queria saber sobre o Brasil, como era o País, que tinha ouvido falar para variar sobre futebol e carnaval, quantos filhos o casal tinha, como era a escola, a comida, como era isto e aquilo, o regime político, enfim.

- Olha a folga dela - comentou Iara depois que a camareira saiu.

Era uma senhora de bom tamanho e peso, longe de ser bonita...

Mas Luiz Carlos gostou da conversa. Ele tinha viajado com o propósito de conhecer de perto Cuba e seu povo. Achou a camareira comunicativa, parecia gente boa. Verdadeira.

Começaram a perceber melhor, a partir de então, o jeito cubano de ser.

Num bate papo com um atendente, esse quis saber sobre o Rio Amazonas. O maior rio cubano é do tamanho do médio Tietê.

- No Rio Amazonas, em alguns trechos, você não enxerga a outra margem – disse Luiz.

- Mas isso aí é só o mar! – comentou o atendente com ar incrédulo.

- Não, meu filho. Cabe “trocentas” Cubas dentro do Brasil!

- Não sabia que o Amazonas era tão grande...

- Pega um mapa aí, vamos ver...

À noite, dando uma volta por Havana, Luiz, Iara, “seu” Geraldo e dona Paulina chegaram à praça central, a “Praça do Helado” (sorvete). Um serviço de alto-falante tocava música de Roberto Carlos.

As jovens exibiam bóbis no cabelo, coisa que no Brasil há muito não se usava. Nas ruas, carros da marca russa Lada e italiana Fiat, outras relíquias americanas dos anos 50 e 60, além de prédios mal conservados, o transporte urbano em depreciadas “guaguas”, um tipo de ônibus satirizado pelo povo e jornais porque eram ridículos, velhos e feios. Viviam lotados no “rush”. O povo ia espremido. A superlotação também é comum no Brasil, mas aqui os ônibus pelo menos já eram mais novos e modernos, um luxo perto das “guaguas”.

Nas “guaguas” não há cobrador. O usuário entra e se não depositar a moedinha os demais passam a olhar com desconfiança. Se não pagar a passagem espontaneamente os cubanos são capazes de tirarem a pessoa para fora.

O petróleo era todo importado da Rússia naquela época.

Na manhã seguinte Luiz procurou fazer amizade com um motorista do “turis-táxi”, o Pedro Gonzáles Gonzalez.

- Eu quero andar nesta ilha inteira, se der tempo. Todos os dias, às 7h30, você estaciona no hotel e a gente vai sair para algum canto...

- Sim senhor!

O táxi, um Lada soviético, era relativamente barato. A partir de então, Luiz, Iara nos horários em que não estava no congresso, “seu” Geraldo e dona Paulina foram conhecer a fundo Havana e o interior de Cuba.

Luiz gostou de ter levado os pais, principalmente “seu” Geraldo, um comunista convicto. O velho, stalinista e prestista, a vida inteira brigou por aquilo. “Estou aonde queria estar” - dizia sorridente.

- Aonde vamos? – perguntou Pedro.

- Hoje eu quero conhecer uma fazenda, como ela é. Como é a agricultura, a pecuária, a vida rural de Cuba...

Foram a uma fazenda com algo em torno de 50 mil hectares, dividida em pequenos agrupamentos, vilas, conhecidos como comuni-

dades campesinas. As vilas eram loteamentos com núcleos habitacionais. Toda a zona rural era eletrificada e pavimentada, pelo menos as vias principais. Nessa vila visitada, assim como outras tinha posto de saúde, cinema, piscina pública, clube, casas pequenas, mas em melhor estado do que muitas das da cidade e com um mínimo de conforto.

Partindo do princípio de que tudo em Cuba é pequeno, a economia rural é baseada na cana-de-açúcar, fumo, sisal e gado para produção de leite e laticínios. Quase não há criação de gado de corte. Tanto que a carne bovina é um prato pouco consumido, mas o leite e seus derivados chegavam a serem exportados.

Lá se consome comumente carne de coelho e frango.

O método de criação do gado leiteiro é pelo sistema inventado pelo bioquímico e pecuarista francês André Voisin. Consiste em dividir as áreas de pastagens para o remanejamento dos animais. Voisin, ele próprio, ajudou Fidel na reforma rural. “(...) Para quem avistava do alto de um morro uma região rural, as cercas pareciam um paliteiro (...)”.¹

A curiosidade de Luiz ia - lógico - muito além do que ele via. Queria experimentar a comida dos campesinos. O povo cubano é acolhedor. Naquele dia chegou pela manhã na casa de um campesino para conversar e foi convidado para o desjejum. A comida era farta. Era à base de leite, queijo, requeijão, iogurte.

A comida era boa tanto na casa dos campesinos como na cidade e no restaurante. Feijão preto, arroz, carne de frango e de coelho, legumes, enfim, parecida com a brasileira, mesmo porque há um pouco dos costumes afros enraizados nas duas culturas. A carne bovina é menos comum porque apenas animais mais velhos são abatidos, na maioria vacas.

A zona rural era bem estruturada.

Luiz concluiu: isso aqui vale a pena. O socialismo faz sucesso com esse modelo.

Não há latifúndios. Existem propriedades privadas rurais, mas pequenas. O pessoal vivia razoavelmente bem na zona rural naquele final da década de 80.

No outro dia foram conhecer a Universidade de Havana. Um prédio de arquitetura marcante, bonito e melhor conservado, onde se oferecem todos os cursos gratuitamente.

¹ RIBEIRO, L.C. 2007

As faculdades são muito boas.

Em Cuba, do primário à universidade é tudo gratuito, incluindo lápis, caderno, borracha, livro. Só que o cidadão se forma e vai prestar serviço para o Estado. Ninguém é obrigado a fazer um curso superior, mas precisa ser alfabetizado e ter uma profissão. Lá não havia pessoas ociosas, com exceção de idosos e inválidos. Mesmo assim eles encontravam alguma ocupação.

Começava a ficar mais claro como o sujeito repõe, para o Estado, o investimento que o Estado fez nele. O jovem se forma médico, engenheiro, advogado e vai trabalhar para o Estado.

Um médico ganhava algo três vezes mais do que um operário.

“(...) Não havia, lá, a diferença salarial astronômica como no Brasil, e muito menos a estratosférica diferença do ganho de capital para o assalariado que aqui conhecemos bem (...)”.², e por isso todos viviam mais ou menos em igualdade de condições.

Foram, no roteiro seguinte, a um hospital psiquiátrico, acompanhando o pessoal do congresso de psicologia.

No Brasil falava-se muito que os inimigos da Revolução Cubana estavam todos no hospital psiquiátrico. O que eles viram lá foi um banho na psiquiatria praticada no Brasil de então, anos luz à frente.

O que se faz no Brasil em 2007, Cuba fazia há 20 anos.

Além do tratamento convencional com remédios, os pacientes exercitavam a terapia ocupacional desenvolvendo alguma atividade. Era deficiente mental, porém, inserido no mundo do trabalho pela via da terapia ocupacional. Havia pacientes trabalhando com serra elétrica, serra de fita, circular e máquinas perfuradoras na fábrica de vassoura, espanador, móveis, bancos, entre outros utensílios. Pessoas com problemas mentais trabalhando com equipamentos que exigem atenção e precisão.

Luiz Carlos quis saber se o pessoal não se acidentava com aquelas máquinas. Para sua surpresa, a explicação era de que ali ocorriam menos acidentes do que em fábricas com as pessoas ditas normais. Porque ali se falava que a máquina era perigosa e o paciente acreditava, não facilitava, não dava mole para o azar. E trabalhavam num ritmo pausado, sem muitas perguntas e nem pressa. Aliás, o que o cubano não tem é pressa.

² RIBEIRO, L.C. 2007

Entre tantas outras atividades, os pacientes cuidavam de um lindo e amplo roseiral. Eles recebiam salários e nos finais de semana podiam ir para casa, com exceções, claro.

Eles jogavam futebol, basquete e beisebol, esportes nacionais de lá.

Fizeram o grupo brasileiro uma apresentação com os pacientes dançando, com pianista, cantora e tudo mais, e no final serviram comidas e frutas típicas.

Iara notou que os quartos eram bem arrumados por eles mesmos.

Enquanto isso, em hospitais psiquiátricos brasileiros, não muito tempo desta época, ainda se davam choques elétricos, se faziam lobotomias e outras coisas terríveis com os doentes.

Vale lembrar que naquela época, lá em Cuba, já se tinha o médico de família.

Coisas que chamaram a atenção positivamente até aqueles primeiros dias: a questão rural, o hospital psiquiátrico, a universidade.

- Lá no Brasil têm muitas famílias que não têm dinheiro para fazer um parto – disse Luiz a um cubano.

- Não brinca?

- Se ficar doente não tem dinheiro para comprar remédio – continuou Luiz.

- Você está brincando, como é que faz? Morre?

- Não, nem tanto, temos lá um serviço de saúde público que atende mal e porcamente o cidadão e em determinados casos alguém ajuda, tipo caridade, esmola... Já o sujeito que tem dinheiro, esse tem os melhores hospitais, médicos e remédios...

- Ah! Não pode ser assim...

Para os cubanos era um absurdo saber que o brasileiro pobre não tem dinheiro para remédio.

O principal hospital público de Havana é bastante procurado por estrangeiros.

Na recepção já se tinham computadores com os prontuários completos naquela data, em 1988.

Na manhã seguinte, foram conhecer uma escola vocacional, a “Che”. Os alunos estudam o ensino fundamental durante um período

do do dia e no segundo exercitam a vocação. Era uma fazenda onde se tinham todos os tipos de profissões que se pode imaginar. Havia um jornal completo lá dentro, desde a redação, departamento de arte, parque gráfico e eram os alunos aprendendo e desempenhando o ofício sob a orientação de professores. Produziam e distribuíam o jornalzinho internamente.

Tinha um estúdio de tevê; agência dos Correios; na parte de técnicas rurais, crianças aprendendo inseminação artificial; uma estrada de ferro com estação, motor de locomotiva desmontado para a garotada ver como a coisa funcionava, vagão restaurante, de passageiros, de carga.

No outro pátio aviões de pequenos modelos do tipo “Cessna” ao caça soviético “MIG”, com os alunos apertando e desapertando parafusos e simulando vôos.

Na parte de eletrificação, atividades afins; na construção civil, a cada seis meses montavam e desmontavam uma casa, do desenho do projeto, da argamassa ao assentamento de tijolos, da hidráulica ao telhado, e assim por diante.

A estrutura da escola era fantástica. Milhares de crianças e adolescentes em meio a tudo aquilo. Luiz arrepiou-se, num misto de espanto e admiração.

Também obras imponentes chamam a atenção em Cuba como o túnel que passa debaixo do mar no estreito da baía do porto de Havana que avança para o interior da ilha.

Uma avenida beira-mar nos arredores de Havana também chama a atenção, uma área aterrada como se fez no Rio de Janeiro no aterro do Flamengo.

O parlamento cubano ocupa um prédio que é uma réplica menor do “Capitólio”, a sede do parlamento americano. Fulgêncio Batista, ditador deposto pela revolução cubana, construiu essa obra com tal semelhança dado suas estreitas e comprometidas relações com os ianques.

“(…) Dizer que o Capitólio é bonito, tudo bem, mas o de Cuba enquanto cópia... A Havana velha, primórdios da cidade do século passado, encravada no centro da Capital, é uma exuberante e atraente

construção espanhola, mas naqueles fins da década de 80 estava caindo aos pedaços. Um patrimônio da humanidade que virou moradia de sem-teto, ofuscando aquela coisa fantástica. Casas que avançam nas calçadas que as incluem em sua arquitetura e quando se entra nos prédios, o átrio, um pátio interno ajardinado, normalmente servido de uma fonte. As Igrejas, no estilo gótico, são verdadeiras obras de arte. O teatro de arena já moderno cujos assentos são esculpido em pedra. O palco em meio a um lago e os camarins em baixo, submersos (...).³

No supermercado, ambiente de irritante simplicidade, tudo sem rótulo, o turista compra com peso ou dólar, mas o cubano usa caderneta, dentro da cota mínima. Lá, comer não é uma tarefa de venda.

Ribeiro percebe que embora o povo se alimentasse bem, o racionamento era um dos complicadores do socialismo real. Boa parte dos alimentos “in natura” era servida em sacos de papel, conforme a quantidade e a necessidade de cada família, tudo devidamente anotado na cadernetinha. Na farmácia, a mesma coisa. A pessoa só levava a quantia prescrita pelo médico. Se precisasse de mais, deveria retornar ao posto de saúde para nova consulta, até porque lá só se compra remédio com receita médica.

Motel, Ribeiro se divertiu, os casais iam a pé ou de bicicleta. Aquela fila de namoradinhos esperando uma vaga, numa boa, sem essa de pecado ou vergonha...

Foram conhecer o Museu da Revolução, onde está o iate “Granma” no qual viajaram, do México a Cuba, Che, Fidel e Raúl Castro, líderes da revolução, para por abaixo o corrupto e entreguista governo de Fulgêncio Batista. A embarcação naufragou ao alcançar Sierra Maestra e teriam sobrevivido apenas 14 de um grupo de 82 que mesmo em número pequeno triunfaram, em 1959.

Cuba investiu maciçamente em educação. Seu povo conhece a história de cor e salteado. Gente culta.

O grande herói é José Martí que lutou pela libertação da ilha do domínio dos espanhóis no século XIX. Ele sim é a grande figura nacional e não apenas Fidel e Che como se pensa fora de Cuba. Advogado,

³ RIBEIRO, L. C. 2007

filósofo, escritor e poeta, personagem que desenhou a independência de Cuba do Império Espanhol e seus ensinamentos atravessaram o tempo. Aquilo que ele dissera serviu para o povo lutar contra a colonização americana. Em qualquer esquina encontra-se uma estátua dele e em bibliotecas públicas e particulares - sim, em Cuba, a maioria das pessoas tem biblioteca em casa - os escritos de José Martí estão presentes, como também estão os de Fidel e Che, claro.

Há várias livrarias em Havana e os livros em sua maioria são editados em papel jornal, barateando o custo. Numa tarde de autógrafos estava lá o escritor numa calçada larga e uma fila de gente para comprar um exemplar e ganhar o autógrafo.

No século XIX Cuba era um entreposto de escravos e depois virou um bordel americano antes da revolução de 1959.

Iara achou que ia ver muita imagem de Che Guevara, como em camisetas usadas no Brasil. Mas não, as referências a Che são discretas, mas indelevelmente um herói cubano, mesmo sendo ele de origem argentina.

Num dos parques de Havana tem uma imagem de Lênin esculpida numa só enorme pedra de mármore, diga-se, uma bela obra de arte.

Além de instruído, o povo é tranqüilo e despreocupado.

“(…) No hotel em reformas, os operários davam uma martelada e por vezes desciam para conversar. Era uma folga (…)”.⁴

Andando pelas ruas percebe-se a calma. Tanto Luiz como “seu” Geraldo abordaram populares, perguntando sobre as coisas do País. Os cubanos, prestativos, chamavam-nos para uma sombra e conversavam sobre tudo. O povo está amparado pelo Estado do nascimento à morte. Esse é um das razões da calma. Não se têm sobressaltos maiores no cotidiano para se estressar e se chatear.

O povo é, ao mesmo tempo, festeiro.

No hotel onde estavam hospedados, funcionava o “Cabaret Parisiën”, uma bela casa noturna.

Os bares sempre cheios. Havia dança e muita salsa.

As pessoas gostam de tomar “daiquiri” (rum branco, limão, açúcar e gelo) e “mojitos” (rum, suco de limão já adoçado, folhas de hortelã, água com gás e gelo) - esta era a bebida preferida do escritor

⁴ RIBEIRO, L. C. 2007

norte-americano Ernest Hemingway, amigo de Fidel. Hemingway ajudou Fidel na revolução e havia uma relação forte entre ambos. A bela residência de Ernest fica numa colina, com vista para o mar, ponto turístico preservado pelo Governo.

Os EUA tentaram enquadrar o autor de “O Velho e o Mar”, sua obra-prima, ganhador do Nobel de Literatura em 1954, mas sua reputação suplantava o próprio Estado norte-americano naqueles tempos.

“La Bodeguita del Medio” era o bar mais famoso, freqüentado por Hemingway.

Nas paredes há assinaturas de intelectuais de diferentes cantos do Planeta, incluindo brasileiros.

Faz-se fila para se chegar até ao balcão e ao restaurante, mas valia a pena.

- Dá um cantinho aí que eu quero assinar o meu nome também...
– disse Luiz.

Esse bar oferece um “daiquiri” delicioso, “o sujeito sai troncho de bêbado, mas era um tesão de boteco”.⁵ Era uma casa velha transformada em bar, mas ficou famoso devido à ilustre presença de Hemingway, onde, dizem, ele inventou o “daiquiri”.

A “Tropicola” (Coca-Cola não há) misturada ao rum é uma bebida bastante comum, a “Cuba Libre”.

O “daiquiri” e o “mojitos” feitos com muito gelo, o povo cubano só toma coisa estourando de gelado por causa do forte calor.

Há cerveja de todo tipo, de rótulos muito simples, com maior ou menor graduação alcoólica. A mais forte se assemelha ao gosto de aguardente...

Os cubanos separam as coisas para os turistas. O Governo diz que precisa de dólar para comprar no Mundo, mas o povo também tem interesse pela moeda dos ianques.

O dólar circula mais entre turistas e há câmbio negro. A moeda cubana é o peso, mas os cubanos ficavam fascinados em obter dólares para a partir daí comprarem produtos estrangeiros como calça jeans, caneta Bic e outras coisas do gênero, só possíveis de serem adquiridos nas “tiendas”, pequenas lojas nos hotéis, onde só se vende em dólar para atenderem turistas.

⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

Luiz trocou, em vez de uma mala de roupas, encheu uma de livros. Não se troca o peso cubano em outro lugar, só nas casas bancárias ou no câmbio negro.

O charuto, sem comentários. São obras de arte, pois, as artesãs enrolam as folhas de fumo, devidamente cortadas e aparadas, uma a uma numa destreza impressionante.

Luiz trouxe para o Brasil algumas caixas, o charuto cubano aqui é caro, lá não, e muito apreciado no Mundo todo. Não conseguira fumar muito por conta dos amigos que tomaram de assalto seus charutos...

O povo é muito simples, mas feliz. Mas a simplicidade da vida do cubano pode ser comparada, numa média, a um padrão um pouco abaixo da classe média brasileira. Não se vê mendigos nas ruas, mas há prostituição.

Assalto ou assassinato no país é motivo de comoção nacional. Os crimes normalmente são de natureza passional.



Na medida em que o sujeito tem quase tudo, a iniciativa dele fica acaçapada.

“(...) Fica a impressão que se a janela da casa dele estiver caindo, ele espera o Estado para consertá-la (...)”.⁶

Esse era um dos pontos de divergência entre Luiz Carlos e seu pai, “seu” Geraldo.

Luiz entende que resolver isso é um problema. O telefone do açougue, por exemplo, na lista telefônica, está dentro do Ministério da Agricultura. A fazenda, o gado e o açougue são estatais. O açougueiro é funcionário do Governo. A questão reside aí, a generalizada estatização, ou seja, o Governo, empregando, arrecadando, intermediando, dividindo e distribuindo a riqueza. Isso numa medida engasga a iniciativa do cidadão e de quebra o desenvolvimento da Nação. O socialismo real tropeça nisso. Esse aspecto é embaraçoso, mas não anula, absolutamente, a idéia da justiça, fraternidade e solidariedade como pressupostos efetivos de uma sociedade.

⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

Mas como se construir um novo modelo, essa nova sociedade?
Não é do jeito cubano.
Isso ficou bem claro para Luiz.
Ele bate nessa tecla.

(...) Primeiro que Marx nunca disse como deveria ser levado a efeito o socialismo. Apenas enunciou em teses econômicas a substituição da sociedade do capital por uma sociedade do social. Lênin, por conseguinte, aplicou o pensamento marxista, ou seja, de posse das teorias marxistas propôs a tomada do Poder e o estabelecimento de um regime estatal que seria a única forma de fazer a divisão da riqueza a quem em última instância a produz. Só o Estado poderia fazer isso, propôs Lênin. Marx descreveu a história econômica do Mundo, as suas fases e projetou um modelo além do capitalismo. Começou com a sociedade primitiva, passa pelo escambo e chega à acumulação de capital e acaba por afirmar que a sociedade capitalista é insustentável, pois, que num dado momento, ia mudar porque o modelo movido único e exclusivamente pelo capital produziria desigualdades sociais cada vez maiores e no tempo não mais atenderia as necessidades dessa mesma sociedade. A sociedade tende a mudar no rumo socialista, mas não estabeleceu o método e nem a forma de construção dessa nova sociedade. Lênin fez a mudança na prática apoiado nos bolcheviques que fizeram à revolução na Rússia, tirando os czares do Poder e dizimou a dinastia. O império russo, até então, não tinha desenvolvido sequer suas forças produtivas nem no rumo capitalista, apesar de toda ostentação da nobreza czarista, enquanto o povo vivia na miséria absoluta. Era um regime pré-capitalista. Lênin fez a revolução num país atrasado. Procurou desenvolver suas forças produtivas ao mesmo tempo em que se construía o socialismo propriamente dito. Estabeleceu as regras, com o Estado passando a ser o tutor, arrecadando a riqueza produzida pelo povo e redistribuindo-a na

forma da educação, saúde, transporte, moradia, alimentação, enfim, da maneira minimamente homogênea. Diga-se, esta não foi à primeira experiência de socialismo no mundo, houve o advento da Comuna de Paris antes. Isso, no entanto, se esbarrou na prática, em um monte de coisas inesperadas. A União Soviética durou 70 anos e virou o que é hoje. O socialismo, enquanto idéia força resiste, mas precisa avançar na sua concepção construtiva. A construção de uma nova sociedade dificilmente passará pelo mesmo processo como se deu na Rússia e mesmo em Cuba, como de resto noutros países, até porque essa via se tornou inviável tanto na conquista do Poder, quanto na construção da nova sociedade. Está superada a visão de assalto ao Poder e a partir daí mudar o Mundo. Isso é besteira (...).⁷

Luiz Carlos pondera: mudar o mundo é um processo.

(...) Ao longo do tempo há quem perca a noção de marcha, de curso. Acha que numa penada, num golpe de mão, se muda o Mundo. Não muda. O novo Mundo será construído ao longo do tempo, porém, quanto mais tarde às pessoas acordarem para isso, maiores serão as feridas sociais que continuarão causando dor e angústia.

O fato dos países ditos comunistas, como Cuba, legarem coisas boas, mas também absurdas e intrincadas mazelas, não significa que a idéia de socialismo acabou ou que o capitalismo seja eterno. Isso é maluquice. A construção da nova sociedade virá com certeza (...).⁸

“Seu” Geraldo emenda o raciocínio: O mal de Cuba é a mente do povo ter em Fidel Castro, ou quase um Stalin, um herói comandante. Isso não é uma Nação, uma Nação é uma casa comum.

Em seguida reflete melhor: O problema não é Fidel ser o dono da bola porque o povo gostou da revolução...

⁷ RIBEIRO, L. C. 2007

⁸ RIBEIRO, L. C. 2007

Apesar disso, ele entende, em seu modo de ver, que o socialismo vai triunfar, pois, a Rússia está longe de acabar. Ainda é um regime da maioria para a maioria, do povo, e isso não serve para o capitalismo. O que serve para o capitalismo é o nazismo porque em última instância garante a estrutura individualista do Poder do capital, não aceita reforma em sua estrutura.

Marx e Lênin foram extraordinários na opinião dele.

“Seu” Geraldo reconhece, no entanto, que Stalin que substituiu Lênin na direção da Rússia, não foi como Lênin. Se Lênin tivesse vivido mais, as lutas sociais dos povos no Mundo teriam sido melhores. Stalin foi muito déspota, até por conta de ter de enfrentar uma pesada luta contra o nazismo.

A leitura que mais o marcou foi justamente os escritos de Lênin.

Ele, “seu” Geraldo, por exemplo, acha que o sujeito que produz, o trabalhador tem que viver com dignidade e não um malandro do colarinho branco, ainda que garantido por injustas regras do capitalismo.

Errar é humano, mas errar por interesse escusos, com base nessas relações do capitalismo, é outra coisa.

Agora, ele quer enxergar nesse imenso túnel algo mais.

Os liberais democratas vão lutar por isso?

“Seu” Geraldo não sabe se vão...

Cuba continua sendo, até hoje, um País sob ameaça permanente, embora nos dias atuais nem tanto porque quando os Estados Unidos tentaram invadir a ilha, no episódio da Baía dos Porcos, a China e União Soviética não permitiram.

O Exército de Cuba é o povo. Há comitês de defesa espalhados em meio à população. Volta e meia eles se reúnem para discutir a segurança. Além disso, todo cubano tem arma em casa. Se o Governo de Fidel fosse tão ruim como dizem seus adversários, o povo já o teria derrubado no tapa... Trata-se de uma sociedade extremamente mobilizada.

Num assovio está todo mundo na rua!

Em Havana vêem-se outdoors virados para a representação comercial americana insultando os EUA com frases do tipo: Americano ladrão do Mundo... Senhores imperialistas, não cedemos absolutamente... Senhores ianques, não temos medo de vocês...

Apesar dessa hostilidade, diz Ribeiro, nos atracadouros da Marinha Hemingway a maior parte dos barcos e iates atracados tem bandeira norte-americana. São turistas e outros em busca de tratamento médico especializado. Apenas 120 km separam a ilha do Estado da Flórida. Isso por si só desfaz a conversa de que ninguém pode entrar ou sair de Cuba, da mesma forma as religiões, que sempre disseram proibidas, lá se instalam livremente, com exceção das Testemunhas de Jeová porque os seus adeptos não doam sangue e nem admitem o serviço militar.

(...) Mas a desarrumação de certas coisas no País é um negócio complicado. Isso depõe contra a imagem do País e de seu povo independente de se ter lá um bom sistema de saúde pública, boas escolas, boas universidades. Um mínimo de organização é indispensável em qualquer sociedade que se preze. Talvez esse comportamento se explique, em certa medida, ideologicamente, onde em estando às necessidades básicas do cidadão resolvidas, o resto é questão de só menos. Um equívoco na medida em que esse simplismo tira ou reduz na sociedade e no Estado a iniciativa do empreendedorismo na busca do necessário avanço tecnológico, até para atender melhor àquelas necessidades básicas preconizadas pelo socialismo, além, é claro, da perseguida redução da jornada de trabalho, tendo no horizonte o necessário tempo de sobra do ócio produtivo da cultura, do lazer, da confraternização, da sociabilização... Essa simplificação é tão mais permeável na sociedade quanto mais atrasada for ela, como no caso cubano à época da Revolução de Fidel. Esse é o legado do socialismo real. Na medida em que a família é provida de saúde, educação, entre outras

necessidades básicas, o sujeito tem a certeza de que vai viver tranqüilamente, sem sobressaltos. A possibilidade de imprevisto não passa pela cabeça desse cidadão, no entanto, a resolução de seu desenvolvimento como pressuposto de produtividade e, por conseguinte, uma maior e melhor distribuição de riquezas e do tempo ficam prejudicadas (...).⁹

Ainda sobre o modelo de sociedade, Luiz remete o pensamento aos primórdios.

(...) A sociedade capitalista surgiu de dentro da sociedade feudal européia. Um novo modelo contemporâneo e futurista de organização social, portanto, vai, inexoravelmente, sair de dentro do atual, obviamente, exaurida sua capacidade de reformulação em um ambiente que abrigue uma consciência coletiva para a transformação. Mazelas e demandas precisam ser repensadas, revistas e delineadas novas alternativas. O capitalismo vai chegar a tal ponto que não trará mais respostas aos seus subprodutos sociais e deverá, por si só, recepcionar reformas. Toda alteração de rumo e reforma nessa sociedade vislumbra um estado gregário futuro que não mais aponta no capitalismo clássico de Adam Smith. A sociedade social, o socialismo vai estar na frente. A criação de empresas com o marketing de compromisso social, por exemplo, é uma demonstração dessa nova visão, ainda que esse compromisso social esteja inserido no mundo dos negócios. Compromisso social não aponta para a sociedade de Adam Smith, mas sim para o socialismo. Já se insere, naturalmente, elementos sociais dentro do capitalismo e não o inverso. Isso é processo. Está-se formando um novo cidadão, embora ainda que para nossa percepção de viventes de poucas décadas seja esse um processo lento. Outro exemplo desse andar da história são os sistemas de organização produtivos com certificação ISO 14000.

⁹ RIBEIRO, L. C. 2007

Esses sistemas não normatizam apenas a produção em si, mas a cadeia produtiva. Analisa as relações de trabalho, a relação da empresa com a sociedade. Isso não é nada mais do que uma mudança de performance do capitalismo que está apontando para uma sociedade mais humanizada lá na frente (...).¹⁰

“Seu” Geraldo diz ao filho que tem que tem que botar essa burguesia para correr...

- Mas é preciso esclarecer o povo. Prestes saiu pensando que a cabeça dele estava na cabeça do povo e não estava porque o povo é ignorante, analfabeto. Monteiro Lobato escreveu isso, olha o Jeca Tatu... – afirma o velho comunista.

“Seu” Geraldo quase chega à contemporaneidade histórica na medida em que cita o equívoco de Prestes e a verdade de Monteiro Lobato, mas ainda assim, a visão imediatista, desprovida de senso de processo o leva a propor a construção dessa nova sociedade num golpe de mão.

Longe, muito longe de um fatalismo histórico, do tipo “deixa que o Mundo mude sozinho”.

Não muda, afirma Ribeiro.

É necessário agir.

Agir, nesse caso, significa avançar na inserção de mais e mais instrumental social nas relações capital e trabalho, na organização do cidadão na busca de seus interesses coletivos e na ampliação e consolidação da democracia e a partir daí convencer multidões que a sociedade social, a sociedade solidária é melhor que a do individual e do capital até porque o socialismo não será obra de uns poucos bem intencionados, do tipo salvador da pátria, mas obra de milhões de homens num degrau acima no processo da civilização.

(...) A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação - a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva

¹⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa e histórica dos oprimidos - libertar-se a si a aos opressores (...) No momento, porém, em que o novo poder se enrijece em “burocracia” dominadora, se perde a dimensão humanista da luta e já não se pode falar em libertação (...) Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática (...) A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é auto-libertação - ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feitos por outros. (...) ¹¹



Aqui por estas bandas o golpismo está tão presente quanto ausente está à idéia de processo, tanto assim que o Partido dos Trabalhadores, o PT, chegou ao poder e reeditou o princípio mítico de Robin Hood para fazer sua “revolução” - os fins justificam os meios. Não se constrói essa nova sociedade com tão frágil base dessa forma. Um equívoco monstruoso.

Quando Luiz foi a Cuba ele começou a pensar seriamente nisso. Foi um repensar.

¹¹ FREIRE, 1988, p. 30, 44, 52 e 53

- Foi aí que a gente começou a entrar em crise. Aquelas moradias novas ou antigas, tudo muito mal cuidado, eles não mexiam uma palha para arrumar (...) - observou Iara.

Mas era preciso deixar uma coisa clara: se um cubano podia comprar 10 kg de carne por semana, todos os demais podiam. Diferente do Brasil aonde uns poucos compram filé mignon e outros muitos ossobuco...

Mas Cuba está se mantendo, ninguém tem a coragem de meter o bedelho naquilo, mas com certeza terá ou já está tendo ali um repensar. Encaixa-se, como uma luva, a teoria do elástico: estica-se o máximo e quando ele volta não é mais no ponto zero. Há um componente plástico que não o deixa voltar à origem.

Em Cuba deve acontecer justamente isso.

Alguém acha que a China virou, de repente, capitalista pura e simplesmente, ou ainda que aquilo lá seja um dia uma antiga Hong Kong?

Não vai. Não tem como.

A Rússia? Também não vai.

O socialismo será construído como um processo daqui pra frente, não mais a golpe de mão.

A cabeça dos cidadãos mais democrática o conduziu a isso.

Esse novo cidadão vai fazer a revolução no Mundo.

A realidade de Cuba mostrou ao Luiz Carlos que o caminho se fará por outro lado.

“Seu” Geraldo crê no socialismo científico como futuro e concordando com o desenrolar da retórica, que Cuba deva abrir, mas não se entregar. Não pode voltar para o regime escravocrata.

(...) Eu acho difícil, poderá haver muita coisa em Cuba, o povo gosta daquilo lá, eu visitei uma comunidade rural, uma comunidade campesina, tudo bem arrumado, o povo diz que é pobre, mas é feliz (...) Não sei se esse seria o melhor modelo, mas há felicidade. Eu acho ainda que em circunstâncias tais do Mundo,

o socialismo científico será um fato. Socialisteiro está cheio por aí, mas os povos do Mundo vão se libertar com o tempo (...).¹²

Capitalismo nunca foi um tipo de organização social e nunca o será. Cuba, para o “seu” Geraldo, consolida aquilo que ele sempre falou. Porém, emenda que os povos do Mundo vão continuar lutando e vão encontrar o caminho. O que aconteceu com a Rússia foi um golpe. Tinha que modificar, mas como foi feito, foge do socialismo científico verdadeiro.

Quem deve fazer essa casa é o povo.

O sistema capitalista atual, com o Bush fazendo toda essa desgraça resguardadas as diferenças de época e ações, como Hitler fez, não pode continuar. Os povos não podem viver sob essa ameaça.

Para o socialismo há diversos caminhos, para o capitalismo nenhuma saída.

Num sistema colonialista e capitalista não há saída. Há guerras e condições distanciando entre países ricos e países pobres.

Quando os revolucionários triunfaram em Cuba, em Araçatuba o *seu* Geraldo e outros comunistas promoveram ações elogiando a primeira república socialista das Américas.

Para Ribeiro, Cuba despertou uma reconsideração, um repensar sem abandonar a lógica de Mundo, a história do Mundo, a idéia e a força do socialismo.

(...) Não é possível se imaginar uma sociedade como a atual, aparentemente bem arrumada, quando se abre a porta de casa e se depara com uma criança indígena mexendo no lixo para comer. Se não houver indignação nisso, larga mão... E não pode ser indignação caridosa, mas política mesmo. (...).¹³

A sociedade contemporânea não resolveu esse problema, outra, com certeza, vai resolver, o dia em que ela deixar de ser individual, uma sociedade do capital e ser uma sociedade do social, da fraternidade, da solidariedade, da justa distribuição de renda, etc.

¹² RIBEIRO, Geraldo. 2007

¹³ RIBEIRO, L. C. 2007

O capitalismo não vai resolver essa desigualdade porque suas regras e preceitos e a sua estrutura não permitem isso.

(...) Chegará um tempo em que à razão humana será suficientemente forte para dominar a riqueza e fixar as relações do Estado com a Propriedade que ele protege e os limites aos direitos dos proprietários. Os interesses da sociedade são absolutamente superiores aos interesses individuais, e entre uns e outros devem se estabelecer uma relação justa e harmônica... A democracia na administração, a fraternidade na sociedade, a igualdade de direitos e a instrução geral farão despontar a próxima etapa superior da sociedade para a qual tendem constantemente a experiência, a razão, à ciência. (...) ¹⁴

Luiz Carlos aponta que uma outra lógica se insere nas entranhas do capital, a lógica de que os interesses da sociedade são superiores aos individuais, isso, mesmo nessa sociedade, fica cada vez mais evidente. Essa nova lógica, por exemplo, deu origem ao instrumento do IPTU progressivo e da obrigatoriedade da ocupação de terrenos urbanos especulativos na Lei do Estatuto das Cidades e daí nos Planos Diretores das cidades, o que em última instância significa bater de frente com o direito de propriedade quando esse não contribui para o interesse coletivo.

Esse tipo de regra é um dado que aponta para estabelecer uma relação justa, harmônica e democrática na administração pública, no que tange a propriedade privada, até então intocável.

Nós os comunistas sempre achamos que dormiríamos capitalistas e acordaríamos socialistas. Isso não passava de febre mal curada. Ignora outras forças que agem na sociedade como um todo. Perde-se a noção de processo. Sublimam-se etapas. Fica sem alicerce. Não que seja suficiente, lógico que não, mas toda a experiência

¹⁴ ENGELS, 1977, p. 201

social feita dentro do capitalismo só aponta no rumo do socialismo, não aponta no capitalismo de Adam Smith, aponta num modelo que se moderniza para uma nova sociedade. Isso é processo e nesse processo atua-se na construção do novo cidadão que se constituirá no construtor do novo estado gregário. Se hoje o cidadão consegue sair na rua para discutir um Plano Diretor de uma cidade e dizer no tête-à-tête com proprietários e corretores de imóveis que a propriedade não é absoluta, quando que há 100 anos isso era possível? ¹⁵

“Seu” Geraldo pensa ainda em se tomar o Estado no pau e dividir a riqueza.

Luiz Carlos entende que para se dividir riqueza é preciso, antes, produzi-la. Caso contrário reparte-se a miséria. Se não houver forças produtivas, a Nação produzindo, se distribui o quê?

O que é consenso entre os pensamentos de Luiz e “seu” Geraldo é a idéia mãe, o mote principal da sociedade socialista e democrática, da sociedade solidária e fraterna. Isso deve ser construído nos corações e mentes do novo cidadão.

A razão, por sua vez, é abstrata, subjetiva e vai de cada um.

(...) Não se cria uma razão comum e sim parâmetros para uma razão razoável. Não há como se construir uma sociedade no cabide, ou seja, uniformizada. Isso é maluquice, emburra o processo. As diferenças são inerentes. Para entender qualquer sociedade, qualquer uma, é preciso ter-se a compreensão da sua superestrutura, as Leis, o Sistema Judiciário, etc. Essa superestrutura vai atender a quem? Vai atender e manter a sociedade que a fez. Há uma classe dominante, então a superestrutura vai atender a essa classe, aos seus interesses e não aos subalternos. Sobram para a subalternidade as migalhas que caem do banquete. Mas se não cair alguma coisa, a mesa não se mantém (...). ¹⁶

¹⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

¹⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

A construção da nova sociedade não se fará do dia para noite. Ainda não se tem o sujeito novo para o estado gregário desejado. Como já foi dito e repetido, é um processo.

Não adianta também se precipitar e se desejar uma pressa ineficaz. O homem não vive por volta dos 70 anos? Isso é pouco historicamente, mas agir na edificação da nova sociedade é a parte que cabe a todos neste tempo...

A sociedade avança, e avança em progressão geométrica e não aritmética.

(...) A história das sociedades humanas nos últimos dez milênios pode ser explicada em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios através dos qual a maioria dos homens passa de uma condição generalizada de caçadores e coletores para diversos modos, mais uniformes do que diferenciados, de prover a subsistência, de organizar a vida social e de explicar suas próprias experiências. Tais modos diferenciados de ser, ainda que variem amplamente em seus conteúdos culturais, não variam arbitrariamente, porque se enquadram em três ordens de imperativos. Primeiro, o caráter acumulativo do progresso tecnológico... Segundo, as relações recíprocas entre o equipamento tecnológico empregado por uma sociedade em sua atuação sobre a natureza para produzir bens e a magnitude de sua população, a forma de organização das relações internas... Bem como das suas relações com outras sociedades. Terceiro, a interação entre esses esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam materialmente, nos artefatos e bens; expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valores (...).¹⁷

¹⁷ RIBEIRO, 1978, p. 34 e 35

Exemplificando, com a máquina de escrever se pensa numa velocidade. Com o computador, essa velocidade aumentou. O homem faz a coisa e a coisa faz o homem.

A sociedade atual é parte da velha sociedade, saiu da Idade Média para o capitalismo. Isso não veio do nada. Da mesma forma o socialismo virá das entranhas do capitalismo, aliás, cabe aqui uma explicação: o que se conheceu até hoje foi o que se denominou de socialismo real e não comunismo como se propagam por aí, isso porque, quando elegeram a definição comunista deu-se nome a um fim, e não a um meio, socialismo é meio.

O que Luiz Carlos imagina conclusivo é a necessidade de se agir.

Daí que seu desempenho profissional se dá em meio a uma somatória à sua militância política, ambiental e cidadã.

Entende que não há como ser diferente.



Como ilustração, o Monumento ao Colono construído em Dourados (MS), projeto de sua autoria, para lembrar o trabalho dos colonos que vieram na década de 50 atraídos pelo projeto de colonização agrária da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), feito grandioso para os padrões da época, Luiz Carlos concluiu que a leva de colonos que para cá veio não lhe permitia um rosto, já que vieram nordestinos, mineiros, paulistas, paranaenses, entre outros. Tampouco a proposta era homenagear Getúlio Vargas idealizador da colonização. Brotou então a idéia das mãos saindo da terra como segmento realizador do trabalho.

O colono desbravou, lavrou e plantou na terra e acabou indo embora da região. Até a década de 60 a maioria ficou. O êxodo que ocorreu depois já é parte de um outro processo, na década de 70, quando entra em cena a sojicultura. Aí os colonos saíram, alguns saíram vendendo a terra que ficou muito valorizada, os preços eram sedutores. Outra parte do êxodo é decorrente do próprio aumento demográfico combinado com a tendência à mecanização: os lotes familiares não

podiam acomodar os descendentes e muitos precisavam buscar outros lugares e foram às cidades do próprio Mato Grosso do Sul ou para a zona rural de Mato Grosso, Rondônia, enfim.

As regras do capitalismo, em certa medida, o expulsou.

Hoje o MST, em que pese à distorção política de se ter transformado em braço eleitoral do PT, representa uma evolução nas lutas sociais pela terra, advindos de movimentos como as Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista Brasileiro, movimento esse retomado nos anos 50 no Nordeste por Francisco Julião e Miguel Arraes, entre outros.

(...) Ao contrário do que alguns iluminados do PT têm afirmado serem eles os inventores da reforma agrária. Aliás, essa postura de apropriação indébita da história praticada pelo PT não é nova, é sistemática, e aparece com força e de forma mais infeliz ainda numa frase dita pela filósofa brasileira, do partido, Marilena Chauí, que afirmou ter sido o Partido dos Trabalhadores o inventor da redemocratização no País. Ela não tinha esse direito (...).¹⁸

Em Cuba, Ribeiro fez o possível para se comportar como turista, mas não ser turista.

Quando começou a ver prostitutas, câmbio negro e outras coisas que o contrariaram dentro da sua visão socialista de Mundo, pediu audiência com um assessor de Fidel.

Demorou uma semana para falar com um responsável pelo Comitê do Partido Comunista de Cuba, o licenciado (advogado) Jorge Ferreira Diaz. Evidentemente que o “staff” cubano, antes de recebê-lo, deve ter vasculhado a vida daquele turista intrépido.

O licenciado tinha uma sala próxima ao gabinete de Fidel. Ambos ficaram a manhã inteira conversando. O licenciado era do primeiro escalão. Admitiu as imperfeições, mas disse que Cuba não tinha as deficiências do capitalismo. O povo não morria de fome. Reconheceu os erros, mas os colocava entre aspas, na forma de equívocos, correções de rumos se faziam necessárias, nesse tom.

¹⁸ RIBEIRO, L. C. 2007

Luiz quis questionar o Poder dentro próprio quintal cubano e se lhe dessem chance teria falado diretamente com Fidel como se isso pudesse resolver, naquele momento, muita coisa...

Disse ao licenciado Diaz que estava contente com o que tinha visto, mas que era preciso abrir uma discussão para melhorar a sociedade cubana, aprofundar mais os projetos de produção, de avanço na tecnologia até para distribuir mais riqueza. Cuba deveria se abrir mais para o Mundo, ainda que sob o covarde e perverso bloqueio americano, no que Diaz retrucou que não podia ser assim. Se Cuba abaixasse a guarda, o norte-americano invadiria a ilha.

Ribeiro discordou. No seu entendimento já não havia mais clima para uma invasão.

Essa posição servia para discurso em Cuba, mas não fora do país. Isso não era mais verdadeiro do ponto de vista internacional. Dificilmente algum país estrangeiro teria a coragem de por as mãos em Cuba.

Mas esse era o discurso: Companheiros, temos que ficar de olho no ianque!... Esse era o problema.

Diaz tinha resposta para tudo, mas alicerçado sempre na guerra fria.

Luiz Carlos esteve em Cuba em pleno processo da Glasnost, da Perestroika na Rússia, ocasião em que houve uma discussão forte entre Mikhail Gorbachov e Fidel. Gorbachov defendia a abertura, mas Fidel não.

Para Ribeiro, o papel de Gorbachov na história não foi ainda devidamente explicitado.

Ele entende que Gorbachov deu um salto de qualidade na luta política quando ele se abriu para a discussão e não se fechou às ameaças do capitalismo, saiu do campo da guerra fria, campo esse que só interessava à vertente nazista do capitalismo e pôs a discussão no campo aberto da democracia.

Fidel, ao contrário, manteve-se amarrado, mesmo com a perspectiva do regime cubano ser engolido lá na frente.

Gorbachov já vinha mostrando isso.

É preciso maior produtividade, mais desenvolvimento, ou melhor, ter-se produção para o desenvolvimento, ou não se sai do lugar.

(...) A sociedade pára no tempo quando não se buscam alternativas de desenvolvimento tecnológico. Se não fosse

assim o homem ainda estaria vivendo nas cavernas. Poderia até ser bom viver em buracos se não fosse o fato de nos dias atuais a população mundial chegar a seis bilhões... Pessoas com necessidade de comer, de dormir, amar, de participar, de um monte de coisas... O homem foi para a Lua, vai para Marte, não vai ficar terráqueo eterno. Não se avança calçando sapato 44 em todo mundo (...).¹⁹

Corre-se o risco de daqui a 80 anos Cuba estar do mesmo jeito, mas até quando?

No Brasil, um país de analfabetos, por um conveniente atraso de sua elite dominante, apenas 2% lêem jornal, enquanto em Cuba, um país alfabetizado, 90% lêem; e isso lá é um ganho enorme sendo desperdiçado para o indispensável desenvolvimento cubano...

Ainda assim, mesmo diante desses e outros equívocos, não se pode anular o socialismo enquanto conquista futura da humanidade.

No capitalismo, as forças produtivas se desenvolvem em velocidade exponencial, até porque não há barreira para a incorporação de novas tecnologias e, com isso, maior produtividade, mais e melhores produtos.

O diferencial é a acumulação final desse processo que termina numa assombrosa concentração de renda, onde uns poucos usufruem e a grande massa dos cidadãos está excluída de grande parte desse produto final.

Em Cuba, por exemplo, o Estado oferece condições para o campesino produzir, lógico, para o Estado, que lhe devolve, em certa medida, em escolas e saúde gratuita, habitação, entre outros benefícios, mas é pouco, muito pouco se for considerado que o acesso às tecnologias modernas pode melhorar em muito a qualidade e a produtividade dos produtos advindos da produção rural, e aí seriam distribuídas mais e melhores riquezas à sociedade como um todo.

Esse engasgo, em certa medida, está na opção simplificada ideologicamente, onde resolvidas às necessidades básicas do cidadão, o resto é questão de somenos.

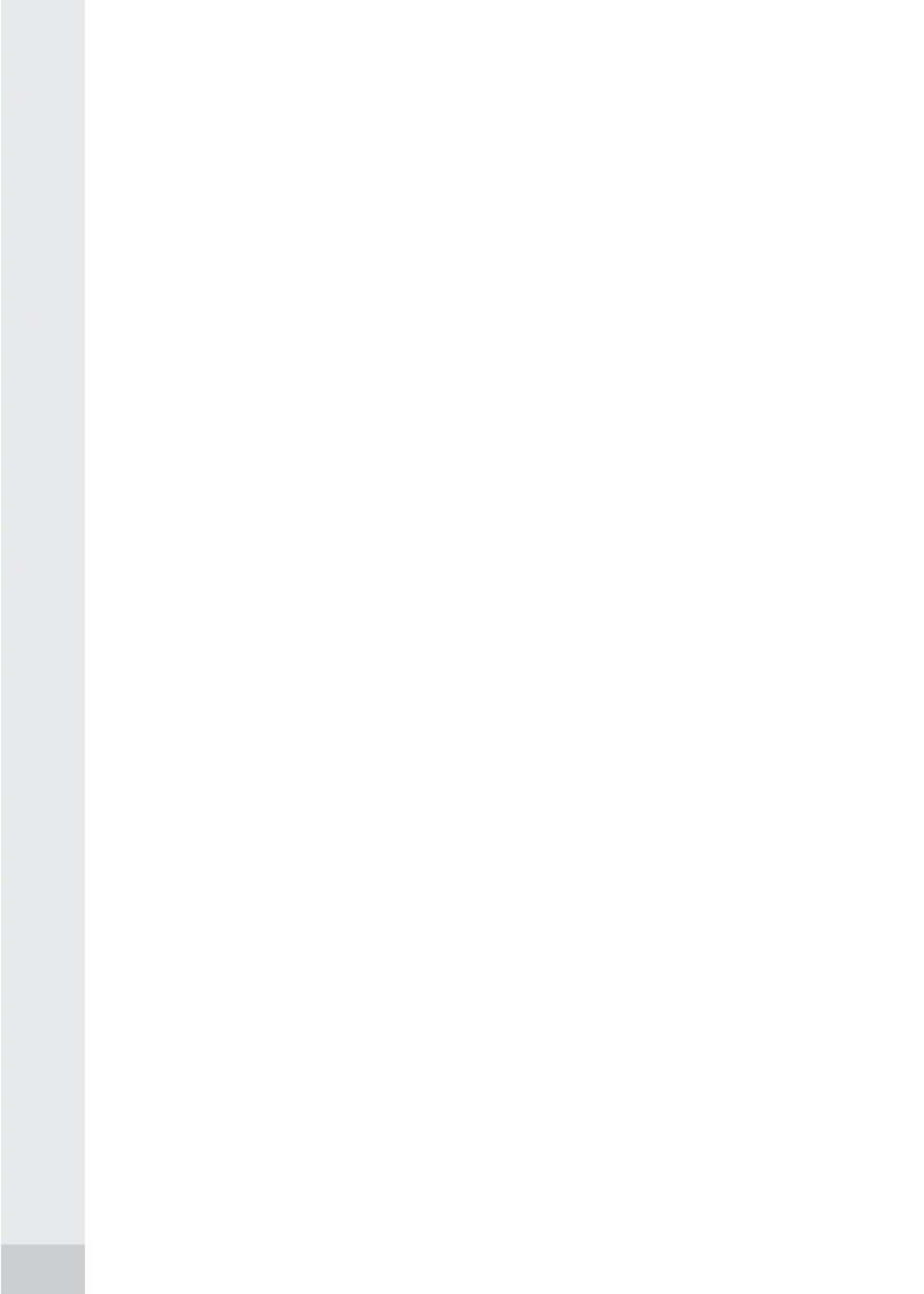
¹⁹ RIBEIRO, L. C. 2007

No capitalismo, seus pressupostos, regras e estruturas, não têm como, por exemplo, desenvolver programas dessa natureza na área rural, porque se tem pela frente o instituto da propriedade privada da terra e todo um sistema financeiro e comercial voltado ao grande capital.

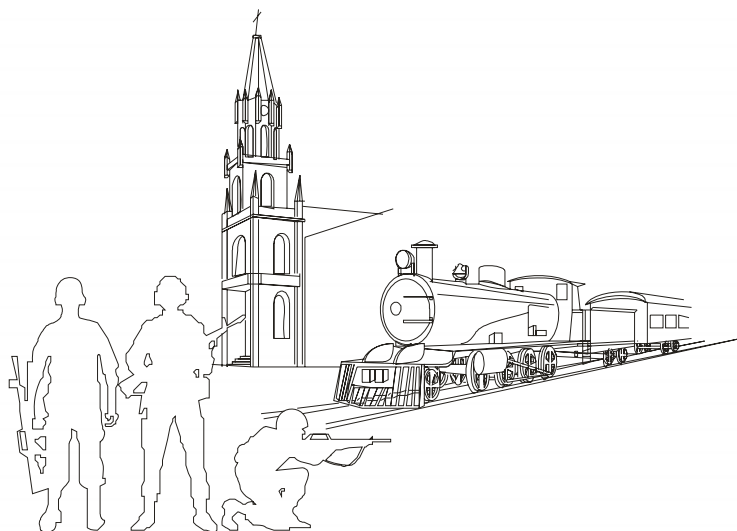
Ou alguém fica rico no cabo do guatambu?

A reforma agrária por estas bandas se resume em uma gleba de terra e uma cesta básica (sic).

Socialismo não é produção de miséria, é produção e justa distribuição de riquezas.



ARAÇATUBA, as marcas do golpe de 64



Em 2007 “seu” Geraldo Ribeiro fez 89 anos e o peso da idade não lhe tirou o ânimo, a lucidez, a fala sábia, a convicção por seus ideais, o espírito de combate e nem a sede pela leitura.

Luiz Carlos Ribeiro, aos 57, continua determinado na caminhada cidadã.

Fiel aos seus princípios, morando em Dourados, trabalhando e interagindo com a política e as causas ambientais, ajudando a abrir os olhos de quem ainda não enxergou a primavera varonil. Dispõe do tempo gratuitamente para defender suas idéias, mesmo porque não há outro jeito. Tem que se doar para objetivar algum resultado prático quando se pensa assim. Deseja apenas mudar o Mundo, nada mais...

O velho orgulha-se do filho amadurecido pelos próprios méritos, daquele que, ainda na adolescência, sem imposições, se atinou para a

realidade da vida e aprendeu não apenas a política da vida, mas a política dos homens.

Um homem sem a consciência do seu meio torna-se refém da imobilidade, inerte diante da exploração alheia, um medíocre.

A gênese, por felicidade, se encarrega aqui e acolá de despertar algum ser.

O que seria do Mundo sem os idealistas e sonhadores?

Um ambiente fossilizado...

“Seu” Geraldo, natural de Barretos (SP), mora em Araçatuba desde criança. Pressentiu, na mocidade, a necessidade de libertar as pessoas do regime de exploração e teve abertura para isso no convívio familiar. Por conta disso teve toda uma vida dedicada ao Partido Comunista, com seus altos e baixos.

O irmão mais velho, José Nora Ribeiro, se engajou na luta mais cedo e exerceu-lhe influência. O pai, seu Bruno, de ascendência portuguesa, era agrimensor, pessoa esclarecida e nunca se opôs ao ideário dos filhos. Durante anos prestou serviços ao Frigorífico Anglo, em Barretos, trabalhou na demarcação de terras em Mato Grosso e administrou fazenda de gado em Ligação cuja estação de trem existe até hoje em Ribas do Rio Pardo, em Mato Grosso do Sul. Seu trabalho o forçava a manter certa proximidade com a aristocracia rural, tanto no antigo Mato Grosso como no Estado de São Paulo.

Em Araçatuba, comprou um sítio com as economias e passou a trabalhar num regime familiar, encerrando o período de longas viagens. O menino Geraldo e seus irmãos tinham, entre outras, a incumbência de levantar cedo para ordenhar as vacas e entregar o leite na cidade.

A família era de oito irmãos e a mãe, dona Deolinda, tinha origem indígena.

Na juventude, “seu” Geraldo foi estudar em São Paulo, Capital, para ter uma profissão e acabou aprendendo o ofício de alfaiate, uma atividade que oferecia a chance de prosperidade antes do avanço da indústria têxtil.

Dentro do PCB, na ilegalidade, participou da campanha “Petróleo é Nosso” em fins da década de 40 e início da de 50, movimento que dividiu o País e quando os comunistas defenderam a estatização da exploração do petróleo, além de se envolver na luta pela reforma agrária

no tempo em que os coronéis mandavam na política e impunham seus interesses a mãos de ferro, mantendo as temidas capturas, a polícia que aterrorizava o interior paulista no trabalho de intimidação política.

As épocas de legalidade do partido foram pouquíssimas.

Em Araçatuba o PCB chegou a ter muita influência e militantes, mesmo na clandestinidade. Havia diversas células em franca atividade.

Em Araçatuba, depois de aprender o ofício, “seu” Geraldo montou a Alfaiataria Universal. Casou-se com Paulina Biagi, moça de família tradicional, aristocrata e cristã. Ela nunca interferiu nas questões políticas do marido, apesar de ter sofrido em casa as conseqüências do Golpe de 64 quando o esposo fugiu para não ser preso e correr o risco de ter o destino de outros militantes de esquerda que desapareceram nos porões da ditadura militar.

José Ribeiro, o irmão de Geraldo, esteve foragido por algum tempo, mas depois acabou sendo preso em Araçatuba, sendo mantido incomunicável. Oscar Sampaio, José Pedro da Silva, entre outros da velha cepa, também foram presos e ficaram desaparecidos por vários dias. Os boatos eram de que eles tinham sido levados para a Ilha das Cobras. Geraldo recorreu a advogados de prestígio, enfronhados na política paulista, conversou com parentes e amigos influentes entre os militares e aí conseguiram colocá-los em liberdade. Mesmo porque não protagonizavam lutas armadas ou ações radicais e violentas. Apenas pregavam os ideais comunistas, pacificamente.

“Seu” Geraldo refugiou-se na casa de parentes no Rio Grande do Sul, deixando a esposa com os três filhos adolescentes a partir de 1968 quando houve o Golpe dentro do Golpe com a instituição do AI-5. Até então ainda era aconselhável permanecer na cidade.

— — —

Luiz Carlos, então entre 13 e 14 anos quando o Golpe de 64 foi deflagrado, não entendia muito bem o porquê de tudo aquilo. Desde pequeno andou com o pai nas reuniões do partido, mas obviamente não tinha se ligado à profundidade da questão.

Gostava de ouvir o pai lendo as obras infantis de Monteiro Lobato para ele e os irmãos. Depois que aprendeu a ler, devorou a coleção de Lobato, Jorge Amado, jornais e outros autores e livros relacionados a lutas sociais e a movimentos populares.

“Seu” Geraldo levava Luiz para as reuniões não com a intenção de influenciá-lo. Era uma criança e era forma de passearem juntos. Um pequeno companheiro. Não lhe entrava na cabeça que naquele tempo uma criança poderia tirar algo de útil daqueles encontros políticos porque as conversas eram densas, aprofundadas.

Mas a partir daquele episódio em que o pai teve que fugir de casa passou a se dar conta para a seriedade da coisa.

Foi um divisor em sua vida.

Era uma infância boa até então. Jogava bola descalço no campinho em frente à alfaiataria do pai, local aonde circos e parques se instalavam de tempos em tempos para alegria ainda maior da gurizada. Sempre teve muitos amigos. A meninada, naquela época, não queria saber, naturalmente, de política.

O avô materno, italiano, era grão mestre na Maçonaria local. A avó materna era muito católica e benzedeira. Pessoas de bem na cidade, fundadores de Araçatuba. Nos finais de ano, no Natal, a família toda se reunia para a festança na casa dos avós e tinha até Papai Noel.

Volta e meia à família se reunia e iam num caminhãozinho, um “Studebaker”, a um rancho, de dois de seus tios em sociedade, à beira do Rio Tietê, numa ceva para pescar. Sem eletricidade, havia um buraco no chão, tipo algibe, onde se colocavam barras e pedaços de gelo para se conservar os alimentos.

Fez a primeira comunhão como qualquer outra criança, ia à missa aos domingos até quando começou a fase dos namoricos e se recorda da amizade do pai dialogando com padres mais progressistas.



“Seu” Geraldo acompanhou a visita de Luiz Carlos Prestes a Araçatuba e Marília em 1945 durante a campanha eleitoral com o

partido numa das poucas vezes que esteve na legalidade, quando o líder comunista elegeram-se o senador mais votado do País, com mais de 160 mil votos. Naquela notável campanha o PCB elegeram, em apenas um ano de legalidade, uma bancada de 14 deputados federais. O engenheiro Yedo Fiúza foi o primeiro candidato comunista à Presidência da República, obtendo a espantosa margem de 10% dos votos, ganhando em muitas cidades da poderosa direita UDN (União Democrática Nacional). O partido elegeram deputados da categoria de um escritor Caio Prado Júnior, Pedro Pomar, Agildo Barata, este pai do humorista Agildo Ribeiro.

A intelectualidade brasileira, em grande parte, militava no Partido Comunista, mas a direita, temerosa do crescimento do PCB, logo cassou os comunistas e continuou a perseguição às organizações populares no pau, prendendo, batendo.

Em Marília, o delegado da cidade teve que garantir o comício de Prestes porque forças reacionárias, inclusive a Igreja local não queriam a presença dos comunistas falando para o povo.

Em outro momento nas andanças de Prestes, na casa de um médico da cidade, que também era de esquerda, “seu” Geraldo esteve com o general Leônidas Cardoso, pai do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “Seu” Geraldo achou, mais tarde, depois de ver os dois governos de FHC, que o general era melhor do que o filho, politicamente mais decidido.

Recorda-se que naquela ocasião o general foi questionado sobre o comprometimento ideológico de certos políticos, como era fulano, sicrano, enfim. Leônidas respondia: aquele é um democrata, aquele outro é um endinheirado...

Quando “seu” Geraldo começou a falar, ele comentou:

- Ah! Você estava quietinho aí, mas você não é quieto não...

Algum tempo depois do golpe de 64, a família do “seu” Geraldo, naqueles dias de seu auto-exílio queimou todos os livros vermelhos, quatro caixas de escritos de Lênin, Marx, Engels, Prestes, entre outros, com medo da perseguição política. Ele dizia, aflito e inconformado, que não trocava aqueles livros nem por um milhão de cruzeiros...

Os tempos eram difíceis. Quem era a favor do Golpe por convicção ou aqueles que não compreendiam a política do momento

procuravam prejudicar os poucos militantes do partidão. O monsenhor Ribeiro Mazzei, por ironia do destino um parente próximo, um dia se referiu durante o sermão na Igreja:

- Geraldo Ribeiro, da Alfaitaria Universal, universal do comunismo!...

“Seu” Geraldo fugiu sabendo que a situação seria passageira, mas deveria estar preparado para a perseguição. Quando começou a ouvir notícias de que aumentava a gasolina e os alimentos deduziu que estava na hora de voltar porque tudo ia continuar na mesma. Quando retornou a Araçatuba, foi o tempo de colocar as malas dentro de casa e já foi chamado à polícia para depor. Os milicos davam voltas no quarteirão durante todo o tempo em que esteve fora de casa, esperando-o. A residência era permanentemente vigiada. Foi fichado como subversivo, mas não ficou preso. Naqueles idos, pessoas desapareciam misteriosamente, outras eram mortas, outras tantas torturadas.

Ele também correu risco de morte.

O delegado da polícia local o interrogou mediante uma denúncia cujo autor não teve coragem de assinar o documento de denúncia até porque em meio à anarquia golpista denunciava-se por qualquer coisa, e por esse motivo o delegado o liberou em seguida ao interrogatório, muito embora o tenha fichado.

Tratava-se, na época, de um delegado não truculento como era a prática naqueles dias na maioria das delegacias e quartéis do Exército.

Esteve com Jorge Amado diversas vezes em comícios em Birigüi e Araçatuba, na mesma região, e em Birigüi, mais uma vez uma ala de padres reacionários tentou barrar o escritor de falar num comício, pedindo para que as crianças do catecismo jogassem pedra no palanque.

Noutra oportunidade, noutro comício, lembra “seu” Geraldo, Jorge Amado discursando sobre os fascistas no Brasil, comparou:

- Dizem que negro não tem ação. Pois bem. Plínio Salgado é negro...

Plínio era uma pessoa de cor clara, mas Jorge Amado referiu-se ao fato desse político ter sido um irreductível opositor ao comunismo e ao liberalismo.

Tentaram atrapalhar os negócios da alfaiataria.

Quando “seu” Geraldo fugiu, os práticos, funcionários seus, não deixaram o negócio falir, entregavam a parte do ganho para dona Paulina.

Voltou de seu forçado exílio, reassumiu o trabalho, e com o tempo se modernizou como alfaiate. Passou a fazer roupas para gestantes, calças elásticas para acompanhar o crescimento da barriga. Era o único a fazer isso na cidade. Teve seu momento de auge profissional. Fazia roupas para crianças, roupas de formatura, gravatinhas borboletas para os meninos, praticamente tudo que lhe encomendassem.

Os companheiros comunistas mais próximos eram Marcelino Sanches, Marino Tonsk, este dirigente do partido no Estado de São Paulo, José Pedro da Silva, Oscar Sampaio, esses dois da Liga Operária.



Aos 14 anos a questão da justiça social passou a incomodar Luiz Carlos por conta dos comentários ruidosos sobre o Golpe e as ameaças que pairavam sobre sua casa, mais precisamente sobre seu pai. Ora assentado em princípios religiosos, ora em princípios políticos, ideológicos, enfim, isso começava a fazer diferença para ele. Queria entender porque havia pobres e ricos. Como é que isso funciona? Porque existe uma série de injustiças? Ele nunca tinha sido pobre, mas observava a situação à sua volta. Era hora de perguntar. Questionava tudo, ao pai, à mãe, aos parentes mais velhos.

Observando essas coisas, passou a se interessar por política mais atentamente. Não era um olhar passageiro, mas o de fazer crítica já. Tinha amigos de famílias bem de vida e outros sem muita coisa.

Então a sua cabeça começou a tomar um rumo diferente de pensamento.

Luiz Carlos acompanhou a campanha do fenômeno Jânio Quadros para a Presidência da República contra o marechal Henrique Teixeira Lott. Foi ao comício dos dois, mesmo porque o comitê de ambos ficava perto da sua casa. A construção de Brasília e a figura de JK também lhe

chamavam atenção. A fala eloqüente de JK, um sujeito simpático, benquistado na época.

“Seu” Geraldo, por exemplo, de quando em vez ia a rádios durante as campanhas nas quais tinha, naturalmente, que tomar partido, apoiando este ou aquele candidato mesmo com o PCB na ilegalidade. Escrevia para jornais, distribuía panfletos, conversava com os operários. Essa era a sua maneira de pedir votos.

O preconceito imposto durante o Golpe de 64, no entanto, bateu forte dentro daquele ambiente familiar. Para Luiz, o pai defendia apenas sociedades honestas, éticas, igualitárias, enfim. Que mal há nisso? Entender porque ele era perseguido ficou complicado. Nunca tinha feito nada de errado, tocou a vida exercendo a profissão, criou os filhos com aquele trabalho.

Mas aquela perseguição criou um embate na cabeça do rapaz.

Não imaginava que ser comunista poderia ter esse risco, embora tivesse sido alertado em reuniões. Já tinha ouvido falar na Intentona de 35 e suas implicações, o absurdo de que comunista comia criancinha, mas não achava que a perseguição poderia chegar a tal ponto de desabar seu teto.

O trabalho dos comunistas no primeiro momento do Golpe de 64 se deu na denúncia contra a ditadura, enquanto era possível em jornais, rádios, panfletagem e por vezes dentro de organizações estudantis e sindicais e posteriormente, com o endurecimento do regime, com prisões, exílios, torturas e assassinatos, esse trabalho se deu via participação política partidária no MDB – Movimento Democrático Brasileiro, já que nesse período todos os partidos políticos foram banidos e quem apoiava o Governo da ditadura militava na Arena – Aliança Renovadora Nacional.

Os outros dois irmãos de Luiz Carlos não tiveram a mesma preocupação. Não que fossem reacionários, eles entendiam, apenas ficavam na deles. Já o adolescente do meio, inquieto, não se conformava de poucos com muito e muitos com pouco.

Quando literalmente o bicho pegou durante o Golpe, em 1971, Luiz Carlos entrava para o Curso de Técnico em Edificações no Colégio Industrial de Araçatuba.

A partir daí já tinha mais ou menos definida qual seria a sua profissão lá na frente. Começou a trabalhar com 14 anos como aprendiz

de desenhista com um consagrado desenhista da cidade, Ari Gertes Carneiro, que lhe ajudou a amadurecer na prancheta os primeiros traços de nanquim. Desenhos de plantas e perspectivas de construções.

Aos 16 anos foi trabalhar, agora com carteira de trabalho, como auxiliar do Departamento Técnico de Pré-Moldados na Indústria Bandeirantes de Lajes Ltda., isso de 1966 a 1970, e depois como desenhista projetista do Departamento Técnico de Obras de Construção Civil na Ferraz, Gottardi & Cia. Ltda., onde permaneceu de 1970 a 1974.

Na realidade, desde criança gostava de rabiscar com lápis de cor, tentando reproduzir as figuras de revistas em quadrinhos.

“Seu” Geraldo, no entanto, tentou-lhe ensinar o ofício de alfaiate, mas foi um fracasso. Trabalhou na alfaiataria por um ano, mas não teve jeito. Não aprendeu a pregar um botão direito. Tentou ensinar o ofício porque o rapaz também dava trabalho em casa para a mãe...

Descobriu o talento e o pendor precocemente.

O interesse pela leitura, inegavelmente, herdou do pai.

“Seu” Geraldo não forçava os filhos, mas dizia que era importante ler.

Luiz leu, na adolescência, Narizinho, Dona Benta, Visconde de Sabugosa, as peraltices de Emília e gostava de imaginar nos traços do desenho esses personagens.

Essas leituras contribuíram para o despertar político do comunista de berço.

Monteiro Lobato era fantástico nessa arte. Pegava uma questão infanto-juvenil e trabalhava com conceitos adultos, de sociedade. O leitor, normalmente, acaba fazendo essa relação com o decorrer da leitura. Quando o autor insere, no sentido inverso, conceito de adulto no mundo infanto-juvenil fica mais fácil compreender a realidade mundana. O leitor percebe isso, por exemplo, na lida de Dona Benta, os princípios políticos.

“Seu” Geraldo, durante as leituras para os filhos, interpretava os escritos para que os pequenos tivessem um entendimento melhor da obra. Quando Narizinho dizia tal coisa ele explicava porque a personagem se expressava daquela maneira, porque a vida no sítio era daquele jeito. A genialidade de Lobato é indiscutível.

No segundo ano do Ginásio, com colegas, montou o grêmio estudantil, mas o Golpe logo acabou com a euforia dos estudantes. Ribeiro mexia com o jornal do grêmio, responsável pela parte esportiva. Foram os primeiros contatos políticos infanto-juvenis organizados. Um detalhe: a alfaitaria era vizinha à redação do jornal da cidade, “A Comarca”. Daí, talvez, sua ligação com o jornalismo.

O jornalzinho da escola sobreviveu por um ano. Era rodado em mimeógrafo a álcool. Os alunos arrecadavam dinheiro na escola para reproduzi-lo.

De 1966 a 1978 o pessoal do Partido Comunista militou dentro do MDB em função do bipartidarismo imposto pelo regime militar. Os comunistas se dividiram quando uma parcela resolveu partir para a luta armada. “Seu” Geraldo cerrou fileiras com a proposta majoritária do PCB contra. A luta é política, não havia como enfrentar os militares. Não havia apoio popular para tal. Quem foi partiu para o suicídio.

Lamarca esteve em Araçatuba e nessa reunião “seu” Geraldo se fez presente. Mas os comunistas tiraram como guia que a luta tinha que continuar na direção política, nada mais, dentro e fora das agremiações políticas.

“Seu” Geraldo tinha sido dedurado, sabia quem tinha feito isso, mas também nunca escondera a opção política, falara em rádio, escrevera artigos para *A Comarca*, então, a preferência ideológica estava no inconsciente coletivo da comunidade.

Não que Luiz Carlos, por conta disso, tenha ficado revoltado, mas a situação balançou seu pensamento. Podia contra-agir ou então se aliar à reação, mas dona Paulina, mulher de predicados nobres, apenas pediu para os filhos não se envolverem, já bastava o pai.

Mesmo sendo proibida a formação de grêmios estudantis e diretórios acadêmicos, Ribeiro organizou um centro estudantil dentro da escola onde fazia o curso de Técnico em Edificações por causa de um problema comum: o curso não era reconhecido. Estavam prestes a terminá-lo e não poderiam fazer a faculdade porque não teriam o

diploma. Juntamente com os colegas, arrumaram uma encrenca das grandes. Apelaram.

Começaram a brigar em Lins, cidade onde era a sede da Inspeção Federal de Ensino e quando de uma visita à cidade de Araçatuba do então ministro da Educação, Coronel Jarbas Passarinho, eles conseguiram uma audiência, entregando de bandeja a direção da escola que estava oferecendo ensino sem autorização. Queriam saber como a inspeção permitia isso. Era a Instituição Toledo de Ensino, existente até os dias atuais, com sede em Bauru. Hoje é uma grande escola.

Luiz, em 1973, já tinha passado no vestibular e em 1974 ingressou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo “Braz Cubas”, em Mogi das Cruzes (SP).

Já se sabiam da ligação comunista dele por causa do pai, havia comentários e até certo preconceito. Mas entre os jovens isso não pegava. Um ou outro pai de aluno mais atrasado politicamente dizia para o filho não andar com fulano porque era comunista. Mas nada agressivo. Havia sim posições solidárias. Esse ranço começa a ficar arraigado com a idade, pois, não há nada mais pernicioso do que o preconceito.

A regularização do curso foi resolvida graças à pressão.



Antes disso, porém, em 1969, Luiz Carlos entrou para o serviço militar, de onde saiu com 19 anos. Foi no TG 02 014. Foi um período curioso. O sargento que comandava a companhia à qual ele foi incorporado era um gaúcho, bem informado, acadêmico de Odontologia. Em compensação, tinha lá uma outra companhia comandada por um sargento extremamente reacionário que andava o dia inteiro de farda e se gabava de ser anticomunista. Se Luiz Carlos tivesse caído na mão desse sujeito ele estaria ralado...

Mas o gaúcho, o sargento Faller, era bom de conversa, não se fechava à discussão política e do Golpe. Não era a favor do comunismo, mas achava um erro o Exército servir como massa de manobra das elites.

O Exército foi usado por uma casta da sociedade civil para o serviço sujo. Quem tinha dado o Golpe era Magalhães Pinto e companhia, era o pessoal da UDN que queria isso desde a posse de JK em 1954.

A UDN nunca chegou ao Poder pela eleição, só chegou através do Golpe.

O sargento Faller tinha essa consciência. Então ficou mais brando o serviço militar a ponto de Ribeiro se inscrever e concluir o curso de cabo espontaneamente. Nem sonhava em seguir carreira militar. O curso de cabo era apenas um desafio a mais. Os desafios sempre o fascinaram.



Ele aprendeu cedo que em política é complicado ser um revoltado, pois, a revolta não leva em lugar algum. Ser revolucionário é uma coisa, ser revoltado é outra completamente diferente.

Brizola dizia que Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf, Magalhães Pinto, eram filhotes da ditadura. Brilhante essa frase.

Iara emenda o raciocínio afirmando que enquanto esses personagens da política nacional eram filhotes da ditadura, o PT também é filho da ditadura, só que o filho revoltado...

Coisa interessante.

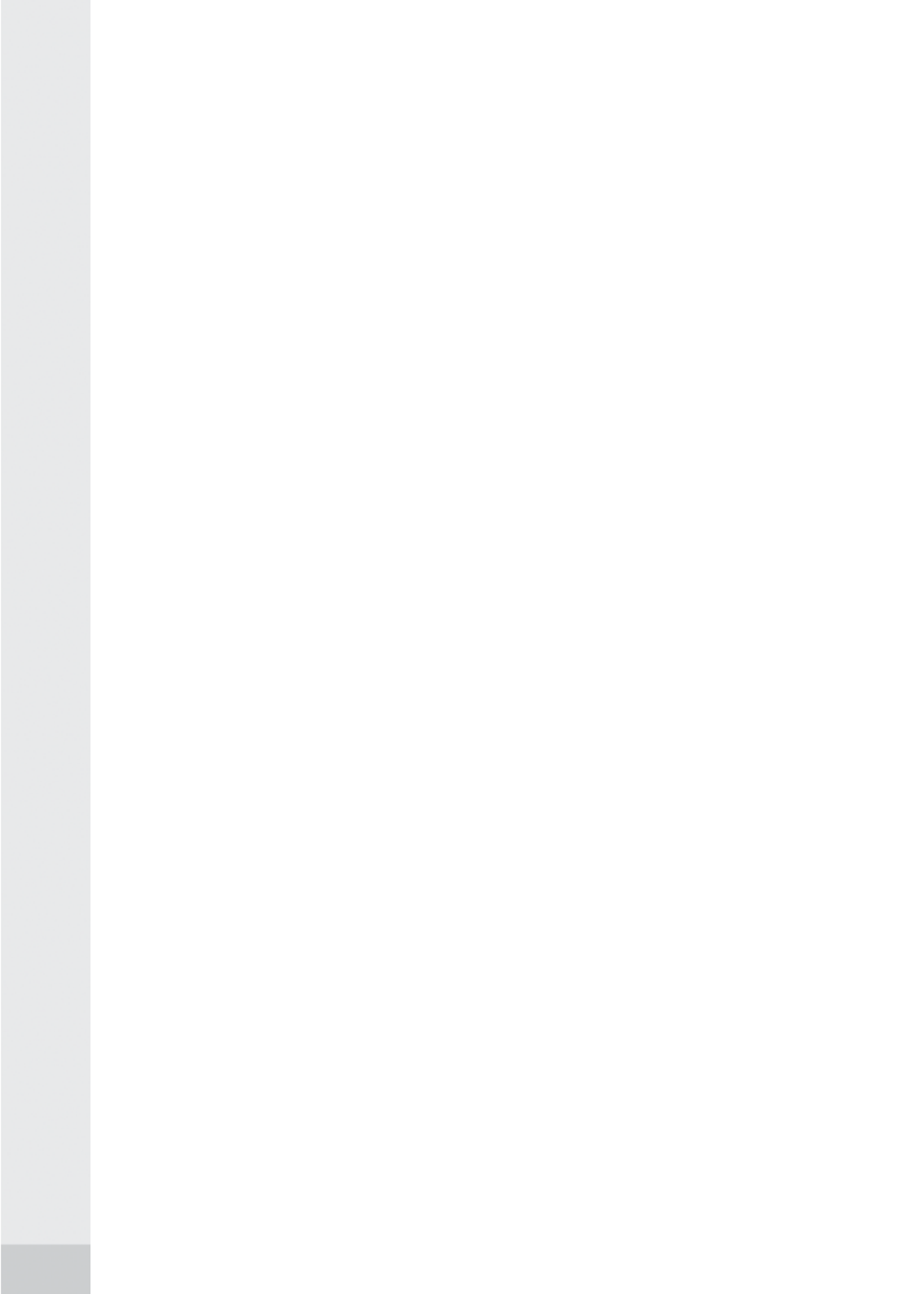
(...) Para ser um revolucionário é preciso contar com a história, com o tempo. Já o revoltado come quente, cru, queima a boca, o beijo, não tem jeito. A revolta leva ao atalho do desespero ou ao desencanto, enquanto o revolucionário tem como perspectiva a relação de tempo, a idéia de processo. Digere as coisas, analisa, tece críticas e autocríticas e se abre a embates dentro do campo que é possível se ter um ganho (...).²⁰

²⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

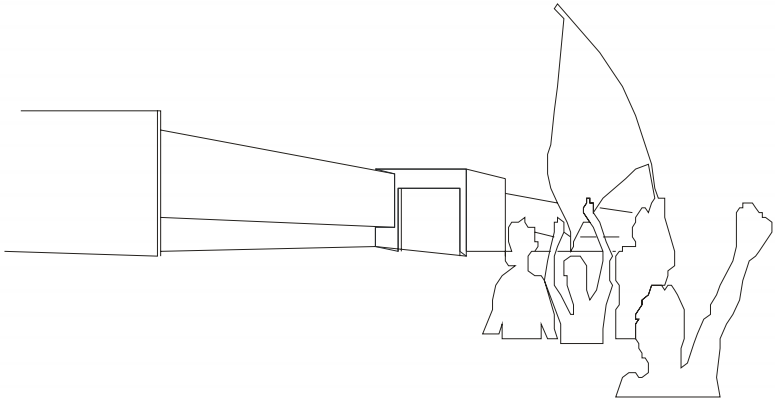
Na luta armada os comunistas não tinham a mínima chance de ganho. Mas no terreno político sim. Em 1967, durante o VI Congresso do partido em São Paulo, triunfou a corrente que não desejava a luta. Tanto é que quem acabou com a ditadura foi a proposta do Partido Comunista delineada no documento *Uma alternativa democrática para a crise brasileira*, em 1984. A idéia foi reunir o maior número possível de pessoas no MDB e fazer um embate político, isolando a ditadura e seus serviçais. Essa foi à teoria vencedora.

O PCB teve essa função fantástica na história do Brasil, embora pouca gente se tenha dado conta disso e determinadas correntes políticas até façam questão de ignorar. O partido já tinha cometido seus erros no passado como a assim chamada Intentiona Comunista, era uma visão golpista da América do Sul, achando que dorme de um jeito e acorda de outro numa penada, num golpe de mão.

Luiz Carlos afogava as suas brabezas no copo de cerveja e concluía: vamos resolver isso de outro jeito. Não é por aí.



MOGI DAS CRUZES, a militância organizada



Ninguém é geração espontânea, isso está diante dos olhos.

Ninguém surge do absolutamente nada.

Luiz Carlos também não surgiu politicamente do vazio.

O que o fez foi o andar.

Ele passou por uma formação.

Se há uma explicação, ela deve ser atribuída à genética, provável origem do espírito de luta, aliada ao meio.

A sociedade brasileira costuma ser acomodada, preconceituosa e as pessoas menos comprometidas com o coletivo procuram cuidar de si e nada mais, com exceções.

Cidadania, para essa maioria, é algo subjetivo, sem sentido.

É herança da formação política brasileira que em momentos históricos de rebeldia não tardou o uso do braço armado reprimindo, tolhendo o espírito de iniciativa, de liberdade e tomada de consciência política da cidadania.

Na consciência do comunista de berço, não se admite a dança do caranguejo, é para frente que se anda.

Ribeiro desvia-se então da regra geral.

A militância organizada se inicia, de fato, na faculdade em Mogi das Cruzes (SP).

Ele começou, diga-se assim, meio maduro o curso superior em relação ao resto da turma, aos 24 anos. Reprovou dois anos na segunda e dois na quarta série ginásial, em parte por displicência mesmo e em parte por conta do trabalho e do serviço militar.

Quando ingressou na faculdade tinha na idéia uma militância política mais engajada. Comunistas estavam presentes em vários setores da instituição se insurgindo contra o governo militar e bastava, portanto, o contato.

Viu-se no meio do furacão do enfrentamento contra a ditadura em 1974 quando os estudantes saíam à praça pública em manifestações.

A faculdade tinha professores politicamente bem formados, tecnicamente eram grandes mestres da arquitetura, profissionais que exerciam a profissão e ensinavam a moderna arquitetura.

Mas Luiz achava e continua achando, no tocante à faculdade, que a instituição deveria contribuir mais nas soluções urbanas, não se limitar à mera transferência do conhecimento compartilhado.

De qualquer forma, estava dentro de um caldo de cultura política ideológica.

Luiz Carlos foi o presidente da comissão de formatura cujo paraninfo foi ninguém menos do que Oscar Niemeyer. Ele gostava de liderar grupos de trabalho. Tinha que estar dentro. Fora não servia.

Os colegas de faculdade brincavam com Ribeiro dizendo que ele parecia papel higiênico: quando não estava no rolo, estava na m...

Devolvia a mofa: preferia estar no rolo...

Até hoje desempenha a mesma liderança.

Entre seus mestres conhecedores da história da arquitetura havia Eduardo Knesse de Melo, um dos fundadores da arquitetura moderna no Brasil juntamente com Niemeyer e Lúcio Costa; Eduardo Corona, discípulo de Niemeyer; Célio Pimenta, Luís Carlos Chichierchio, Maurício Fridman, Maurício Nogueira Lima, Henrico Schaeffer, entre outros renomados e destacados professores. Era uma faculdade de excelentes quadros.

Com alguns deles, no corredor, na sala dos próprios professores e em alguns encontros casuais, Luiz Carlos conseguia conversar de política. Eles perceberam cedo à intenção daquele jovem idealista. Era um raciocínio lógico.

Nas dissertações e justificativas dos projetos acadêmicos, esses professores identificavam facilmente a linha de pensamento político de cada um dos discípulos porque não há mágica e muito menos teatro nessa relação. Os textos revelavam o entendimento de Mundo e, obviamente, ideológico.

Os mestres sabiam com quem estavam tendo contato porque eles também estavam, com exceções, engajados na luta...



Quando Ribeiro chegou a Mogi resolveu montar uma república, não tinha paciência para ficar em pensão com a liberdade cerceada. Ficou uma semana na cidade procurando uma casa até achar uma ao lado de um dos prédios da faculdade Braz Cubas onde tinha os cursos de Direito, Economia, Administração e Letras, isso no centro da cidade.

Um amigo que trabalhava no mesmo escritório em Araçatuba, Francisco de Assis, de humilde origem, mineiro religioso, filho de pedreiro mestre de obras, bolsista, tinha dificuldade para dividir as despesas de uma república estudantil.

Mas Luiz estimulou-o:

- Vem comigo que eu monto a república e nós achamos gente para rachar a conta, vamos arriscar os olhos!

Ribeiro recolheu móveis usados em Araçatuba, da casa dos pais e de parentes. Rapidinho reuniu meia dúzia de jovens para morar na república.

Um detalhe estimulante para os rapazes era que durante o dia a faculdade oferecia o colegial e ali estudavam muitas garotas, portanto, era um “point” para paqueras e namoricos...

Para tornar mais ainda animado o lugar, ao lado funcionava o boteco de um português que virou amigo da moçada, mas, como tudo na vida, havia também um detalhe em desfavor: a casa dividia parede de um lado com esse barzinho e do outro lado com a casa de duas irmãs velhinhas que suportaram, em silêncio, mesmo porque não havia o que fazerem, com a algazarra e o barulho daquele ambiente doido da república...

Era uma casinha do tempo antigo de Mogi.

A faculdade de Arquitetura ficava fora da cidade.

Luiz Carlos ficou politicamente tateando no começo.

Demoraram alguns meses para se entrosar com outros jovens engajados porque o movimento tinha origem nas turmas que estavam para se formar. Começou a conhecê-los nos corredores, na cantina, nos pontos de ônibus, nas oportunidades que tinha para conversar, formando então o círculo de amizade esperado. A partir de então começou a participar ativamente de atividades políticas, desde a organização.

Na época ele se ligou a uma das tendências de esquerda vinculada ao PCB clandestino, cuja direção estava fora do Brasil. Nessas ligações, fez amizade com um jovem líder estudantil comunista, pessoa que anos depois ele encontrou em São Paulo, Capital, militando no PT.

Os jovens revolucionários eram, normalmente, das faculdades de Arquitetura, Medicina e Psicologia, cursos cuja área de humanas era mais aberta politicamente. Eram entre dez e quinze que às vezes se encontravam todos os dias ou, no mínimo, uma vez por semana, em algumas repúblicas e nos diretórios acadêmicos, enfim. Ali se travavam debates e discussões por vezes intermináveis e também ali se copiavam, imprimiam e distribuíam materiais de agitação política.

O primeiro livro reproduzido em cópias e distribuído no meio foi “Em Câmara Lenta”, de Renato Tapajós, descrevendo o Golpe de 64, a truculência, como a ditadura agia, enfim, romance feito na cadeia pelo então militante político. Esse livro era proibido. Luiz guarda o exemplar até hoje.

Entre os jovens da república, apenas ele se entregava de corpo e alma ao movimento revolucionário e a casa, desconfiava-se, era vigiada, mas a polícia não a invadiu porque os demais não se envolviam com a luta política. Os colegas sabiam da militância do Luiz Carlos, mas não se intrometiam na coisa.

De vez em quando um falava:

- Você vai se estrear com esse trem...

- É possível - respondia, mas mesmo assim estava determinado.

Não lhe entrava na cabeça ficar apenas olhando de braços cruzados e deixar a banda passar. A casa era bem freqüentada, festa não faltava, até para estudar era difícil porque enquanto uns tinham provas e tinham que estudar, outros não...

Nas reuniões secretas discutiam documentos do PCB, tinha a *Voz Operária* que chegava também em fotocópias porque na época era editado em Portugal pela direção do Partido no exílio.

Na medida em que a ditadura cerceava a liberdade e a política, ela tirava fora do jogo político personagens e forças do momento brasileiro, democratas, independente de serem comunistas; inclusive as forças conservadoras estavam alijadas.

Isso foi colocando a ditadura no canto do ringue. O caminho era juntar essas forças num projeto de Brasil democrático. Esse era o papel dos manifestantes. A discussão era feita a partir dessa exclusão, como deveria ser feito o enfrentamento, a panfletagem, o convencimento de outros jovens e assim por diante.

Ribeiro não chegou a escrever nenhum artigo contra a ditadura, não tinha ainda tino para isso, mas ajudava a rodar e a distribuir o material. Era mão-de-obra. Mas para distribuir era uma operação de guerra, na época a faculdade vivia cheia de polícia disfarçada de estudante, uns eram conhecidos, outros não, às vezes estavam ao lado buscando aproximação...

Os infiltrados normalmente faziam discursos mais radicais. Esse era o parâmetro para identificar um espião. Discursos sacanas defendendo a luta armada, por exemplo, desmascaravam o sujeito que podia ser da polícia ou informante. Não eram eficientes nem na arte do embuste.

Os panfletos alertavam a sociedade para o que estava acontecendo nos bastidores da ditadura, que o governo militar alijava a discussão, que esse regime não servia aos interesses nacionais e o custo social e econômico do regime estava sendo enorme, trazendo conseqüências desastrosas como, de fato, trouxeram.

O fim do milagre econômico expôs a fatura, todo o erro que 30 anos depois ainda está sendo quitado...

Não se podem negar alguns aspectos positivos dessa época, porém, o custo social, econômico e o das liberdades democráticas foram muito maiores. Teve, por exemplo, nesse período, a política habitacional com a invenção do BNH, Banco Nacional da Habitação, que talvez tenha sido um marco na política habitacional brasileira, mas depois o próprio governo acabou com o banco por conta de desvios de finalidades de aplicação dos recursos, da roubalheira e corrupção.

Na política econômica, sob o comando de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfin Neto, entre outros, o regime militar tomou dinheiro emprestado no mercado internacional a custos indeterminados que depois foram fixados em índices exorbitantes...

Os pasquins mostravam justamente o lado que a ditadura escondia do povo.

Nesse tempo vigorava o famoso acordo entre o MEC e o “United States Agency for International Development” (USAID) rechaçado pelo movimento estudantil e pela esquerda intelectual porque propunha uma drástica reforma nas universidades com adoção do modelo norte-americano.

Por esse acordo adotou-se o sistema de créditos nas faculdades com claro intuito de desarticular a vida universitária, além de eliminar disciplinas entre elas na Medicina, por exemplo, a Semiologia (estudo e descrição dos sinais e sintomas de uma doença), com o claro propósito de o Brasil importar dos Estados Unidos máquinas e equipamentos ambulatoriais.

O estudante não concluía o curso com a mesma turma, era levado a frequentar outras salas, fragmentando os grupos na medida em que era facultada ao acadêmico a escolha de determinadas matérias para cursar naquele ano escolar num ou noutro período e também quando ficava com uma matéria dependente. Isso vigora até os dias atuais nas universidades, dificultando a ação do movimento estudantil mesmo dentro de um regime supostamente democrático, embora haja quem entenda que o sistema de créditos não seja o responsável pelo enfraquecimento do movimento, pois, se assim fosse, não teria havido o grande auge no fim dos anos 70.

O governo brasileiro era entreguista e sua elite desempenhava esse papel amparado na força bruta do militarismo.

Os estudantes rodavam jornais e panfletos em diretórios, repúblicas estudantis e faziam passeatas em São Paulo, alguns iam presos e depois eram soltos, e no dia seguinte estavam na rua novamente, era uma agitação permanente.

Era uma ação articulada onde se conjugava a terceira pessoa do plural e jamais a primeira do singular.

Mas Luiz Carlos não descuidou dos estudos, apesar do fuzuê. O trabalho como técnico em edificações em meio às tarefas escolares lhe ajudou a custear parte da faculdade.

Foi um dos delegados entre as centenas que re-fundaram a União Estadual de Estudantes de São Paulo na USP cujo encontro se deu num clima tenso, com a polícia e militares cercando a Cidade Universitária, tornando o ambiente perigoso.

Eles só foram sair pela madrugada.

A partir da re-fundação da entidade em São Paulo e noutros estados, re-fundaram a União Nacional dos Estudantes (UNE) que tinha sido fechada nos fins da década de 60.

A polícia prendia sob o argumento de serem subversivos.

“(…) Subversivos na realidade eram os civis e militares que usurparam a Constituição vigente à época e governaram com atos inconstitucionais, no braço forte (...)”.²¹

Os jovens queriam reconstituir a democracia no Brasil.

Foi uma militância ferrenha, dia e noite, sem trégua, inescusável.

A ditadura dava sinais de esgotamento, mas uma parcela do governo e seus aliados por outro lado recrudescia no sentido de endurecer mais o jogo.

A polícia descobria os locais onde jornais e panfletos eram feitos, quebrava as máquinas, mas no dia seguinte estavam os incansáveis jovens em outro ponto fazendo o mesmo serviço de insurgência.

²¹ RIBEIRO, L. C. 2007

O material era reproduzido em mimeógrafos a tinta. Luiz Carlos vivia com as mãos e roupas sujas. O conteúdo não se limitava às reivindicações na área educacional. Era também solidário com as lideranças operárias na luta contra o regime militar.

Uma luta ideológica, no entanto, era travada. Internamente entre as facções políticas que patrocinavam discussões homéricas. Havia um sem-número de tendências, promovendo um debate político enriquecedor.

Discutia-se política em alto nível.

A Faculdade de Direito do Largo São Francisco era um dos grandes baluartes da luta pela redemocratização do País porque ali se concentrava o grande movimento, de notáveis oradores e pensadores. Passeatas saíam dali do Largo São Francisco e por vezes da Praça da República ou ainda do Largo do Arouche, entre outros pontos tradicionais da área central paulistana.

Ribeiro saía com pacotes de panfletos, o suficiente para escondê-los debaixo da blusa, distribuindo-os pelos corredores da faculdade e pelas ruas.

Em São Paulo, foi detido por policiais da repressão, dominado, interrogado, levou tapas na orelha, levou choque dentro do camburão, na ponta dos dedos e depois foi solto. Os policiais usavam um tipo dínamo gerador de voltagem para dar choque instalado em viaturas da polícia.

Essa forma de tortura era uma prática corriqueira. Quem treinava a polícia brasileira e os militares para conter os rebeldes era oficiais da CIA norte-americana.

Durante a feitura dos jornais o pseudo-editor exigia textos minimamente bem escritos:

- Aqui ninguém pode escrever errado porque nós somos revolucionários e não burros... – alertava.

Era um dos líderes do grupo, estudante corajoso que ia à frente às manifestações, ditando palavras de ordem, dando a cara à tapa.

Durante as passeatas, enquanto a polícia jogava bombas de gás lacrimogêneo em cima dos estudantes, alguns deles devolviam os

artefatos, lançando-os de volta para o meio dos policiais protegendo os olhos e o nariz com panos molhados. Quando atacados por cavalaria, os estudantes, que já vinham preparados para o confronto, jogavam dos bolsos, rolinhas ou bolinhas de gude de vidro e com isso os cavalos escorregavam e assim dava tempo de escapulirem das bordoadas.

E Luiz Carlos no meio do turbilhão, ora agindo de um jeito, ora de outro, outrora se safando como podia do encaço e vez ou outra pernas para que te quero para fugir da polícia...

Nessas horas suas pernas compridas para quem mede cerca de 1,80m faziam diferença...

Enfrentar desarmado uma polícia e militares que tinham porretes, pistolas e metralhadoras não era para qualquer um, mas alguém precisava resistir e contrapor, mostrar aos berros e no vigor da juventude que a ditadura era um erro, um retrocesso, que o País não admitia mais o estado de imposições.

Detidos em camburões, pontas dos dedos inchadas pelos choques elétricos e outras barbáries de intimidação tinham efeito contrário. O que a polícia fizesse era praticamente em vão naqueles tempos de resistência generalizada e desprendimento por uma causa.

A estratégia do movimento era avançar o quanto possível, se opor com as mãos vazias, sem armas, contra a política do regime e seus métodos fascistas de manutenção do poder. Quem fosse preso sabia que deveria gritar em alto e bom som o próprio nome e qual a faculdade de origem, alertando os demais para acionar os advogados aliados. Muitas prisões se davam às escondidas e aí ficava difícil a localização em delegacias e quartéis.

Corria-se o risco da polícia sumir com o indivíduo, isso não era novidade.

Era uma ação complicada e cheia de riscos.

Aqueles contatos influenciaram bastante o jovem comunista de berço. A complexidade daquela realidade, o bombardeio de novas informações, a conversa com intelectuais da sociedade, enfim, foram circunstâncias que amadureceram o seu espírito de luta. A cabeça virou outra.

Mas estava chegando o momento em que a ditadura perdia o controle sobre sociedade até então. As pessoas começavam a perder

medo, embora fosse um ato de bravura peitar o sistema porque prisões arbitrárias, assassinatos e até atos terroristas de direita continuavam ocorrendo. Há inúmeros relatos do desaparecimento de estudantes, jornalistas e intelectuais da época, isso é notório.

Bons advogados defendiam, gratuitamente, os estudantes presos porque sabiam que a luta era pelo fim da exceção e o restabelecimento da democracia. Às vezes esses profissionais pagavam do próprio bolso a custa processual para encaminhar a papelada. Geralmente advogados ligados à oposição e ao MDB.

Havia médicos que também atendiam gratuitamente os feridos e não deixavam sequer que fossem preenchidos os prontuários para que a polícia não fizesse a identificação. Tinha estudante que ia parar bastante machucado no pronto-socorro. Os policiais viviam percorrendo esses locais à cata de informações.

As passeatas e os atos públicos aconteciam de quando em vez, mas as atividades eram contínuas, quase que diárias. Com o partidão na clandestinidade, a convocação para as concentrações e os locais onde isso deveria acontecer chegava como rastilho de pólvora. Os avisos eram dados “bocalmente”. Às vezes os jovens nem se reuniam no lugar inicialmente anunciado, mas desse partiam para um outro. Era uma forma de despistar o serviço de inteligência.

As passeatas e os atos normalmente eram feitos em dias úteis, no meio da semana, aproveitando o grande fluxo de pessoas nas ruas. Luiz e outros companheiros iam de Mogi para São Paulo de fusca, em cinco no carro, saindo pela manhã quando as manifestações estavam planejadas para o período da tarde. Viajavam também de ônibus e de trem.

As turmas iam se aglomerando e de repente uma multidão invadia as ruas. A polícia não tinha como prender todo mundo...

No começo eram sempre os mesmos jovens, dezenas, talvez uma centena, mas com o decorrer das manifestações o movimento se incorporou a ponto de reunir uma multidão. Não eram apenas comunistas, mas pessoas de diferentes segmentos que de uma forma ou de outra eram excluídas politicamente do processo democrático. Inicialmente eram estudantes, depois apareceram profissionais liberais, artistas, operários, intelectuais, políticos e gente que não se sabia ao certo de onde tinha saído.

A ditadura dizia: estudante era para estudar e não para fazer política. As forças mantenedoras do regime sabiam do Poder dos estudantes no sentido de encorajar uma reação dos cidadãos.

Tinha gente da USP, da Mackenzie, esta uma instituição da elite, enfim, de diferentes faculdades, igualmente engajada nas manifestações. Não era apenas um movimento de um segmento da sociedade.

Os brucutus, como eram chamados os policiais da tropa de choque da PM, usavam uma farda acolchoada que os protegia das investidas dos estudantes. Já os estudantes só tinham o próprio pêlo. O confronto se dava na braçada versos cassetetes...

Quem se via acuado apenas tentava se defender.

Os cassetetes de mais de metro pegavam os manifestantes com facilidade.

Covardemente, quando se prendia algum, miravam a metralhadora ou pistolas na cabeça dessa pessoa sob o perigo de um algum débil mental apertar o gatilho em meio à confusão. Uma morte acidental ou proposital em meio à briga generalizada era fácilíssima de ocorrer.

No começo os estudantes só levavam surra.

Parte dos políticos em evidência nos dias atuais também apanhou naqueles confrontos históricos.

Foram alguns anos de embate.



O discurso de formatura, redigido a seis mãos, incluindo as do presidente da comissão, Luiz Carlos, teve que ser submetido à censura dentro da faculdade.

Cortaram trechos do texto original. Mas uma parte que se referia diretamente à ditadura e foi mantida dizia que quem inventou este estado de coisas que o “desinvente”. Isso foi lido durante a solenidade sob aplausos calorosos.

Dona Paulina, em casa, ficava preocupada.

Penava com o envolvimento do filho, pois, já tinha sofrido demais com a perseguição em cima do marido e temia as conseqüências

com o Luiz Carlos. Como naquele tempo não havia celulares e muito menos telefone na república, o filho ia à telefônica e às vezes demorava a ligar em casa. Os primeiros telefones públicos estavam começando a surgir naquela época.

As férias ele não passava integralmente com os pais, às vezes ia a Araçatuba por alguns dias e também por conta de um apaixonado namoro, afinal, ninguém é de ferro. Suas esporádicas idas à terra natal tinham a ver com seu trabalho como autônomo no escritório improvisado num canto da sala da república. Luiz atuou como técnico em edificações em Mogi e Suzano, fazendo desenhos para engenheiros, assinava projetos de até 120 m2, autorizados pelo CREA de São Paulo, trabalho que contabilizou cerca de 12.200,00 m2 de obras de construção.

Parte das agressões ocorridas nesses confrontos evidentemente ele não contava para a mãe, chegava com a coisa meio filtrada, narrando apenas amenidades. Mas “seu” Geraldo sabia das peripécias e alertava-o para tomar cuidado, pois, acompanhava o barulho pelos jornais e televisão e também o núcleo clandestino do partido em Araçatuba era informado sobre as movimentações. Dizia para que o pai ficasse frio. Era um risco mais ou menos calculado, desconversava. Na prática, não era bem isso. Nunca se sabia o resultado daqueles confrontos.

Quando entrou para a faculdade, em 1974, a ditadura mostrava sinais de crise, não era tão truculenta como nos tempos do Governo do General Médici, mas mesmo assim alguns setores dentro do regime ainda insistiam na crueldade com os adversários.

Na gestão Geisel, a partir de 1974, começou a chamada distensão lenta e gradual do regime.

Durante as passeatas em São Paulo, em 1974, os comerciantes fechavam as portas, as pessoas se escondiam. Ainda era forte o temor.

As faixas abertas pelos manifestantes condenavam a ditadura.

O apoio popular aos poucos aparece. Pessoas de cima dos prédios jogavam papéis picados saudando os estudantes.

Ao mesmo tempo, na outra ponta, a polícia era atacada por grampeadores, furadores, pequenos botijões de gás que batiam no chão e explodiam, entre outros objetos lançados das janelas de escritórios e apartamentos.

A população, finalmente, tinha se decidido de que lado deveria estar.

Os estudantes começaram a perceber, então, que estavam começando a ganhar a batalha.

Os policiais, para incriminar os manifestantes, plantavam porções de maconha nos bolsos e mochilas dos detidos para enquadrá-los como viciados e baderneiros. Ser maconheiro naqueles idos era, literalmente, o bicho.

Luiz Carlos sobreviveu a tudo aquilo e não se arrepende em nenhum momento de ter enfrentado os riscos, resistindo, lutando pelo que considerava certo. Fez a sua parte como um jovem estudante politicamente esclarecido que desejava um País livre.

A mudança passava necessariamente por aqueles caminhos tortuosos. Resistir, lutar e avançar era tarefa histórica necessária.



Desde criança Luiz Carlos se mostrou um questionador insaciável. Na faculdade exercitou isso em sala de aula e na militância no PCB com desembaraço. Se as pessoas questionassem mais as coisas no Mundo não seriam tão ruins. Dizer amém nunca fez seu estilo desde quando se conhece por gente. “(...) Não se pode dar por fim um Mundo pronto e acabado. Não há nada no Mundo que esteja pronto que não possa e deva ser melhorado, isso é princípio. Isso é marxismo (...)”.²²

Se não fosse possível melhorar a vida das comunidades a humanidade estaria morando em ocas, em cavernas ou debaixo de árvores...

Deixou a própria mãe ruborizada quando perguntou como é que tinha vindo ao Mundo. Dona Paulina teve que fazer rodeio para explicar, criando uma estória fantasiosa e mesmo assim não convenceu o menino atrevido. Hoje, em geral, se explica isso com naturalidade.

As passeatas em São Paulo foram experiências marcantes entre o ser e o não ser politicamente acomodado. Mesmo sabendo que podia apanhar como apanhou e mesmo sabendo que disporia de parte de seu tempo de juventude como dispôs, ainda assim estive na linha de frente.

²² RIBEIRO, L. C. 2007

A inquietude em sala de aula era típica. Na disciplina de História da Arquitetura quando se discutiam as grandes construções, os palácios, queria saber, por exemplo, onde e como o povo, o cidadão comum morava. A explicação é que sobraram poucas informações a respeito dessas edificações porque as casas do povo normalmente eram mal construídas e não resistiam ao tempo. Uma lógica explicação técnica, mas que ao mesmo tempo lhe expunha uma questão política crucial de ordem humanitária, pessoas que moravam muito bem e pessoas que moravam muito mal.

Ribeiro cansou de discutir Arquitetura politicamente dentro de sala de aula, debatendo com os professores e colegas e por aí se sabia em que time ele jogava.

O ensino de Arquitetura no Brasil sempre se pautou pela academia dos grandes projetos, obedecendo à lógica da liberdade de espaços de tal sorte a valorizar os aspectos da criatividade arquitetônica do estudante. Se por um lado essa metodologia é fundamental, por outro essa opção quase que única é falha na questão de resolver os problemas das cidades, a exemplo do déficit habitacional que na época era de cinco milhões de casas. Não havia grandes políticas nesse sentido e não se formavam arquitetos participando disso de forma efetiva. No plano urbanístico poucos acadêmicos se dedicavam ao assunto. A faculdade não se empenhava em cima disso, como não o faz nos dias atuais. O jovem arquiteto é formado desvinculado da ordem social, do contexto da profissão.²³

Luiz Carlos fez opção pelo Urbanismo. Para ele a Arquitetura e o Urbanismo são ferramentas muito pouco ou quase nada usadas na política administrativa de uma forma geral na solução dos gritantes conflitos de espaço urbano, no sentido de equacionar as três funções primeiras de uma cidade: morar, divertir-se e trabalhar.

Tinha a convicção, como ainda tem, de que a faculdade está apartada da realidade brasileira, com raras e honrosas exceções em que

²³ RIBEIRO, L. C. 2007

se tem o estudante antenado aos problemas da sociedade cujos produtos da instituição são empregados na sociedade. Normalmente não se faz isso.

O País precisa em 2007 de pelo menos oito milhões de habitações. Resolver esse problema, assim como o transporte e trânsito e qualidade de vida nas cidades, passa pelas mãos dos jovens estudantes dentro das faculdades de Arquitetura e Urbanismo.

(...) Construir tal qual se construía em Roma antiga, tijolinho por tijolinho não é produtor, tecnicamente ultrapassado e pedagogicamente atrasado. É preciso se industrializar esse processo, e antes que digam o contrário, a industrialização não engessa a criatividade própria dos arquitetos (...).²⁴

Aqueles idos da década de 70 foram, portanto, de conclusão de duas faculdades: a de Arquitetura e Urbanismo e a Militância Política.

A escola e a praça pública o tornaram ainda mais comprometido com seus princípios. Idealizar as coisas é correr o risco, cometer erros e acertar no longo prazo.

As relações dentro de uma sociedade continuam sendo extremamente complexas, desde muito.

“(...) Além de uma nova sociedade que está a surgir, chegará junto uma nova cidade em função da tecnologia. Marx escreveu que o homem faz a coisa e a coisa faz o homem. Esse processo é inexorável (...)”.²⁵

Platão dividiu a cidade em departamentos porque já tinha a compreensão, em sua época, da sua grandiosidade. Mas o fundamental nisso tudo é a democracia. Mesmo com todos os seus defeitos, não há outra forma de avançar em termos de sociedade.

A democracia permite o contraponto, a crítica, a autocrítica, permite o que Marx define como dialética. Só a democracia recebe isso, qualquer outra forma de regime impõe.

²⁴ RIBEIRO, L. C. 2007

²⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

A democracia é que garante avanços.
É a metáfora da rua sem meio-fio versada por Don Helder
Câmara, costuma citar Ribeiro.

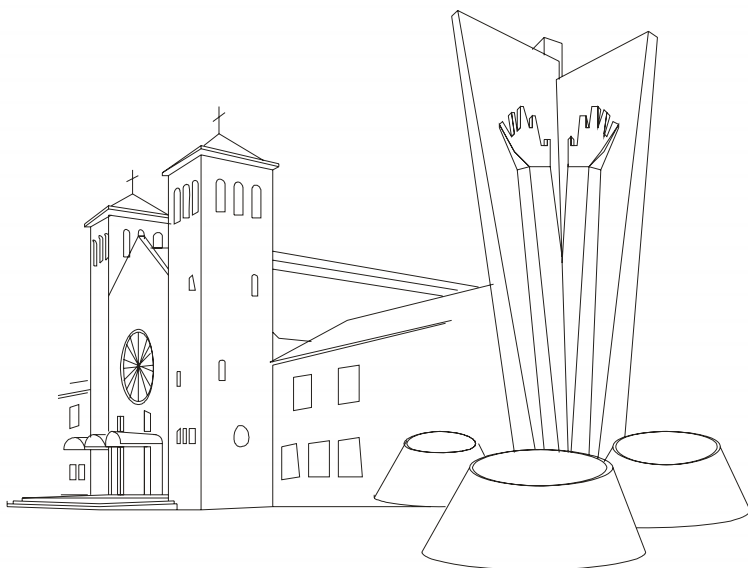
*“Não quero meio-fios em minhas ruas
Minhas ruas
como minhas estradas
não têm margens
como não têm começo
nem fim...”*

Também de Don Helder Câmara:

*“À Força, nem Felicidade.
Imediatamente,
ela passaria
a ter travo...”*

A ditadura é a prova mais contundente dessa verdade.
Concluída a faculdade, Luiz Carlos muda-se para Dourados, isso
em 1978.

DOURADOS, idos de 1978



Encarar o desconhecido é sempre estimulante, ainda mais quando se tem plena convicção das idéias.

Luiz Carlos Ribeiro chegou a Dourados nos idos de 1978, solteiro, cheio de quimeras, vontade, determinado e uma mochila nas costas.

Mas ele jamais poderia imaginar a envergadura dos fatos e enfrentamentos que o aguardavam.

O desejo de realizar sempre foi forte em seu coração e mente e tinha a certeza de que com humildade e defesa da verdade poderia ir muito longe. Pensava em se estabelecer profissionalmente, socialmente, no gozo de seus direitos civis e políticos, embora o PCB estivesse na clandestinidade.

Obteve conquistas além do imaginado e quase 30 anos depois desfruta de prestígio e notoriedade. Tornou-se uma referência na área técnica, ambiental e política.

Desembarcou numa terra desconhecida, sem amigos, com a cara e a coragem e o diploma debaixo dos braços, além de básica formação político-ideológica.

Tinha conhecido a cidade em meados de 1971 quando viajou na boléia do caminhão da empresa Lajes Bandeirantes, onde trabalhava em Araçatuba, para acompanhar a entrega de lajes para a obra de um hotel.

Quando viu Dourados com aquela peculiar poeira avermelhada de fertilidade, aquele ritmo de veículos e pessoas transitando em burburinho como se estivessem muito ocupadas lembrando a origem e o desenvolvimento de Londrina, no Paraná, gostou.

Achava possível crescer junto. Tanto que, anos depois, se formou e preferiu Dourados em vez de Campo Grande, a Capital de Mato Grosso do Sul.



Embora a ditadura estivesse caminhando para o fim, a política local era tipicamente bipolar: de um lado, a Arena, e do outro a oposição na figura do MDB.

O prefeito era José Elias Moreira era um homem influente nos gabinetes do generalato em Brasília aonde conseguiu um forte aporte de recursos federais para habitação e infra-estrutura urbana, de tal volume que adquiriu cacife para disputar o Governo do Estado em 1982 pelo PDS, feito inédito na história local, pois, nunca um candidato da cidade tinha postulado tal cargo, mas perdeu para Wilson Barbosa Martins, do PMDB, com domicílio eleitoral na Capital.

Era forte o desejo de mudança entre o eleitorado, uma espécie de obsessão nacional.

Entre hotel e pensão, Luiz repetiu a experiência de Mogi: montou uma república.

O primeiro escritório foi no Edifício Vardasca, sala 11, começando, então, sua nova profissão de Arquiteto e Urbanista.

Seu estilo calça jeans-coturno despertava olhar de dúvidas.
A conversa politizada também.

Almoçava e jantava no Restaurante Sayonara até conhecer a casa da dona Aparecida, onde a comida mineira o físgou. Nesse tempo conheceu aquele que veio a ser amigo e companheiro de primeira hora e longas lutas ideológicas, coincidentemente um outro comunista de berço: o engenheiro civil Guilherme Meldau Netto, filho de militante do partidão em Corumbá, ex-aluno do professor Fausto Matogrosso, de Campo Grande, este um influente político comunista em Mato Grosso do Sul com uma biografia de dedicação ao PCB.

Não demorou a fazerem planos políticos.

Guilherme foi sondado para ser secretário de Obras e Viação do Zé Elias, mas acabou indicando ao prefeito o engenheiro civil Waldemir Barbosa Vasconcelos. Waldemir, amigo de Fausto, era outro militante do partido na Capital. “(...) Zé Elias tinha a vantagem de não cobrar atestado ideológico de seus auxiliares diretos, justiça seja feita (...)”.²⁶ Mais tarde Luiz Carlos ficou sabendo que o prefeito tinha conhecimento da articulação clandestina, mas nunca fez objeção ou impôs retaliação.

Guilherme ficou na Prefeitura como Chefe da Divisão de Vias Urbanas enquanto Waldemir assumiu a pasta. Guilherme segurou as pontas na repartição até a chegada de Adão Sacadura. Waldemir, por sua vez, convidou Ribeiro para ser o responsável pela divisão de obras particulares. O contato com o PCB na Capital era feito apenas pelo Waldemir. Ele era a correia de transmissão, mas na condição de um dos principais secretários do prefeito não se encorajou a coordenar a organização do partido em Dourados.

Luiz Carlos assumiu a tarefa espinhosa, mesmo sendo servidor de uma prefeitura cujo staff, em sua maioria, era de direita. Foi apresentado ao Fausto pelo camarada Guilherme, numa quebra de disciplina de clandestinidade, uma vez que o contato do Núcleo em Dourados com a direção estadual do partido era feito pelo Waldemir que vinha enfrentando dificuldades de ação em função do cargo público. *Aí se deu início a uma outra longa amizade com o Fausto. Passou a ser a referência do PCB em Dourados.*

Como o partido estava na ilegalidade, atuava junto às fileiras do MDB e depois PMDB sem, no entanto, filiar-se.

²⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

Nesse meio local conheceu políticos com idéias progressistas.

Não havia movimento organizado de luta a partir dos sindicatos existentes. Eram apenas três sindicatos laborais: Comerciantes, Bancários e Ensacadores.

Havia alguns antigos comunistas na cidade, mas não se tinha um trabalho articulado abrangente mesmo sob a clandestinidade. Eles eram confundidos com o Grupo dos Onze de Leonel Brizola. Aliás, a presença deles é uma página em branco na vida política douradense. Não há quase relatos. Talvez por conta da perseguição política praticada por alguns notáveis conservadores. Os comunistas em Dourados eram poucos, pelo que se sabe, ainda assim discriminados e acossados.

Muitos dos que na época serviram à ditadura como alcagüetes, dedos-duros mesmos, não entendiam um ensinamento simples e secular: os demônios só existem no coração dos homens...



A disparidade econômica e social era gritante e o princípio da igualdade era confundido com caridade, como de resto, essa realidade ainda hoje persiste. Mesmo com todo o avanço ao longo dos anos a sociedade ainda alimenta resquícios de intolerância às lutas sociais. Pode-se então imaginar como ocorriam as coisas no Brasil então tricampeão mundial de futebol, no tempo do ame-o ou deixe-o.

A tirania se firmava sob a proteção do regime de exceção.

No âmbito do Município, a atividade rural prosperava com o ciclo da soja estimulado pela criação de variedades compatíveis ao clima e solos férteis e financiamentos generosos, além de um rico plantel de gado e fazendas a perder de vista. A cidade prosperava rapidamente.

Tempo também de contrabando, facilitado pela enorme fronteira seca com o Paraguai, era um negócio ramificado corrompendo instituições e fazendo fortunas surgirem da noite para o dia. Ambiente de assassinatos e crimes insolúveis, uma face cruel da impunidade, normalmente associados ao tráfico e ao contrabando...

A eufórica expectativa econômica dominava o “status quo”.

Muitas pessoas de bem se estabeleciam, empresários, agricultores, jovens sonhadores, profissionais liberais, enfim, mas as oportunidades atraíam igualmente aventureiros mal intencionados.

O PCB, em Dourados, tem uma história que recomeça a partir da chegada do Luiz Carlos Ribeiro, embora, obviamente, essa organização não seja um monólogo.

Era hora de estabelecer o prosaico da democracia numa terra de lampejos democráticos.

Luiz é um estudioso da evolução da sociedade que questiona os diferentes desníveis socioeconômicos de um povo.

Desde jovem passou a entender a engrenagem social a partir das conversas com o pai e tendo em mãos uma literatura libertadora e revolucionária, além da militância durante a faculdade ter lhe ensinado muito. Se outros não visualizam ou ainda não vislumbram a possibilidade de um Mundo novo, paciência.

Serão simplesmente atropelados pelas mudanças, pela história.

Ele luta pela mudança e não pela punição!

Mato Grosso do Sul ainda não tinha sido de todo instalado, embora criado em 1977. A instalação se deu em 1º de janeiro de 1979.

Fausto Matogrosso era encarregado de organizar o PCB no Estado.

A tarefa tática era óbvia: unir e organizar a classe operária e se aliar às forças democráticas para continuar resistindo à ditadura. O primeiro movimento de inserção do PCB na política douradense se deu com a criação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos com a eleição de Waldemir Vasconcelos presidente e Ribeiro, secretário.

É dessa época seu primeiro artigo que deveria ser publicado na quinta edição do jornal da associação, mas que foi censurado pelos demais membros da entidade e só publicado e distribuído, em mãos, aos associados em folhas impressas em mimeógrafo pelo próprio Ribeiro:

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

“A situação nacional tem evoluído para condições tão dramáticas e preocupantes que as mais diversas análises, partindo de diferentes fontes, parecem concordar em um ponto: O Brasil está próximo da insolvência econômico-financeira e de uma conseqüente convulsão político-social.”

O trecho acima mencionado é transcrito do editorial da revista ENGENHARIA/425, publicada em agosto de 1980, cujos autores são: o engenheiro Catulo Pestana Magalhães – membro da Divisão de Estudos Econômicos e Sociais do Instituto de Engenharia de São Paulo e do seu presidente engenheiro Luiz Augusto Falcão Bauer, trecho este que, ainda hoje, é bastante válido, como válido é também todo o editorial citado.

Na época, agosto de 1980, o I.E.S.P. conclamava, depois de uma longa, abalizada e minuciosa análise, a que: “Em presença deste quadro é que propomos a mobilização, outras ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E DE CLASSES, da opinião pública na defesa da ordem democrática”.

Temos a convicção profunda de que somente a democracia é capaz dar à SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA os elementos de análise que a tornem participante do poder político decisório, na condução de uma política econômico-social que justifique, ampare e consolide os princípios insubstituíveis da democracia.

É aqui, exatamente aqui, que entra uma das questões fundamentais para a nossa Associação, ou seja, a consciência de que somos profissionais, parte integrante de uma sociedade e organizados profissionalmente, com DIREITO E DEVER DE OPINAR POLITICAMENTE sobre qualquer questão, profissional ou não tanto no âmbito municipal, como estadual e mesmo nacional.

O fato é que foi difundido, ao longo destes 18 anos, mais precisamente a partir de 1964, um esdrúxulo e anti-histórico conceito de que o dito “profissional liberal” e conseqüentemente suas organizações não deveriam se envolver politicamente, ou mais ainda, o Arquiteto é para projetar, o Engenheiro para calcular, o Estudante para estudar, etc.

Este conceito, impingido que foi nos idos de 64, foi ainda mais enraizado quando da “Reforma do Ensino Brasileiro” através do obscuro acordo MEC-USAID e da crescente privatização do ensino por meio da

desobrigação do Estado para com o ensino e a cultura brasileira e conseqüentes e desastrosas mercantilização deste, donde para a nova casta criada dos senhores feudais, donos do ensino no Brasil, em nada lhes interessavam qualquer Organização Estudantil, uma vez que estas ameaçavam seus altos lucros em troca de uma mercadoria barata, amparados em um arsenal de leis, decretos e portarias, com o afã único de desorganizar a classe estudantil, que clamava por melhores condições de ensino, etc.

Assim foi com o ensino Brasileiro, do qual somos crias. Assim com o “modelo econômico”, do qual somos vítimas.

Somos vítimas de um regime concentrador de poder, que em menos de duas décadas se mostrou ambíguo, insuficiente e incompetente ante as necessidades vitais da Sociedade Brasileira, bastando para exemplificar esta concentração de poder, um dado apenas, o de que em 1981 os Municípios Brasileiros participaram de apenas 4% da renda nacional, enquanto a União reteve para si 66%, obrigando os prefeitos a uma verdadeira Via Crucis pelos corredores ministeriais atrás de recursos para atender às necessidades de seus Municípios.

Somos vítimas de um “modelo” gigantesco e megalomaniaco, que gerou uma irrefreadável concentração de renda, um visível achatamento salarial, uma dívida interna e externa sem precedentes, como sem precedente é sua taxa inflacionária, o desemprego generalizado e a conseqüente queda do poder aquisitivo da sociedade. Tudo isso em nome de um cego desenvolvimentismo.

Um “modelo econômico” cujos mentores insistem em mantê-lo intangível, deitando intenções e promessas, através de uma enxurrada de decretos, resoluções e decisões, ainda que, contraditórias e conflitantes, gerando no meio profissional e empresarial a dúvida, a incerteza e a desconfiança, levando estes profissionais e a classe empresarial a uma situação de desestímulo, principalmente as pequenas e médias empresas e os profissionais da construção civil que vêm a cada dia o seu mercado de trabalho minguado ainda mais, frente a um estado inegavelmente recessivo.

Continuamos na mesma ladainha de que exportar é o que importa em que pese toda esta situação interna, de insolvência econômico-financeira e das instituições sociais, em que pese o saque das multinacionais e a crescente desnacionalização e descapitalização de nossa economia.

Para melhor exemplificar, basta recorrermos à política do petróleo, que vem sendo enfrentada de forma primária, através de altas constantes nos preços de seus derivados, basta olharmos a política energética, que tanta ênfase teve e agora sofre brusca desaceleração nas obras das hidrelétricas, termoeletricas e das usinas nucleares, assim é com a política habitacional e com todas as outras políticas.

Ante este quadro todo, resta-nos a tomada de uma consciência de que somente ORGANIZADOS PROFISSIONALMENTE e AMADURECIDOS POLITICAMENTE, podemos participar efetivamente dos destinos da nação, fazendo da nossa Associação um meio de discussões dos problemas que enfrentamos no cotidiano profissional e manifestando nosso modo de pensar, ou seja, fazendo política sim, mas política madura, uma política fundamentada, uma política sem paternalismos, UMA POLÍTICA EM DEFESA DA DEMOCRACIA”.

Dois anos depois de passar pelas funções de chefe da divisão de obras particulares e do departamento de obras da prefeitura, Luiz Carlos foi promovido a Secretário de Planejamento. Nessa época, implantava-se na cidade o programa federal Comunidade Urbana em Recuperação Acelerada (CURA). Havia projetos de envergadura em andamento, exigindo empenho da equipe técnica, em todos seus níveis hierárquicos. A administração também se endividava para fazer outras obras básicas que apesar de importantes traduziam o desejo do grupo político dominante em se manter no Poder.

Ao mesmo tempo, era um período de pré-campanha política no âmbito municipal e estadual.

No cenário político nacional, o movimento popular se fortalecia a partir da anistia de 1979. No âmbito estadual, retumbava, como um efeito dominó, esse mesmo sentimento.

Luiz Carlos assumiu a linha de frente na comunicação com a direção estadual e assumiu a coordenação dos trabalhos para criar o PCB em Dourados. O partido vinha se estruturando em todo o País com o retorno dos comunistas exilados.

O advogado Milton José de Paula, homem com trânsito na sociedade, ex-diretor do Centro Universitário (CEUD), era amigo de

outro advogado, Carmelino de Arruda Rezende, militante do PCB desde 1967 em Campo Grande. Por intermédio do Milton, Ribeiro conheceu o ex-prefeito João da Câmara (Totó Câmara), um dos fundadores do MDB e político com postura progressista.

Totó, nascido em Dourados, conhecia comunistas antigos e simpatizantes. O velho Roque Alves, carpinteiro morador no Jardim Itália, era um deles: pertencia ao PCdoB e foi um dos primeiros a ser preso logo após o Golpe de 64.

A partir desses contatos, Luiz Carlos foi apresentado a José Ribeiro, morador em Caarapó (cidade vizinha a Dourados), Epifânio Ribeiro, Antônio Ribeiro, Ênio Ribeiro e Augusto Ribeiro Neto que não têm nenhum parentesco com o Luiz apesar do mesmo sobrenome.

O professor Ivo Campos da Silva resgata parte daquele momento em monografia de conclusão do Curso de Especialização em História no CEUD.²⁷

De acordo com essa pesquisa, o PCB Estadual indicou Gilberto Carvalho para auxiliar na organização do partido em Dourados. Gilberto e Luiz coordenaram a primeira reunião na residência do velho Roque, em 21 de julho de 1981. Decidiram se inserir nas lutas populares, entidades sindicais, movimento estudantil e comunitário, cooptando gente com vocação para a liderança e que podiam ser fiéis ao projeto. Algumas reuniões aconteciam durante a madrugada para despistar a polícia.

Era se organizando e se inserindo na sociedade que o partido poderia mostrar suas idéias, apesar de todo preconceito e desconhecimento que permeava a senda política nacional. Mas com paciência, tenacidade e compreensão que o processo era lento.

A história tem mostrado que com verdade e amor conquista-se muita coisa.

Todo ser humano que luta por uma boa causa é um herói.

A pobreza é a pior forma de violência que habitava e habita as cidades, e a ditadura ainda impunha uma miséria ainda maior tolhendo sonhos e a liberdade.

Regras injustas estabelecidas por homens iníquos.

Era preciso coragem para suportar o ódio protagonizado pelos homens que sustentavam o regime de exceção.

Naquela reunião histórica na casa do velho Roque formou-se a direção do primeiro núcleo: Luiz Carlos, presidente; Guilherme Meldau,

²⁷ SILVA, 2000

secretário de finanças e Ênio Ribeiro, secretário político. Novas reuniões foram feitas, em diferentes locais.

A primeira célula foi batizada *21 de julho*.

O comunista, escritor, professor da UFRJ e um dos mais importantes pensadores brasileiros contemporâneos, José Paulo Netto, veio a Dourados para uma palestra como parte do trabalho de formação política das lideranças e fortalecimento do partido, para que conhecessem melhor a linha doutrinária e fundamentos. Essa palestra aconteceu em 28 de abril de 1984 na Associação Comercial e o debate se deu sobre o livro “Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira”, documento elaborado em Congresso dos Comunistas no ano de 1984.

Em maio do mesmo ano, no dia 23, com o título *Cuba Ontem e Hoje*, a Associação Cultural José Martí com apoio do Jornal *Voz da Unidade* trouxe os palestrantes Ricardo Brandão e Fausto Matogrosso para o anfiteatro do CEUD reunindo cerca de 500 pessoas.²⁸

Nesse período Luiz coordenou juntamente com os sindicalistas João Alves (Fetagri) e José Mendes de Oliveira (Trabalhadores Rurais), que tinha na coordenação do sindicato e do movimento pela Reforma Agrária, o professor Walter Hora, a Campanha pela Reforma Agrária cujo ato público aconteceu em 21 de julho na Praça Antônio João, numa noite fria reunindo cerca de 2 mil pessoas²⁹, com a presença de Emmanuel Marinho declamando poesias, João Ramalho (presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MS), Plínio Barbosa Martins (deputado federal), Sérgio Cruz, (o pau na mula), Totó Câmara, Rosário Congro Neto, Ivo Cersósimo, Paulo Falcão, Joel Pizzini, Egon Krakhecke, Geraldo Resende, Fausto Mato Grosso, José Mendes, Antonio Francisco Sobrinho (Chiquinho, do Sindicato dos Bancários), Walter Hora, entre outros.

(...) Quando não se têm amarras ideológicas burras, atrasadas, é possível se avançar no processo político, ampliar e consolidar espaços democráticos. O ato pela Reforma Agrária foi uma demonstração disso. O PCB nunca advogou o gueto, o isolamento. A direita mais fascista é que colocava os comunistas no isolamento porque sabia da força deles. Os comunistas sempre

²⁸ Cf. Jornal *O Progresso*. 29 maio 1984

²⁹ Cf. Jornal *O Progresso*. 24 jul 1984

advogaram à luz do dia, indo para a rua discutir. Ser direita não é crime, como ser esquerda também não é. Mas é preciso se ter a dimensão democrática e propostas concretas e objetivas e dizer isso à sociedade, convencê-la com essa discussão, avançar e consolidar espaços cada vez mais democráticos e não fazer discurso doente da cabeça, aquela doença infantil que Lênin definia como o puro e simples esquerdismo (...).³⁰

A simples menção à reforma agrária deixava o latifúndio furioso. Luiz argumentava que essa reforma deveria ser feita pela sociedade organizada não cabendo, portanto, a árdua tarefa a apenas uma valorosa minoria de bem intencionados.

Para Luiz Carlos, José Mendes, por exemplo, era um dos melhores sindicalistas que o Estado já teve na defesa dos trabalhadores rurais, pessoa com concepção sindicalista que não ficava restrita ao rodapé da luta meramente econômica. Ia além. Interessava-se pela educação, pelo acesso à comunicação dos trabalhadores, pela saúde, não era só salário e Reforma Agrária em si.

É desse período a vinda a Dourados do líder ruralista Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista (UDR). Ele veio pelo Sindicato Rural para fazer o contraponto da luta pela Reforma Agrária no Estado.

Naqueles mesmos dias, o clandestino PCB, sob a direção de Luiz, coordena um ato de desagravo à visita do líder da UDR nas dependências do salão paroquial da Catedral. É parte do jogo democrático.

(...) É um equívoco, por princípio, apartar questões com essa envergadura. É fundamental se inserir a sociedade como um todo e não parte dela nessas lutas sociais. Há pessoas tidas e havidas como de direita que podem igualmente ajudar na resolução dos problemas graves do País, não precisa ser apenas os trabalhadores do MST. Por que não um Ivo Cersósimo (à época deputado federal), sempre aliado a uma parcela da sociedade mais à direita,

³⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

embora tenha pertencido aos quadros do PMDB, não poderia fazer, naquele ato histórico, um discurso a favor da Reforma Agrária? Ele era interlocutor daquela parcela da sociedade que às vezes equivocadamente vê a questão como um bicho. Tendo-se o envolvimento desses líderes aumenta a credibilidade do movimento e mostra que é possível se fazer algo melhor. Apartar, nesse caso, é se colocar no canto do ringue, é política de gueto, não é de ganhar a grande população. Faz-se preciso trabalhar a cabeça dos opressores também. Qual é o problema? Esse é um fundamento humanístico ensinado por Paulo Freire. Gandhi não deu tapa em ninguém para conseguir a libertação da Índia dos domínios da Inglaterra. Foi convencimento, incluindo parte da elite da própria Índia. Gandhi foi egresso da elite de seu País, formado em advocacia em Londres. Mas disse aos seus parceiros porque o País precisava ter uma vida própria, convencendo o Mundo e boa parte dos próprios ingleses de que a possessão e a tutela inglesa na Índia não eram possíveis mais. Não é fácil construir um Mundo novo, mas que cada um faça a sua parte. Isso se conquista com políticas amplas, trazendo mais gente para esse processo. E aqui duas premissas: não a política do gueto, do isolamento e ter em mente sempre a idéia de processo. Nada é geração espontânea. Os partidos políticos precisam trazer para si aquilo que é tido e havido como política mitigatória, compensatória. Elevar isso como política de objetivos. Porque convencionalmente questões humanitárias estão na periferia dos partidos, enquanto deveriam ser o centro da questão. Tem que inverter esse processo. Hoje a contemporaneidade política passa por isso. Partido que não fizer isso está superado. O Mundo atual está a exigir da esquerda política a sua contemporaneidade histórica na superação do capitalismo. Essa contemporaneidade se fará na supressão maquiavelista do fazer política, introduzindo em sua práxis os elementos humanitários enquanto princípios de força revolucionária permanente e conseqüente, até porque o bem-estar no mercadologismo capitalista é tratado como mitigação ou piegas caridade. Então a política para a Reforma Agrária não pode ser para quebrar o galho. Ela tem que ser uma grande vertente de um partido que se pretenda progressista e de esquerda. Da mesma forma a questão dos Direitos

Humanos cujo tema só se reascende quando alguém apanha na rua. Ela tem que ser princípio, pedra angular do partido. Partido moderno tem que ter isso. Também assim com a questão ambiental, cultural, tecnológica, educacional, habitacional, saúde... Por isso que os partidos no Brasil acabaram ficando com a mesma cara. Porque todos eles têm os mesmos princípios, fazem políticas a partir de princípios maquiavelistas, e as questões humanitárias propriamente ditas são tratadas como políticas mitigatórias, compensatórias, e muitas das vezes como políticas assistencialistas, caridosas. Os partidos políticos no Brasil hoje estão todos calçando sapato 44 (...).³¹

A luta pela Reforma Agrária, na cabeça do Luiz Carlos, tinha algumas frentes de batalha a serem vencidas como, por exemplo, a ocupação de terras públicas, preferencialmente urbanas de tal sorte que a população urbana de forma direta ou indireta participasse da luta. Noutra ponta, a Reforma Agrária tinha necessariamente que inserir as terras assentadas no contexto do processo produtivo nacional e não uma reforma de subsistência. Em meio a isso, tinha que ensejar, também essencialmente, a cooperativa dos assentados.

Foi com essa concepção que Ribeiro ajudou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados, sob a presidência de José Mendes e coordenação de Walter Hora, a ocupar nesse período o campo de futebol do Parque Arnulpho Fioravanti, em Dourados. Ele doou lona para 80 barracos, projetou as barracas para serem do mesmo tamanho, serem montadas rapidamente, antes de a polícia chegar. Projetou o acampamento de tal forma a manter uma distância de dois metros entre uma e outra barraca por questões de saneamento e segurança do acampamento, ou seja, de forma a evitar a transmissão de doenças e se pegasse fogo numa barraca não passava para o vizinho.

Deixou-se o pátio central para reuniões, aproveitou-se a iluminação dos postes, a água do Parque, os banheiros, o camarada Guilherme na época gerente da Sanesul no dia seguinte instalou três bicos de água, tinha parque infantil e ninguém estragou o patrimônio. Os sem-terra, de Dourados e outras cidades da região, permaneceram por mais de um ano

³¹ RIBEIRO, L. C. 2007

lá e só saíram para serem assentados. Parte hoje tem terra em Nova Andradina e outros em Dois Irmãos do Buriti e Corumbá.

Em fevereiro de 1986, num acidente de carro na estrada para Campo Grande (BR-163), morreram tragicamente Antônio Francisco Sobrinho, o Chiquinho, presidente do Sindicato dos Bancários; José Mendes de Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; José Josino Salgueiro, da Construção Civil; e Edivaldo Francisco da Silva, dos Carregadores e Ensacadores de Café, no auge da luta sindical.

O movimento sindical local e estadual sofreu o seu maior retrocesso político organizacional.

O PCB nunca, em momento algum, instrumentou as organizações populares como correia de transmissão eleitoral.

Em setembro 1995 a Câmara Municipal de Dourados dá o nome de José Josino à Rua “S 38” no bairro Parque das Nações e Ribeiro escreveu e publicou no Jornal *O Progresso* em 28 de setembro de 1995:

RUA S-38

*“Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam das mãos...
Foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não...”*

O Operário em Construção, de Vinicius de Moraes

Manhã de 20 de setembro de 1981, domingo, a primavera se anunciava inexorável. As flores ainda em botões desafiavam a estupidez do asfalto e do concreto.

Manhã de 20 de setembro de 1981, domingo, Igreja Santo André, lá estava ele, JOSÉ, pedreiro de acabamento, católico, apostólico, romano e alagoano de Limoeiro. Era JOSÉ e casado com MARIA, e pra variar 5 filhos, 2 meninos “home” e 3 meninas “muié”.

Manhã de 20 de setembro de 1981, como a primavera, JOSÉ que de romano só tinha a fé, era tão frágil quanto às flores que peitavam a dureza do inverno. JOSÉ, pele e osso, osso duro de roer, também peitava a longa noite de quase 20 anos de ditadura e juntava seus companheiros, para quem sabe, desta vez construir o edifício da justiça social.

Manhã de 20 de setembro de 1981, JOSÉ nordestino obstinado e convicto de seu senso de justiça, fundava com seus companheiros o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Dourados.

Manhãs e manhãs se sucederam, prá JOSÉ sempre tinha manhã. A manhã do emprego, do salário melhor, a manhã da reforma agrária, das diretas, da democracia, e muitas outras manhãs.

Manhã, outra vez manhã, só que desta vez manhã de 13 de fevereiro de 1986, lá se foi JOSÉ. A gente sempre soube que todo mundo um dia morre, mas acho que não avisaram o nosso JOSÉ. O Sindicato tá aí, os Josés, agora junto com os Joãos, os Silvas, continuam construindo sempre um amanhã.

Agora aquele nosso JOSÉ virou nome de rua. Junto com ele estavam o Francisco, bancário, o outro José, o Mendes, trabalhador rural e o Edvaldo saqueiro.

A lei 2006, aprovada pela Câmara e sancionada pelo Prefeito, põe o nome de nosso JOSÉ na rua S-38 no Parque das Nações. Que bom, nosso JOSÉ agora é de todas as Nações.

José que era Josino

Josino que era Salgueiro

José que era JOSÉ JOSINO SALGUEIRO

Um operário em construção”.

Os comunistas locais rapidamente se organizavam usando a partir de seus estudos científicos, a dialética, o discurso, a argumentação, o convencimento, o enfrentamento de idéias, enfim, provocando emoções. Enfrentaram os riscos e desafiaram o medo.

A militância estudantil do PCB esteve à frente da União Douradense de Estudantes (UDE), nos tempos em que a entidade tinha uma identidade e comprometimento com as lutas estudantis e operárias nacionais. O PCB, sob a presidência de Luiz Carlos foi decisivo na criação, em 1981, da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Dourados, mais tarde, em 1984, transformado em Sindicato da Construção Civil, tendo José Josino Salgueiro, não comunista, como sua principal liderança, ainda pouco imatura, mas disposta aos sacrifícios que a luta exigia.

Em 1983, Luiz Carlos participou ativamente da eleição para a mudança da diretoria da Associação dos Servidores Municipais (ASSEM), hoje uma entidade sindical, embora sua chapa tenha sido derrotada à época, vencendo os obsequiosos de gabinete.

Lógico que esse trabalho foi permeado por dificuldades, mesmo porque eram poucos os operários da reforma. Ribeiro, junto com o PCB, ajudou a edificar essas instituições não pensando mera e unicamente em um propósito partidário. Ele nunca foi candidato a cargos eletivos, mas persevera na idéia mãe: a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, mais digna. Onde há injustiça, deve haver luta, luta por mudanças sempre.

Da Associação dos Engenheiros e Arquitetos, da ASSEM, da UDE, da Associação dos Trabalhadores na Construção Civil, na organização dos trabalhadores rurais, feirantes, entidades comunitárias, enfim, a orientação era não radicalizar, vencer pelo discurso, pela prática política pacífica, pelo esclarecimento, pelas eleições e pela transição, democraticamente.

As coisas simples, no entanto, são sempre as mais difíceis.

Foi uma fase de prosperidade no meio sindical, com reuniões, manifestos, encontros, greves, enfrentamentos, mobilização para se instalar a Junta de Conciliação e Julgamento, reforma salarial e assim por diante.

Sob a orientação comunista da unificação de forças, os sindicatos e as entidades formaram a Unidade Sindical.

Luiz não perdia a empolgação, bolava, redigia faixas, cartazes e panfletos.

As manifestações em torno do 1º de Maio, empurradas pelo PCB, passaram a ter um valor político maior e um peso popular relevante. Expressavam com legitimidade o sentimento do povo. Deixaram de ser datas meramente festivas, até então permitidas pela ditadura e passaram a ter objetivos claramente políticos reivindicatórios.

Os trabalhadores entendiam a mensagem porque o dilema era comum: falta de oportunidades, um arrocho da massa assalariada patrocinado pelo governo federal e ausência de uma vida digna. As reivindicações, antes suprimidas pela ditadura, agora eram bradadas em praça pública sem medo. Passaram a perceber que há lugar para todos na sociedade e não apenas para uma minoria abastada, embora o poder econômico jamais tenha deixado de dominar a conjuntura e a estrutura do tecido social.



O PCB cresceu junto e soube esperar o momento de agir e tomar posições. Articulou-se e renovou esperanças, unindo vibração, sonhos, visão e organização.

Seus protagonistas demonstraram desprendimento e espírito de renúncia.

Luiz Carlos esteve em todos esses movimentos, incentivando, fazendo escolhas e ajudando quem ainda não tinha sequer pensado numa escolha, a tê-la ainda que fosse diferente à dele.

Era personagem indispensável nesse meio, angariando simpatia, confiança e comprometimento. Já tinha feito essa escolha lá atrás...

Sua habilidade e talento transcenderam os limites do Município em curto espaço de tempo.

A vida política era dissociada, evidentemente, do trabalho profissional. Precisava como os demais se empenhar para ganhar o pão nosso de cada dia.

Essa perseverança é inspiradora, mas essa postura de vida implica em renúncia parcial e às vezes integral ao lazer, ao ócio e à família.

Em 1981, Luiz casou-se com a psicóloga Iara Aparecida Ortiz que passou, logicamente, a compartilhar os mesmos pensamentos, embora viesse ela de família de preceitos mais conservadores.

Organizar o próprio tempo torna-se imperativo quando alguém se propõe a dedicar uma vida a esse ideal.

O compromisso com a história há muito fala mais alto em seu íntimo, sem confundir essa obstinação com demagogia. Age pelo princípio.

Quando se luta por uma causa justa o apoio, invariavelmente, costuma surgir do nada...

Ser o diferencial é não recorrer ao discurso fácil, ao populismo e à hipocrisia, não se nivelar por baixo.

Mas à época Luiz e a maior parte dos comunistas locais alimentavam a vontade de construir um mundo socialista, com o estado a serviço do povo, comandado pelo povo. Prevalcia aquela noção bem utópica do socialismo.

O repensar só veio balançar forte a cabeça dele depois da viagem a Cuba, depois de ver, de perto, o socialismo real.

Durante a campanha de 1982, além do corpo-a-corpo na periferia e no Movimento Social, o PCB pediu votos para Plínio Barbosa Martins para deputado federal; Roberto Orro para deputado estadual; Totó para prefeito e Clóvis de Oliveira, ainda jovem, para vereador, o primeiro candidato do partido local, apesar de abrigado no PMDB porque o PCB permanecia na semi-clandestinidade.

Clóvis e Totó não se elegeram. Na Capital, o partido fez campanha para Fausto.

O partido integrou o governo Wilson Martins em 1983 na pessoa de João José de Souza Leite, de Campo Grande, como adjunto na Secretaria de Desenvolvimento Social; Iara Aparecida Ortiz na Sub-Delegacia Regional do Trabalho em Dourados e Guilherme Meldau Neto na gerência regional da Sanesul.

Benquistado entre as lideranças sindicais, em janeiro de 1983 elas tomaram a iniciativa de propor o nome de Luiz Carlos para ocupar um cargo de confiança no governo. Argumentaram que assim estariam bem

representados na equipe do doutor Wilson. Milton de Paula também foi indicado, mas ambos não chegaram a serem nomeados. Os sindicalistas diziam que precisavam avançar em nível de organização e ambos poderiam garantir uma ação social mais voltada para as políticas operárias.

Luiz, como assessor sindical em Dourados, cargo sem nenhuma remuneração, uma invenção para poder continuar organizando o movimento sindical, desenvolvendo a Unidade Sindical, integrou a comissão para transformar a Secretaria de Desenvolvimento Social em Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. Inicialmente um decreto criou o departamento específico, mas o secretário Rosário Congro Neto demorou a implantá-lo, o que se deu em agosto de 1984, quase um ano depois.

Os comunistas tinham, nesse governo, chegado não ao Poder no sentido clássico e político substantivo, mas a uma parte administrativa do Poder.

Tinha-se por meta, naquele pequeno espaço de governo estadual, avançar, ampliar e consolidar políticas mais amplas de participação das organizações sindicais de trabalhadores nas definições de políticas de Estado.

Iara, a companheira, inclusive em boa parte nas lutas, observa que o marido, como arquiteto, pouco se preocupou em projetar a própria casa. Está mais ocupado em planejar o comunitário, não tem o projeto dele para a casa dele.

Não é santo, longe disso, tem defeitos e comete erros como qualquer mortal.

Apesar de agnóstico confesso, se fosse espírita, poderia se dizer detentor de um carma socialista.



Logo após as eleições de 1982, como não poderia ser diferente, o PCB em Dourados encabeçou a campanha pelas Diretas Já.

Luiz coordenou a organização de dezenas de pequenos comícios suprapartidários nos bairros até se chegar ao grande ato público na Praça

Antônio João, a principal de Dourados, em 10 de março de 1984, reunindo lideranças e políticos de diferentes matizes, todos imbuídos numa mesma proposta, independente de suas tendências ideológicas.

Reuniu-se no mesmo palanque Nelly Bacha, Ivo Cersósimo, Rachid Saldanha Derzi, André Puccinelli, Braz Melo, Rivalmir Fonseca, Ruben Figueiró, Marcelo Miranda, Saulo Queiroz, Ramez Tebet, Aniz Faker, Laerte Tetila, Mauro Alonso, João Carlos Torraca, Valdenir Machado, Emmanuel Marinho, Chiquinho do Sindicato dos Bancários, Rosário Congro Neto, José Mendes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Áureo Garcia Ribeiro, Joel Pizzini, Walter Hora, Geraldo Resende, Antônio Carlos Biffi, Totó Câmara, Cícero Irajá Kurtz do Sindicato Rural patronal, entre outros.

A apresentação foi feita pelo locutor Osvaldo Maciel, da Rádio Globo de São Paulo.

O peso político em cima do palanque era muito grande e isso só foi possível porque se tinham uma visão ampliada da questão, não era uma coisa obtusa.

“(...) O PCB, a exemplo disso, nunca pregou o gueto, até porque essa política não presta para ninguém (...)”.³²

Se direita ou esquerda, a luta pelas Diretas Já estava acima disso, porque colocava no centro das discussões a garantia, no futuro, dos espaços democráticos de participação política de todos, uma vez que a ditadura colocara de forma generalizada todos fora da vida política nacional, a exceção, lógico, deles mesmos.

Para Luiz é maniqueísta a divisão ortodoxa, pronta, acabada e criminal da sociedade em direita e esquerda.

A direita representa num dado momento a manutenção do “status quo”, enquanto os comunistas só querem mudar o Mundo...

Dada essa premissa, vão-se então, ambas as tendências, para a rua.

Uma vez garantidos os espaços democráticos a sociedade no seu tempo fará sua opção. Não há uma formulação diferente se a intenção for à tentativa de construção de uma sociedade melhor lá na frente. O problema é que as pessoas costumam ter pressa, achando que tudo se resolve numa penada, que dá

³² RIBEIRO, L. C. 2007

uma canetada à noite e acorda socialista no dia seguinte, isso não existe.³³

Para se organizar o grande comício, criaram-se o Comitê Suprapartidário Dourados pelas Diretas, com recursos de políticos, empresários, etc. Todos queriam as diretas para romper com a ditadura e estabelecer um eixo democrático para o País.

Não se tratava de movimento de esquerda, era uma ação da cidadania, incorporado pela esquerda e por uma parcela significativa da direita. O resto era conversa. Era conseguir por um pé na história e avançar, consolidar-se um passo e se tentar dar um outro seguinte. Não era discurso de galinha, aquela que cisca para fora. A intenção era ciscar para dentro sem, no entanto, fazer concessões.

Foram distribuídos 10 mil cartazes, 40 mil panfletos, carros de som convocavam a população, fazia-se propaganda em rádio e tevê, além de pedágios para se vender adesivos para veículos.

O comício do dia 10 foi a maior estrutura de som montada até então na praça, com 30 mil watts, tendo shows com artistas de renome como Sérgio Reis. Reuniu um público de 10 mil pessoas, segundo os jornais, a maior concentração pública da história política da cidade até então. O ato teve apoio integral do Governo do Estado que igualmente estava engajado na campanha.

Num dado momento da história, como foi o movimento das diretas, o senso de justiça religioso cristão, evangélico, enfim, e dos marxistas, se encontraram. Não é muito diferente disso dentro de uma análise filosófica. Provou-se a junção de políticos influentes de diferentes ideologias para lutar por uma coisa só. Isso foi muito claro.

Ribeiro dizia que as eleições diretas eram uma saída para a profunda crise econômica do País, com uma dívida externa de US\$ 100 bilhões, inflação de 211% em 1983, muitas falências e concordadas, 5 milhões de desempregados, salário de fome, 7 milhões de crianças sem escola, 20% da população analfabeta. Indignava-se com o fato do FMI impor mais arrocho e a eleição indireta a ponto de se ter senadores que nunca votaram em Presidente da República. Entendia como imperativa

³³ RIBEIRO, L. C. 2007

a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e a livre organização partidária e sindical. A política do desastre nacional não podia continuar.

Antes dessa campanha, em dezembro de 1982, atendendo chamamento da Secretaria Nacional Pró-CUT, quando o FMI impunha exigências ao Brasil que eram consideradas perigosas porque iam acirrar a crise econômica e social, no apagar das luzes da ditadura, as entidades sindicais de Dourados se aliaram ao movimento nacional em torno do Dia Nacional de Luta pedindo o fim da Lei de Segurança Nacional, defendendo o direito de greve, se colocando contra a intervenção nos sindicatos e arrocho salarial. Quando a CUT passou a ser um braço dos petistas, o PCB se afastou da Central.

Luiz Carlos juntamente com outros tantos chegou a ser delegado, na primeira reunião da CUT em Praia Grande (SP), representando o movimento sindical de Dourados e Mato Grosso do Sul.

Ele e mais 100 pessoas estiveram no Congresso Nacional das Classes Trabalhadores (Conclat). Antes do evento nacional fez-se o congresso em nível de Dourados para se escolher delegados e propostas e depois na instância estadual.

A partir desse congresso nacional é que se criou a CUT.

A liberdade partidária só foi restabelecida em maio de 1985 quando então o PCB retornou, finalmente, à legalidade, depois de ficar proscrito desde 1947.

Em agosto de 1984 Ribeiro, movido pela consciência, engrossou fileiras com aqueles que tentaram impedir o erro que as autoridades locais estavam cometendo com a demolição do Clube Social, um patrimônio histórico que apesar de veementes apelos acabou sendo demolido para dar lugar a um apart-hotel que até 2007 não foi concluído. O movimento sindical também esteve ao lado desse movimento.

A obra inacabada no concreto virou um esqueleto sombrio em plena área central, uma prova física cabal da ambição desmedida. Esse clube foi o “point” por mais de 30 anos e, de repente, a memória virou entulho.

O apelo chegou ao governador, um manifesto, mas foi em vão.

Luiz disse à época³⁴ que a reivindicação feita à Fundação Cultural de Mato Grosso do Sul (FCMS) tinha duas finalidades: preservar as partes necessárias do prédio e transformá-lo em espaço cultural popular. A cidade não tinha um local centralizado para sediar eventos culturais. Um abaixo-assinado também não surtiu efeito junto aos ouvidos moucos das autoridades, inclusive os do prefeito Luiz Antônio Gonçalves (1983-88).

Em maio de 1985 a Comissão Provisória do PCB de Mato Grosso do Sul foi apresentada à imprensa tendo como presidente o advogado Carmelino Rezende.

Luiz Carlos era o 2º vice-presidente.

A etapa seguinte foi estruturar o partido em Dourados, Aquidauana, Anastácio, Três Lagoas, Navirai e Mundo Novo.

Em abril de 1985, ainda na direção clandestina, organizou o manifesto pela legalização do partidão na Câmara Municipal de Dourados que aprovou moção de apoio a legalidade do PCB.

Luiz integrou em 1985 o Grupo de Apoio ao Índio de Tupã-Y Dourados representando a Comissão Estadual pela Legalização do PCB ao lado de notáveis de diferentes entidades e partidos políticos de esquerda.

Quando assassinaram o líder indígena Marçal de Souza, o *banguela*, na Aldeia Campestre, em Antônio João, em sinal de protesto realizou-se um ato público em frente da Catedral de Dourados reunindo expressões nacionais como Juruna e Darcy Ribeiro, além de políticos do Estado.

Em meio ao ato público, um fato pitoresco: o então deputado estadual Roberto Djalma Barros, de Dourados, quis subir no palanque para falar, mas em virtude do grande número de oradores, já havia uma lista prévia e o único da Assembléia a fazer uso da palavra seria o presidente Roberto Orro, coisa previamente acertada.

- Se você for querer falar, todo mundo vai querer também – avisou Luiz.

- Não! Vou falar, vou subir! – teimou o parlamentar.

³⁴ Cf. Jornal *O Progresso*. 11/12 ago 1984. p. 3.

E, de fato, tentou subir.

- Eu sou deputado!

- Não sobe – peitou Ribeiro.

Foi um perereco. Quase as coisas foram para as vias de fato.

Em Dourados, a Comissão Provisória do PCB teve sete integrantes: Luiz Carlos, Clóvis de Oliveira, Ênio Ribeiro de Oliveira, Mardônio Molonha Alencar, Sílvia Regina de Oliveira Paz, Granville Molonha Alencar e José Jozino Salgueiro.

Chiquinho, por exemplo, evangélico, nem por isso deixou de prestigiar o evento e ainda fazer discurso sobre a questão sindicalista.

Luiz Carlos recorda que o agrupamento era fruto de uma bonita costura, feita sem medo.

O comitê era numa das salas do edifício Dinho.

Para o povo que passava pela Avenida Marcelino Pires – a principal da cidade - ver com clareza, pintou-se nas janelas a foice e o martelo.

Conversa ao pé de ouvido era de que o dono achava que o prédio ia ficar mal falado devido à presença dos “vermelinhos”.

Às vésperas do lançamento do PCB e inauguração oficial da sede, exigiu-se empenho dos militantes e presença obrigatória nas reuniões de base que normalmente aconteciam aos domingos. Era para se manter o espírito de organização e disciplina. Nesse ínterim, o partido já tinha 63 anos de Brasil e os comunistas avaliavam que o maior acerto era ter empunhado a bandeira do socialismo científico, ou seja, a luta pela emancipação da classe operária dos ditames da burguesia exploradora da força do trabalho dos operários, dos camponeses e dos assalariados. O mérito maior era a resistência, mesmo nos longos anos de clandestinidade. O desafio seguinte era transformar o PCB em um partido de massas. Entendia-se, em 1985, que uma nova quadra da história era ali inaugurada, pois, os comunistas, agora na legalidade, tinham eleições para enfrentar e aí teriam que deixar de ser um partido de quadros para ser de massas, uma legenda também eleitoral.

Em Dourados, foram constituídos Núcleos de Dinamização Partidária (NPD) nos bairros e trabalhou-se para fortalecer os já existentes. Era preciso buscar o avanço da consciência política. Pensava-se na dimensão regional do partido e sua repercussão a partir do trabalho feito em Dourados.

Reconheciam que para crescer era preciso ir além do proselitismo. Evocava-se, em seus quadros, o ímpeto revolucionário. Mas partido nenhum faz revolução sem povo consciente.

Para os períodos pré-eleitoral e eleitoral a proposta foi estabelecer os Mutirões Vermelhos, prevendo cursos de formação e uma série de ações. Passaram a visitar os bairros aos domingos, de manhã e à tarde, mostrando o partido, suas lutas, e sua história. A barraca “Conheça o PCB” era montada aos sábados em pontos movimentados e foram feitos panfletos direcionados aos estudantes.

Assim a palavra comunista foi sendo desmistificada, pois a desinformação e a alienação, frutos de longos anos de ilegalidade e perseguição sem direito de defesa e mais os anos de ditadura, ainda estavam presentes.

Mas com a instalação definitiva do partido, a cidade, então com 100 mil habitantes, isso em 1985, passou a conviver mais de perto com a proposta de transformação social. Havia, pelo menos, acesso às informações, apesar de recusas e de reticências. Os comunistas eram pessoas normais, gente do povo, trabalhadores iguais aos outros, porém, preocupados com o futuro da sociedade.

O marxismo-leninismo era a filosofia norteadora das propostas.

Na sede foi instalada uma biblioteca com o nome de *Graciliano Ramos*, com obras que não se limitavam ao tema ideológico, mas tinham também abordagem popular. O auditório foi batizado de *Gregório Bezerra*, outro ícone que deu a vida ao socialismo. A partir desse tempo, as reuniões e a centelha do partido não precisavam mais ser propagadas de forma sigilosa.

Ribeiro era também vice-presidente da Associação Profissional dos Arquitetos de Mato Grosso do Sul e já tinha coordenado, além da formação de sindicatos e associações locais, os movimentos sociais de destaque na época.

Foi o primeiro presidente do Diretório Municipal do PCB.

Abriu o discurso citando Pablo Neruda:

*“Tudo luta por mudanças, menos os velhos sistemas.
A vida dos velhos sistemas nasceu de imensas teias de aranha.
Teias de aranha mais duras do que o ferro das máquinas.
No entanto, há gente que acredita numa mudança,
que tem posto em prática a mudança,
que tem feito triunfar a mudança,
e que tem feito florescer a mudança”.*

E continuou:

“Nós os comunistas não só acreditamos, mas temos colocado em prática e faremos florescer o inevitável socialismo. A história do PCB está intimamente entrelaçada à História dos grandes movimentos democráticos e progressistas do país nas últimas décadas (...)”.

Lembrava que o preço principal da ausência de democracia recaía sempre sobre os ombros da classe operária. Democracia – continuava: “(...) não se concebe sem direito à moradia, emprego, salário digno, saúde, educação, lazer, cultura, transporte de massas, entre outras melhorias das condições materiais e espirituais do povo, sem discriminação de raça, cor, religião e ideologia (...)”.

Os comunistas seriam sempre obstáculos aos intentos de quem apostasse no retrocesso.

A história política de Dourados mudou com a efetiva participação dos comunistas, pois, os que puseram a cara à tapa a partir de 1978 passaram a ser vistos como referencial de comportamento político tanto pelos aliados como adversários, resgatando a convivência democrática e alterando a correlação de forças na sociedade.

— — —

Na campanha para o governo em 1986, o partido se aliou novamente com o PMDB, PFL, PDT para apoiar o senador Marcelo Miranda, estipulando pontos básicos: zelo pelo nível dos debates eleitorais; reconhecimento da autonomia e representatividade das instituições da

sociedade civil e das organizações dos movimentos sociais; amplo apoio ao esforço de organização da sociedade; apoio resolutivo à Reforma Agrária; demarcação urgente de terras indígenas; criação da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, entre outras exigências para garantir a convivência democrática e pluralista.

Essa aliança feita em nível de Estado não teve a participação do PT que, para Ribeiro, fazia uma oposição irresponsável para a época.

Marcelo Miranda não teve dúvidas em se aliar com o PCB.

Até o doutor Wilson tinha certo receio do partido, embora os comunistas sempre estivessem nas bordas do governo dele.

Já Marcelo o colocou como aliado da sua candidatura e se elegeu.

O PCB ganhou a eleição sem receio de mostrar a imagem de foice e martelo, superando o anticomunismo. Fausto foi bem votado na época.

Pediram votos também para Totó Câmara e Wilson Martins para o Senado, Plínio Barbosa Martins para deputado federal e Fausto Mato Grosso para deputado estadual.

Após a metade do governo de Marcelo a coisa começou a tomar outro rumo, pois, passaram a ter voz mais ativa na administração figuras como João Leite Schimidt e Londres Machado.

Isso dificultou o espaço do PCB, o ambiente foi se restringindo. Até que chegou o momento dos comunistas que ocupavam a Secretaria de Trabalho pediram as contas.

Luiz Carlos era secretário-adjunto e em Dourados havia sido montada a Unidade Regional do Trabalho. Essa pasta dava assistência ao movimento sindical, formando entidades, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), treinando o pessoal, trabalhou na formulação da política sindical. Mandaram gente até fazer cursos fora do Brasil por intermédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mas o PCB cumpriu seu papel.

No outro “front”, o PT trilhava projetos próprios, apartados da unidade da luta democrática que representava a sociedade, ou seja, a

Aliança Democrática. O PT, naquele instante, se afastava das melhores tradições democráticas brasileiras como noutras vezes, caso do plebiscito pelo regime de governo ao apoiar o Presidencialismo sem nunca tê-lo sido.

“(...) Esquerda no Brasil nunca foi outra coisa a não ser Parlamentarista por uma razão óbvia: por ser um sistema mais democrático. Ainda mais em se tratando do caso brasileiro cujo Presidencialismo tem raízes imperiais. O PT vislumbrava ser governo e mudou seu discurso (...)”.³⁵

O PCB, por sua vez, cumpria seu papel histórico. O PT mostrava-se incoerente quando criticava as alianças preconizadas há anos pelos comunistas em nome de objetivos maiores; anos depois mudou novamente seu discurso e admitiu alianças.

Novamente a perspectiva de Poder pela frente baliza seu novo discurso.

O PT nos governos, obedecendo à tradição do atraso político nacional, aparelha esses governos, transformamos em biombos partidários, confunde partido com governo e sabidamente isso só tem atrapalhado a história política do Brasil. Isso é incompatível com uma política de longo prazo de mudança. Partido é partido, governo é governo. Mas a história vai cobrar isso do PT, sem dúvida.³⁶

A contribuição do PCB para a Assembléia Nacional Constituinte se deu por intermédio da mobilização junto ao eleitorado pedindo votos para os candidatos comprometidos com o progresso e o avanço do processo democrático.

O PCB sempre foi um partido ideológico e de quadros no âmbito de Mato Grosso do Sul, foi muito respeitado e ainda o é (mesmo sendo PPS) por seu passado de pensadores políticos, de formuladores de grandes políticas, pessoas que não defendem o mero aqui e agora, a política do meu projeto eleitoral, não foi isso que permeou a sua vida orgânica. Não é um partido de momento como a maioria.

³⁵ Cf. *Jornal O Progresso*. 11/12 ag 1984. p. 3

³⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

O PCB ao deixar o Governo do Estado perdeu, no entanto, boa parte de sua visibilidade político-eleitoral.

Na medida em que o partido ganhava dimensão e respeito, cresciam as responsabilidades, as cobranças e atribuições, exigindo empenho dobrado dos precursores. Análises, decisões, reuniões, elaborar propostas, manter permanentemente a coordenação, acompanhar as atividades, buscar mais e mais avanços. As divergências também pipocavam na mesma velocidade, pois, a pluralidade é conseqüência da convivência democrática. O PCB sempre rechaçou qualquer alternativa que leve ao confinamento do gueto eleitoral e nenhuma legenda do campo democrático podia ser descartada como aliança eleitoral, desde que se preserve a coerência e o pragmatismo da legenda.

Afinal, era preciso criar condições para a construção de espaços mais favoráveis à luta socialista. Mas era preciso eleger lideranças políticas em Dourados e Campo Grande. Em Dourados o PCB nunca foi bem sucedido nessa meta. As possibilidades que se abriam nos momentos eleitorais desaconselhavam à opção.

As lições tiradas em congressos eram de que o fraco desempenho devia-se a pouca inserção no movimento de massa e à frágil e insuficiente organização. Apesar disso, o anticomunismo estava atenuado, graças, em parte, ao trabalho junto aos órgãos de comunicação.

Nota-se que apesar de todo o esforço e avanço em termos de se ampliar liberdades, o PCB ainda tinha suas limitações. Luiz Carlos se empenhava para cumprir o seu papel no âmbito de Dourados e não negligenciava o trabalho em nível regional.

Em Dourados os comunistas ampliaram o diálogo com os partidos visando uma aproximação e condições para futuras coligações.

Ao avaliar o desfecho das eleições em 1986 e a derrota de seus candidatos próprios, apesar da vitória de Marcelo Miranda, concluiu que o resultado teve influência do poder econômico, dos meios de comunicação que favoreciam certos candidatos, da distribuição do tempo gratuito no rádio e tevê, o preconceito anticomunista e até a falta de tradição eleitoral do partido. Em síntese, a avaliação foi bastante crítica.

O PT, naquela eleição, incluindo todas as candidaturas desde o governador a deputado estadual, não obteve o total de votos que apenas o candidato Fausto Matogrosso alcançou.

A direita, representada pelo PTB, foi isolada dentro da conjuntura estadual.

Em 1987, no dia 22 de junho, Luiz Carlos foi uma das pessoas a recepcionar o inquieto metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva que tinha vindo a Dourados para uma palestra direcionada às lideranças sindicais na Câmara Municipal.

Antes disso, em 1984, o PCB de Dourados foi um dos partidos a dar boas-vindas ao então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, que veio fazer uma palestra no cine Ouro Verde. Aureliano havia rompido com o Presidente João Figueiredo, o último ditador, e se ofereceu, em 1984, candidato à presidência pelo PDS. Derrotado na convenção por Paulo Maluf, aliou-se a Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e José Sarney na formação do Partido da Frente Liberal (PFL) para apoiar o candidato da oposição, Tancredo Neves, dentro da Aliança Democrática.

O PCB ajudou a organizar a recepção em reconhecimento à proposta de redemocratização na figura de Aureliano e esse trabalho, no âmbito local, teve uma participação importante do deputado Saulo Queiroz. A pecha de que Aureliano seria de direita não valia naquele momento.

“(...) O que interessava era ganhar aquele espaço, ouvi-lo, vê-lo somar-se ao velho sonho de por fim à ditadura e aos que a sustentavam (...)”.³⁷

Luiz Carlos entendeu que Aureliano, apesar de egresso do governo militar, representava um avanço democrático, daí o caráter especial que deram à sua visita, mobilizando o meio sindical para lotar o cinema para a palestra. Foi para demonstrar uma concepção clara do processo histórico, ou seja, se ajuntar a quem quer que fosse empenhado na redemocratização do país.

Os comunistas saíram da ditadura com proposição de uma ampla aliança no sentido de suplantá-la e garantir espaço democrático. Precisavam fazer isso. Nesse período faziam alianças de todos os gêneros,

³⁷ RIBEIRO, L. C. 2007

incluindo os que estavam apartados de um lado ou de outro. Nesse tempo o PT já começou a fazer um discurso diferenciado, tentando se afastar e não era essa a proposição da época. Sempre o projeto único e não o nacional.

Depois desse período surgiram vários outros partidos, transformando-se na geléia geral que se vê nos dias atuais, com partidos de pouca ou nenhuma expressão seja política, ideológica, eleitoral ou intelectual.

Aí, segundo Ribeiro, começou a aparecer a dimensão do PT, o equívoco histórico que acabou se dando no governo do Lula. Mais recentemente, em 2007, fica mais fácil fazer essa análise, mas naquele tempo os comunistas tinham dificuldade de fazê-la, embora tivessem companheiros com os dois pés atrás com o PT em função do discurso.

Os comunistas, por exemplo, arrematavam forças para garantir espaço democrático, pois José Sarney assumiu num quadro confuso, um vice que não era vice, a morte de Tancredo, havia todo um imbróglio institucional que findou num grande acordo para garantir a posse do Presidente da República. Mas não havia garantia de que aquilo pudesse demorar muito tempo. Como se garantir? Com forças democráticas de um lado e o PT tentando apartar, jogando contra?

Os comunistas foram os únicos representantes de esquerda a apoiar a disputa mesmo no terreno espúrio imposto pelo Colégio Eleitoral composto por senadores e deputados.

O PT foi muito questionado e a história acabou mostrando porque ele fazia isso.

Mas o PCB sentia a necessidade de sair da condição de partido de quadros para ser um partido de massa. Em Dourados, o partido aumentou o número de filiados, rapidamente, de 32 para mais de 280 e Fausto foi, como candidato de outra cidade, o 2º mais votado no Município, reflexo do desempenho eleitoral dos comunistas, isso em 1986.

Em 1988, em Dourados, o partido integrou o arco de alianças que garantiu a vitória do engenheiro Braz Melo (1989-1992), candidato do PMDB, com a mesma linha de costurar a coligação visando o aprofundamento e a consolidação da vida democrática brasileira que naquele momento dava seus primeiros passos na sua redemocratização

depois de 21 anos de ditadura. Grande parte do aprofundamento da redemocratização se deve a esse trabalho. O PCB foi peça fundamental nesse processo de consolidação da democracia brasileira.

O jornalista Clóvis Oliveira pode, então, ser candidato a vereador pelo PCB, recebendo uma boa estrutura para campanha como carro de som, panfletos e comitê – eram poucos candidatos a vereador que tinham comitê - mas ele novamente não conseguiu se eleger.

Braz Melo, quando assumiu, sequer enviou convite para os comunistas prestigiarem a posse, apesar de o partido ter contribuído com 400 e poucos votos numa eleição em que Braz ganhou de Zé Elias por desesperados 43 votos...

O PCB publicou na época um documento dizendo que não estava fazendo parte da administração, mas nem por isso fazia oposição sistemática. Ser eternamente da oposição é uma postura equivocada, um erro crasso.

Na eleição seguinte, em 1992, em Dourados, o PCB se aliou com o PT.

Em 1996, repetiu-se a coligação com o PT, bem como em 2000 quando a eleição ficou polarizada entre a esquerda e direita tendo-se o professor Laerte Tetila como candidato petista e Murilo Zauith pelo PFL.

Nessa eleição foi estabelecido um acordo coordenado pela direção do PPS.

O PPS indicou o vice, o pediatra Luiz Carlos Arruda.

A indicação de Arruda teve o marketing de desfazer um pouco a idéia de uma candidatura muito à esquerda.

“(...) Alguém sem o cheiro de comunista como eu (...)”.³⁸

Durante o X Congresso Nacional do PCB, em 1993, consolidou-se definitivamente o PPS, depois da decisão já ter sido tomada, também em congressos, nas esferas estaduais e municipais. A mudança foi influenciada pelas profundas dificuldades do socialismo real na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas cujo colapso em 1989 encerrou um ciclo histórico. Foi um período em que os comunistas promoveram uma intensa autocrítica em todo o Mundo.

Os partidos comunistas vinham mudando no Mundo inteiro. O da Itália era referência para o PCB brasileiro, assim como o de Portugal.

³⁸ RIBEIRO, L. C. 2007

Em Dourados, durante as discussões, houve muita oposição a essa mudança.

Luiz Carlos, por exemplo, se sentiu um pouco desconfortável porque ele costuma associar a idéia de como sendo freguês do supermercado, da farmácia, da padaria, era do partido também. Ficou meio receoso com a mudança da simbologia, mas aí era preciso avançar fronteiras, mas não havia como insistir no PCB em Dourados.

O PPS permaneceu por dois anos na primeira gestão petista dentro da prefeitura de Dourados, até junho de 2003.

Havia tido um avanço político com o governo Marcelo Miranda pelo que tinham feito na Secretaria do Trabalho.

Já no primeiro governo municipal do Tetila (2001-04) o partido chegou a ter mais realizações e espaço político inicialmente, apesar da controvérsia estabelecida logo depois cujos desdobramentos serão citados logo mais adiante.

Luiz Carlos diz, 30 anos depois, que mantém o ímpeto para o enfrentamento.

“(…) Não se trata meramente de coragem e sim de ser honesto consigo mesmo e com a história (…).”³⁹

As pessoas respeitam quem tem uma opinião, mesmo não concordando com essa pessoa. Personagens de direita, influentes e bem instruídas, contribuem para o debate. Mas há sempre os atrasados que falam pelos cotovelos e expõem, ainda que sejam veladamente, as restrições e a discriminação ideológica.

Normalmente não encontram ouvidos em seu próprio grupo.

³⁹ RIBEIRO, L. C. 2007

MS e DOURADOS, o PPS e o PT



Apesar de terem perfis à esquerda, com a diferença de o PPS ter uma história efetivamente de esquerda datada de 1922 como PCB, as relações com o PT tanto em nível de Governo de Mato Grosso do Sul como na Prefeitura de Dourados, a principal cidade do interior com pouco menos de 200 mil habitantes em 2007, têm sido conflitantes.

Os dois partidos se aproximaram para formar as coligações visando vencer as eleições nesses principais redutos do Estado apenas em dois momentos até agora e a experiência, para o PPS principalmente, foi amarga.

(...) A tradição de coligação partidária, pós-golpe de 64, é muito recente, enseja a ocupação de espaço político e aí, no tempo, essa prática salutar a princípio, tornou-se um vale tudo. Siglas partidárias de aluguel, submissões

consentidas, subserviência, acotovelamento de parceiro, etc. Então o conflito se deu muito nesse pantanoso terreno da política nacional. Afora essas distorções, o embate deve ser visto com naturalidade nessa relação, desde que ele não transgrida de morte a ética, o esforço por mudanças, e não tente restringir as forças aliadas em escoras abstratas para se atingir o Poder a qualquer custo e se encastelar nele (...).⁴⁰

Num primeiro momento, um recorte para o cenário estadual.

Até então, mesmo com a quase subliminar participação do PCB no primeiro governo de Wilson Martins, à época avaliada como força progressista e depois sim, de cara para rua na gestão de Marcelo Miranda, os governos obedeciam sempre uma mesma lógica na manutenção do “status quo” de perfil ora à direita, ora de centro.

A Frente Muda MS (PDT-PT-PPS-PAN-PSB-PC do B) assumiu em 1998 um Estado construído e vindo daquela política atrasada, quase feudal, sobrevivente de uma economia periférica, agravada pela segunda gestão tida por certa maioria da sociedade como mal sucedida de Wilson Martins sem a pretensão, aqui, de impor clichês ou cometer injustiças. A Frente Muda MS haveria de herdar um estado endividado, secretarias desestruturadas, baixa-estima em meio aos servidores e uma pálida possibilidade de novos investimentos privados dados não somente a conjuntura, mas a idéia de Estado inoperante contida no inconsciente coletivo, para não mencionar os fortes indícios de corrupção e sonegação fiscal.

É um conceito superficialmente genérico, sem entrar em detalhes que, se bem esmiuçados, conduziriam a um quadro de outrora ainda mais decepcionante.

Esse cenário contribuiu para Frente Muda MS ganhar as eleições num Estado sempre dominado pela elite ruralista e por figuras emblemáticas inseridas no contexto político-partidário, além de um arco de alianças contendo quadros com notável poder de convencimento em meio às massas.

O candidato adversário a José Orcírio Miranda dos Santos, do PT na Frente Muda MS, Ricardo Bacha, na época no PMDB, representava, no entender da coletividade, a continuidade do governo anterior de Wilson Martins também do PMDB.

⁴⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

O outro candidato era Pedro Pedrossian, tido e havido como o pai de todos os males do Estado.

A propósito, em 11 de março de 2005, Ribeiro publicou no jornal *O Progresso*:

*“M.S. UM ESTADO MODELO”
(DE QUÊ?)*

Mato Grosso do Sul surgiu sob o ufanista slogan “UM ESTADO MODELO”.

Passados quase 20 anos de sua criação, fica bastante perceptível QUE MODÉLO É ESTE, ou ainda DE QUEM e PRA QUEM, a ponto de podermos afirmar que “MATO GROSSO DO SUL É IMAGEM E SEMELHANÇA DE PEDRO PEDROSSIAN”.

Não! Não se trata de um artigo panfletário, destes de véspera de eleição. Trata-se de um breve ensaio sobre o modelo de desenvolvimento adotado no estado e suas conseqüências.

A frase “...imagem e semelhança...”, longe de ser um chavão, quer dizer: M.S. é obra e arte da vontade, até agora, de um segmento da economia primária do estado, mais especificamente da pecuária bovina, capitaneada pelo ex-governador que soube e sabe como ninguém, interpretar os anseios desse restrito e seletivo grupo. Não se trata, e é bom que se diga, de ser contra a atividade rural em questão. Trata-se, isso sim, de expor os resultados que esse modelo de desenvolvimento exclusivista, adotado e implementado pela máquina estatal, que por sua natureza restritiva e por conseqüência excludente, impôs aos demais setores econômicos do estado.

Esse modelo econômico criado e posto em marcha desde a criação do M.S., vem trilhando seu caminho sem sofrer qualquer solução de continuidade, em que pese as sucessões governamentais havidas até agora, mesmo porque, nenhum outro governo, ainda que munido de “boas intenções”, ousou romper com esse caminho. Nenhuma nova proposta surgiu, pra desespero do comércio, da indústria, dos prestadores de serviços e até da agricultura, setores estes, que por força e obra do dito modelo em nosso estado, são relegados a segundo plano, cujo empresariado, muitas vezes, de forma passiva assiste o ocaso de suas perspectivas.

Insisto! Debitar o insucesso do comércio, da indústria, da agricultura, etc., em nosso estado aos sucessivos planos nacionais de estabilização econômica, ou ainda afirmar que a culpa é da extorsiva carga tributária do estado é simplismo. Não que os ditos planos econômicos e os famigerados impostos e taxas do estado (produtos desse modelo) não sejam contributivos desta situação. Porém em nosso estado tudo isso é agravado pela adoção irrestrita de uma forma de desenvolvimento econômico, sabidamente concentrador de renda, em detrimento do desenvolvimento e modernização dos outros setores econômicos cuja habilitação para distribuição de renda é notória.

A implementação dessa política até aqui, através de incentivos, programas, infra-estruturas, etc., visando atender um único e restrito setor da economia sul-mato-grossense, tem deixado atrás de si um rastro de subdesenvolvimento noutras áreas, notadamente nos centros urbanos. Os chamados distritos industriais são verdadeiros desertos, pois que, em muitos casos nem água têm. Com relação à distribuição de energia elétrica, o estado vive a beira de um “black-out”. A indústria da construção civil de há muito vive dos governantes de plantão. O comércio tem convivido com as fichas do SPC e cheques sem fundos, até porque as cidades abrigam um imenso contingente de subempregados e desempregados, os sem renda, que bem poderiam ser aproveitados, se não fosse a omissão política dos governos para com os demais setores da economia do estado.

Está mais do que na hora de procedermos a uma reengenharia do nosso modelo de desenvolvimento no rumo da MODERNIDADE INDUSTRIAL, sob pena de nosso primarismo econômico nos condenar cada vez mais a uma economia de terceiro mundo no contexto nacional, e de quarto mundo no contexto internacional.

Diante desse quadro, o segundo turno serviu para uma consagração ainda maior para o então candidato José Orcírio, que teve 61,27% dos votos válidos⁴¹.

O PPS aparecia naquele ano de 1997 com representatividade, disputando a hegemonia das esquerdas por conta de toda uma construção

⁴¹ Cf. <http://www.TRE-MS.gov.br>. Acesso 24 ago 2007

forjada nas lutas, em seu histórico de combatividade e responsabilidade democrática. Nas eleições municipais de 1996, setores da política mais atrasados e a direita em Campo Grande tinham sido politicamente derrotados, apesar das suspeitas de fraudes no processo eleitoral que resultou na eleição do médico André Puccinelli para a Prefeitura no segundo turno com José Orcírio.

A partir daí as forças mais à esquerda do cenário estadual começaram a se movimentar para o próximo embate em nível de Governo do Estado. O PPS formulou um projeto alternativo, com visão mais ampla, democrática, uma opção ao discurso de esquerda ortodoxa do PT, porém, vinculado ao princípio básico: perspectiva da ampliação do leque de apoio.

E, pensando sempre em avançar no processo de conquistas, abriu mão de encabeçar uma chapa quando procurado pelo PT. Concordou com a composição de uma Frente. Prevaleceu a perspectiva de instalação de um governo verdadeiramente democrático e popular.

Lideranças históricas tiveram um papel fundamental na ampliação a setores até então alheios às propostas de esquerda. O candidato ao Senado pelo PPS, Carmelino Rezende, foi essencial para a arrancada nos últimos 30 dias para levar a eleição para o segundo turno. Com uma fala fluente e uma postura cidadã, além de uma biografia admirável, ele personificou um desejo eleitoral que reuniu a maior quantia de votos já obtidos por um candidato do partido em toda sua história no Estado: 239.050, 32,11% dos válidos⁴², ficando em segundo lugar na disputa por apenas uma vaga. O ex-prefeito da Capital, Juvêncio César da Fonseca, foi o eleito com 384.264 votos⁴³.

Após o primeiro turno, setores do PT e de outros partidos da Frente estabeleceram um balcão de compromissos que passaram a serem regidos não mais em função da proposta ideológica e respeito aos aliados, mas de uma possibilidade de vitória. O PPS insistia que a ampliação da Frente tinha necessariamente que preservar princípios. Na coordenação geral da campanha, centralizaram-se as decisões.

Apareceram novos interlocutores, adversários históricos inclusive passaram a freqüentar com desenvoltura os corredores. A campanha, no ponto de vista dos líderes do PPS, perdia o caráter de simplicidade e improvisação.

Usou-se, de pronto, a estratégia de arregimentação das massas com os *showmícios* e a pergunta corrente era: quem ia pagar a conta?

⁴² Cf. <http://www.TRE-MS.gov.br>. Acesso 24 ago 2007

⁴³ Cf. <http://www.TRE-MS.gov.br>. Acesso 24 ago 2007

Zeca começava a preterir os aliados de primeira hora, seduzido pelo apoio de grupos historicamente antagônicos, pelo desejo de vitória a qualquer preço. Esses grupos anteviam na ascensão do Zeca a possibilidade de permanecerem no poder.

A tese de mudanças profundas construída coletivamente, após a vitória da Frente MS, apontava para um fracasso, e a massa eleitoral, lamentavelmente, não conseguia entender essa manobra política.

Apesar dos pesares, a Frente para os comunistas e para a sociedade ainda era a opção menos pior.

O PPS e outros partidos aliados não participaram da comissão de transição. Os comunistas foram aliçados da partilha essencial do poder maior, mesmo sua maior expressão eleitoral. O então governador eleito José Orcírio se rendeu aos seus interesses e do PT mais imediatos e ofereceu a periferia do governo ao PPS, sob o risco do partido ainda ser chamado de traidor.

Ofereceram-se secretarias de pouca visibilidade, problemáticas e desestruturadas.

O partido pleiteou Carmelino, emblemático nas urnas, para a Secretaria de Finanças, mas isso lhe foi recusado.

O PPS entrou numa espécie de crise existencial: participar ou não de um governo que ajudara a ganhar as eleições, mas que o desprezava depois?

Abdicou, mais uma vez.

Fausto Matogrosso foi para a Secretaria de Planejamento; Richard Perassi para a de Cultura, Desporto e Lazer e Celso Philbois para a Justiça.

Perassi foi submetido pelo gabinete a um processo de desgaste quando defendia interesses da pasta e da sociedade e o PT, afoito, cometia erros grosseiros na Saúde, Dersul e em outras repartições.

O gabinete retirou da Cultura, Desporto e Lazer a prerrogativa de avaliar projetos culturais sujeitos à Lei de Incentivo à Cultura; do Planejamento, remanejou funções políticas importantes como a condução do Orçamento Participativo, embora Fausto ainda tenha sido preservado em outras atribuições por se tratar de uma pasta de pouco contato com a sociedade e com ações de reflexos em longo prazo que podem ser manipuláveis no decorrer do percurso.

Os posicionamentos dos secretários do PPS não encontravam eco no gabinete. O próprio governador por mais de uma vez colocou em questão a autoridade desses secretários. Mais do que isso: tomava decisões contrárias, dava tratamento diferenciado em relação às outras pastas. A Secretaria de Justiça não cuidava mais das questões indígenas; o gabinete abusou do nepotismo e passou a prestigiar adversários políticos históricos na Assembléia Legislativa.

O relacionamento desgastou-se rapidamente.

A direção estadual do PPS mais uma vez, ainda em nome da salvação de um mínimo de um projeto mais à esquerda para o Estado, permitiu o sacrifício de Perassi e Philbois. Deixaram o Governo.

O partido fez reuniões, plenárias, enviou, em vão, correspondências não respondidas ao governador.

O governo, num primeiro momento, apresentou sim alguns avanços como o saneamento da máquina, melhoria da arrecadação e implantação de políticas sociais de inclusão.

Mas mantinha a postura unitarista.

O próprio governador, em dado momento, plantava na mídia a permanência ou não do PPS na composição e depois do mal estar criado incumbiu um comitê político do PT a tarefa de resolver a parvoíce.

A essas alturas, além de não ouvir os aliados, o governo tinha na figura de Londres Machado a sua base de articulação política na Assembléia e controle da casa, desprestigiando inclusive o líder do próprio partido. Enfim, denotava sinais explícitos que colocavam em risco os projetos políticos dos partidos progressistas.

Vale lembrar os discursos de Zeca dizendo que abriria a “caixa preta” comandada por Londres, a quem, no início, ele identificava como inimigo número 1 do Estado.

Aqui vale lembrar que por decisão do partido, o então deputado estadual do PPS, Geraldo Resende, foi o único voto contrário na indicação do deputado Londres Machado para a presidência da Assembléia Legislativa (pela quinta vez).

Em síntese, a práxis não diferenciou muito de governos anteriores, tanto que a administração petista, em oito anos, não se destacou e nem projetou o Estado para os desafios futuros. Foi apenas mais um.

Ou então: apenas esquentou a cadeira, pois, acabou deixando um vazio em relação à sonhada versão original da Frente Muda MS.

Não demorou a acontecer o óbvio: o PPS rompeu.
Não dava mais para ser conivente.

A história se repete em Dourados, onde Luiz Carlos Ribeiro acompanhou tudo de pertinho.

Em termos de ocupação de espaços na administração municipal, o que foi acertado antes da eleição foi cumprido pelo PT.

O PPS contribuiu com o candidato a vice que era benquisto na cidade. O pediatra Luiz Carlos Arruda transmitia uma idéia para o eleitorado menos esquerdista do partido.

Ribeiro ajudou intelectualmente na elaboração do programa de governo e após a vitória do professor José Laerte Cecílio Tetila contra o homem forte da Unigran, o empresário e ex-deputado estadual e federal Murilo Zauith, em 2000, o partido ocupou a Secretaria de Saúde, o Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (Iplan) – criado naquela gestão pelo urbanista Luiz Carlos – e a Secretaria de Infra-Estrutura.

Mas a proposta de se criar um conselho político entre os partidos coligados (PT/PCdoB/PHS/PSC/PPS) nunca saiu do papel, embora somente em 2003 o núcleo duro do PT tenha acenado com a sua instalação quando a crise com o PPS já era praticamente irremediável.

Mas essas ocupações se deram não de porteira fechada, acomodando gente da coligação simultaneamente em diferentes lugares dentro da estrutura hierárquica.

Em relatório da reunião preparatória da coordenação de transição, da qual participaram os principais interlocutores de ambas as partes, incluindo prefeito, vice, vereadores eleitos e os deputados Geraldo Resende (estadual-PPS) e João Grandão (federal-PT) imprimiu-se um conceito de otimismo e confiança.

Os acertos durante a campanha tinham superado os erros.

A idéia era de que a política local tinha dado uma guinada, fortalecendo ideologicamente os dois principais partidos da coligação,

mas que a campanha havia tido um caráter estadual na medida em que os adversários se esforçaram para desmontar o governo petista no Estado, a partir de Dourados, visando justamente à sucessão dois anos depois.

Havia um pseudo-consenso de que mantendo a união o grupo cresceria ainda mais. Defendia-se a fraternidade partidária, bom senso para se administrar as divergências, pois se a transição falhasse, comprometeria a administração. Pelo menos dentro do PPS havia um discurso de se construir um processo de parceria respeitando as diferenças, e que não deveria se repetir a frustrante experiência da aliança em nível de Estado.

Havia promessas de mudanças e se elas não fossem providenciadas o grupo ficaria mal perante o eleitorado. A prefeitura deveria ser voltada para a sociedade através de relações com organizações sociais, programas e participação popular. Tinha-se a impressão de que se havia conquistado a confiança da sociedade douradense, mas havia consciência de que a disputa entre a direita e a esquerda ia continuar de forma acirrada, mesmo porque os adversários se utilizariam de todos os meios, especialmente setores da mídia conservadores e ligados a partidos políticos de direita e centro para desmerecer e desprestigiar a nova administração.

Mas ao longo dos dias, na medida em que o governo foi se desenvolvendo, os petistas repetiram aquilo que se temia: foram restringindo o espaço de governo do PPS, já que os outros partidos menores não chegavam a representar ameaça e não estariam dispostos ao enfrentamento público.

Aí surgiram os complicadores.

O núcleo duro do PT, aos poucos, em manobras premeditadas, começou a reduzir espaço no orçamento e nas atribuições das secretarias ocupadas pelo PPS.

Reprisou-se o filme.

Guilherme Meldau, titular da Secretaria de Infra-Estrutura, viu a pasta sendo esvaziada e as funções sendo transferidas para a Secretaria de Serviços Urbanos ocupada pelo PT, num processo antiético, centralizador e desleal.

O doutor Arruda, na Secretaria de Saúde, se deparou com uma situação ainda mais constrangedora porque ele não conseguia administrar as verbas do SUS. Essas eram gerenciadas pela Secretaria de Fazenda em mãos de uma das muitas tendências do PT, a Articulação de Esquerda (AE).

Numa análise interna da relação PT-PPS, feita pelo PPS, isso em julho de 2002, ficava claro que o comando na administração era da Secretaria de Governo e da Secretaria de Finanças. No setor da Saúde, diante da falta de respaldo, pensou-se inclusive em mobilizar os médicos, mas isso, na prática, não era tão simples dada à complexidade de interesses em jogo diante do sistema híbrido da saúde pública brasileiro, um misto de saúde pública e privada, aqui tratada como saúde privatista.

Apesar dos grandes desafios estruturais que a cidade de Dourados exigia, o governo municipal desenvolvia uma miríade de pequenos projetos a ponto de ser pejorativamente tratado de *administração R\$ 1,99* numa alusão às lojas populares da cidade que vendiam pequenos e diferentes objetos pelo mesmo preço.

Havia ameaça de uma CPI na Saúde com risco dos pingos ferventes recaírem justamente sobre o PPS e não na administração como um todo e nos setores que eram os principais responsáveis pela crise: a Fazenda e Governo.

O mal estar devido a essa centralização de poder e recursos respingavam também em outras pastas, não só do PPS, as mais prejudicadas, mas como resultante das divisões internas do PT, em algumas de suas próprias Secretarias.

Além disso, o partido começava a enfrentar uma divisão interna por conta das divergências com o deputado Geraldo Resende.

Acontece que ainda nos primeiros meses, em fevereiro de 2001, antes de a crise recrudescer, as mudanças na Saúde não apareciam e mantinha-se uma estrutura de atendimento ineficiente, muito aquém das necessidades e do desejo popular. Não se diferenciava da gestão anterior.

Na Secretaria de Saúde, o partido tentou deixar muito claro que não estava ali para atender interesses menores, mas era preciso desenvolver projetos e políticas de saúde pública. Inicialmente notou-se a falta de sintonia e até de experiência da equipe na condução de uma pasta

volumosa, com vícios de toda espécie, com servidores indispostos e insensíveis à mudança.

Na medida em que se deu início à operação de cerceamento das verbas, o que já era difícil tornou-se inviável, com a culpa sempre sendo remetida ao “staff” da pasta. A relação chegou a uma situação tal que o PPS exigiu que seus vereadores pressionassem o Chefe do Executivo no sentido de que os recursos da Saúde fossem diretamente gerenciados pela pasta da Saúde e não mais sob o comando das Secretarias de Governo e das Finanças.

Numa discussão interna para se avaliar o desempenho da pasta, relatou-se que a Saúde tinha adotado uma linha de ação pouco política e muito técnica e com isso uma série de questões do escopo político teve orientação meramente técnica resultando em problemas de relacionamento de pessoal e encaminhamentos equivocados.

Em meio a todo esse imbróglio não se desenvolvia uma formatação da política do PPS, mas uma conduta muito pessoal do secretário.

O PPS não tinha, evidentemente, quadros para todos os cargos e, portanto, não substituiu pessoas remanescentes do governo anterior em funções chaves, e nem era o caso, até porque o que se impunha naquele momento era a adoção da política pública de Saúde do PPS, o que não se estava conseguindo, e aí ocorreram desmandos, atos de insubordinação e críticas desvairadas patrocinadas por esses servidores e o pior das críticas, patrulhamento mesmo, vinha de setores do parceiro político, do PT.

Críticas a indicações de pessoal no preenchimento de cargos de mando da Secretaria, elucubrações de manutenção de pessoal suspeito de prevaricação na gestão anterior e de superfaturamento em medicamentos cobrados do SUS, enfim, procedimentos que comprometiam a Secretaria Municipal e a Estadual de Saúde.

Esse descontrole dolorosamente refletia-se nos serviços.

Vereadores reclamavam duramente do atendimento no gabinete e nos postos. O partido concluiu que era preciso melhor aproveitamento dos quadros e companheirismo na formulação, condução, acompanhamento e atendimentos de reivindicações.

De qualquer forma, o núcleo duro do PT costurava um ambiente de desconfiança e rompimento, sem contribuir para a correção de

eventuais falhas e na construção de uma política, no caso dessa pasta em específico, que voltasse para o melhor atendimento da população. Tanto que a saúde pública, por mais que seja o esforço de malabarismo oficial ou suposto esforço, continua sendo o calcanhar de Aquiles de qualquer governante. Essa questão é muito séria e há muito se adia o debate.

O partido, PPS, defendeu a elaboração de um documento e até de um seminário ampliado com o PT, mas isso não passou do terreno das boas intenções.

Em fevereiro de 2002, portanto, pouco mais de um ano depois da posse, Arruda já tinha pedido exoneração e em seu lugar foi indicado o engenheiro civil Paulo Figueiredo, também do PPS, que igualmente durou pouco tempo no cargo, sendo, pior ainda, afastado pelo prefeito sem o consentimento do partido.

Ribeiro, à época escreveu em janeiro de 2003:

SAÚDE PÚBLICA UM DEBATE ADIADO

Passado o calor das discussões por ocasião da “CPI da Saúde”, na Câmara Municipal de Dourados e independentemente dos resultados ali auferidos e passado o debate eleitoral, ficou na Área da Saúde a sensação de um debate inconcluso.

Acho que adiamos o essencial, ou seja, a Saúde que temos e o que queremos da Saúde Pública. Nesse sentido, necessário se faz um breve entendimento dos diferentes tipos de “Sistemas de Saúde” existentes, ou seja: a Saúde Privada ou Particular, a Saúde Pública e a “Saúde Privatista”.

Essa não é uma discussão acadêmica e muito menos o assunto um privilégio nosso, douradense, mas um debate imprescindível nacionalmente.

A questão da Saúde privada ou particular, desconsiderando o juramento de Hipócrates e tendo em conta a mercantilização imposta e aceita pelas regras do capitalismo sem fronteiras, é um salve-se quem puder, do lado de lá ou do lado de cá da maca.

A Saúde Pública, aqui tratada como “Sistema de Saúde Pública”, deveria ser bastante simples. Arrecadam-se nossos impostos, junta-se tudo na

União, repassa-se aos Estados e Municípios (aliás, Estado aqui é um apêndice perfeitamente extirpável), que por suas vezes aplicam esses recursos em programas, campanhas e atividades de saúde preventiva, via Postos e Centros de Saúde, PSFs, etc., e em menor escala na saúde prospectiva e curativa através de laboratórios, clínicas e hospitais credenciados.

Com toda a complexidade advinda de processos e procedimentos médicos, laboratoriais, hospitalares e clínicos, resumidamente isso deveria ser a Saúde Pública brasileira, o SUS – Sistema Único de Saúde, Dourados no meio.

Tendo por entendido, ainda que simplesmente, a Saúde Privada ou Particular e a Saúde Pública, adentremos agora o pantanoso terreno da “Saúde Privatista”, que não é senão, em muitos casos, a perversa somatória dos outros dois “Sistemas”, ou ainda, as regras do capitalismo selvagem na mercantilização da saúde e o acesso ao erário público acumulado no SUS.

Por este “Sistema”, em muitos dos casos, as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, por incompetência governamental ou inescrupulosos atos administrativos, exercem o papel de caixas de passagem, ou seja, indiscriminadamente e sem muitos critérios (ou ainda por critérios políticos duvidosos) autorizam procedimentos e repassam os recursos do SUS a hospitais, clínicas e laboratórios particulares, enquanto que nossos postos e Centros de Saúde, Farmácias Públicas e os Programas de Saúde, padecem da falta de quase tudo, uma verdadeira indigência.

Não só governantes, mas parte da chamada “classe médica”, que nos anos 70, por procedimentos aéticos de alguns de seus membros, fora tratada jornalística e nacionalmente como “máfia de branco”, tratativa um tanto deselegante, (talvez sim “corporação ciosa de seus privilégios”) é parte disso.

Pra citar um número apenas, hoje mais de 75% dos recursos do SUS, nacionalmente, são repassados aos chamados “prestadores de serviços”, ou seja, à iniciativa privada conveniada com o Sistema Único de Saúde – SUS, aí incluído desde procedimentos simples até os de alta complexibilidade.

Em defesa do Sistema Público de Saúde, e longe de querer pisar na manguieira de oxigênio da Saúde Privada, é bom que se diga que neste ritmo, a falência do SUS é inevitável, e parte da “classe médica” em conluio com maus administradores, pode estar contribuindo decisivamente para a morte de sua galinha de ovos de ouro, em que pese os valores pagos pelo SUS, muitas vezes com razão reclamados pela corporação médica.

Já assistimos esse filme antes, quando nos anos 70, uma sinistra simbiose de governos incompetentes e inescrupulosos e ávidas empreiteiras, faliram o BNH – Banco Nacional da Habitação, cujos recursos vinham do FGTS para financiar a construção de casas populares. Acabou nossa Política Habitacional, acabaram-se as obras de conjuntos habitacionais e as empreiteiras foram juntas, e hoje nosso déficit habitacional é da ordem de 12 milhões de habitações.

*Longe dos rancores corporativos, o debate é mais que necessário. É oportuno, pois que só um pacto de cidadania entre as partes poderá garantir, ampliar e perenizar um Sistema Público de saúde capaz de atender programas de governo, a medicina, os médicos e o povo. Este último, a única razão de existir do sistema.*⁴⁴

Em abril de 2002, Arruda exigiu a instalação do gabinete do vice-prefeito conforme acordo assumido por ocasião do seu afastamento da Saúde e denunciou internamente que os compromissos assumidos na coligação PPS/PT não vinham mais sendo cumpridos, citando como exemplo a falta do conselho político, pois, as decisões eram tomadas pelo secretário de Governo sem a oitiva de vereadores e dirigentes partidários.

Tentaram restringir Luiz Carlos na direção do Iplan, mas aos primeiros sinais de fumaça cinzenta ele já bradou que não ia aceitar isso, sem, lógico, a intenção de passar por cima das determinações do prefeito, mesmo porque as articulações para restringir o PPS se davam nos bastidores.

Não aceitou o trator por cima dele, ao contrário do Guilherme cujo erro talvez tenha sido a condescendência inicial.

No caso do Iplan, a proposta era se criar uma fundação com regime de trabalho celetista, orçamento autônomo, mas o partido não fez do instituto um cabide de emprego do PPS e extensão da sua vida orgânica. Não havia espaço para compadrio.

⁴⁴ Publicado em jornais locais e disponível em www.douradosinforma.com.br na seção “colunistas”

Governo é governo, partido é partido, sempre Ribeiro teve isso muito claro.

Já o PT de Dourados, por graça e a conta sendo paga pelo contribuinte, aparelhou a máquina e a transformou num biombo orgânico, nomeando generosamente os companheiros de forma empírica sem avaliar reais aptidões e a capacidade de absorção da estrutura. Rapidamente a prefeitura ficou inchada, virando uma geléia e, evidentemente, perdeu nos quesitos agilidade e eficiência.

Em meados de outubro de 2002, em plena campanha para o governo do Estado, vários membros do PPS assinaram um documento endereçado ao presidente do diretório, o próprio Luiz Carlos Ribeiro, manifestando surpresa e desgosto pela forma como o deputado Geraldo Resende vinha participando da campanha da candidata ao governo, Marisa Serrano (PSDB/PMDB/PRTB), a coligação Pra Frente MS, em Dourados, com ataques gratuitos à administração municipal onde ainda o PPS fazia parte.

Reconheciam que a decisão do diretório regional de integrar a coligação Pra Frente MS era correta, porém, havia o entendimento de que os discursos daquela eleição estadual não deviam interferir no âmbito municipal.

Ainda se sustentava, mesmo que capengando, a aliança em Dourados.

Geraldo, por sua vez, havia direcionado a metralhadora verbal para o lado da administração municipal, uma decisão isolada e arbitrária que não construía, além de se voltar contra o próprio partido. Os signatários queriam deixar claro que as falas do deputado nos palanques em Dourados, anunciado como representante do PPS, não expressavam a opinião da maioria do diretório municipal.

Geraldo havia sido eleito deputado federal na coligação Frente Trabalhista (PPS/PDT). A campanha caminhava, nesse tempo, para um acirrado segundo turno quando Zeca conseguiu a reeleição.

Em dado momento o gabinete da prefeitura de Dourados quis uma retratação do deputado e pressionou o partido para tal, mas como as relações já não eram saudáveis, a Executiva Municipal do PPS devolveu a cobrança enumerando os fatos que vinham ocorrendo no âmbito da administração e decidiu que não havia nada a retratar e que o exercício do mandato do Geraldo era prerrogativa de responsabilidade

do mesmo, ainda que internamente houvesse problemas entre o diretório municipal e o parlamentar, mas em momento algum se aceitava a ingerência do PT na vida orgânica do PPS.

Para o cidadão comum, menos atento ao que se passa no ambiente político, ainda empolgado com o ciclo petista, o fato de o PT ter abandonado o macacão das fábricas e tê-lo substituído pelos ternos dos executivos ainda não tem um significado real. Lógico que jamais se pode negligenciar o direito que todos têm de ascender profissionalmente, financeiramente, espiritualmente e intelectualmente, mas, parafraseando Hamlet, *há mais mistérios entre o céu e a terra que a vã filosofia dos homens possa imaginar...*

Na tentativa de manter a aliança, isso depois de dois anos de uma tumultuada convivência, o PPS expôs aos seus parceiros os resultados de suas análises.

Mas a contaminação era visível.

Alertou-se para a excessiva concentração de decisões na Secretaria Municipal de Fazenda, responsável pelo Grupo de Licitações e Compras formado na época por pessoas da própria pasta e tidas como inexperientes. Esse despreparo acabava emperrando toda a estrutura administrativa a ponto de atrasar o pagamento de despesas autorizadas até pelo prefeito.

Não raramente uma pasta era privilegiada em detrimento de outra em questúnculas.

A Infra-Estrutura, certa vez, solicitou a compra de cinco computadores e recebera um; o Iplan se via obrigado a recorrer a doações para se equipar e o Projeto de Lei que criava o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, uma fonte de receita própria para estruturar o setor, estava parado há três meses no gabinete e na Secretaria de Governo.

A Secretaria de Assistência Social, Habitação e Cidadania insistia em projetar ou contratar projetos de edificações e loteamentos, atividade exclusiva do Iplan, tentou administrar uma fábrica de artefatos de concreto que deveria estar a cargo da Infra-Estrutura, enfim, a solapada se dava de diferentes maneiras.

Até a Fundação Cultural e de Esportes (Funced) e a Secretaria Municipal de Administração chegaram a tocar obras, além da Secretaria de Agricultura.

O partido acreditava que o conselho político, se criado, poderia contornar os conflitos. Mesmo assim, o partido entendia que a

responsabilidade para com Dourados estava acima de qualquer cizânia. Era preciso debater e apontar mudanças dentro de um ambiente de respeito mútuo. As propostas, no entanto, não tiveram eco.

Depois que o prefeito e o núcleo duro do PT afastaram o segundo secretário de Saúde do PPS, o engenheiro Paulo Figueiredo, a idéia de re-pactuar o processo desceu pelo ralo.

Luiz Carlos, como presidente do diretório, enviou novo documento ao prefeito e ao presidente do Diretório Municipal do PT, vereador Elias Ishy, em 2 de dezembro de 2002, para tentar impedir que sucumbisse aquilo que ele chamou de ditadura da hegemonização.

Seis meses depois, em meados de junho e julho de 2003, o partido rompeu por definitivo entregando todos seus cargos.

Por ocasião do afastamento, Ribeiro escreveu:

ALIANÇA “VIDA NOVA DOURADOS”

A verdade por trás da crise

Questionados que fomos pelo Prefeito Municipal de Dourados, Prof. Laerte Tetila, e pelo Secretário Municipal de Governo, Prof. Wilson Biasotto acerca de críticas à atual Administração Municipal pelo Dr. Geraldo Resende, Deputado Federal de nosso partido, inclusive através de panfleto recentemente distribuído à população douradense, a Direção Municipal do PPS – Partido Popular Socialista, vem a público esclarecer o que se segue:

- 1) Embora esta crise pareça mais grave, esta não é a primeira crise porque passa nossa Aliança; no entanto, muito embora algumas delas tenham permeado levemente a imprensa, cada uma foi tratada em foro interno, onde cada crítica de ambos os lados foi debatida com a coragem e a clareza comum aos partidos democráticos. Tensões sempre houveram.*

Uma aliança entre partidos diferentes não existe sem conflitos. Uma aliança entre partidos é mais ou menos como dizia Assis Chateaubriand a

respeito de sua relação pessoal com Getúlio Vargas: uma amizade talhada a canivete.

- 2) *No embate entre os partidos por espaços políticos dentro da Aliança, com cada um deles visando seu fortalecimento no seio da comunidade, setores de concepções políticas atrasadas e hegemônicas do PT, via Administração Municipal, desde o início do governo Tetila, buscaram sistematicamente alijar o então Dep. Estadual, agora Federal Geraldo Resende de espaços conquistados pelo seu trabalho. Fosse em pronunciamentos ou em notas à imprensa, o comum era isolá-lo ou procurar diminuir a importância de sua participação em obras ou recursos conseguidos para Dourados e não raras vezes isso era feito substituindo sua importância no episódio, buscando atrair a opinião pública para o deputado do próprio PT, cuja participação no processo às vezes não ia além de sua presença no lançamento de um projeto ou inauguração de uma obra.*
- 3) *Também, o sistemático esvaziamento da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, nas mãos do PPS, não ocorreu por acaso. À medida que negavam contrato de máquinas, caminhões, veículos e pessoal à SEINFRA, num flagrante desvio de função, contratavam máquinas para a Secretaria de Agricultura para as estradas rurais; para a Secretaria de Serviços Urbanos - SEMSUR patrolar e encascalhar ruas da cidade; para a Secretaria de Assistência Social - SEMASCH patrolar loteamentos populares; tudo atribuição da Infra-estrutura, da mesma forma contratavam arquitetos para a SEMSUR projetar praças e canteiros, em flagrante desrespeito ao IPLAN (também nas mãos do PPS). Nesta administração, a Secretaria de Administração, a de Serviços Urbanos e a FUNCED já tocaram obras de construção e reformas, atribuição EXCLUSIVA da Secretaria de Infra-estrutura.*
- 4) *Na Secretaria de Saúde, quando lá estivemos, estes mesmos setores politicamente atrasados, que permeiam o PT e a Administração Municipal, agiram das mais diversas formas e meios para solapar o gerenciamento do PPS frente a aquela Secretaria. Ações que iam*

desde a retenção de recursos até conluíus com parcela de integrantes do Conselho Municipal de Saúde visando prejudicar os trabalhos daquela Secretaria, fato posteriormente comprovado com a saída de nosso secretário e a nomeação do ex-presidente daquele Conselho para o cargo de uma Superintendência naquela Secretaria de Saúde. Durante a última campanha para as eleições de governador e deputados, discursos de alguns de nossos aliados do PT em Dourados creditavam toda a problemática da Saúde à administração do PPS. Hoje, passados 8 meses em que a Secretaria foi assumida pelo próprio PT, tem-se a nítida impressão de que a saúde pública em Dourados não apenas conservou seus velhos dramas, como também os agudizou.

Cada um desses problemas fora intensamente debatido no PPS e sistemática e contundentemente denunciado nas reuniões do Secretariado da Prefeitura e muitas vezes ao próprio Prefeito. Ao longo de todo este tempo, mais de dois anos, lutamos pela criação e implementação de um Conselho Político, em substituição ao “Conselho do PT”, uma vez que o Governo não era só do PT, e que fosse aquele o espaço privilegiado para estes e outros debates das forças que compunham o projeto “Vida Nova Dourados” que efetivamente ajudamos a construir, porém este Conselho só muito recentemente foi criado e nunca posto em prática.

Nós, da Direção Municipal do PPS temos o entendimento de que a correlação de forças determina o andar da carruagem política. E uma vez dentro da Aliança, jamais nos faltaram ética, coragem, e determinação para que os objetivos traçados quando de formação da Aliança “Vida Nova Dourados” se concretizassem. O desempenho de nossos Secretários na INFRA-ESTRUTURA e no IPLAN e o apoio efetivo determinado dado pela nossa bancada de vereadores à administração Laerte Tetila, mesmo nos momentos mais difíceis destes últimos dois anos e meio, falam por si só.

Quanto às críticas do Deputado Geraldo Resende e a forma utilizada para tal, no exercício de seu mandato, são exclusivos dele próprio. A Direção Municipal do PPS tomou conhecimento delas da mesma forma que qualquer outro cidadão – não antes.

Diante dos fatos aqui narrados, o PPS acata decisão da sua direção Executiva Municipal e entende não ter nada a retratar, e entende ainda que cobrando de nós essa retratação o Executivo Municipal interpela o agente

errado. Assim, o Partido Popular Socialista entende que é chegada à hora de deixar a Aliança “Vida Nova Dourados” uma vez que essa relação se deteriorou até atingir o inaceitável.

Com a sensação do dever cumprido, o PPS, que sempre buscou uma política de alianças interpartidária, continuará construindo sua história em busca de parceiros que queiram juntos construir dias melhores para Dourados, para Mato Grosso do Sul e para o Brasil.

*Dourados, 06 de Julho de 2003.
Diretório Municipal
Partido Popular Socialista - PPS*

O PPS, num primeiro momento, não fez oposição sistemática.

Deixou a coisa fluir e na eleição seguinte foi compor com o PDT/PFL/PSDB e outros partidos menores tendo Bela Barros como candidata a prefeita.

Tetila conquistou um segundo mandato numa eleição relativamente apertada.

Luiz Carlos analisa o desgaste que o PT vem sofrendo no cenário nacional como sendo resultado do sistemático abandono de suas premissas originais em nome do Poder pelo Poder.

Tem-se o exemplo dos dois governos de Zeca do PT em Mato Grosso do Sul, vistos como uma decepção geral na óptica dos comunistas, uma cooptação consentida ao secular atraso político vigente no Estado.

Em nível de Dourados a análise é de decepção também, entendendo que a administração poderia avançar mais, mas não consegue, tendo em vista a opção por uma política administrativa que rasteja por entre os grandes desafios e demandas de uma cidade com quase 200 mil habitantes.

Na primeira eleição do senhor Laerte Tetila a prefeitura tinha entre 3 mil e 3,5 mil servidores e esse número já era visto como um

absurdo, inclusive dito com todas as letras durante a campanha eleitoral. Embora tenha aumentado o número de salas de aula, incluindo os centros de educação infanto-juvenil que sucederam as creches, em 2007, tem-se um quadro de oito mil servidores, além de que boa parte do serviço é terceirizado como a limpeza pública, coleta do lixo e de material reciclável, etc.

O PPS bem que pensou num governo mais democrático, mais aberto, enxuto.



Em 24 de novembro de 2004, no Jornal *O Progresso*, Ribeiro publicou:

PT x ESQUERDA

“A reeleição de Luiz Inácio da Silva para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema confere ainda maior relevo à sua liderança... Pelo que tem sido possível recolher, é grande a aceitação de suas idéias no meio sindical brasileiro e mesmo em outros segmentos da sociedade... Suas postulações, para serem atendidas, exigirão mudanças radicais na política trabalhista do governo. Mas o exame progressivo de cada uma delas, alimentando um diálogo que transmita confiança na disposição de aperfeiçoar a legislação em benefício da força do trabalho, sem comprometer o desempenho da economia, parece ser a melhor maneira de evitar que outra componente de perturbação da tranqüilidade pública se insira na conjuntura delicada de transformações políticas que a nação está vivendo”.

O trecho acima é a transcrição de uma “apreciação” do SNI, antigo Serviço Nacional de Informação da ditadura pós 1964 no governo do general Geisel datado de 1º de Março de 1978, sob o título “Evolução do movimento operário” (Dossiê GEISEL, FGV Editora).

A insuspeita “apreciação” do SNI acima citada, não deixa nenhuma dúvida. A liderança de Luiz Inácio naquele momento, assentada em uma visão político-sindical era confiável para o projeto de “abertura lenta e gradual”, patrocinado pelo general presidente Ernesto Geisel, para uma ditadura em fim de carreira.

Na “apreciação” do SNI, a expressão “...evitar que outra componente de perturbação da tranquilidade pública se insira na conjuntura delicada de transformações políticas...” é referência tácita de que a política patrocinada pela liderança de Luiz Inácio “...no meio sindical brasileiro e mesmo em outros segmentos da sociedade...” era a garantia de que em momento algum se tocaria nas estruturas de uma sociedade injusta e desigual, mantida naquela quadra da história a “mano militari”, e como tal deveria continuar, ao contrário do que preconizava o PCB, Partido Comunista Brasileiro.

Pois bem.

Sob a liderança de Luiz Inácio e sua política sindicalista, o PT foi legalizado em 1981, ainda na ditadura, no governo do general Figueiredo.

Já o PCB, Partido Comunista Brasileiro, hoje PPS, Partido Popular Socialista, fundado em 1922, um Partido ideologicamente Operário, que teve alguns dias na legalidade em épocas outras, só fora legalizado em definitivo no governo de José Sarney, em 1985, já no Brasil democrático.

Esse escamoteamento com vistas ao esvaziamento de políticas mais conseqüentes, não foi o único naquele momento, pois que o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, surgido pelas mãos de Getúlio Vargas nos idos da década de 40, era, e ninguém duvidava disso, espólio de Leonel Brizola, mas a alquimia do general Golbery do Couto e Silva, eminência parda da ditadura, entregou, e esse é o termo mesmo, entregou a sigla PTB para outro grupo que sabidamente, em momento algum criaria maiores problemas ao projeto do enterro da ditadura.

Longe de estarmos remexendo cadáveres, necessário se faz essa análise até para podermos entender a atual conjuntura e o que se convencionou chamar de “estelionato político eleitoral do PT” e seus governos, municipais, estaduais e federais de “políticas compensatórias ou assistencialistas” muito longe de seus escritos e genéricos discursos, ou ainda, da falta de políticas de fato. Mais que isso.

Opor-se hoje à política praticada pelo PT, de forma democrática e compromissada com um futuro de justiça social, é talvez, trazer para o eito

histórico das lutas sociais, com vistas à construção de uma sociedade solidária, não só outras forças políticas, aliás, esse o papel de uma esquerda responsável, mas o próprio PT que não soube se libertar dos cânones do sindicalismo e da confiabilidade admitida lá na ditadura.

Como resultante, e até por conta desse desvio, acabou com parte de suas lideranças e de sua militância, comprometida até a medula com as mais atrasadas e perniciosas práticas políticas do tipo “é dando que se recebe”, enquanto outra parte se enveredou pela doença infantil do esquerdismo, da “ditadura do proletariado tupiniquim”, preconizando o Partido único, muitas vezes camuflado em meio a coligações que nunca foram além de pleitos eleitorais; as ingerências noutros Partidos e suas vergonhosas cooptações de quadros políticos; a mordada geral no jornalismo, na cultura, no Ministério Público, etc., etc., etc.

Essa prática política do PT, que está longe de ser de esquerda, certamente trará um custo histórico-político na construção daquela sociedade justa e solidária, que por décadas vimos, estamos e continuaremos lutando, só que a partir de um horizonte aberto e democrático, nunca a canhestra prática do “aético” ou do “gueto”.



Luiz Carlos não esconde a decepção com o próprio PPS levando em conta a sua trajetória de ontem e a situação atual. Mas ele tem o entendimento que o PPS é vítima e produto da política partidário-eleitoral nacional.

(...) As amarras institucionais hoje impostas à livre organização política, partidária e eleitoral, se não são impositivas, são um entrave para se avançar. Os partidos se transformaram numa espécie de cartório. Apesar dos pesares, talvez o PPS tenha ainda uma formulação política melhor, uma formulação básica mais condizente com suas propostas. Mas o espaço para se fazer essa política está prejudicado. O PPS talvez tenha que recuar o flap, se rearticular como uma grande proposta política porque ficou muito igual. O PPS,

como todos os partidos políticos brasileiros, em função das amarras institucionais, também é vítima do sapato 44 para todo mundo. Quando um partido de quadros passa a ser de massas, admitindo o ingresso de qualquer pessoa, ele perde um pouco da sua essência de formulador de grandes políticas. Mas é possível ser um partido que concilie as duas coisas, sem ser eleitoreiro. O PCB no passado sempre foi um partido de quadros e que nos poucos momentos de vida legal que teve também que pedir votos, e o fez com muito sucesso, mas isso se devia aos seus firmes propósitos e sua efetiva influência e inserção na sociedade. O Mundo mudou e muito, mas não se percebe isso e faz-se política, com exceções, como há um século atrás. Não houve avanço. Esse desafio, no entanto, transborda o ambiente local e se dá em nível nacional e internacional. Mas isso poderá ser superado a partir do momento em que houver uma formulação política diferenciada. O caminho passa necessariamente pela efetiva adoção das teses humanitárias pelos partidos. Como lidar, por exemplo, com a questão ambiental. Essa é uma escola que abre um leque muito amplo. Essa questão que é tratada dentro dos partidos políticos como uma medida mitigatória do desenvolvimento. Isso todos os partidos têm dentro de si. Essa, por exemplo, é uma das muitas políticas que deveriam estar presentes nos partidos políticos como ação efetiva, sistemática, como regra de Estado e não como ciência mitigatória, compensatória. Quando se compreender isso o PPS estará diferenciado. O PV alemão é o partido na cena internacional mais próximo dessa necessária doutrina abrangente. Não só na área ambiental, mas na de Direitos Humanos, Saúde, Educação, Habitação, Transportes... Deveria ter uma formulação orientadora da sua política. Tem que reverter esse processo, trazer essa ciência que tem cara de mitigação para serem condutoras da grande regra. O PPS ainda tem a chance de ter isso, não está de todo contaminado. Outros partidos terão dificuldades até por uma questão de gênese. Os de

direita vão continuar vendo essas políticas como compensatórias. Não se pode pensar que os Democratas vão fazer isso como política diretriz. O PMDB é uma confraria, não tem ideologia e nunca vai ter. O PDT também é outro desaguadouro de políticas menores. O PT pragmatizou tudo. Um engodo. Aqui o pragmatismo é a justificativa do Poder pelo Poder. Usa frases soltas, mas é pragmático entre aspas. Mas para o PPS mudar, há outras questões estruturais que precisam ser mexidas. A legislação política brasileira para ser ruim ainda tem que melhorar muito. Ela é caldo de cultura de oportunismo, de partidos de aluguel, instrumentalização da máquina pública, rouba-lheira, assalto ao Poder, enfim, tem de tudo aí (até coisa séria...). Adotar um referencial diferente a isso, portanto, é um desafio homérico. A introdução na prática política dos elementos humanitários, enquanto elementos de força revolucionária permanente e conseqüente estão na base da supressão maquiavelista desse fazer política aí estabelecida. Ser esquerda daqui para frente requer essa coragem. Os espaços para tal aí estão, até porque em épocas outras, a esquerda tradicional fez o seu papel e mudou o Mundo e, portanto, não se justifica mais o discurso passado nos dias atuais. É necessário agir sobre uma nova base institucional que contribua mais. Essa nova base, já edificada, está a exigir novas condicionantes. O que se garantiu mais efetivamente até aqui foram os espaços democráticos, que precisam ser ampliados. Não é à toa que a política brasileira se encontra do jeito que está: essa coisa igual. Ela não é geração espontânea, não saiu do nada, foi sendo construída sem ousadia, sempre em cima da mesmice para se chegar nisso. Historicamente, o PT contribuiu enormemente para tornar o quadro político brasileiro ainda mais confuso e perverso na medida em que, entre outras práticas, por exemplo, chegou ao Poder e avança de tal ordem sobre esse Poder que seus interlocutores passam a negociar dentro do Congresso, no varejo, não mais a partir de bancadas, lideranças ou partidos

políticos, mas um a um dos congressistas, abrindo espaço pra todo tipo de negociata. Isso é de um crime de lesa pátria inimaginável. Para consertar vai ser complicado. O PT patrocinou isso (...).⁴⁵

Em 21 de junho de 2007, Luiz Carlos escreveu e publicou no jornal *O Progresso*:

QUASE ANARQUISMO

Estados e Governos que não são governados são déspotas, são ditaduras, ainda que com roupagem de democracia, até porque a democracia não se encerra no ato de votar e ser votado, como quer nos fazer crer alguns “arautos da democracia representativa”.

Entre uma e outra eleição, cujas regras, é bom que se diga, são previamente definidas pelo “establishment” da representatividade, há uma governança e suas conseqüências em nossas vidas.

Em momento algum, nós cidadãos, na condição de eleitores, passamos uma procuração em branco aos eleitos, que em nome daquela eleição, naquele momento histórico, determinem nosso rumo e nossa história futura em nosso nome, travestido de “salvador da pátria” ou guardiões da moral e dos bons costumes.

Nesse período de mandato, é fundamental que o cidadão, organizado ou não, corporativa ou individualmente, exerça seu poder cidadão, seu poder de crítica, “lato sensu”.

Entendendo os poderes constituídos, executivo, legislativo e judiciário, como superestruturas de uma sociedade e tendo por pressuposto que a democracia não é finda na representatividade apenas, necessário se faz que os “inquilinos” desses poderes não sejam eles apenas próceres burocratas da democracia representativa formal.

Isto posto, os meios, os espaços e as formas de críticas, têm necessariamente que estar garantidos, legal ou consuetudinariamente ao cidadão, pois do contrário a democracia estará manietada, capenga mesmo.

⁴⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

A guisa de exemplo, há pouco ficamos espantados que na vizinha Venezuela o Governo decretou o fim de uma emissora de TV... Espantados com que? Com o burocraticamente legal ou com o indecoroso antidemocrático?

Aqui mesmo no Brasil, o jornal “Folha de Vinhedo”, do interior de São Paulo, foi proibido pela Justiça Estadual de publicar uma entrevista que envolveria autoridades do Judiciário e do Executivo municipais e empresários da cidade em supostos casos de corrupção. A Associação Nacional de Jornais, lógico, criticou a decisão da juíza: “Trata-se de censura prévia, que viola o princípio básico da liberdade de expressão”.

Não nos esqueçamos que há bem pouco o Governo Federal também não deixou por menos, e atentou contra a imprensa brandindo a caneta da censura via Parlamento.

Não raras vezes, um que outro ocupante de cargo público, eleito ou nomeado, resolve “ir às barras da justiça” promovendo ações contra jornais e jornalista, ou contra um cidadão que “ousou” opinar sobre a incompetência e ou um ato, questionavelmente imoral, aético ou ilegal praticado por “sua excelência”, ou por sua instância de poder. Ação, como ato jurídico, burocraticamente legal, porém indecorosamente antidemocrático, se considerado que, a “autoridade molestada” o faz como ato intimidatório à cidadania crítica. O faz porque se esquiva de vir a público dizer o contrário, explicar-se, como dever de ofício público.

No caso, a tal “autoridade pública”, sob o a égide da defesa de sua honorabilidade e ou de sua moralidade, usa a Justiça como biombo de seu despreparo democrático na condução da coisa pública. Também, não raras vezes, a Justiça, como parte da superestrutura desse mesmo Estado, acata tal desacato.

O que está na base deste comportamento, é o Estado centralizado, já com alvará vencido, cujos inquilinos norteiam suas formulações políticas de conquista e permanência no poder a partir de Maquiavel, onde “os homens amam de acordo com o seu próprio arbítrio, mas temem segundo a vontade do príncipe...”.

Não vivemos mais uma sociedade simplista, mas uma sociedade mais complexa, onde os atores determinantes não são mais apenas o Estado, os políticos e seus partidos políticos.

Há aí, em curso, uma insubordinação, uma subversão a este Estado tradicional.

Em curso, não mais um Estado rígido e burocrático, mas um Estado flexível, on-line, em rede e na Internet, cujos parâmetros políticos fogem à tradicional formulação “Maquiavelista” de poder.

Já não mais George W. Bush e seus asseclas, mas Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Martin Luther King, John Lennon, Greenpeace, etc, etc, etc, a nos apontar o novo. O novo na formulação civilizatória e política, o novo na estruturação do Estado, desafio maior do contemporâneo pensamento progressista. Um quase Anarquismo.

Em Dourados o PPS teve até hoje um vereador: Walter Hora.

O médico Geraldo Resende, político que tem tino extraordinário para trabalhar, elegeu-se deputado estadual e federal pelo partido, mas o fez em cima de projetos pessoais, como de resto é a prática na política nacional, porém, segundo Ribeiro, nada impede projetos pessoais desde que inseridos efetivamente em projetos maiores, premissas e diretrizes partidárias, e não do contrário, onde o partido é que faz parte do projeto pessoal.

Essa falta de compromisso político nacional entende-se como pai e mãe dos desmandos que aí estão.

Durante a administração coligada PT/PPS na Prefeitura de Dourados, propagandistas petistas de dentro da agência oficial de comunicação recorreram ao expediente de suprimirem a imagem do Geraldo em um evento oficial.

Stalin fez isso com Trotski.

Isso é de uma pobreza ideológica, de um atraso centenário, diz Ribeiro.

Com a vitória da coligação PT/PPS ouviu-se de militantes petistas: tomamos o Poder da burguesia!

Não compreendia que mesmo chegando ao comando da principal prefeitura do interior do Estado ainda assim se estava galgando apenas a uma pequena parcela do poder, pois que o mesmo encontra-se sempre nas mãos da classe dominante – no caso brasileiro, hoje, os donos do

capital financeiro. Mas, por outro lado, pensando bem, isso também pode servir de desculpas para as alianças espúrias e os atos de exclusão!

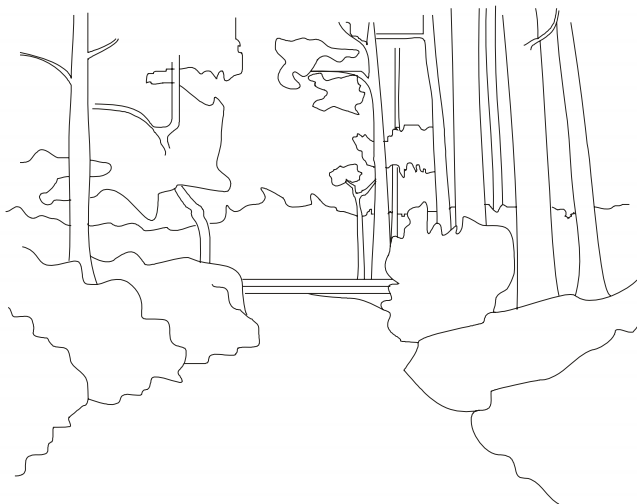
O desafio era uma administração que pudesse, apesar dessa limitação, avançar no ambiente administrativo no rumo de uma gestão democratizada cuja resultante se desse em substanciais melhorias à população como um todo, em especial à periferia da cidade. Apenas isso.

Para Ribeiro as administrações petistas têm posto em prática o que ele chamou de política El Cid.

(...) Rodrigo ou Ruy Díaz de Vivar, guerreiro da Reconquista Hispânica, ficou conhecido como El Cid, meu senhor, pelos seus feitos heróicos. Diz a história que numa das batalha fora ferido de morte, mas os seus comandados confiavam tanto nele que seus mais próximos resolveram colocá-lo na cela de um cavalo, amarrado em uma armadura e assim, morto, foi solto em meio a uma batalha e todos os seguiram e ganharam aquela guerra. O PT tem praticado isso para todo canto, aqui inclusive. Põe-se o ídolo lá na frente, aquela figura imaculada, presumivelmente sem pecados. Os pecadores ficam em volta, embaixo, do lado. Quando ainda prevalecia o Movimento Vida Nova Dourados havia reuniões no gabinete com todos os aliados, à luz do dia, mas depois, independente das discussões, o núcleo duro do PT fazia encontros fechados. Decidia-se à luz de lampião. Os representantes do PPS eram mais disciplinados e colocavam as opiniões às claras, os petistas não as punham diretamente, apenas o que interessava vinha à mesa. As aulas de Maquiavel eram exercitadas na sala ao lado. Em Dourados, como de resto, por todo o território brasileiro, há uma prática política de se coligar para ganhar as eleições, mas não para governar. O PT tem sido o maior patrocinador dessa prática. Não se constrói sociedade que se preze com esse comportamento. Daí a coragem de se romper com esses personagens equivocados da atividade política. Senão, não se muda o Mundo. Não se trata meramente de coragem, e sim de ser honesto consigo mesmo (...).⁴⁶

⁴⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

DOURADOS, o Laranja Doce,



O principal despertar ecológico na história douradense ao longo de sete décadas certamente se deu com o movimento pró-Córrego Laranja Doce, iniciado em 1994. Pelo menos não há registro de algo parecido e com tal impacto antes desse período.

Isso aconteceu 22 anos depois da Conferência de Estocolmo, Suécia, quando foram estabelecidos dois marcos para uma política mundial de proteção ambiental: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairóbi, Quênia, e a “Recomendação 96” sugerindo a promoção da educação ambiental como uma base de estratégias para enfrentar a crise do meio ambiente.⁴⁷

Em Dourados, já se alertava naquele mesmo período para a situação do Rio Dourados por causa do assoreamento, contaminação por metais pesados contidos em agrotóxicos usados nas lavouras às suas margens, além da extração irregular de areia e cascalho e devastação de

⁴⁷ Cf. ARAÚJO, Thiago Cássio *Principais marcos históricos mundiais da educação ambiental*. <http://khronopedia-je.incubadora.fapesp.br>. Acesso 26 set 2007

matas ciliares. Lamentavelmente a consciência ambiental era compreensivelmente nanica - e ainda é! Há um flagrante desinteresse pela questão tanto por parte do Poder Público, suas instituições, como da sociedade organizada quase como um todo.

Diante desse absurdo, ninguém ouvia o grito de socorro do principal rio urbano e talvez ainda não o ouça. O Laranja Doce está no quintal da cidade e é o maior córrego dentro da malha urbana, e em determinados trechos apresenta um caldo barrento, cinzento, sujo, agonizante, sob intensa pressão do processo de urbanização. A mobilização, portanto, acabou virando uma espécie de obsessão popular.

Outros com certeza já tinham visto o estado sofrível do córrego, mas ninguém havia tomado iniciativas, ao contrário do Ribeiro que, continuando a sua saga de Dom Quixote na terra que fora um dia dos Guaranis, saiu em socorro do Laranja Doce de maneira convincente e com embasamento científico.

Assim que o despertar ganhou os jornais, logo surgiram voluntários conjugando a mesma idéia. Não se podia ignorar o fato relevante, aquilo que saltava a olho nu. Surge então, em 1994, por iniciativa de Ribeiro e seus companheiros a organização informal denominada *Comitê Pró Parque Ecológico Laranja Doce*.



Escreveu Ribeiro no jornal *O Progresso* em 9 de julho de 1994:

“(...) De repente
O ólio das águas recolhe em cheio luzes trêmulas,
É um susto. E num momento o rio
Esplendem em luzes inumeráveis, lares, palácios e ruas,
Ruas, ruas, por onde os dinossauros caxingam
Agora arranha-céus valentes donde saltam
Os bichos blau e os punidores gatos verdes,
Em cânticos, em prazeres, em trabalhos e fabricas,
Luzes e glória. É a cidade... É a emaranhada forma

Humana corrupta da vida que muge e se alaúde
E se acalma e se falsifica e se esconde. E deslumbra.
Mas é um momento só. Logo o rio escurece de novo,
Está negro. As águas oliósas e pesadas e aplacam
Num gemido.
“Meu rio, meu Tietê, onde me levas?
Sarcástico rio que contradizes o curso das águas
E te afastas do mar e te adentras nas terras dos homens,
Onde queres me levar?...
Rio que fazes terra, húmus da terra, bicho da terra,
Me induzindo com a tua insistência turrona paulista...
Para as tempestades humanas da vida, meu rio!...
Estas águas do meu Tietê são abjetas e barrentas,
Dão febre, dão morte decerto, e dão graças a antíteses.
A culpa é tua Pai Tietê? A culpa é tua
Se as tuas águas estão pobres de fel
É majestade falsa? A culpa é tua
Onde estão os amigos? Onde estão os inimigos?
Onde estão os pardais? E os teus estudiosos e sábios, e
Os iletrados?
Onde o teu povo?

Mário de Andrade, *A Meditação sobre o Tietê*, 1944/45, extratos.

Há exatos 50 anos o Poeta, em versos, alertava a opinião pública sobre o que estava acontecendo com Rio Tietê, em São Paulo.

Hoje, 50 anos depois, foi possível reconhecer o prejuízo ambiental causado ao longo do tempo, sem que nenhuma providência fosse tomada, e só agora se investe vultosas somas para ressuscitar o Rio morto e dar como irremediavelmente perdidas extensas áreas ao longo do rio que tanta falta faz àquela cidade.

Não sou poeta, não sei fazer versos, pouco sei escrever, sou arquiteto, só sei desenhar. Faço da minha prancheta meu palanque e alerto: O CÓRREGO LARANJA DOCE PODE MORRER, e DOURADOS PERDERA MAIS IMPORTANTE E BELA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Como arquiteto que tem o ofício de planejar espaços e como cidadão que tem a cidade pra viver e legar aos que virão, apresento neste trabalho um projeto que permita no futuro uma cidade humana e integrada aos melhores aglomerados urbanos do mundo em termos de preservação ambiental e qualidade de vida.

Por tratar-se de uma empreitada de longo prazo, o projeto não é, como de costume, um projeto de uma só administração. Neste sentido tomei a liberdade de chamá-lo DOURADOS SÉCULO XXI, dentro do qual se insere o que denominei de PARQUE ECOLÓGICO LARANJA DOCE.

A causa tornou-se uma escola ambiental sem paredes e sem limites para a vontade cujas aulas, após exaustivas pesquisas, explicações, reflexões, controvérsias, idas e vindas, já se prolongam por 13 anos. Alguns desistiram no meio do caminho, mas o “senhor das águas” não.

O tema não despertou apenas simpatia e por vezes contrariedade, mas também inspirou poetas, jornalistas, estudantes, sonhadores e, por tabela, o imaginário popular. Apesar dos avanços, ainda há uma longa jornada pela frente para se atingir a plenitude do projeto imaginado e colocado na prancheta pelo Luiz Carlos.

Premido pelo grito forte do Laranja Doce, a luta ampliada e depois organizada de Ribeiro atraiu primeiro a sociedade e bem depois as autoridades para verificarem o estado de idêntica penúria e tristeza de outros oito córregos urbanos: Água Boa, Rego d’Água, Paragem, Curral de Arame, Chico Viegas, Engano, Laranja Hay e Jaguapiru, fontes vitais de vida e saúde, cursos de água existentes desde os primórdios, mas que a cidade, com seu consumismo, imediatismo e fome insaciável por concreto, ferro e conforto, vem encurralando.

Cresceu igualmente uma preocupação maior para com próprio Rio Dourados que abastece a cidade e sacia a sede da população, mesmo porque os poços artesianos são insuficientes. Por sua vez, a incipiente e mal resolvida captação no Aquífero Guarani, esse mar de água doce subterrâneo, requer investimentos altíssimos.

As águas sujas e poluídas de Dourados são desafios comuns, exigindo atitudes urgentes, mas, lamentavelmente, entre principalmente os gestores da coisa pública, aliada a uma população com pouca consciência ambiental, há uma ausência de comprometimento inaceitável

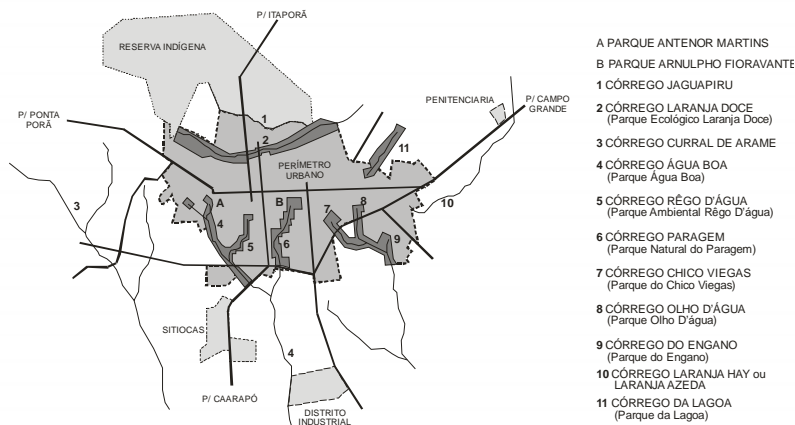
que inexoravelmente compromete a qualidade de vida futura da cidade e seus cidadãos

Em 1994 Luiz Carlos morava no BNH 1º Plano e ao passar pela Avenida Presidente Vargas, uma via aterrada que proporciona uma visão ampla do Laranja Doce, na estação mais seca, olhou no sentido Leste e depois a Oeste. Notou que a cidade estava sufocando rapidamente o córrego e todo seu vale.

A cidade poderá perder isso aqui, pensou.

A questão, na realidade, já tinha sido discutida no projeto de Jaime Lerner elaborado para Dourados por volta de 1978 quando esse renomado projetista urbano apresentou a primeira versão do Plano de Complementação Urbana de Dourados em que o próprio Luiz Carlos participou de algumas discussões. Como parte desse plano os técnicos destacaram a necessidade de preservação especificamente desse córrego que os mais antigos o chamavam de *Calagem* (há também o enunciado *Calarge*) por causa de uma fazenda com o mesmo nome que ficava em suas nascentes, margeando a Reserva Indígena.

A CIDADE DE DOURADOS SEUS CÓRREGOS E PARQUES



Mas o nome verdadeiro sempre foi Laranja Doce, por sinal, muito mais bonito.

Pois, naquele passeio de observação e anotações, Luiz se recordou da menção feita por Lerner e resolveu tomar uma atitude. Afinal de contas, o córrego estava morrendo e é o mais volumoso ocupando e cortando uma área nobre com ritmo acelerado de crescimento. O percurso se dá sobre rocha basáltica. O BNH 3º Plano, por exemplo, hoje um bairro de classe média com mais de mil moradores, já estava praticamente invadindo as ralas matas ciliares naqueles idos. Do outro lado os loteamentos também estavam avançando. Era preciso, então, frear a invasão e preservar o que ainda não se havia perdido.

Havia tempo para manter o que restava.

Luiz caminhou por praticamente toda a margem, partindo das nascentes, na Aldeia Bororó, até a Rua Caiuás, um percurso de sinuosos 6 km, ainda um vale muito bonito.

Com experiência urbanística, ficou fácil diagnosticar que era vital se dar um estaque ao progresso irresponsável em cima daquela área. Para piorar o quadro, o avanço das construções residenciais arrastava para o leito muito lixo domiciliar e industrial, ligações clandestinas de esgoto, água servida e era criminosamente usado como descarga de um posto de combustível e uma indústria de laticínio que ali lançava óleo e resíduos.

O lixo é um inimigo comum visível.

O quixotesco, mas, ao contrário do personagem de Cervantes, nada ingênuo e atrapalhado, mas identificando-se no aspecto romântico e sonhador, saiu daquele passeio resolvido ao levante, consciente da envergadura do processo que teria de enfrentar e para o fato de que um dia a cidade haveria de incorporar aquela área toda ao patrimônio ambiental.

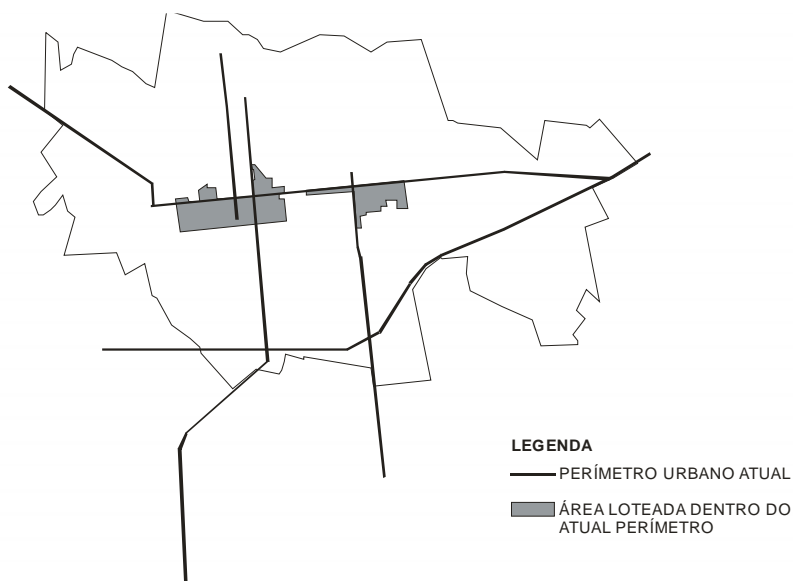
Se conseguisse despertar a sociedade e as autoridades para que preservassem aquele vale, Dourados teria um patrimônio natural com o qual poderia se orgulhar e desfrutar uma melhor qualidade de vida no futuro. O Laranja Doce fica no meio da cidade, possui 60 e poucos km da nascente até desaguar no Rio Brilhante, recebendo o Laranja Lima ao longo desse percurso.

Tem um enorme potencial ambiental-urbanístico.

Até então o que se tinha como política de saneamento na cidade, de urbanização, era a canalização de córregos, isso era tido e havido como a grande solução para esses cursos d'água.

Luiz Carlos apontou que isso estava errado, desenvolvendo uma teoria a respeito. A cidade cresce e se ela evoluir da forma como está desenhada, numa perspectiva da Era Industrial, tornar-se-á cada vez mais sufocante. O Mundo está se urbanizando cada vez mais, isso tanto é verdade que, no caso local, até 1970 53% da população de Dourados estava na zona rural e 47% na urbana, isso quando se tinham 62,2 mil habitantes, de acordo com censo do IBGE.

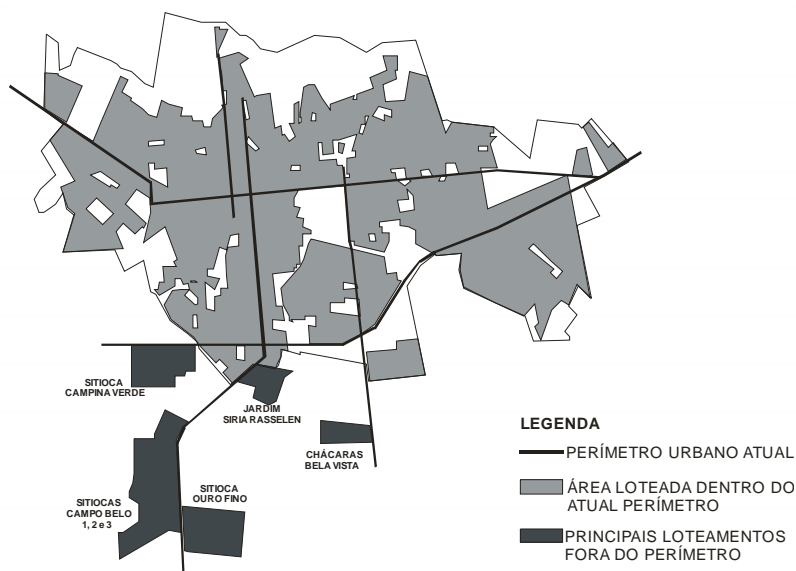
DOURADOS OCUPAÇÃO URBANA NA DÉCADA DE 50



Vinte e quatro anos depois já se tinham 90% da população na área urbana. Houve uma inversão imensa desse percentual, a zona rural passou a ter 10%. Como se não bastasse isso, a população que era 62,2

mil pulou para 136 mil no início da década de 90, quer dizer, o processo de urbanização estava se dando de forma inexorável. Os fundos de vale estavam sendo irresponsável e criminosamente invadidos.

DOURADOS OCUPAÇÃO URBANA NA DÉCADA DE 90



A única forma de preservar o Laranja Doce é se fazer um Parque Linear, o Parque Ecológico Laranja Doce ao longo do vale, o que não é invenção do Luiz Carlos. Essa proposta já fora colocada em prática no passado pelo arquiteto urbanista Ruy Ohtake com relação a um trecho do Rio Tietê, em São Paulo. Ohtake é um dos maiores nomes do Brasil em matéria de arquitetura e urbanismo. Ele propôs o Parque Ecológico do Tietê, no trecho onde a cidade ainda não tinha invadido e isso foi feito, da nascente até chegar perto de São Paulo.

(...) Os rios e córregos existem há milhões de anos. São elementos naturais da paisagem. Foi a cidade que surgiu depois. Então, não é lógico que o elemento natural se adapte ao elemento artificial e, portanto, a lógica tem que ser invertida. O elemento artificial deve ser moldado segundo a composição geográfica, geomorfológica, enfim, o elemento natural, seus córregos, suas matas, suas enchentes, suas várzeas, não é razoável que aconteça o contrário. A prática urbanística no Brasil, durante décadas, dava-se exatamente no sentido contrário, e com um agravante: o molde sendo feito de maneira forçada. Como se inverte isso? No caso específico do Laranja Doce era preciso se fazer um levantamento e ver onde era a margem, onde há invasões por conta de enchentes, fazer um rigoroso estudo, inclusive reservando extensas áreas de recarga do lençol freático, origem das minas e nascentes, e assim garantir sua perenidade. Essa pesquisa foi feita graças à mobilização, o envolvimento, ao despertar coletivo e à compreensão de alguns políticos que se viram pressionados. A proposta original é delimitar o parque por duas marginais. Essa é a teoria da coisa. Por que essa teoria da coisa? Porque está em jogo o processo de urbanização (o elemento artificial) e do outro lado o córrego, seu vale, suas várzeas e suas matas (o elemento natural). Há um terceiro ponto a ser ponderado: a cidade do futuro não pode ser mais esse modelo da Era Mecânica, da Revolução Industrial, quadradinha, monótona, com esse traçado comum. É muito enfadonho estar numa ponta da rua e enxergar o fim dela do outro. Se houvessem sinuosidades como as estradas de montanha onde a cada curva uma paisagem surpreende, é mais bonito... Enxergar o fim da rua não tem mais graça. Sabidamente a humanidade está se despedindo da Era Industrial e ingressando velozmente na Era Cibernética, da computação, da informática, da quântica, da robótica, da Internet, enfim, não se pode mais conceber a cidade sob a mesma óptica da máquina a vapor, não é possível. Oras! Há um sério risco de as cidades se tornarem insuportáveis se elas continuarem sendo formadas

com a mesma idéia do passado, concreto, asfalto e acabou. E a vida humana não é feita do serviço para casa e vice-versa. Tem um elemento no meio que é o da cultura, do lazer, da socialização do indivíduo. O que vai fazer esse elemento numa cidade toda quadrada de concreto e asfalto? O cidadão vai ser refém de um ambiente depressivo. Os grandes espaços têm que ser reservados. É a quem cabe diretamente essa tarefa? Aos gestores públicos com uma concepção de política de Estado de médio e longo prazo. Ou alguém pensa em repetir Nero, botar fogo numa cidade para construir uma outra à semelhança dele? Dourados ainda tem os fundos de vale. Se forem reservados esses generosos espaços, a vida urbana ganha uma outra dinâmica. Infelizmente a mente dos administradores até aqui, salvo exceções, pensa olhando para o dedão do pé, não tem visão de futuro, não pensa além dos seus quatro anos de mandato, tem dificuldade de pensar como estadista, acha que a questão é fazer uma rua do lado da outra e canalizar esses córregos. Hoje, fazer isso, além de uma burrice, é crime (...).⁴⁸

As questões ambientais, ecológicas e de qualidade de vida, para maioria deles, ainda são uma abstração poética.

A cidade de Dourados possui nove córregos na malha urbana e próxima dela, espaços que podem e devem ser transformados em parques, tendo quatro principais: Laranja Doce, Água Boa, Paragem e Engano. Não se trata como já foi mencionado, de uma invenção, mas de seguir o processo, por exemplo, de Curitiba, outras cidades e países.

Em Curitiba são vários espaços desse tipo, fundos de vale preservados de tal sorte que além de se conservar córregos, nascentes e matas ciliares, a iniciativa acabou por criar um “city tour” para o cidadão ir e vir de um parque a outro, de um lado a outro da cidade.

Urbanisticamente o que vem depois é uma cidade diferente da Era Industrial.

Em Dourados essa discussão começou com o movimento promovido com o advento do Comitê Pró-Parque Ecológico Laranja Doce.

Naquela época já estava sendo canalizado o Rego d’Água. O prefeito Braz Melo fez um convênio com o Sindicato dos Trabalhadores

⁴⁸ RIBEIRO, L. C. 2007

da Construção Civil e emparedeou trecho desse curso natural numa extensão de aproximadamente 400 metros, da Rua Cuiabá até à Monte Castelo. O trecho seguinte da obra só foi paralisado por ação judicial movida por integrantes da SALVAR, Sociedade de Defesa Ambiental, organização sucessora do Comitê Pró-Parque Ecológico Laranja Doce, sob a presidência de Luiz Ribeiro, seu fundador e primeiro presidente.

Qual é, normalmente, o discurso do gestor público, esse administrador burocrata que se conhece? O problema do burocrata, na visão do Luiz Carlos, é ter uma rotina inflexível demais.

(...) Em se tratando da questão ambiental e do Córrego Rego d'Água particularmente, o tratamento não poderia ser daquela forma. O gestor precisa ser assessorado por gente superior às amarras normativas, que seja um técnico, um ambientalista, um apaixonado, enfim, que tenha obviamente uma leitura política e burocrática própria da administração pública, mas que tenha uma visão ampla e holística da problemática urbanística e ambiental. Os prefeitos, com exceções, são quase que só políticos-burocratas. Não tem escola para ser gestor da coisa pública e por isso não se pode sair culpando o sujeito por isso, mas o executivo tem a obrigação de enxergar melhor a cidade como um todo, e não parte, daí um assessoramento qualificado se faz fundamental. Com uma visão político-burocrática, qual é o grande discurso que se faz? Mais ou menos é assim: Puxa! Mas, falta posto de saúde nesta cidade, falta escola, falta praça... Tudo bem. É verdadeiro, mas isso é meia verdade. Por quê? A escola, o posto de saúde, se não forem feitos hoje nesse ou noutro lugar, poderão ser feitos amanhã nesse ou noutro lugar. A preservação ambiental não tem essa chance, ou preserva o que há ou se perde tudo, porque o lugar é imutável e na maioria das vezes a hora é inadiável. Por conta disso a questão se torna uma prioridade, considerando, obviamente, que a questão ambiental se traduz em saúde e qualidade de vida (...).⁴⁹

Essa é - segundo Ribeiro - a resultante de nunca ter havido uma política de Estado sobre meio ambiente como de resto não se tem tido

⁴⁹ RIBEIRO, L. C. 2007

num monte de outros setores, com uma razoável exceção na saúde e educação...

(...) O País ainda não tem exatamente uma política de Estado na questão ambiental, muito embora até tenha um razoável arcabouço legal. No caso de Dourados, ainda que, hoje já tenha instrumentos legais para se desenvolver uma política ambiental, se um administrador novo não tiver essa prioridade ele simplesmente não vai fazer nada nessa área e com essa postura comprometer o futuro da cidade. Falta a cultura da política de Estado, ou seja, entra governo e sai governo e a questão ambiental não pode ter descontinuidade. Da forma como a coisa está estabelecida e até por conta dessa falta, não dá nem para ter prioridade ambiental com esses orçamentos públicos pífios, ridículos cuja cota do gabinete para articulações políticas é 500 vezes maior do que a da preservação ambiental. Isso é um absurdo. Na direção da coisa pública a articulação política é parte do processo, mas daí relegar a um quinto plano as questões ambientais, que isso diz respeito ao futuro completa e objetivamente da qualidade de vida, beira à mediocridade, à burrice. Discute-se o aquecimento da Terra, a somatória das pequenas coisas que acabaram resultando nesse quadro de tamanho gigantesco que está hoje. Diz o adágio ecologista pensar globalmente e agir localmente até porque a somatória do localmente vai dar o globalmente. A Agenda 21 é isso. No entanto, o Município de Dourados não discute a Agenda 21 Municipal. O processo de urbanização do Mundo é inexorável. Ou alguém está imaginando que a Reforma Agrária vai levar o cidadão para o campo de volta? Essa massa toda que está na periferia? Não volta. Mas isso também não anula a proposta de se socializar e racionalizar o uso da terra rural, aí inserida a questão ambiental e evitar a concentração na forma de latifúndios, desastres e crimes ambientais que pululam por esse Brasil afora. Aqui a falta de uma política de Estado, no Mato Grosso do Sul, que tenha o pressuposto da Bacia Hidrográfica como parâmetro de ocupação e

desenvolvimento ambiental sustentável, dado o que se avoluma de problemas ambientais, já começa a beirar a irracionalidade. Essa é uma outra questão que precisa ser vista amiúde. As cidades têm atrativos que seguram as pessoas. Obviamente é vital se ter uma agricultura dentro de um modelo mecânico-empresarial, familiar ou cooperativo respeitando rigorosamente o meio ambiente. Basta ter políticas para isso. Hoje não há. O que existem são ações no varejo invariavelmente correndo atrás do prejuízo já estabelecido. São ruínas de política os governantes que aí estão salvo exceções. O Laranja Doce surge nesse contexto. Não é uma coisa solta. Não é preservar plantando mudas no Dia da Árvore e depois no outro dia sair de moto-serra derrubando o resto crescido. É preciso se ter uma política de Estado com vistas a criar uma cidade e um Município ambientalmente sustentável no futuro e esse amanhã ameaçado não está tão longe assim (...).⁵⁰

Serve como ilustração o sumiço dos pardais. Esse pássaro foi trazido pelos portugueses e habitou as cidades até dias atrás. A explicação para a redução é a devastação das matas na zona rural que, por sua vez, forçou as pombas a invadirem as cidades e essas acabaram com os pardais, com as andorinhas, ou seja, já é reflexo do desequilíbrio ambiental. Pombas se tornaram mansas e passaram a viver em sibipirunas, um fato atípico.

Não há política de Estado para reduzir o desequilíbrio por absoluta ignorância administrativa, descompromisso ou mesmo compromisso de mão única com um desenvolvimentismo sem eira nem beira, sem limites nem fronteira, isso tanto em nível local como estadual e nacional.

“(…) Olhando para o dedão do pé, burocratas, administradores meramente normativos, não dá para administrar o Mundo de forma unicamente estatutária, não é possível, já foi a época (...)”.⁵¹

Luiz Carlos conseguiu estabelecer um inconsciente coletivo em torno do Laranja Doce e foi de certa forma bem sucedido nessa empreitada.

⁵⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

⁵¹ RIBEIRO, L. C. 2007

Fez proposições, desenhos, divulgou suas idéias em jornais, visitou clubes de serviços, Lions, Rotary, Maçonaria, escolas e sindicatos. A concepção mental sobre a questão cresceu rapidamente, mas houve uma dificuldade imensa para atrair a atenção do gestor público.

Foi trabalhoso chegar até o governador Wilson Barbosa Martins (1996-98) para que encampasse o projeto do Parque Laranja Doce que acabou sendo bancado pelo Governo do Estado; difícil aproximar-se do prefeito Humberto Teixeira (1993-96) e convencê-lo a declarar a área do vale como de utilidade pública para fins de preservação.

Já em 1993 os acadêmicos Aparecida Esteli Cardozo, Edna dos Santos Calado e Osmar Dantas, sob a supervisão do professor Wedson Desidério, do curso de Biogeografia do Ceud/UFMS, desenvolveram uma monografia sobre a situação do córrego.⁵²

Nesse estudo, alertavam para a necessidade de intervenção das autoridades para evitar a morte do córrego e citou-se a pitoresca narração de José Antônio, morador há 40 anos no vale: era comum, no passado, se pegar água do Laranja Doce para se tomar tereré. O líquido era fresco e limpo e não essa sujeira de atualmente...

Na edição de 17 de novembro de 1994 *O Progresso* publicou um caderno especial com o título “SOS Laranja Doce”. O jornal tradicional de Dourados e mais antigo do Estado desde o primeiro momento abraçou a causa.

A comunidade, como um lampejo primaveril, entendeu a proposta e assim nasceu o Comitê Parque Ecológico Laranja Doce, tendo Luiz Carlos como principal articulador, em 5 de agosto de 1994.

Apesar das dificuldades iniciais, o prefeito Humberto acabou autorizando o custeio do levantamento geo-topográfico, um estudo que reuniu preliminarmente várias outras informações adicionais como o tipo de cobertura vegetal existente, perfil das ocupações, infra-estrutura existente nas chácaras, ou seja, executou-se a pesquisa fundiária com a identificação e medidas das propriedades incorporadas ao projeto original.

O Governo do Estado, depois disso, concordou em bancar as despesas com o projeto urbanístico contendo o plano diretor da futura ocupação.

⁵² Cf. Jornal *O Progresso*. 1 ago 1994. p. 4

Em novembro de 1994 o comitê apresentou emenda popular ao orçamento de 1995 para garantir que o projeto saísse gradualmente do papel, muito além dos míseros R\$ 4 mil previstos pela prefeitura, valor que acabou subindo para R\$ 1 milhão e depois negociado em R\$ 800 mil.

No entanto, o dinheiro, na verdade, nunca saiu.

Havia a rubrica, mas a verba acabou sendo usada de outra forma.

Em janeiro de 1995 foi publicada a notícia⁵³ da inclusão de Mato Grosso do Sul no Programa de Execução Descentralizada (PED) do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal.

A região da Grande Dourados (abrange vários Municípios vizinhos) seria beneficiada com recursos do Banco Mundial para a recuperação de bacias hidrográficas, no caso a sub-bacia do Rio Ivinhema, compreendendo os Rios Brillhante, Ivinhema e Dourados, na ordem de US\$ 5 milhões.

Parte da verba foi prometida para o Laranja Doce, integrante da micro-bacia do Brillhante.

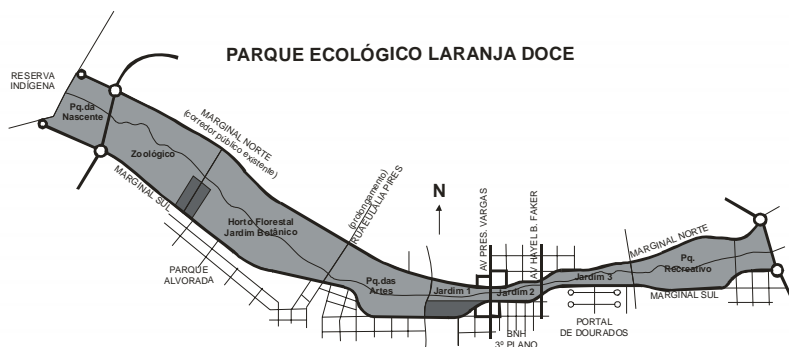
Mas a euforia, para variar, durou pouco.

Entre os seis anteprojetos apresentados pelo Estado ao Banco Mundial, o esboço local obteve a melhor pontuação. O projeto definitivo ficou a cargo da Fucmat (Universidade Católica Dom Bosco - UCDB - nos dias atuais), em Campo Grande, com a Empaer dando início ao levantamento da flora existente no vale. O comitê acabou ficando apartado do processo, apesar das cobranças e não se teve mais notícia do recurso e nem do estudo da Empaer.⁵⁴

O projeto do Parque Laranja Doce desenvolvido por Ribeiro após os levantamentos iniciais feitos pela prefeitura prevê a ocupação de uma área de 217 hectares, a preservação do córrego com a recomposição da mata ciliar e a criação de uma área pública com equipamentos como parque da nascente, zoológico, horto florestal, jardim botânico, jardins bosques, parque das artes, parque recreativo-desportivo, entre outros.

⁵³ Cf. Jornal *O Progresso*. 4 jan 1995. p. 6

⁵⁴ Cf. Jornal *O Progresso*. 25/26 mar 1995. p. 4



Esses 217 hectares foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação e preservação ambiental pelo Decreto nº 170 de 10 de julho de 1996, publicado em 19 de novembro do mesmo ano, com validade de cinco anos, renovado por volta de 2001 por mais cinco anos.

Antes de assinar o decreto, o prefeito Humberto foi pressionado a rever a questão pelos proprietários das chácaras, tendo inclusive protelado a decisão em função do impasse.

Até aquele momento a cruzada já se prolongava por três anos e quando a idéia já tinha conquistado o imaginário coletivo esses proprietários começaram a se articular, embora tivessem ignorado as discussões no início talvez acreditando que a proposta não vingasse.

Houve forte resistência porque esses chacareiros não queriam a desapropriação e muito menos que o prefeito assinasse o decreto tornando a área de utilidade pública.

Já se mencionava em jornais nessa época, para contra-argumentar, um valor de R\$ 10 milhões para se implantar o parque em sua plenitude e se perguntava: onde se obter tanto dinheiro?

Ribeiro explicava à exaustão que a implantação deveria ser gradativa, arrastando-se por duas, três ou quatro administrações, mas era preciso se ter um começo.

Os proprietários não enxergavam os aspectos positivos, mas defendiam apenas e tão somente o direito à propriedade porque se sentiam ameaçados, renegando inclusive a possibilidade de desapropriação e indenização como se o interesse coletivo não predominasse sobre o privado.

O advogado José Marques Luiz, proprietário de uma chácara dentro da área do parque, articulou a pressão contrária à implantação do parque e por ironia do destino, na segunda gestão do prefeito Laerte Tetila, iniciada em 2004, ele é nomeado diretor do Instituto Municipal de Meio Ambiente (IMAM), responsável pelas políticas para o setor e, obviamente, nada fez pela causa do Laranja Doce.

Na época, José Marques afirmara que algumas pessoas estavam sendo prejudicadas em detrimento de outras, inclusive com a perda de construções. Mencionara como exemplo as minas d'água localizadas nos limites do terreno da Socigran (hoje Unigran) que estavam fora do projeto de desapropriação. Reclamava que houve a previsão de se avançar 500 metros em determinados terrenos e em outros apenas 50 a título de desapropriação, entendendo que essa delimitação seria injusta e desigual.

Por isso, entre outros argumentos, defendeu um novo levantamento. Ele encabeçou a Comissão dos Proprietários e Moradores às Margens do Córrego Laranja Doce.⁵⁵

Durante uma reunião com esses proprietários, Ribeiro tentou explicar que as áreas remanescentes e os chacareiros seriam os grandes beneficiados com a melhoria de qualidade de vida.

Com exceção da área desapropriada, o resto seria hiper-valorizado e eles teriam como vizinhos investimentos de milhares de dólares sem gastar um centavo sequer na construção dessa estrutura. Seriam mantidas intactas a Associação dos Engenheiros e Arquitetos, as instalações do Tênis Clube e Associação dos Advogados porque as atividades ali desenvolvidas não são incompatíveis com o meio ambiente e ainda podem ser usados como recreação.⁵⁶

Também pressionada, na sessão de 23 de maio de 1996, a Câmara de Dourados aprovou requerimento assinado por todos os vereadores solicitando a suspensão do decreto de utilidade pública para fins de desapropriação, argumentando que a proposta precisava ser mais bem discutida.

José Marques, na tribuna, protestou contra o que ele considerou uma invasão de propriedade pelo fato deles não terem sido consultados muito embora todo esse processo tenha sido amplamente divulgado e totalmente aberto.

⁵⁵ Cf. *Jornal O Progresso*, 4 jun 1996, p. 5

⁵⁶ Cf. *Jornal O Progresso*, 15 maio 1996, p. 8

Chegaram a contra-argumentar que a criação do parque poderia resultar no inverso, ou seja, se depredar ainda mais o vale e poderiam surgir favelas em terrenos devolutos uma vez que o decreto se extinguia a cada cinco anos. Eles concordavam com a desapropriação apenas entre 30 e 50 metros às margens do córrego, e não com extensões que variavam até 250. Com a desapropriação, queixavam-se que 90% dos proprietários ficariam sem nada, o que não era verdadeiro.

O professor Benê Cantelli, também dono de uma chácara incorporada ao vale, se disse indignado com o custo para implantação do parque cujo valor daria, segundo ele, para equipar a maternidade e concluir a Santa Casa (hoje Hospital Universitário).⁵⁷

O Progresso, diante da controvérsia, trouxe em seu editorial do dia 17 de maio de 1996:

“(...) independente do direito de cada um, o fato é que é preciso enxergar muito mais à frente para entender a importância deste projeto. Não pelo seu tamanho, mas pelo espírito de preservação ambiental que vai despertar, abrindo caminho para outros trabalhos necessários na cidade. É evidente que uma mudança como esta exige quebra de tabus e de costumes, de uma maneira bucólica de pensar e até abrir mão de interesses financeiros – este, particularmente, é um duro nó a ser desatado (...)”.⁵⁷

Sobre esse assunto, o professor-doutor Euclides Fedatto, do curso de Agronomia da UFMS, membro do comitê, se manifestou em artigo:

(...) a preocupação de alguns que têm as terras como objeto de trabalho e todos como patrimônio. Sem dúvida, uma preocupação legítima e que o comitê nunca perdeu de vista. A outra questão fundamental é que a maioria entende a idéia da implantação do Parque Ecológico Laranja Doce, como muito importante. (...) O comitê também entende que uma indenização justa é fundamental (...) Para estas e outras questões, o comitê esteve, está e estará aberto

⁵⁷ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 21 maio 1996

para propor, analisar, discutir e encaminhar as ações, juntamente com outros segmentos que o apóiam, da forma mais justa possível. (...) A proposta do Parque Ecológico Laranja Doce, é um marco na luta para o disciplinamento das questões ambientais, não só para a cidade, para a região e sem dúvida para o Estado de Mato Grosso do Sul (...).⁵⁸

Em nota de esclarecimento⁵⁹ Luiz Carlos disse que os proprietários tinham integral e irrestrito apoio do comitê na justeza das negociações quando das desapropriações. Afirmou que após as indenizações, a entidade se colocava favorável à permanência dos proprietários por comodato e até o uso do parque que seria implantado por etapas. Quanto às dimensões de 30 e 50 metros como limite, citou que uma rua normal tem 30 metros e se fossem estipuladas as dimensões sugeridas aí sim seria acelerada a morte do córrego porque o curso d'água ficaria mais encurralado do que já está. Explicou que um novo levantamento era desnecessário porque isso já estava feito, demorou oito meses para ser executado e que o alarme segundo o qual 90% ficariam sem nada era uma inverdade porque das 107 propriedades pertencentes a 80 pessoas (até então três não tinham sido identificados), 33 pequenos lotes urbanos de 430m² em média seriam todos desapropriados. Do restante apenas 11 pequenas glebas seriam incorporadas ao parque, as outras 63 médias e grandes ficariam com 52% de suas áreas, em média, intactas.

Essas pessoas, evidentemente, não percebiam o mote maior da questão, estavam defendendo seus interesses em detrimento de uma luta ambiental em prol de toda a cidade, embora o gesto deles deva ser respeitado e interpretado na forma da lei.

O comitê chegou a defender a priorização nas indenizações de 11 pequenas propriedades, bem como dos 33 lotes urbanos, já que esses não se beneficiariam de áreas remanescentes valorizadas com o parque. Qualquer custo seria menor que o mau futuro da omissão e covardia daqueles dias, alertou, em vão, “o senhor das águas”.

⁵⁸ FEDATTO, Euclides. *O Parque Laranja Doce e o Dom Quixote de Cervantes*. *Jornal O Progresso*. 20 maio 1996. p. 5

⁵⁹ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 22 maio 1996. p. 7

Em 16 setembro de 1996, Ribeiro publicou no Jornal *O Progresso* o artigo:

O PARQUE E O LIXO

Em meados de agosto de 1984, surgido dos meios acadêmicos e intelectuais de Dourados, participei de um movimento encabeçado pelo hoje nacionalmente conhecido cineasta Joel Pizzini Filho e o centro Acadêmico de Letras da UFMS, que preconizava o Tombamento do Clube Social de Dourados.

Tratava-se da maior e melhor edificação referencial de nossa história, tanto no que se referia aos acontecimentos que ali se realizaram no passado, como pelas suas linhas arquitetônicas enquanto retrato de uma época, idealizado por Weimar Torres e Vlademiro Muller do Amaral e erigido pelo Dr. Vitório Fedrizi, em terreno doado pelo Sr. Aral Moreira em 1951, e que teve como primeiro presidente o médico Dr. Nelson de Araújo.

Nossa história precisava guardar esse ícone para as futuras gerações.

Não obstante a luta desse grupo que crescia em adesão à causa, vozes incultas surgiram do breu do obscurantismo, e na calada da noite, nos porões do poder, começavam a tramar contra a nossa história. Esse movimento, obviamente não cresceu em números de integrantes, mas, numa trama típica do atraso, nomeou como seu testa de ferro um vereador, que na Câmara Municipal capitaneou uma caquética votação contra a preservação daquele que seria nossa marca no tempo.

Mesmo sob forte pressão do poder executivo na época, seis vereadores tentaram conter o desastre, mas foram votos vencidos pelos contras.

O tempo passou, e aquele que um dia fora vereador contra, é hoje um cidadão comerciante de carros usados, o outro outrora prefeito, hoje um funcionário público. Um dia um na qualidade de vereador e o outro como prefeito, usaram de seus poderes transitórios e a serviço de uma minoria, privaram as futuras gerações de um pedaço de nossa história. Em lugar de um Monumento Histórico, jaz um escomburo de concreto, testemunho da ganância e da falta de compromisso até mesmo com seus próprios filhos.

Passados doze anos daquele nefasto episódio, hoje quando o mundo acabou de se reunir em Istambul, na Turquia, pra discutir, propor soluções e dar um basta na degradação dos aglomerados urbanos, aqui em Dourados,

depois de mais de dois anos de luta, de centenas de reuniões, palestras, debates, abaixo assinado com mais de 2000 assinaturas, da adesão de todas as mais respeitadas organizações e personalidades de nossa sociedade, a Administração Municipal que até bem pouco se fazia solidária, parece enredar-se noutra trama e dá mostras de se por de joelhos ante a pressão de um pequeno grupo de proprietários ribeirinhos (a bem da verdade não todos), que legislando em causa própria, agora investem contra a preservação do meio ambiente, contra a futura qualidade de vida do povo douradense, contra o Parque Ecológico Laranja Doce.

Esse grupo que patrocinou todo tipo de agressão ambiental em suas áreas próximas ao córrego, usa como pano de fundo outras questões pra esconder seus interesses menores e suas mazelas para com o meio ambiente de todos nós. Enquanto isso, apesar de meses de negociações, a Prefeitura vacila em declarar a área de utilidade pública, ainda que por várias vezes tenha dito que faria.

Apesar da provocativa, obscura e falsa polêmica, o Parque Ecológico Laranja Doce é hoje uma bandeira de toda a sociedade, demonstração cabal de que estamos na sala da história. Enquanto isso, inversamente, ou seja, na Lata do Lixo dessa mesma história, já estão os contra e seus institucionais serviços de 1984, e a caminho os de hoje.

Dourados precisa reagir, sob pena de tragicamente a história estar se repetindo, como no caso do Clube Social, e então, quando mais uma primavera se avizinha, podermos ser preteridos para sempre daquela insubstituível e fundamental área para nosso equilíbrio enquanto seres humanos, enquanto seres urbanos.

Alguns outros artigos de pessoas respeitadas da cidade foram escritos nesse mesmo período, com a maioria se colocando a favor do projeto. O tema ganhou as escolas, desenhos infanto-juvenis e poemas como nuvens de sonhos bem intencionados diante do rigor do Sol escaldante daqueles que a História há de julgar...

Naquele mesmo período Ribeiro escreveu:

Nosso MEIO AMBIENTE de todo dia

*Um dia, no futuro,
alguém que, noutra cidade qualquer,
observando os nomes,
das Ruas, Praças e Parques, perguntará!
E lá, quem foram os nossos malfeitores?
E nós diremos seus nomes,
ainda que aqui, seus nomes,
estejam em algumas de nossas
Ruas, Ruas, Ruas.⁶⁰*

Passados todos esses anos, a proposta continua no papel por falta de recursos, vontade dos gestores da coisa pública e políticas claras e sérias. Pelo menos não se construiu mais às margens do Laranja Doce e diminuiu-se a poluição por conta da própria conscientização e das denúncias. Se o parque ainda não saiu, os proprietários também não puderam fazer novas construções além daquilo já existente.

O Laranja Doce pelo menos não foi emparedado como o Rego d'Água que teve menos sorte em parte de seu caminho. O projeto original do vale prevê a construção de vias marginais em parte do seu prolongamento, distantes uma da outra, com o propósito principal de delimitar a ocupação urbana e garantir a reserva da flora, fauna, microfauna e do recurso hídrico, permitindo a recarga do lençol freático e a perenidade das nascentes e várzeas.

Equipamentos públicos foram definidos em vias transversais dividindo o parque em trechos segundo seu uso. A intenção é oferecer a estrutura para extensão das universidades.

Com a criação do comitê, alguns entusiastas contribuíram muito para levar adiante essa bandeira como o professor universitário Pedro Alcântara, o inquieto e irreverente Primo Fioravante Vicente que

⁶⁰ Não há registro de publicação até então.

mandou fazer, por conta própria, placas identificando o Laranja Doce, pois muitas pessoas não sabiam sequer onde ficava o córrego.

Destacaram-se também na luta o poeta Emmanuel Marinho, o artista plástico Francisco Chamorro (Kinho), o então diretor do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (Simted), Walter Hora, ex-vereador, o professor-doutor da UFMS Euclides Fedatto, entre tantos outros defensores da causa.

A Promotoria do Meio Ambiente igualmente se mobilizou.

A Câmara Municipal havia votado uma Moção de Apoio ao projeto⁶¹, a mesma Casa que, depois, se mostrou dividida e voltou atrás em suas manifestações solidárias.

Em setembro de 1994 Humberto Teixeira anunciou as medidas para o início do projeto de criação da área de preservação, dizendo-se “100% parque ecológico”.⁶²

No dia 22 de setembro de 1994 cerca de mil pessoas, a maioria estudantes, além de autoridades, fez uma passeata da área central da cidade até o Laranja Doce percorrendo uma distância de 2 km ou pouco mais, num ato inédito em nível local em se tratando de mobilização maciça em torno de um tema ambiental.

Os manifestantes deram um abraço simbólico no córrego no trecho em que ele passa nos fundos do Centro Poli-Esportivo e Recreativo do BNH 3º plano. Foi considerada na época uma das principais manifestações ecológicas da história de Dourados.⁶³

Em 28 de outubro de 1994 divulgou-se a aprovação, na Câmara, do projeto ampliando o perímetro urbano, o primeiro passo para se declarar a área de utilidade pública para fins de desapropriação e preservação ambiental.

Logo em seguida o comitê foi até o vice-governador Braz Melo pedir apoio do Estado.⁶⁴

Finalmente, em março de 1995, oito técnicos iniciaram o levantamento topográfico bancado pela prefeitura na gestão de Humberto Teixeira.⁶⁵ Em julho do mesmo ano o governador Wilson

⁶¹ Cf. *Jornal O Progresso*. 31 ago 1994. p. 5

⁶² Cf. *Jornal O Progresso*. 21 set 1994. p. 5

⁶³ Cf. *Jornal O Progresso*. 22 set 1994. p. 5

⁶⁴ Cf. *Jornal O Progresso*. 24 out 1994. p. 4

⁶⁵ Cf. *Jornal O Progresso*. Dourados (MS). 24 mar 1995. p. 5

Barbosa Martins esteve em Dourados e recebeu os membros do comitê, prometendo estudar as reivindicações.⁶⁶

O levantamento planialtimétrico de toda a área foi feito numa extensão de 6.700 metros por uma média de 400 de largura. Humberto já havia garantido nessa época que ninguém com propriedade às margens do Laranja Doce haveria de ser prejudicado.⁶⁷

Em abril de 1996 o projeto definitivo foi apresentado à sociedade por Luiz Carlos.⁶⁸

Durante a 32ª Expoagro de 1996 o comitê montou um estande no Parque de Exposições apresentando os projetos, reforçando a coleta de um abaixo-assinado reivindicando urgência no decreto de preservação. Os quadros com os desenhos também foram expostos na agência central da Caixa.

Cerca de um mês depois o comitê protocolizou na prefeitura, com a presença de várias pessoas envolvidas na luta, um manifesto e o abaixo-assinado com mais de 2 mil nomes objetivando sensibilizar o prefeito a acelerar a implantação do parque.⁶⁹

O então vereador Laerte Tetila propôs à Câmara, sob a presidência da vereadora Bela Barros, a realização de um seminário sobre o meio ambiente no período de 19 a 21 de junho de 1996, o primeiro do gênero em nível local.

O promotor do meio-ambiente, Aparecido José do Carmo, encaminhou ofício ao prefeito pedindo providências urgentes e o advogado-geral do Município, Antônio Franco da Rocha Júnior, comentou que havia recebido o documento e que de antemão não havia alternativa senão a de se curvar à manifestação do representante do MP.⁷⁰

No início de 1997 o Ibama comprometeu-se a fazer um novo levantamento da área para ser enviado a Brasília e ratificar os já existentes, procedimento necessário para se pleitear verbas federais.

Engraçado é que mesmo diante de todo levantamento feito o superintendente do Ibama em Mato Grosso do Sul na época, Lysias Campanha, em entrevista⁷¹ disse que o instituto ia acompanhar e solucionar o problema relacionado ao parque, mas a princípio não podia fazer nada porque não tinha em mãos dados suficientes, “mas estamos bastante avançados (...) Esperamos contribuir com 80% do que se necessita”.

⁶⁶ Cf. *Jornal O Progresso*. 28 jul 1995. p. 3 e 4

⁶⁷ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 6 jun 1995. p. 2

⁶⁸ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 26 abr 1996. Cad. 2

⁶⁹ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 30 maio 1996. p. 5

⁷⁰ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 24 jun 1996. p. 8

⁷¹ Cf. *Jornal O Progresso*. 16 abr 1997. p. 4

Até hoje nada foi feito por parte do instituto.

A audiência com o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, quando Braz Melo (PMDB) era prefeito - sucessor de Humberto - Luiz Carlos Ribeiro, o senador Ramez Tebet (PMDB) e os deputados federais Roberto Freire (PPS) e Marçal Filho (PMDB) aconteceu em 30 de abril de 1997.

A intenção foi pedir ajuda do ministro e o encontro foi marcado a pedido de Roberto Freire que, anteriormente, havia sido procurado pelo velho amigo camarada Ribeiro.

Um dia Luiz Carlos encontrou-se com Freire em Campo Grande e falou da sua dificuldade em fazer as autoridades locais entenderem a importância do projeto do Laranja Doce. Freire, amigo de Krause, dois pernambucanos da gema, prontamente agendou a reunião.

O ministro gostou da idéia, chamou um assessor para que o projeto fosse protocolizado, Luiz deu-lhe uma fita VHS com o documentário e cadernos técnicos sobre a questão.

A partir daí Luiz achou que o Braz, como prefeito, ia acompanhar o andamento da coisa, mas, ao contrário disso, aconteceram alguns fatos estranhos. O projeto do Laranja Doce parou e o prefeito Braz e o deputado Marçal voltaram ao ministério e solicitaram verba para canalização do resto do córrego Rego D'Água. O pedido foi aprovado, quando então se iniciou uma outra briga cujos detalhes serão contados mais adiante.

Essa foi mais uma demonstração da visão administrativa em torno da questão: preservar não era prioridade, empregar um outro córrego, ou seja, impor o elemento artificial ao natural era mais fácil e politicamente rentável.

Em janeiro de 1997 o então secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Ademir Moraes, afirmou taxativamente que seriam adotadas políticas de preservação do Laranja Doce, mas descartou desapropriações para delimitar a reserva. O parque já não era mais uma prioridade da administração municipal.⁷²

Em 15 de julho de 1997 Braz sancionou a Lei nº 2146 instituindo na Rede Municipal de Ensino a disciplina de “Noções Básicas de Ecologia e Meio Ambiente” cujo projeto fora de autoria do então vereador Geraldo Resende.

Por aí se vê como demorou a entrar na grade curricular escolar a discussão do tema...

⁷² Cf. *Jornal Diário do Povo*, 6 jan 1997

Em 23 de setembro de 1997 apoiado em dezenas de entidades da cidade, o Comitê Pró-Parque Ecológico Laranja Doce reúne em passeata cerca de 3000 pessoas na “Caminhada da Primavera”, entre estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, além de personalidades, empresários e gente do povo, num ato de apoio e reivindicação para implantação do Parque.

No dia 20 de outubro o comitê enviou a Brasília, 13 cópias de fitas em VHS para uma lista de parlamentares, deputados federais e senadores de MS, contendo um histórico e imagens da caminhada.

Houve frágeis manifestações de apoio por parte dos deputados federais Marçal Filho, Dilso Sperafico, Marisa Serrano, Oscar Goldoni, Flávio Derzi, Marilu Guimarães, Nelson Trad e Saulo Queiroz, além dos senadores Ramez Tebet e Lúdio Coelho. Nenhum deles apresentou emendas ao Orçamento da União para garantir recursos para o projeto.

Em novembro de 1999, sob a batuta do deputado estadual Geraldo Resende, divulgou-se que havia emendas conjuntas para Dourados e uma delas seria de R\$ 1 milhão para o parque.

Esse dinheiro também não saiu.

Em 19 de março de 1998, diante da dimensão que as discussões ambientais foram tomando e da necessidade de se ter uma instituição legal para dar continuidade à campanha, os membros do comitê resolveram criar a SALVAR, Sociedade de Defesa Ambiental, atendendo a uma das 53 propostas da Carta do Meio Ambiente elaborada durante o seminário cerca de dois anos antes.

A SALVAR, por sua vez, é uma entidade de fato e de direito enquanto o comitê era um mero, mas ativo, grupo de amigos imbuídos num mesmo propósito.

A SALVAR está sendo contada em capítulo específico nesta obra.

A professora Elza Maria Cardoso, da área geográfica, escreveu um artigo⁷³ revelando, em relação ao Laranja Doce, os danos causados por conta da utilização de fertilizantes e nutrientes agrícolas. Denunciou o alto grau de compactação do solo que se encontrava totalmente desnudado e a laterização, totalmente irrecuperável, prejudicando a drenagem.

Próximo ao Ceper do 3º plano o uso do rio era pior, e além de esgotos clandestinos, o lençol freático estava contaminado devido à existência de fossas sépticas em todo o BNH e residências na outra margem do córrego, já que a região não era atendida por rede de esgoto.

⁷³ Cf. *Jornal Diário do Povo*. 14 out 1999. p. 2

Em 1999 o então vereador Walter Hora apresentou emendas, a serem aprovadas pelo Legislativo, prevento R\$ 1,2 milhão para o Laranja Doce e R\$ 1,4 milhão para o Rego d'Água.

Em abril de 2003 Luiz Carlos, o prefeito Tetila, o vereador Walter Hora, os deputados federais João Grandão e Geraldo Resende estiveram com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, quando protocolizaram novamente os projetos de implantação dos Parques Laranja Doce e Rego d'Água, solicitando a liberação de recursos.

O Tetila, na opinião de Luiz Carlos, demonstrou no primeiro momento de mandato como prefeito uma continuidade de seu compromisso como membro de um parlamento no tocante ao tema meio ambiente. O tempo se incumbiu de fragilizar, como executivo, seu discurso parlamentar.

A prova desse comportamento é que, ao assumir o primeiro mandato em 2001, por sugestão de Ribeiro, ele criou o Instituto de Planejamento e Meio Ambiente (Iplan) e já na metade desse mesmo mandato extinguiu o instituto e o dividiu em Secretaria de Planejamento e Instituto de Meio Ambiente (Imam). Além disso, entregou o Imam ao advogado José Marques Luiz, que tempos atrás investiu contra a criação do Parque Ecológico Laranja Doce.

O “senhor das águas” entende que o secretariado do Tetila tem dificuldade de defender o tema, é uma equipe burocratizada, tem outras prioridades. Aliás, prioridades existem aos montes, mas é preciso saber elegê-las e inseri-las dentro de certos contextos.

A ação ambiental pode ser aplicada de maneira paulatina, por etapas, mas de forma planejada. Isso desapareceu, ou seja, aquilo que Luiz Carlos imaginou e implantou como política de Estado ambiental municipal com a criação do Iplan deu lugar a ações no varejo.

Apenas plantar mudas de árvores e gotejar o trabalho é pouco diante do muito que uma administração pública pode e deve fazer. A construção do Aterro Sanitário, por exemplo, levado a sério a partir de levantamentos, seminários e projeto elaborado à época do Iplan, na época sob a presidência de Luiz Carlos, atendendo inclusive o MP que há anos vinha exigindo do Município essa providência e a pressão da SALVAR, entre outras ações, é prova cabal de uma necessária política ambiental municipal.

O Parque do Córrego Água Boa, com recursos do BIRD, e retirada das famílias das áreas de risco como dispersa continuidade do primado do Iplan, agora sem esse instituto, foi outro trabalho que merece reconhecimento, mas ainda assim foi pouco.

O parque do Rego d'Água, iniciativa, proposição, muito trabalho junto à sociedade e projeto desenvolvido no Iplan sob a regência de Luiz Carlos, com parte dele em execução em 2007 com recursos federais e contrapartida da prefeitura, é outro avanço ambiental municipal.

O Laranja Doce, no entanto, ficou para trás.

Nunca houve um apoio popular maciço como teve o Laranja Doce. Primo Fioravante interpretou aquele feito como um “magnífico projeto” despertando na cidade “uma nova mentalidade arrebatadora”.

“(…) A sociedade respondeu à altura essa premissa que é preciso preservar, as administrações ao longo desse período é que não souberam entender isso, foram incompetentes para enfrentar o problema (...)”.⁷⁴

Luiz Carlos sentiu-se destrutado pelo advogado José Marques Luiz, quando este chegou a afirmar que gente de fora estava dando palpite na história de Dourados.

(...) Qual era o problema? Jaime Lerner veio aqui e propôs dois parques (Arnulpho Fioravanti e Antenor Martins) e todos elogiaram. Muitas vezes a pequenez do gestor público, politicamente vivendo da soma do outro, não cita os devidos créditos de antecessores como, por exemplo, é o caso desses dois grandes Parques onde não se mencionam que foram executados pelo ex-prefeito José Elias Moreira (...).⁷⁵

Quando Luiz era diretor do Iplan um grupo de empreendedores quis lotear o Jardim Mônaco. Ele disse que a área do parque precisava ser preservada e os empresários não apenas concordaram como aproveitaram para tirar proveito comercial ao anunciar lotes próximos ao futuro Parque Ecológico Laranja Doce. Ganhou a cidade e ganharam os empreendedores.

⁷⁴ RIBEIRO, L. C. 2007

⁷⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

(...) É preciso parar de imaginar a questão ambiental sendo menos, coisa de romântico abobalhado - isso é atraso. Daí os orçamentos vagabundos na área ambiental. No Estado, a Secretaria do Meio Ambiente existe desde 1977 e em compensação o passivo ambiental é uma monstruosidade. Dá a impressão que nunca teve a pasta e, na prática, teve muito pouco ou quase nada (...).⁷⁶

Essa discussão do Laranja Doce tem razão com a vida, não tem como fugir dessa lógica que a vida exige do sujeito ternura, carinho, apesar das agruras, das decepções e da necessidade de se lutar sempre, de procurar na medida do possível “abrir” a mente de outras pessoas e principalmente da juventude informatizada, mas que ainda não acordou para a realidade do Mundo atual. O futuro tem que ser construído desde já, e não haverá amanhã se o meio ambiente for destruído.

É só contemplar aquele espaço bonito do Laranja Doce e ficar imaginando que um dia aquele parque vai ter arte, esculturas a céu aberto, espaços bucólicos para passear, um ambiente de harmonia com a natureza, uma orquestra sinfônica tocando e as pessoas sentadas na grama, outras fazendo piquenique, isso não dá para ser tratado de forma burocrática, e muito menos se aceitar passivamente a miopia dos gestores da coisa pública...

Essa é a visão da cidade do futuro, do cidadão livre, com tempo disponível para o ócio prazeroso da cultura, da socialização, do esporte, da pintura, da música, da reflexão, enfim. O trabalho continuará existindo, lógico, mas não nesse ritmo alucinante e estressante dos dias atuais, ainda assentado em premissas escravocratas.

Nesse sentido, Ribeiro escreveu em outubro de 2003:

POR UMA POLÍTICA AMBIENTAL URBANA

Cada vez mais o Ser Humano se torna um Ser Urbano.

Esta realidade além de incontestável é inexorável e irreversível, por mil razões que as cidades oferecem ao Homem e outras tantas condicionantes que o meio rural lhe impõe o êxodo.

⁷⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

As cidades e seus desenhos urbanos que conhecemos hoje são produtos da Era industrial, que outrora “engoliram” as cidades medievais e suas muralhas.

As cidades de hoje, fruto de núcleos industriais e seus bairros e vilas operárias, suas linearidades e suas quadras e quarteirões, refletem a história da industrialização do mundo e suas relações capital-trabalho assentadas na mais pura teoria da Mais Valia.

O mundo mudou, avançou, novos elementos científicos e culturais vão sendo incorporados ao nosso dia-a-dia e vertiginosamente alterando nosso “modus vivendi”, nosso “habitat”.

Estamos numa travessia que está se dando em velocidade exponencial, muito mais rápida que se deu a transição da Idade Média para a Industrial. Estamos em mar revolto, da passagem da Era Industrial para a Era da Cibernética, e esta velocidade de transição não se dará de outra forma, como é próprio da nova cultura científica.

A nova ciência, base da nova Era, calcada na velocidade da luz, calculada em “bits” e na gênese do DNA, está a nos impor novas regras nas relações humanas, a partir de duas vertentes principais: no trabalho e na longevidade do Ser Humano. Destas duas novas realidades, novas serão as relações destas entre si e para com as outras relações, tais como sociais, culturais, lazer, esporte, etc.

Tão inexorável quanto irreversível é a urbanização do Ser Humano, também é o aumento da longevidade do Homem, como por óbvio a diminuição de sua jornada de trabalho. A Engenharia Genética patrocina a primeira condicionante dessa nova Era, e a Cibernética patrocinará o fim do que chamou Bertrand Russell em “Elogio ao Ócio” de “A moral do Estado Escravista” em relação ao trabalho sem fronteiras, ou seja, a segunda condicionante desta nova Era.

E nossas cidades da Era em extinção, como se comportarão como nosso novo “habitat” nesse previsível futuro?

Dado a velocidade de chegada deste futuro, cujos indícios já se fazem presentes, impõem-se ao Estado (União, Estados e Municípios), medidas urgentes com vistas às imprescindíveis adaptações e re-conformações de um novo desenho destas nossas cidades às novas condicionantes.

Reservar já generosos espaços urbanos para a prática da vida da pós-modernidade, do lazer, da cultura, etc, e acima de tudo do equilíbrio e sustentabilidade ambiental destas novas cidades é tarefa urgente.

Esta é uma tarefa que cabe, no Brasil, ao Ministério do Meio Ambiente, deixando de ser apenas um “Ministério de florestas” e assimilando de vez a urbanização do País, assumindo também a ambientalidade das cidades, facilitando, fomentando e incrementando Unidades de Conservação (Parques Ambientais) urbanas, como Política de Estado, através de incentivos fiscais, financiamentos e legislações federal, estaduais e municipais para incorporação ao patrimônio público destas áreas.

Na perspectiva de uma parceria estrutural do Ministério do Meio Ambiente e o novo Ministério das Cidades, cobra-se a definição de uma política de sustentabilidade das cidades, onde o Ministério do Meio Ambiente patrocine a disponibilidade destas Áreas Parques e o Ministério das Cidades seus entornos.

Nesta linha de resolução das novas cidades, há de se priorizar os Fundos de Vales, enterrando de vez a antropofágica visão urbanística das retificações e canalizações dos córregos urbanos.⁷⁷



Esse momento de prazer coletivo acontecerá nas reservas deixadas aos cidadãos. Essa é a defesa feita por Luiz Carlos. Isso é romântico, mas é concreto e objetivo. Quem administra hoje tem que ter essa percepção do futuro porque o futuro não se constrói sem primeiro se fixar as bases de hoje.

Do namoro debaixo da árvore, o sujeito ficar imaginando a vida, o céu, olhando as estrelas, as árvores, a água escorrendo, o barulho dela no contato com as pedras e margens, o suave barulho do peixe, essa é a utopia de Mundo do “senhor das águas”. Essa discussão ele quer fazer.

Não dá para ser frio e calculista o tempo todo.

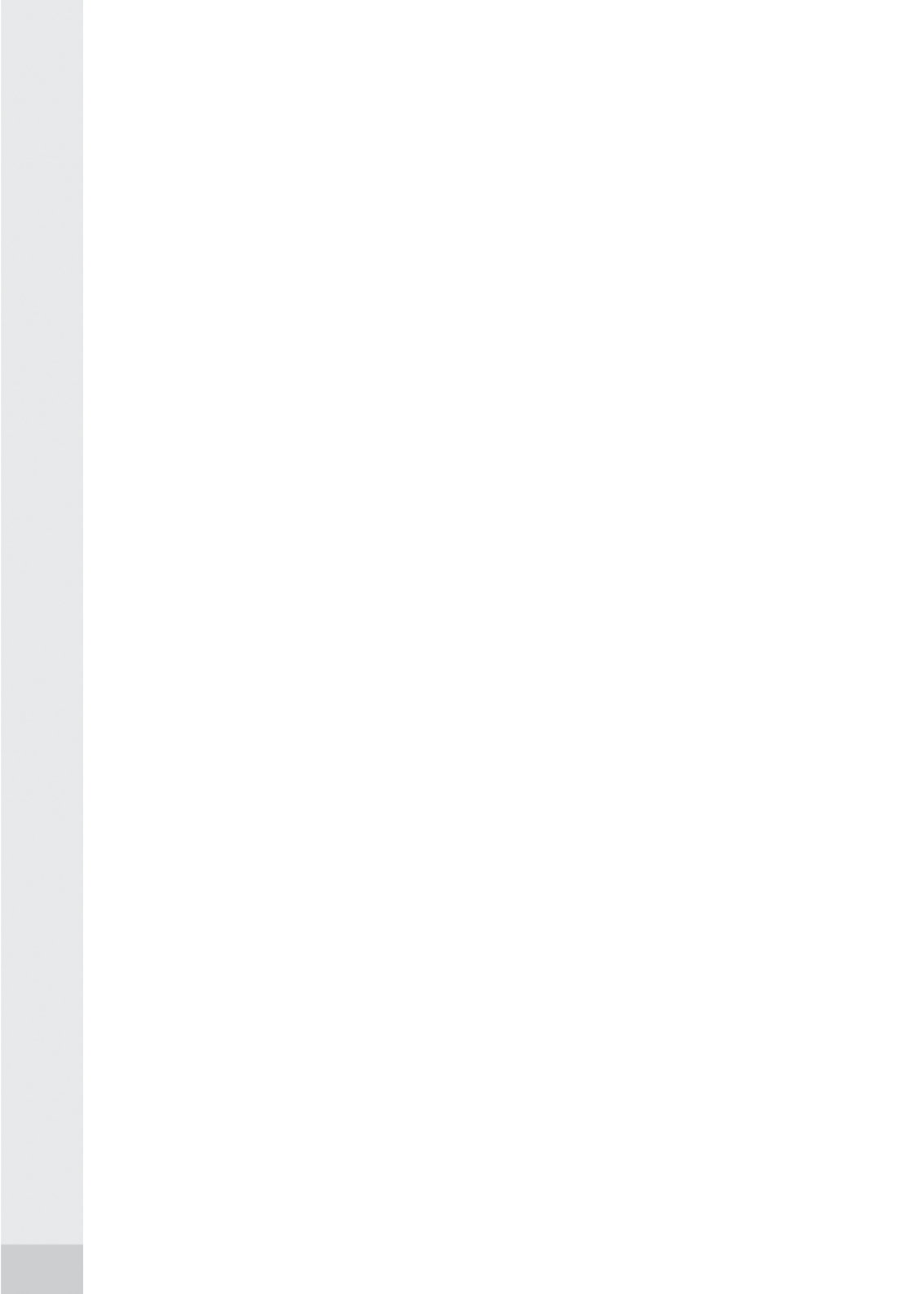
⁷⁷ Disponível em www.dourdosinforma.com.br na seção “Colunistas”

Poema para o Parque Laranja Doce
por Emmanuel Marinho

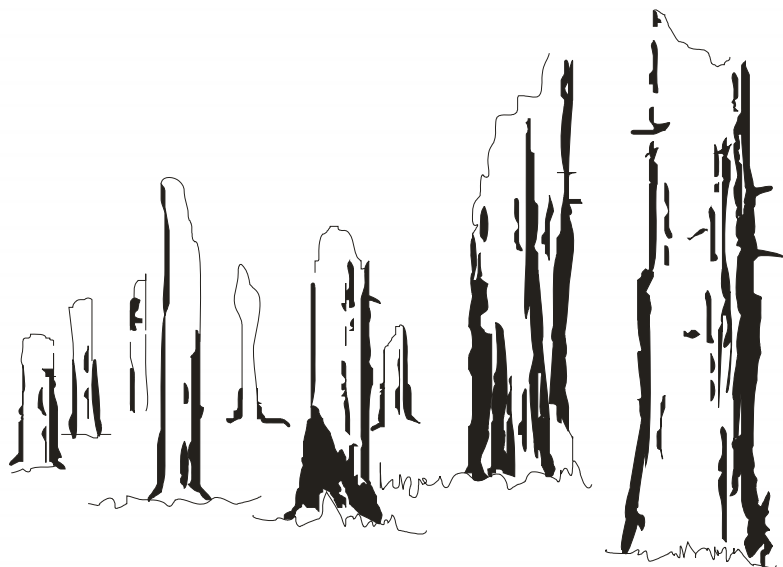
*Lá longe nascas
Benfeitor da terra e doce.
Laranja porque alimentas
Animais, homens, plantas.
Laranja doce
Porque te deram nome.
Quiseram traduzir em letras
O leito do teu rosto.
E vendo tanta doçura
transcriaram um gosto.
No gozo de teu movimento
Buscastes um oceano
Abraçando o ar
De verde, borboleta e vento.
Mas vendo que eras tanto
tu desejastes os peixes,
Na água de teu corpo
Deus desenhava eles.
Descias
Descias soberano, generoso e pleno.
Destes de beber aos índios
Há mais de um milênio
Matastes a sede de espanhóis, paraguaios e portugueses.
Em tua história
Percebestes a paz
Em tua correnteza.
Querendo só ser água
Asa de um anjo
Rasgando a natureza
Fez-se a chuva
Pra beijar o brejo que te beija.
Abençoada água*

*Não deixes que te machuquem a pele,
Se rebelde!
Ressuscita!
Busque a palavra cristalina
Do teu verbo e grita.
Diga basta, brinque, brigue,
Pra que sejas sempre
Nascente, flor, cor e fruto.
Laranja.
Laranja doce
Laranja doce de um rio.*⁷⁸

⁷⁸ Publicado em panfletos distribuídos à população.



DOURADOS, a SALVAR



A luta pela preservação ambiental em Dourados, para avançar, precisava de um grupo de trabalho melhor organizado, ideologicamente independente, cientificamente preparado, minimamente estruturado na forma da lei, disposto ao embate público num contexto maior em relação ao trabalho desenvolvido até então.

O Comitê Laranja Doce foi transformado em SALVAR, Sociedade de Defesa Ambiental, a primeira do gênero no âmbito regional, instituída de direito e de fato em 19 de março de 1998 em reunião no auditório da Associação Comercial e Industrial de Dourados (Acid).

A sua formação estava prevista no 54º item da Carta do Meio Ambiente de Dourados cujo conteúdo é resultado de 20 reuniões realizadas como parte do 1º Seminário do Meio Ambiente, em junho de 1996, envolvendo representantes da UFMS, UEMS, Socigran, Embrapa,

Ibama, Incra, Aeagran, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado (Semades), Prefeitura, Sanesul e Comitê Laranja Doce.

“A proteção e melhoramento do meio ambiente é uma questão fundamental que afeta o bem estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o Mundo e um dever de todos os governos”.⁷⁹

(...) Sabidamente, todos querem viver num município com ar puro, águas limpas, terras férteis, reservas de vegetação preservadas, com animais diversos, plantas e pessoas livres de agressões ambientais. Porém vivemos num município onde a natureza também é vista como um mero recurso a ser consumido, daí os sinais inaceitáveis da degradação ambiental. Em Dourados, os estragos se alastram em potencial, sendo que o atual ritmo de degradação vem impondo um grau inédito de rompimento dos laços vitais da sociedade local com a natureza. Tal preocupação que já vinha permeando a sociedade douradense, através de movimentos organizados, ainda que de forma segmentada, encontrou nesse Seminário a possibilidade de ordenar idéias e preocupações que se espera resultar em ações sociais e políticas profícuas para o estabelecimento de um ambiente mais saudável, harmônico e equilibrado para o nosso município. Dentro desse propósito os participantes do 1º Seminário Sobre o Meio Ambiente de Dourados, reunidos nos dias 05, 19, 20 e 21 de junho de 1996, após realizarem vinte palestras e os respectivos debates, concluem: 54 - Que a sociedade douradense desperte para a criação de uma Organização Não Governamental (ONG), ligada diretamente à causa ecológica do Município, tendo em vista informar e denunciar as violações praticadas, no passado e no presente, contra o patrimônio natural local, bem como propor análises e alternativas que superem o estágio atual e contribuir para a formulação de um meio ambiente mais compatível com a vida e a dignidade humana (...).⁸⁰

⁷⁹ Declaração sobre o Meio Ambiente. Estocolmo. 1972

⁸⁰ Abertura da 1ª Carta do Meio Ambiente de Dourados

SALVAR encorpou-se e novos debates evitados tanto pelo Poder Público como por empresas passaram a merecer a devida atenção pelo menos no tocante à denúncia e cobrança de soluções.

A entidade nunca, felizmente, perdeu a coragem, determinação e, assim, incomodou prefeitos, vereadores, governadores, deputados, empresários, enfim, todos que de uma maneira ou de outra deram e dão motivos para a cobrança e se mostram desprovidos do senso mínimo de cidadania.

Em quase dez anos de atividades já obteve resultados notáveis.

A SALVAR tem o mérito de nunca se curvar aos infames interesses do poder político e econômico. Ao contrário disso, exige providências, compensações, recorrendo a todas as instâncias da lei se preciso for para garantir a preservação e diminuir a agressão gratuita praticada pelo homem.

É uma guardiã incansável, em última análise, da vida, apesar das suas limitações e atribuições específicas.

O Laranja Doce não foi esquecido, em absoluto, mas passou a ser visto como parte de algo maior.

Os ambientalistas entenderam que a questão deveria ser trabalhada dentro de um contexto intermunicipal e não mais de maneira fragmentada, sem anular, obviamente, ações isoladas. Os problemas acumulam-se rapidamente enquanto as soluções caminham a passos de tartaruga, daí a necessidade de acelerar a cobrança e aumentar a vigilância.

Na medida em que a pesquisa aprofunda o levantamento de dados sobre a problemática percebe-se facilmente uma relação intrínseca e tem-se melhor noção do desafio homérico que não apenas se avizinhou, mas, no caso local, já se instalou nos lares, no ambiente coletivo, no local de trabalho, na água preciosa de todas as horas, enfim, comprometendo o futuro, a qualidade de vida...

Então não havia mais como lutar de maneira amadora.

Era preciso uma nova identidade jurídica para tentar confrontar com um mínimo de igualdade na forma da lei com os que obtinham e ainda obtém, vergonhosamente, lucros com a devastação.

Mais do que isso, enfrentar um inimigo ainda mais cruel: a negligência oficial.

Os danos estão interligados e a consciência que se despertou com o trabalho em torno do Laranja Doce, por menor que tenha sido, acabou por desnudar uma realidade maior.

Os demais córregos urbanos sofriam o mesmo descaso, assim como o Rio Dourados, o principal manancial de água doce superficial do Município de Dourados e que enfrenta o descaso em seu percurso solitário, águas barrentas movendo-se de forma tácita ofertando gratuitamente sua riqueza natural a diferentes comunidades do Sul do Estado.

Aliás, é mais ou menos assim com todos os rios por este País afora...

A aula decorrente, aquela iniciada com o Laranja Doce, estava apenas começando.

O passivo ambiental é imenso e requer atitudes arrojadas, cobranças, mobilizações, enfrentamentos com destemor conciliando paixão e razão.

O simples torna-se complicado devido à falta de uma consciência coletiva e, acima de tudo, de vontade política, já que cuidar do meio ambiente implica na adoção de políticas de Estado, investimentos, e a cultura política vigente, invariavelmente, não contempla políticas a médio e longo prazos, mas mira-se de forma egoísta apenas no mandato e na popularidade passageira.

A primeira diretoria executiva da SALVAR, presidida pelo “senhor das águas”, incluindo conselho consultivo e fiscal, foi composta por apaixonados/notáveis/voluntários emprestando serviços, reputação e conhecimento: o professor universitário e biólogo Alan Sciamarelli; professor universitário e geógrafo Pedro Alcântara de Lima; professora universitária e bióloga Ângela Canesin; engenheiro mecânico Dirney de Luca Perez; arquiteto e professor universitário Mário Carlos Aires; professor e engenheiro agrícola Euclides Fedatto; empresário e agricultor Primo Fioravante Vicente; engenheiro sanitarista Marcos Duarte; engenheiro agrônomo Egon Krakhecke; engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa Luiz Carlos Hernani; engenheiro químico industrial Hélio Almeida Manfrinato Jr.; engenheiro florestal Bernardino da Costa Bezerra; engenheiro agrônomo e professor universitário Antônio Correa de Oliveira Filho; biólogo e professor universitário Valter Vieira Alves Jr.; professor universitário e geógrafo Aduino de Oliveira Souza;

assistente social Pedro de Souza Carneiro; artista plástico Francisco M. R. Chamorro (Kinho); jornalista Teodorico Alves Sobrinho e professora do ensino fundamental Marlene de Souza Costa.

Inicialmente, como se sugeriu na primeira Carta Ambiental de Dourados, a idéia era se criar uma Organização Não Governamental (ONG), mas Luiz Carlos alertou que seria mais prudente uma entidade civil desprendida de amarras burocráticas e institucionais, mais ainda, uma organização que fosse crítica e parceira de instituições públicas sem, no entanto, ser braço ou correia de transmissão de qualquer Governo ou governante de plantão, e muito menos dependente de verbas públicas para suas ações.

Ribeiro entendia que a SALVAR, em momento algum, em suas ações, deveria substituir atribuições inerentes de Governo.

Uma corrente defendia a criação de um instituto, outros uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). O “senhor das águas” propôs uma organização simplista porque desejava vê-la mais livre possível, com autonomia em relação a órgãos públicos, pois, se fosse necessário criticar quem quer que fosse a entidade poderia fazê-lo destemidamente. Um instituto ou uma OSCIP são monitorados pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Governo Federal, etc.

(...) Uma associação, obviamente, não está imune a críticas e falhas e ao preceito da lei, mas pode debater com qualquer instância ou área do Poder com maior vigor. Em relação às ONGs basta lembrar que o Congresso em 2007 propôs uma CPI para investigá-las e embora existam organizações sinceras e honestas, há outras sob uma redoma de suspeitas de favorecimentos senão ilegais no mínimo imorais sobrevivendo única e exclusivamente do erário público (...).⁸¹

A SALVAR proporcionou um grande passo na história ambiental de Dourados.

Evidentemente não é um fim em si, mas a partir dela, nós górdios começaram a ser desatados.

⁸¹ RIBEIRO, L. C. 2007

O grupo concordou então com uma associação sem estar sob a égide de ninguém.

Um outro tipo de organização a qualquer vacilo corria o risco de sofrer intervenção e ser multada e assim, como dizia Ribeiro, diminuía-se a força da crítica. Nem é preciso lembrar que julgar o MP e o Judiciário requer muito cuidado, é como mexer em vespeiro, mesmo quando os fatos falam por si, a história tem mostrado que não são instituições livres de erros e pressões da sociedade.

A malversação administrativa e tráfico de influência são formas de corrupção enclausuradas onde menos se imagina.

Mas a SALVAR não é meramente uma fonte geradora de críticas.

Apresentou sugestão de emendas ao Orçamento Municipal para atender a área ambiental. E há anos isso é feito. Já criticou o MP, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, mas jamais fez insinuações ou acusações irresponsáveis e levianas, absolutamente.

Uma das posturas que contribuiu muito para elevar o prestígio é justamente não trabalhar com verba de governo.

A SALVAR é um livro aberto.

Além de nunca trabalhar com verba pública, na outra ponta, sempre ofereceu propostas para o Executivo e Legislativo, elaborou pareceres e laudos para o MP gratuitamente.



Estudos mostram que a quantidade de água disponível no Planeta é a mesma desde a sua formação. São 2/3 de água, porém, 2% são próprios para o consumo humano. Genericamente há certo consenso científico de que o volume não aumenta e nem diminui, mas os mananciais e seu estado potável dependem do uso que se faz desses recursos.

O ciclo da água implica na evaporação dos rios, lagos, córregos e mares, formando nuvens que em contato com uma massa de ar frio condensam-se e vira novamente água que cai na forma de chuva e penetra no solo, infiltrando até atingir uma camada de rocha impermeável

que, no caso de Dourados, é o basalto, formando-se aí o lençol freático de onde surgem as minas, várzeas, pontos alagados e olhos d'água e, pela dádiva da natureza, rios, lagos e córregos cuja ação do Sol tem suas águas transformadas novamente em vapor, nuvens, chuva...

Qualquer interrupção ou agressão a esse ciclo implica na extinção de um manancial.

Isso se aprende na escola.

Era necessário em Dourados estabelecer urgentemente em lei uma medida a partir do eixo ou da margem dos cursos d'água, no caso específico, na Lei de Uso e Ocupação do Solo que fixa em 50 metros a área não edificante. E muito embora essa fora, para época, final dos anos 70, uma boa medida, porém, era preciso avançar no processo de proteção dos mananciais.

Ainda que restrito, o princípio dos 50 metros, a própria prefeitura não respeitava. Essa norma ao longo do tempo acaba por comprometer o meio ambiente porque coloca em igualdade de condições todo e qualquer curso d'água sem se levar em conta que cada manancial tem suas próprias características. A fixação pura e simples de uma medida a partir dele significa que o avanço da cidade pode chegar até aquele determinado ponto, desconsiderando as condicionantes geográficas naturais diferentes entre si, ou seja, os corpos d'água (rios, córregos e lagos). Esse procedimento, na área urbana, ao longo do tempo, dado o processo de urbanização, leva à impermeabilização do solo para muito perto dos córregos, prejudicando a recarga dos lençóis freáticos. O elemento natural na paisagem das cidades é o curso d'água e todo seu entorno. Portanto, só um levantamento que os técnicos chamam de planialtimétrico pode identificar os elementos circundantes e a área de preservação. A canalização de qualquer córrego é técnica agressiva e criminosa porque interrompe o ciclo da água. Condicionar o curso a muros de pedra e concreto e se fazer ruas próximas às

suas margens impede a infiltração das chuvas e a natural recarga do lençol. A água acaba escorrendo pela superfície até os fundos dos vales, causando enchentes em áreas próximas ao canal e não há a absorção da chuva na proporção que deveria ocorrer. Isso implica em danos às populações vizinhas a esses córregos e até o desaparecimento mesmo desses cursos d'água ao longo do tempo.⁸²

A necessidade da criação da SALVAR tornara-se urgente a partir do recrudescimento da luta pela preservação do Córrego Rego D'água, em Dourados.

Desde 1994, com a proposição da criação do Parque Ecológico Laranja Doce, Ribeiro alertava para a ocupação irregular e desastrosa dos fundos de vales na cidade, aí incluído o Córrego Rego D'água, com seu trecho inicial já canalizado e com nova aprovação de verba federal em 1996 para a canalização de todo seu trecho restante.

Em fevereiro de 1996, o Jornal *O Progresso* publicou uma matéria sob o título “Ocupação irregular dos fundos de vale provocará caos urbano”, numa entrevista de Luiz Carlos ao jornalista Nicanor Coelho, onde, numa rápida análise era mostrada a destruição causada nos fundos de vales pelo processo desordenado da ocupação urbana.

Desde então a canalização do córrego Rêgo D'água, iniciada no trecho superior do córrego no início dos anos 90, vinha sendo questionada quanto ao seu caráter ambiental agressivo e criminal.

Em junho de 1996 no 1º Seminário sobre o Meio Ambiente de Dourados, por proposição de Ribeiro, foi incluído dentre os 54 itens, o item 13, que exigia que fosse suspensa, imediatamente, qualquer iniciativa de emparedamento do córrego Rêgo D'água e que fosse providenciada a urbanização da área, incluindo seu entorno de forma a incorporar tanto o espaço da futura praça local como o Tribunal do Trabalho.

A partir daquele momento, o “senhor das águas” iniciou uma nova empreitada, agora pela preservação do que restava do Córrego

⁸² RIBEIRO, L. C. 2007

Rego D'água e de seu entorno, paralelamente à luta pela implantação do parque do Laranja Doce.

Em 1997 ele propôs o Parque Ambiental Rego d'Água e condenou a idéia de simplesmente se emparedar esse córrego como pretendia a prefeitura e em 13 de maio escreveu no Jornal *O Progresso*:

RÊGO D'ÁGUA, A URGENTE PRESERVAÇÃO

Se bem observarmos a planta de nossa cidade, vamos ficar estarrecidos com a total falta de área verde contínua na malha urbana.

Isto diz respeito diretamente a nossa qualidade de vida, que não é das melhores já hoje, e corre o risco de ser pior ainda no futuro.

Há uma total "ilusão de ótica" quando observamos Dourados de uma vista aérea. Dá-nos a impressão de uma cidade muito bem arborizada, o que é um terrível engano. Trata-se de árvores, que na sua imensa maioria, estão dentro de terrenos baldios, e só pra se ter uma idéia, mais de 60% dos terrenos de Dourados estão desocupados. Quando estes lotes forem ocupados, só nos restarão as árvores de rua, cuja importância ecológica é quase nenhuma.

Fora as árvores de rua, Dourados, que possui hoje uma população de aproximadamente 160.000 habitantes, tem apenas duas áreas reservadas para Parques propriamente ditas, ou seja, o Parque Antenor Martins no Flórída e o Arnulpho Fioravanti atrás da rodoviária, áreas estas estocadas ao município nos idos dos anos 70, de resto quatro ou cinco praças de 100x100 metros.

Numa visão imediata, podemos concluir que estamos diante de um quadro miserável em termos de área verde e qualidade de vida urbana futura.

Isso no imediato, porém esta situação ainda é razoavelmente reversível se considerarmos o que ainda resta de fundo de vale ao longo dos córregos que cortam a malha urbana.

Dentre estes vales situa-se o Rêgo D'Água que em certa medida já foi descaracterizado em seu início (próximo à Rua Cuiabá), mas que ainda preserva suas características mais adiante.

O Rêgo D'Água, ainda guarda às suas margens uma área de aproximadamente 40 hectares vital a sua existência, como vital é para uma região habitada por algo em torno de 30.000 habitantes, mais ou menos 20% da população urbana, quase 20 bairros e que não possui uma área verde como preservação.

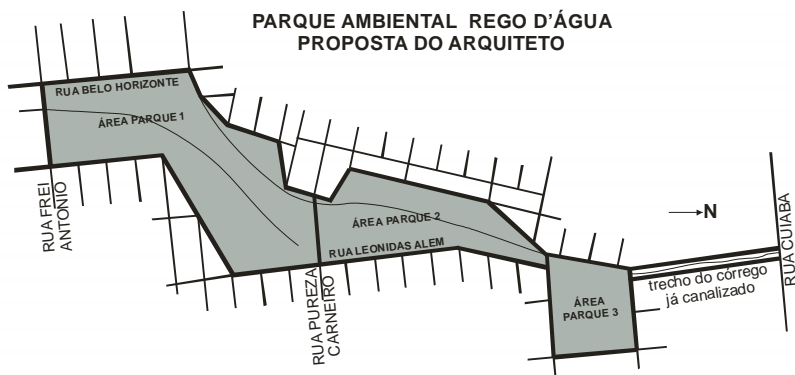
Está em curso na prefeitura a visão “engenheirística” de se continuar a retificação e canalização daquele córrego.

Este procedimento será a decretação da extinção muito breve do Rêgo D'Água e todo seu entorno. Trata-se de um procedimento equivocado e imediatista que não leva em consideração a importância daquela área no futuro para toda aquela região e muito menos do que ainda resta do Rêgo D'Água e o já frágil e debilitado ecossistema local, razão da sobrevivência daquele manancial.

Em tempo, a morte do Rêgo D'Água implicará problemas sérios, podendo até provocar a desativação e sucateamento da Estação de Tratamento de Esgotos do Cachoeirinha, já que, de um desvio do Rêgo D'Água depende o sistema de Tratamento de Esgotos, enquanto corpo receptor do produto derivado dos reatores Anaeróbios – Ralfs.

A solução para o Rêgo D'Água depende não de obras de engenharia imediatistas, de curto prazo, mas de um estudo mais aprofundado em termos de impacto ambiental e urbanístico, além é claro, da preservação e recuperação, isto sim, imediata da área em seu entorno.





Inúmeros outros artigos escritos por Ribeiro foram publicados na época no sentido de alertar as autoridades e a população de mais aquele crime ambiental.

Um abaixo-assinado com mais de quatro mil nomes de moradores da região próxima ao Córrego Rego D'água, coordenado por Luiz Carlos e pelo então vereador Walter Hora, foi entregue ao prefeito Braz Melo para que a prefeitura parasse o trabalho e criasse ali um parque ambiental, coisa que parcialmente vem sendo feita quase uma década depois, beneficiando diretamente cerca de 40 mil pessoas – há muitas cidades no interior de Mato Grosso do Sul com uma população menor.

Ainda em agosto de 1997, ciente de que a prefeitura pleiteava um convênio com a Caixa para obter dinheiro para continuar a canalização que emparedou o trecho inicial do Rego D'Água, Luiz Carlos, enquanto arquiteto/urbanista e presidindo o Comitê Laranja Doce, enviou ofício à Câmara solicitando intervenção da Casa, pois, cabia aos vereadores autorizarem ou não o pedido de financiamento.

Sem encontrar recíproca no Legislativo, Luiz Carlos denunciou o fato à presidência da Caixa em ofício de 20 de agosto de 1997 alertando para o risco de a instituição estar financiando uma agressão ambiental.

Em setembro de 1997 a prefeitura enviou à Câmara a peça orçamentária prevendo uma rubrica de R\$ 2 milhões 475 mil do Proinfra (Programa de Infra-Estrutura) da Caixa para canalização do Rego D'Água.

Em novembro daquele mesmo ano, um grupo de professores da UFMS, empresários e lideranças comunitárias e o próprio autor da denúncia reiteraram junto à Caixa a suspensão dos recursos.

Em resposta, a Caixa informou que só daria prosseguimento à análise do projeto mediante apresentação do RIMA.

Em dezembro, no prazo regimental, o Comitê Laranja Doce, em ofício, solicitou à Câmara emenda propondo a alteração dos recursos para implantação do Parque Ambiental Rego D'Água.

Mais uma vez o Executivo intercedeu com seu braço forte e numa ação, segundo documentos, hoje de posse da SALVAR, capitaneada pela presidenta da Câmara, Bela Barros, apenas substituiu-se o enunciado “Revitalização e Urbanização do Córrego Rego D'Água”. Na prática, não alterava em nada o projeto original de canalização.

De posse do ofício-resposta da Caixa afirmando que a liberação estaria condicionada ao RIMA, em fevereiro de 1998, um grupo de professores da UFMS buscou apoio da Superintendência Regional do Ibama e da Semades solicitando indeferimento do relatório.

No dia 29 de abril de 1998 Ribeiro entregou ao promotor do Meio Ambiente, Marcos Antônio Martins Sottoriva, um documento com 14 reivindicações e denúncias de agressões que vinham sendo cometidas, pedindo a interdição de obras e suspensão de projetos irregulares. A entidade cobrou rigor nos Relatórios de Impactos Ambientais (Rima) e um disk-denúncia no MP.

Insatisfeitos, ainda levaram as mesmas queixas para o Ibama e para a Câmara Municipal e aí se deu início a uma pendenga árdua em relação às obras para se emparedar o Córrego Rego D'Água na direção Norte-Sul da cidade, ou seja, no trecho que ainda restava quase intacto.

O mesmo abaixo-assinado entregue ao prefeito Braz Melo (no segundo mandato) chegou às mãos do MP e da Câmara.

Em 10 de junho de 1998 a SALVAR denunciou ao MP que a prefeitura licitava obras de urbanização do córrego desrespeitando o acordo verbal firmado entre as partes.

Logo depois os membros da entidade tiveram conhecimento que no processo do MP juntaram algumas de canalização em trechos do córrego e outras contendo perfis do terreno ao longo do curso. O “projeto” era incompleto, não permitia análise e carecia de detalhamento,

não tinha o levantamento planialtimétrico, indispensável para se identificar os acidentes geográficos (minas, várzeas, afloramento do basalto, corredeiras no leito, enfim), ocupação, vegetação, arruamento, posteação, entre outros itens. Não tinha responsável técnico e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) exigida por Lei. Inexistia qualquer informação geotécnica da área.

Se fosse emparedada toda a extensão do córrego, alertava Ribeiro, nesse ínterim já à frente da SALVAR, os moradores da Vila Cachoeirinha - uma vila-problema de Dourados - sofreriam duramente com as enxurradas porque as humildes casas ficam no encontro dos fundos de vale do Rego D'Água e Água Boa.

A Vila Cachoeirinha foi criada na primeira gestão de Braz Melo.

A implantação do parque, por sua vez, resguardaria a área, conservaria as minas, perenizaria o curso d'água e a construção de ruas marginais distantes das margens serviria como isolamento à ocupação urbana, elementos de delimitação ao avanço urbano.

É a única alternativa ambientalmente correta para o lugar, afastando a possibilidade de enchentes e de outros problemas. Se não fosse a proposta urbanística da ocupação do fundo daquele vale por um parque linear e a ação da SALVAR, com certeza esse parque, hoje parcialmente sendo implantado numa área de 40 hectares, não existiria.

Em setembro de 1998, no início da primavera, foram plantadas, a título de alerta, 250 mudas de espécies nativas no Rego D'Água numa ação conjunta entre SALVAR, Promotoria do Meio Ambiente e Escola Lóide Bonfim.

Em janeiro de 1999 a obra estava embargada pela Justiça por ação direta da SALVAR, movida pelo professor Pedro Alcântara (1º secretário da entidade) e o empresário Primo Fioravante Vicente (2º membro do Conselho Consultivo).

A prefeitura recorreu alegando dispor de R\$ 650 mil - empréstimo da Caixa - e com o embargo os recursos seriam bloqueados. Mas isso não convenceu o Tribunal de Justiça. O aspecto ambiental, felizmente, estava acima do financeiro.

Em certo momento da pendenga, a SALVAR foi subjetivamente taxada de radical pelo promotor Sottoriva, em artigo.⁸³ Ele afirmou que integrantes da entidade tinham preferido abandonar o diálogo e trilharam

⁸³ SOTTORIVA, Marcos. *A difícil tarefa de recuperar o meio ambiente*
Jornal O Progresso. 16 mar 1999. p. 2

o caminho do litígio. Ele defendia uma negociação, caminho que, segundo Ribeiro, em instante algum fora abandonado pelos ambientalistas, mas pela prefeitura que insistia na canalização do córrego sob o pano de fundo da urbanização daquele fundo de vale.

Mas Ribeiro e os ambientalistas não deixaram por menos. Entendiam que era preciso agir firme contra a prefeitura, tanto que somente após esse conflito é que a administração municipal começou a admitir a idéia do parque, pois, até então, queria apenas construir paredes de pedras numa extensão que ia da Rua Cuiabá à BR-463, coisa de 2,5 km dando assim por solucionado o problema que acabaria com as inundações na parte baixa.

Dois dias depois o promotor teve resposta em relação ao artigo.

Primo Fioravante Vicente, sem papas na língua, em artigo, afirmou que o texto de Sottoriva não continha a verdade inteira.

Dizia ele:

(...) O Curador autorizou o prefeito a fazer a limpeza, não deixou ninguém encarregado de fiscalizar, não deu a ninguém a notícia da autorização feita à Prefeitura, e viajou. Saiu da cidade em gozo das merecidas férias. A Prefeitura, matreira, começou a derriçada dos barrancos no dia do início das férias forenses, 22 de dezembro, calculando que na ausência de autoridades judiciárias e com o curador bem longe, quando os ecologistas se movimentassem, o desastre ecológico pelo soterramento das nascentes já estaria consumado (...) Quando constatamos que o meio ambiente estava sendo destruído e o ilustríssimo Curador não se encontrava na cidade e nem nos tinha avisado de nada, procuramos a Justiça. Ou ele iria querer que esperássemos sua volta das merecidas férias. Para quê? (...).⁸⁴

Primo costumava dizer, com ironia, que ele não era uma pessoa teimosa.

Teimoso é quem teimava com ele.

⁸⁴ VICENTE, Primo Fioravante. *Córrego Rego d'Água*
Jornal *O Progresso*. 18 mar 1999. p.2

Em agosto de 2000 a juíza Dileta Terezinha Souza Thomaz, da 6ª Vara Cível, julgou procedente a ação popular contra a revitalização do córrego sob a argumentação de que antes da execução das obras teria que ter sido apresentado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA) conforme determinado na Lei 6.938/81 e Artigo 225, Parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Na outra ponta, os ambientalistas acionaram o CREA/MS para que fizesse uma fiscalização mais rígida em cima dos técnicos do serviço público que assinavam projetos da prefeitura agredindo o meio ambiente.

Em maio de 1998, a pedido da SALVAR, o CREA convidou técnicos para um debate, no dia 28 do referido mês, na Acid, sobre o tema “Atuação Profissional e a Responsabilidade Ética, Civil e Criminal Relacionados ao Meio Ambiente”. Depois de mais de duas horas de discussão, estabeleceu-se um acordo de mútua cooperação. A Salvar fundamentaria as denúncias ao CREA e à Promotoria do Meio Ambiente e o Conselho se encarregou de dar maior ênfase à fiscalização na área do meio ambiente.

Em três meses foram registradas 20 solicitações junto ao MP.

Em junho de 1999, em meio à crescente onda ambientalista estabelecida pela SALVAR, o CREA fez a primeira Fiscalização Preventiva Integrada na área do lixão, a pedido da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Dourados (AEAD), ação coordenada pelo engenheiro civil Ibrahim Godoy da Silva, especialista em resíduos da Vega Engenharia Ambiental, do grupo francês “Seta”.

A constatação foi óbvia: além daquele local não ser um aterro sanitário como a prefeitura costumava afirmar em seus releases, o chorume contaminava o lençol freático e índios catavam lixo no local já que a Aldeia Bororó ficava ao lado. Essa ação deu início a um procedimento que resultou anos mais tarde na construção de um aterro sanitário dentro das normas técnicas, isso cinco anos depois.

Em agosto de 1998 a SALVAR estimara um valor de R\$ 9 milhões 370 mil para se amenizar o passivo ambiental local e projetar Dourados como cidade modelo em nível internacional em se tratando de questões relacionadas à área.

A SALVAR apresentou à prefeitura um esboço com doze propostas a serem inseridas no Orçamento do Município, pelo menos para se ter rubrica para eventualmente se pleitear verbas externas, pois, os

ambientalistas reconheciam que do caixa da prefeitura não podiam esperar muito, nem do Governo do Estado, mas havia a esperança de se conseguir empréstimos junto ao Banco Mundial e BNDES.

Eram R\$ 6 milhões para a implantação do Parque Laranja Doce; R\$ 2 milhões para o Parque Rego D'Água; R\$ 500 mil para a Usina de Compostagem de Lixo Orgânico; R\$ 200 mil para implantação de um Incinerador Público para o destino do lixo hospitalar; R\$ 150 mil para o Programa de Reciclagem do Lixo; R\$ 150 mil para o Sistema de Gradeamento e Caixa de Decantação para as galerias dos Parques Antenor Martins e Arnulpho Fioravanti; R\$ 100 mil para reconstituição de matas ciliares, enfim.

Desde 1996 Luiz Carlos já defendia a realização de projetos de preservação ambiental em todos os córregos que cortam a área urbana.

“(...) Dourados é hoje uma cidade extremamente carente de parques e jardins e devemos aproveitar o potencial dos fundos de vale que estão à nossa disposição (...)”.⁸⁵

Em dezembro de 2003 o Ministério da Integração Nacional empenhou, para liberar em 2004, R\$ 1 milhão para início das obras do Parque Ambiental Rego d'Água, viabilizado pelo deputado Geraldo Resende, então no PPS – aliás, como vereador, em 1997, no PSDB, ele apresentou emenda modificativa criando uma unidade orçamentária para o parque, mas a proposta foi rejeitada.

O deputado Antônio Carlos Biffi (PT) viabilizou, em 2003, mais R\$ 500 mil para o Rego d'Água.

Seriam necessários R\$ 3 milhões.

Em 2005, Geraldo anunciou que estavam assegurados mais R\$ 1,2 milhão para a obra.

Em novembro do mesmo ano a SALVAR deu eco às denúncias de que algumas fábricas do Distrito Industrial, incluindo o curtume, estariam despejando resíduos industriais como cromo nas águas do Córrego Água Boa, além de detritos e materiais poluentes provocando a morte de peixes.

Tinha-se queimado criminosamente até a vegetação às margens.

Um levantamento de pronto foi iniciado.

A luta foi evoluindo tão rapidamente que os ambientalistas questionavam para a situação da sub-bacia do Rio Ivinhema onde estão

⁸⁵ Cf. Jornal *O Progresso*. *Ocupação irregular dos fundos de vale provocará caos urbano* Nicanor Coelho. 7 fev 1996. p. 6

localizadas as Micro-Bacias dos Rios Dourados, Santa Maria, Vacaria, Brilhante e Ivinhema. O cenário de destruição é gritante em toda essa região, com águas poluídas, exploração irregular de bancos de areia, devastação de matas ciliares e plantio de lavouras até às margens.

Em artigo conjunto defendeu-se a estruturação de um conselho consultivo com um representante do Executivo e Legislativo de cada Município, de cada micro-bacia hidrográfica, de alguns segmentos econômicos e sociais organizados, das instituições de ensino e pesquisa, dos políticos eleitos para a Assembléia Legislativa, Câmara Federal e do MP:

A proposta encontra respaldo nas recomendações resultantes dos encontros como o da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Rio 92. (...) Percebe-se que é uma proposta perfeitamente exequível, de baixíssimo custo para os contribuintes, ampliaria a participação da sociedade, o planejamento para o desenvolvimento se daria em função da disponibilidade dos recursos naturais, da vontade, capacidade e criatividade dos recursos humanos de cada região. Como já foi dito nesta coluna, toda proposta de mudança implica novos caminhos, novas abordagens e novas soluções se tornaram necessárias, uma vez que as políticas públicas que ainda vigoram, na medida em que o tempo passa, têm se mostrado, às vezes inadequadas, e em outras insuficientes (...).⁸⁶

Em setembro de 1998, a SALVAR organizou, com apoios diversos, uma expedição na Bacia do Rio Ivinhema, percorrendo durante dois dias 320 km de rios, reunindo um banco inicial de dados e imagens. Viu-se de tudo, menos exemplo de respeito ao meio ambiente. Foi a primeira ação do gênero, versão pós-moderna das monções com a diferença que a aventura não era atrás do ouro, mas sim do ouro verde e hídrico.

Chegou-se a uma conclusão assustadora: 90% das matas ciliares do Rio Dourados não existiam mais, isso há quase dez anos...

⁸⁶ FEDATTO, Euclides e RIBEIRO, Luiz Carlos. *Desenvolvimento Regional*
Jornal *O Progresso*. 17/18 out 1998. p. 2

A SALVAR imediatamente apresentou uma série de propostas para recomposição dessa massa verde, entre as quais a formação de consórcio entre os Municípios para desenvolverem práticas ambientais comuns de recuperação, mas esse trabalho, lamentavelmente, esbarrou na falta de interesse dos gestores públicos. Além disso, pediu punição às empresas que faziam a extração clandestina de jazidas.

Em 28 de outubro de 1998, a SALVAR, sob a presidência de Ribeiro, encaminhou ofício ao Dr. Carlos Bobadilha Garcia, então Procurador Geral da Justiça de MS, onde solicitavam a instalação em Dourados, da Promotoria Específica de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Nesse mesmo período o Procurador Fadel Tajner Yunes recebeu um documento subscrito por 22 entidades locais, alertando que as denúncias se acumulavam sem que houvesse solução.

Os ambientalistas pediram uma sub-coordenadoria ambiental nas promotorias dos 23 Municípios da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema (Dourados, Antônio João, Ponta Porã, Laguna Carapá, Caarapó, Fátima do Sul, Deodápolis, Vicentina, Glória de Dourados, Sidrolândia, Maracaju, Rio Brilhante, Itaporã, Douradina, Angélica, Nova Andradina, Anaurilândia, Batayporã, Taquarussu, Ivinhema, Jatei, Navirai e Juti).

Algum tempo depois a Procuradoria Geral do Estado anunciava a implantação de uma Promotoria Especial de Defesa do Meio Ambiente em Dourados e da Sub-Coordenadoria Ambiental.

Perseguindo o primeiro item da Carta Ambiental de Dourados, em novembro de 2004, representantes da SALVAR estiveram em audiência com o então secretário de Meio Ambiente do Estado, José Elias Moreira, onde apresentaram o projeto para a implantação do Comitê da Micro Bacia Hidrográfica do Rio Dourados.

O projeto sobre a preservação da Micro-Bacia do Rio Dourados, em diagnóstico prévio feito pelo professor Osmar Daniel, da UFMS, apontou que a vegetação nativa remanescente (mata, cerrado, capoeira e complexo de vegetações) ocupava 17,81% da área total, mas essa vegetação compreendia apenas 7,79% da massa verde remanescente, sendo a maior proporção ocupada pela agricultura (41,49%) e pecuária (39,6%).

Naquele momento o secretário José Elias garantiu a implantação do Comitê, reunindo 11 Municípios.

A criação do comitê é prevista na Lei Estadual nº 2046, de janeiro de 2002, como parte da Política Estadual de Recursos Hídricos, com a função de deliberar, normatizar, propor planos, programas e projetos, constituir a câmara técnica e discutir os conflitos. Havia otimismo porque a Sema teria quase R\$ 30 milhões para investir em projetos estratégicos.

Mas tudo não saiu do campo das intenções.

A micro-bacia do Município de Dourados tem aproximadamente 115 córregos e todos, indistintamente, apresentam algum tipo grave de problema ambiental e boa parte deles está dentro ou próximo aos núcleos urbanos.

Um primeiro projeto de Avaliação Ambiental Estratégica para a Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, assinado pelo Instituto do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IMAD), Iplan, UEMS, UFMS, Embrapa, Acid e Sanesul, citava que os 25 Municípios compreendem uma área de 46.487 km², ou seja, 4 milhões 648 mil e 700 hectares, com 450 mil habitantes, e chamava a atenção para a necessidade da discussão.

A idéia inicial, nesse caso em específico, era implantar uma extensão da SALVAR em cada Município dessa Micro-Bacia, além de núcleos locais nas cidades formados por representantes do poder local e representantes da cidadania e, a partir daí, se fazer um diagnóstico e caracterização sócio-ambiental e eco-ambiental da área da Bacia Hidrográfica do Rio Dourados.

Já em abril de 1999, em conjunto com a UFMS, a SALVAR trouxe para Dourados o professor Oscar Moraes Cordeiro Neto, da UnB, para uma palestra sobre “Gerenciamento de Recursos Hídricos” como parte do trabalho de convencimento que vinha sendo feito para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dourados. O especialista falou sobre a Lei 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, orientando não apenas sobre o uso da água no Brasil, mas também o lançamento de esgoto nos cursos de água. Essa lei reconhece a água como um bem finito, de valor econômico e estratégico. Por isso deve ser cobrada a sua exploração.

Já funcionam na França há mais de quatro décadas os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos como *Parlamento das Águas* monitorando, analisando, controlando e financiando a reconstituição de rios, matas ciliares e processos de tratamento.

Por denúncia de Ribeiro, à frente da SALVAR, em dezembro de 1998 o MP abriu inquérito civil para investigar a responsabilidade da prefeitura na implantação de um loteamento popular, a Vila Mariana, em área de preservação permanente. Os posseiros, em torno de 120 famílias, tinham sido retirados de um local onde funcionou a bacia de decantação de esgoto e foram levados para um terreno onde a água minava até em períodos de seca. A situação em dias de chuva era desastrosa para essas pessoas. Inclusive Luiz Carlos e uma equipe da outrora TV Dourados⁸⁷ filmaram o flagrante de uma enchente em meio a uma chuva no local, vídeo esse que embasou a ação no MP.

Em março do ano seguinte a Justiça determinou a remoção das famílias sob ameaça de multa diária de R\$ 10 mil.

Essas famílias residem agora em local muito melhor fora da área de enchente.

Essa área é de várzea, uma das nascentes do Córrego Engano, na parte Sudeste da cidade. Em junho de 1997, por iniciativa também do Luiz Carlos, já tinha sido encaminhado à prefeitura um abaixo-assinado colhido por alunos de duas escolas daquela região da cidade pedindo a criação de um parque naquele local.

O movimento foi denominado “Vida para o Parque”.

Cerca de um ano depois, em 18 de junho de 1998, o “senhor das águas” lançou uma Carta Aberta sugerindo à prefeitura, como tinha feito anteriormente ao MP, a criação, por Lei, do Conselho Municipal de Meio Ambiente com atribuições específicas e estabelecendo à apreciação do mesmo os processos de loteamentos, de obras, serviços públicos e particulares. Essa sim era a maneira de gestão ambiental efetiva, moderna e democrática.

⁸⁷ TV RIT em 2008

Isso só foi acontecer quase um ano e meio depois, no último dia de novembro de 1999. Integram o conselho: UFMS, UEMS, SALVAR, OAB, Acid, União Douradense das Associações de Moradores (UDAM), Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados (Aeagran), Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Dourados (AEAD), Sindicato das Empresas de Compra e Venda de Imóveis (Secovi), Sindicato Rural, Ibama, Embrapa, Sanesul e prefeitura.

Note-se que nesse conselho não tinha representação nem do Ministério Público e nem tampouco da Câmara Municipal por sugestão do próprio Ribeiro, que defendia serem essas duas instituições instâncias de recurso em caso de descumprimento ou não atendimento às deliberações do conselho pelo Poder Executivo.

Noutro “front”, preocupada com a questão dos transgênicos, mesmo sabendo que um brado forte dado nos sertões da fronteira poderia não ser ouvido no centro das decisões brasilienses, mas em sintonia com o movimento nacional, a SALVAR lançou um manifesto em junho de 1999 exigindo a imediata revogação do Artigo 15º do Decreto Federal nº 1752, de 20 de dezembro de 1995, que garante sigilo de divulgação de parte ou dos projetos referentes à liberação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Isso no entendimento da diretoria era um aviltamento à segurança dos cidadãos e do meio ambiente.

A transgenia ainda não era segura, condenando, portanto, o plantio em larga escala e a comercialização. Citou o caso da Soja RR resistente apenas a um herbicida e não acrescentava nada em termos de produtividade ou teor nutricional. A SALVAR exigia (e não meramente sugeria!) uma moratória nacional de cinco anos para o plantio comercial.

A soja RR (Roundup Ready) é uma patente da Monsanto e foi obtida a partir da introdução de genes de uma bactéria denominada *abrobacterim.sp.* Ela não implica na melhoria do valor nutricional, nem no sabor e nem na produtividade da cultura. O único efeito é resistência a um

produto herbicida produzido pela própria empresa à base de glifosato (nome comercial Roundup), substância considerada a terceira maior responsável por problemas de saúde em agricultores americanos.⁸⁸

Essa soja foi criada para ser resistente ao herbicida e assim a Monsanto venderia ambos, faturaria altos lucros e a terra poderia com isso receber mais carga de pesticidas e herbicidas. A Monsanto é a mesma que criou o agente laranja usado pelo exército norte-americano na guerra do Vietnã para destruir as florestas.

Pessoas chegaram a ser queimadas vivas por esse veneno.

A soja é a principal cultura econômica em Dourados e Mato Grosso do Sul, apesar das projeções otimistas que se fazem em torno da cana-de-açúcar por conta da expansão da agroenergia.

Nem bem tinha esfriado a questão do Rego D'Água e a entidade já se deparou com outro problema: sem-teto invadiram as margens do Córrego Paragem, Norte-Sul da cidade, aproveitando o fato da prefeitura ter aprovado um loteamento próximo, o Flamboyant, em área de preservação ambiental.

O promotor Sottoriva entrou com medida cautelar e notificou a prefeitura e o CREA no caso do Flamboyant, pegando os moradores de surpresa. A área é úmida e inundava com facilidade e ali jamais poderia ter sido feito um loteamento.

Oito famílias tiveram que ser despejadas e correr atrás dos prejuízos.

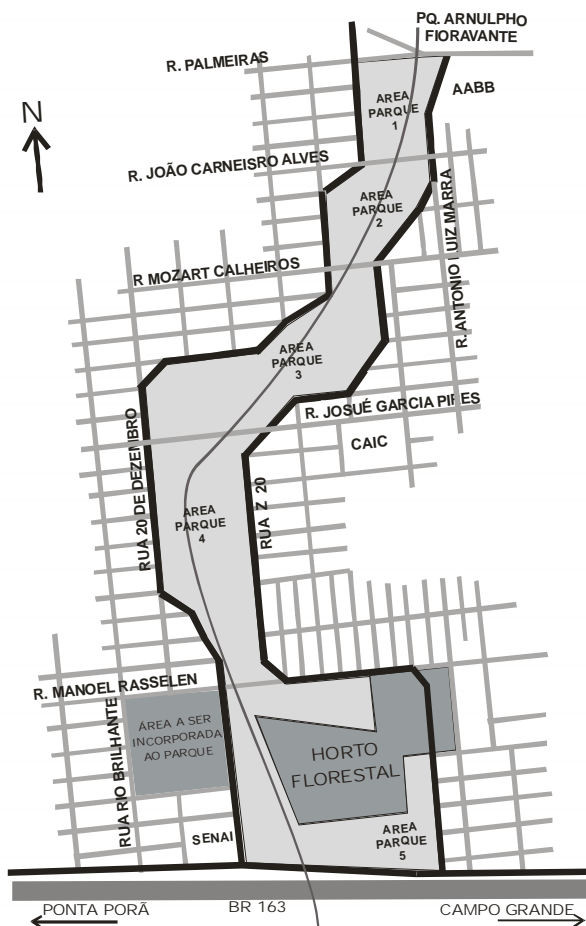
A legislação é clara: é proibida a ocupação nos 50 metros às margens de córregos e rios e não se pode lotear em cima de brejo.

Isso aconteceu em janeiro de 2000 e em agosto de 2004 Luiz Carlos apresentou a mesma proposta em relação aos outros córregos que desde 1997 vinha sendo exposta: a criação de um parque linear no referido vale. Ele pelo menos teve o trabalho de fazer o desenho técnico para que as pessoas tivessem uma noção de como seria importante a preservação também desse espaço.

⁸⁸ DR. ROSINHA. *Comendo soja com bactérias*
Jornal *O Progresso*. 16 abr 1999. Cad. Rural. p. 2

Esse córrego nasce no Parque Arnulpho Fioravanti, nos fundos do Terminal Rodoviário, e segue até a BR-163 numa extensão aproximada de 3 km. O projeto do vale propõe a preservação de 100 hectares, sendo delimitado por marginais na direção Norte-Sul. O horto florestal, já existente próximo da BR-163, seria incorporado.

PROPOSTA DO PARQUE NATURAL DO PARAGEM



Entre setembro e novembro de 2005 houve uma polêmica em relação ao Paragem.

O prefeito Tetila assinou uma lei criando o Parque Natural Paragem, mas a SALVAR distribuiu panfletos dizendo que a administração mentia quando publicava nos jornais que estava criando mais um parque, pois a referida área era o horto, área de há muito comprada pela prefeitura na gestão Braz Melo. O projeto da prefeitura previa 158 mil m², enquanto a proposta da entidade era de 1 milhão de m² beneficiando Jardim Santo André, Água Boa, Izidro Pedroso, Terra Roxa, Canaã 3 e outros, enfim, uma região com alta densidade populacional, coisa de 20 mil moradores, por baixo.

Essa coisa não parou por aí.

No dia 18 de agosto de 2007 a Prefeitura divulgou nos jornais da cidade que arrecadaria em convênio com a instalação de uma usina de álcool no Município R\$ 300 mil reais para a instalação do Parque do Paragem e Luiz Carlos publicou no dia 28 seguinte, no Jornal *O Progresso*, o artigo:

GOEBBELS

J. Goebbels, alemão que foi Ministro da Propaganda de Hitler. Ministro do Nazismo. Ministro do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores.

É dele a frase: “Uma mentira muitas vezes repetida transforma-se em verdade”.

O “neo-cinismo do lulo-petismo”, como rotula o cineasta Arnaldo Jabor, “está a desmoralizar raciocínios e palavras”.

A apropriação indébita da história neles é genética.

Não raras vezes ouvimos ou lemos que o Movimento dos Sem Terra, o MST, inventou a Reforma Agrária, colocando no esquecimento mal intencionado, toda uma história que remonta em nosso País aos anos 50, das Ligas Camponesas, etc.

Há bem pouco tempo, a professora, filósofa, filiada e ativíssima militante do PT, Marilena Chauí, infeliz e desafortunadamente, afirmou que “eles” tinham inventado a redemocratização do Brasil. (sic)

Aqui, nas Matas de Dourados, nas terras de Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves, até por conta do DNA Nacional-Petista, a coisa não é diferente.

A Administração Municipal tergiversa e desinforma a sociedade e a comunidade douradense, quando insiste, vezes e vezes que instituiu e está estruturando o Parque do Córrego Paragem.

No dia 18 próximo passado, a Prefeitura alardeou que conviniu com uma Usina de Álcool, recursos da ordem de 300 mil reais, para a “...instalação do Parque do Paragem...”

Uma inverdade.

Os recursos, bem vindos, diga-se de passagem, não são para o Parque do Paragem, que nem existe, mas para uma área adquirida e instituída como área para preservação ambiental no Governo do Prefeito Braz Melo, intitulada como “Horto Florestal”.

O Parque do Paragem, insisto, que não existe, e não existe por absoluta falta de vontade e / ou incapacidade política da Administração Municipal, é a preservação de toda uma área ao longo do Córrego Paragem, desde o Parque Arnulfo Fioravanti (Rodoviária), até a BR 163 (Dourados - Ponta Porã), incluindo aí essa área do “Horto Florestal”.

Esse Parque sim, beneficiará toda a população dos bairros: Parque dos Coqueiros, Izidro Pedroso, Canaã III, Parque Nova Alvorada, Terra Roxa, Colibri, e um bom trecho do Jardim Água Boa.

Em Novembro de 2005, a Organização Não Governamental ambientalista SALVAR, já denunciava essa mesma Administração Municipal que “marqueteava” através de sua “Agência de Comunicação”, que estava criando o Parque do Paragem.

Continuam, como Goebbels, mentindo, mentindo, mentindo, e o Córrego Paragem morrendo em meio a lixo, entulhos, invasões, etc., vítima de uma patológica inapetência administrativa para o caso.

A Prefeitura não respondeu o artigo.

Em maio de 1998, Ribeiro lançou um alerta quanto à implantação do Terminal de Recepção de Embalagens de Defensivos Agrícolas, denunciando em artigo⁸⁹ que a idéia em si era ótima, mas era irresponsável a forma como a instalação estava sendo feita, próximo a um afluente do Córrego Curral de Arame que, por sua vez, deságua perto e acima da estação de captação de água de Dourados e nem sequer RIMA havia. Alegava que naquele local o lençol freático era muito superficial e qualquer acidente com resíduos fatalmente corria-se o risco de esses resíduos irem parar nas caixas d'água das residências.

O então secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Ademir Antunes, retrucou em artigo⁹⁰ afirmando, entre outras coisas, que a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul (AEAMS), Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), envolvidas no projeto piloto para dar suporte ao Programa Estadual de Recebimento e Destino Adequado de Embalagens de Agrotóxicos, além da prefeitura, tinham profissionais competentes e responsáveis.

Concluiu o artigo: “Quem não ajuda, não atrapalha”.

Luiz treplicou⁹¹ afirmando que o texto do secretário era carregado de certa dose de preconceito técnico-burocrático e que o mesmo levava a discussão para o campo pessoal.

O secretário admitiu a falta de RIMA. Havia apenas uma licença prévia da Semades, uma das conveniadas e, por uma questão ética, não poderia ter atestado o projeto. Seria necessária a aprovação de outra instituição. A licença prévia não autoriza instalação e muita menos operação.

A SALVAR entrou com uma ação no MP e em fevereiro de 1999 a instituição decidiu pelo arquivamento desde que fosse feita uma caixa de retenção para impedir o contato de resíduos com o meio ambiente.

Em janeiro de 1999, Luiz Carlos assumiu a gerência regional da Sanesul (empresa de saneamento) de Dourados. Naquele período discutia-se a municipalização dos serviços e a Câmara tinha aprovado e

⁸⁹ RIBEIRO, Luiz Carlos. *Um Desastre Anunciado*
Jornal *O Progresso*. 12 maio 1998. p. 2

⁹⁰ MORAES, Ademir Antunes de. *Desastre não!!! Uma Solução Técnica*
Jornal *O Progresso*. 13 maio 1998. p. 2

⁹¹ RIBEIRO, Luiz Carlos. *Um desastre sim! Aliás, mais um.*
Jornal *O Progresso* 15 maio 1998. p. 2

o prefeito Braz Melo sancionado a Lei 2.218, de 5 de dezembro de 1998, constituindo a Companhia de Saneamento de Dourados (Águas de Dourados).

Mas a companhia municipal acabou não saindo do papel.

Não houve acordo político com o Governo do Estado, além da mudança inviabilizar, na época, a Sanesul em outras cidades (havia proposta de municipalização em Campo Grande, Dourados e Corumbá).

A SALVAR, em nota conjunta com a OAB, afirmava:

(...) A modernidade administrativa aponta sim, no rumo da municipalização, e só da municipalização, longe da privatização dos serviços de Saneamento Básico (água e esgoto), porém, dentro de uma legítima legalidade moral e ética, de um programa e de um processo transparente que tenha institucionalizado a efetiva participação da sociedade civil na sua discussão, implementação e fiscalização, e não como resultado de um processo obscuro, carregado de ranços e vícios de políticas restritas e excludentes (...).⁹²

O Sistema de Água e Esgoto de Campo Grande, na gestão do prefeito André Puccineli, foi municipalizado num dia e logo em seguida privatizado.

Durante a gestão do “senhor das águas” aconteceu a 1ª Conferência de Saneamento Ambiental, em julho de 1999, com a participação de mais de 1.500 pessoas durante todo o processo. O certame foi concluído na Acid depois de 16 pré-conferências em bairros e zona rural levantando variados problemas pertinentes ao saneamento.

Aconteceram também três encontros de natureza temática.

Saneamento, no caso, entende-se como um conjunto de atividades englobando limpeza urbana, drenagem pluvial, controle de vetores, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, com reflexos na saúde, desenvolvimento econômico, urbanização, meio ambiente, recursos hídricos, geração de empregos e qualidade de vida.

⁹² Nota distribuída aos vereadores.

A conferência teve início em 7 de junho e só foi concluída em 10 de julho. Foi a primeira vez que um órgão do governo do Estado se abria em busca de opiniões junto à população. No final elaborou-se a Carta de Dourados.

Um ano e pouco depois da nomeação, em maio de 2000, Luiz afastou-se da Sanesul porque seu nome vinha sendo cotado para ser o vice de Tetila na eleição para a prefeitura.

Um parêntese histórico no caso.

Mesmo depois de ter na condição de executivo regional da empresa gerenciado todo o seminário, pré-conferências e a conclusão final, Luiz Carlos ainda teve que apelar por escrito à Sanesul para que lhe fosse expedido o certificado de comprovação técnica como moderador/facilitador nas 16 audiências públicas, isso em 29 de abril de 2005, para fins de cadastro pessoal junto ao Ministério das Cidades como arquiteto e urbanista.

Em carta-resposta, assinada pelo gerente Auro Cezar Rigotti, gerente administrativo e operacional da empresa, e Onofre Assis de Souza, gerente comercial e de Relações Institucionais, em 8 de junho de 2005, Luiz foi informado que não havia na empresa qualquer documento comprovando a organização/coordenação da conferência, nem tampouco a participação dele, apesar das reportagens em jornais e toda uma documentação impressa pela Sanesul na época e da própria Carta de Dourados.

Os documentos apresentados por Ribeiro à Sanesul não eram suficientes para a empresa emitir qualquer informe a respeito, segundo os diretores, porque o evento não tinha sido competência somente da Sanesul, mas uma parceria com empresas e entidades. Não havia nada na pasta funcional do Luiz Carlos relativo ao assunto.

Essa era a postura e a consideração dispensadas ao ex-gerente regional, negando ainda tratar-se de discriminação política.

Ainda assim Luiz Carlos enviou seu credenciamento junto ao Ministério das Cidades, onde em ofício afirmava que a documentação oficial da empresa de saneamento quanto ao dito seminário não estava em anexo “(...) por questões meramente de cunho político partidário numa atitude de característica fascista por parte da atual (na época) direção da Empresa no Estado de MS (...)”.⁹³

⁹³ RIBEIRO, L. C. Arquivo pessoal

Em 25 de abril de 2005, por sugestão da SALVAR, o vereador Eduardo Marcondes (PMDB) convocou uma audiência pública para se discutir a municipalização dos serviços de água e esgoto e o presidente da Sanesul, Antônio Carlos Navarrete, veio a Dourados e disse que a iniciativa servia de palanque político e o vereador estava equivocado. Navarrete afirmou que deveria ser proposto o distrato da concessão que a Sanesul tem, outorgado pela Águas de Dourados.

Para o presidente da empresa, a municipalização não se justificava e chegou ao absurdo de afirmar que nas cidades onde o serviço havia sido encampado pela prefeitura - Jaraguari e Glória de Dourados - a água era mais barata porque brotava direto do poço para as torneiras, sem tratamento, “(...) eu não me arrisco a tomar daquela água (...)”.⁹⁴

A SALVAR lançou a campanha “A Água é Nossa” juntamente com Marcondes e a OAB que teve início em 28 de agosto de 2005. A idéia foi coletar assinaturas para um projeto de iniciativa popular. Era preciso se ter 5% dos eleitores para transformar o projeto em lei. Várias outras entidades hipotecaram apoio como Acid, Sindicato do Comércio, Câmara dos Dirigentes Lojistas, Sindicato dos Contabilistas, IMAD, AEAD, Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados (Aeagran), Associação Médica de Dourados e Associação dos Odontólogos.

Luiz Carlos argumentava que a empresa tinha deixado de investir em Dourados e o índice de perdas, da captação até chegar às casas, chegou a 57%. Mas a arrecadação da empresa na cidade chegou, em 2004, a R\$ 1,6 milhão mensal e os recursos eram direcionados para a Capital.

Em artigo⁹⁵ Ribeiro alertava que a Sanesul era a unidade de maior arrecadação no Estado, verba drenada para a Capital para remunerar dispendiosa estrutura burocrática e uma dívida cuja maior parte dos recursos não havia sido investida aqui.

Além disso, o ano seguinte era de eleições e havia o risco do uso da máquina pública e, por tabela, um sucateamento ainda maior da empresa.

A prefeitura, sob a administração do PT, o mesmo partido que governava o Estado, se negava a discutir o assunto, a ponto de vereadores petistas afirmarem que o executivo não tinha interesse na municipalização.

⁹⁴ Cf. <http://www.douradosnews.com.br> 25 abr 2005. Cópia Impressa

⁹⁵ RIBEIRO, L. C. *Sanesul: Municipalização x Privatização*. Jornal *O Progresso*. 6 abr 2005. p. 2

A SALVAR respondeu que a municipalização dos serviços de água e esgoto de Dourados não poderia ser resultante da vontade do prefeito e seus colaboradores.

O Estado é uma ficção burocrática, já o município é real, pois é onde mora e vive o cidadão, e a ele é prestado e pertencem esses serviços, portanto, enquanto tal deve o cidadão ter sob sua guarda, vigilância e fiscalização esses mesmos serviços.

A SALVAR denunciou que havia absoluta falta de controle em relação às fraudes e inadimplência, tanto que a tarifa havia aumentado de 2004 para 2005, mas a arrecadação tinha caído em torno de R\$ 100 mil ao mês, isso para não mencionar contratações de cunho político e a incapacidade no cumprimento de metas.

O Projeto de Lei proposto pela SALVAR para a municipalização foi encaminhado ao vereador Marcondes para a coleta das assinaturas necessárias à apresentação como Projeto de Iniciativa Popular, porém, em função da eleição do governador do mesmo partido do vereador, o PMDB, o projeto não teve continuidade e acabou sendo engavetado.



Quando presidida por Sylvia Thereza Rocha Toledo, a SALVAR, em outubro de 2004, solicitou à promotora Cristiane Amaral Cavalcante a intervenção do MP para que a entidade pudesse visitar a Estação de Tratamento de Água (ETA) para confirmar a execução do Sistema de Filtros de Carvão Ativado como forma de retenção de produtos químicos prejudiciais à saúde constatados em pesquisa científica realizada em 2002.

A visita havia sido negada pela Sanesul e durante o ano de 2003 houve uma longa discussão sobre a qualidade da água, suscitando dúvidas e suspeitas. A SALVAR pediu apoio do MP porque informações extra-oficiais davam conta de que a Sanesul não estava instalando os equipamentos necessários. A empresa alegou que não atendeu a solicitação porque a ETA e a Casa de Química estavam passando por reformas.

O MP atendeu ao pedido e solicitou que a SALVAR agendasse uma data que a própria promotora ia acompanhar a inspeção, porém,

fazia uma exigência: que não fosse levado ao local máquina fotográfica e muito menos divulgado o que ali fosse visto, pois, para ela pairava a dúvida de uso político da questão.

A SALVAR não concordou com os termos propostos pela promotora e não agendou a dita visita, até porque a questão da contaminação da água vinda do Rio Dourados já se arrastava há muito tempo e, portanto, no entendimento da entidade a dúvida não era pertinente.

Da reunião com a Promotoria participaram Luiz Carlos, o professor Pedro Alcântara, o vereador Walter Hora, acompanhados da defensora pública Salete Fátima do Nascimento.

A esse respeito, em outubro de 2003, Luiz Carlos e Walter Ribeiro Hora montaram um dossiê sobre a suspeita de contaminação química da água do Rio Dourados com o título “Anatomia de um Crime de Responsabilidade Administrativa e Ambiental”.

A peça principal desse dossiê é a dissertação de Mestrado da bioquímica Felizana Maria Maia da Silveira Palhano junto a UFMS com o título “Resíduos de Pesticidas e Trihalometanos em Águas de Abastecimento do Rio Dourados/Dourados-MS”, cuja orientadora foi a professora-doutora Márcia Helena de Rizzo da Matta.

Essa dissertação foi apresentada em Campo Grande, em novembro de 2002.

Nesse trabalho científico, inédito em se tratando do Rio Dourados, um trecho da conclusão traz esta informação:

(...) O estudo realizado revelou que apesar das coletas de amostras de água terem sido realizadas somente em um período do ano, fora da época de maiores plantios, foram encontrados no Rio Dourados, no mês de maio deste ano, os pesticidas organoclorados: cis-Clordano, trans-Clordano, Hexaclorobenzeno, op'DDT e Dieldrin, antes do tratamento de água. Após o tratamento de água, foram encontrados os pesticidas cis-Clordano e trans-Clordano. Os dados obtidos nas amostras reais pelo método extração em fase sólida são confiáveis baseados nos resultados deste estudo (...).⁹⁶

⁹⁶ Extraído da Dissertação de Mestrado da Bioquímica Felizana Maria Maia da Silveira Palhano

Essa dedução por si só confirmava as suspeitas sobre a contaminação.

No dossiê, os autores afirmam que a má qualidade da água aduzida do Rio Dourados há muito era comentada, porém, nunca com tais comprovações.

A ocupação econômica às margens do rio é notória, tendo-se uma próspera atividade agropecuária utilizando em grande escala produtos químicos.

(...) Imaginar que esses resíduos não escorrem para o rio é querer tapar o Sol com peneira. Portaria nº 1469 do Ministério da Saúde exige que se façam duas análises anuais, mas não estabelece a periodicidade. Apenas duas ao ano, de forma aleatória, não são suficientes para se avaliar a qualidade da água e não podem ser vistas como confiáveis em função de períodos de chuva, seca, plantio, colheita e vacinação do gado. Esses laudos, no entanto, nunca apresentaram problemas.⁹⁷

Os autores denunciaram que por certo período da década de 90 o sistema de abastecimento e tratamento esteve à mercê de improvisações por conta do abandono administrativo e financeiro a que a empresa foi submetida, normalmente por razões políticas.

O então gerente administrativo, financeiro, de operação e manutenção da empresa, Dirney de Lucca Peres, após tomar conhecimento do estudo da bioquímica, de forma confidencial, levou o assunto ao conhecimento do presidente da Sanesul, Antônio Carlos Navarrete, isso em novembro de 2002.

Em janeiro de 2003 Dirney foi afastado e substituído.

Em abril de 2003, mesmo não ocupando cargo de confiança, sem ter uma resposta de Navarrete, Dirney encaminhou e-mail ao presidente fazendo considerações para o enfrentamento do problema.

Em junho de 2003 o site www.redeaguape.org.br publicou um comentário da engenheira química Sonia Corina Hess, pós-doutorada

⁹⁷ HORA e RIBEIRO. 2003

em Química pela “Universita Cattolica Del Sacro Cuore Instituto Di Chimica Clinica (UCSC)” sobre o trabalho da bioquímica Felizana afirmando que a pesquisa “demonstrou que a água de abastecimento de Dourados-MS está contaminada com agrotóxicos organoclorados, provenientes de culturas da região (...)”.

Em setembro de 2003 Dirney foi sumariamente demitido mesmo tendo nove anos de empresa e três dos quais por concurso “por razões da diretoria” (SIC).

Desde 3 de junho de 2003 já existia na Câmara uma comissão especial para analisar denúncias sobre indícios de contaminação, mas após 90 dias de instalação não apresentou nenhum resultado.

No dia 9 de setembro de 2003, após análise conjunta, Walter Hora denunciou na tribuna da Câmara a gravidade dos fatos e pediu a instalação de uma CPI. Em 10 de setembro os vereadores foram impedidos de vistoriar as instalações da ETA.

No dia 11, Navarrete anunciou que viria a Dourados prestar esclarecimentos.

A bioquímica, pressionada, afirmou em 11 de setembro de 2003⁹⁸ que seu trabalho estava sendo usado politicamente e que o estudo não servia de laudo, porém, não negava seu caráter científico e conclusivo.

Ela disse que seu trabalho teve o objetivo de avaliar a metodologia de análise de um novo equipamento que estava sendo implantado pela Sanesul. “Esse aparelho detecta compostos orgânicos da água, e eu estava avaliando a eficácia dele”.

Revelou que todo o procedimento foi financiado pela Sanesul que também cedeu o laboratório e equipamento. Comentou que durante a avaliação encontrou indícios de pesticida na água, mas como o sistema estava em teste, o resultado da pesquisa não servia como laudo. Afirmou que a avaliação só teria fundamento científico se fosse feita a validação através de análises laboratoriais. Nos cavaletes, explicou, também havia detectado algumas substâncias, “mas de acordo com laudos técnicos estavam dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde”.

Em resposta a uma solicitação do vereador Walter Hora, a UFMS, em 23 de outubro de 2003 confirmava que “(...) esta pesquisa tem valor científico, pois, seguiu os critérios de avaliação de metodologia determinados pelo GARP (Associação/Grupo de Analistas de Resíduos

⁹⁸ Cf. Jornal *Diário MS. Pesquisadora diz que foi usada* 11 set 2003. p. 8
N.A.: Esse jornal substituiu o *Diário do Povo*

de Pesticidas) e foi orientada, examinada e aprovada por professoras-doutoras altamente qualificadas na UFMS e USP”.⁹⁹

No dia 12 de setembro, Navarrete, em coletiva, apresentou dois laudos do Instituto Adolfo Lutz realizados em 16 de maio de 2003 provando a qualidade da água, embora a coleta de amostra tenha sido feita em saco plástico, contrariando a norma. Além disso, o laudo não informava quem fez a coleta, se havia sido feita por técnico da empresa ou do instituto. Portanto, caía por terra a idoneidade do resultado.

Navarrete argumentou que a questão estava sendo politizada em função da divergência entre PT e PPS.

Luiz Carlos escreveu o artigo:

A ÁGUA NOSSA DE CADA DIA

Não é de hoje que se levantam dúvidas sobre a qualidade da água distribuída pela SANESUL em Dourados. E aí é necessário um esclarecimento: uma parte da água vem do Rio Dourados, 75% aproximadamente, e outra provém de 15 ou 17 poços artesianos. A água vinda dos poços, hoje, com certeza é uma água de boa qualidade. Mas isso não era assim há até pouco tempo atrás, quando a Sanesul e a população de Dourados foram vítimas de incompetência e irresponsabilidade funcional.

No sentido inverso, ou seja, sobre a água vinda do Rio Dourados, hoje não se pode ter mais esta certeza, como quer fazer crer a Direção da SANESUL a nós Douradenses. Botando os pingos nos “is”, a história é mais menos assim:

Quando foi implantado o chamado Sistema Rio Dourados, ou seja, a Estação de Captação e Bombeamento no Rio e a Estação de Tratamento de Água e Recalque para a Cidade, nos idos dos anos 80, tinham-se como premissa lógica, válida até hoje, o intensivo uso de produtos químicos na agricultura e pecuária na região ao longo do Rio Dourados e a própria ausência de mata ciliar às suas margens. Daí que o Projeto original do tratamento da água sempre fez uso do Carvão Ativado, tendo em vista suas propriedades de retenção de determinadas substâncias e compostos químicos.

Fazia-se 1 ou 2 vezes apenas no ano análises físico-químico da água aduzida do rio, sem muito critério de periodicidade, e ao que se saiba nunca se constatou maiores problemas. Mas o tratamento passava por Carvão Ativado.

⁹⁹ RIBEIRO, L. C. Arquivo pessoal

Com o passar dos tempos, a cidade cresceu, aumentou a demanda por água tratada, e o tamanho da Estação de Tratamento não aumentou; porém, a quantidade de água ali tratada, chegou a 20% acima da chamada capacidade nominal que a Estação suportava; e aí, dá-lhe produtos químicos, do tipo Sulfato de Alumínio e Polieletrólitos, para aumentar a capacidade de tratamento. E como se não bastasse boa parte dos filtros, por absoluta falta de manutenção, foi literalmente ralo abaixo, e todo tratamento com Carvão Ativado junto.

Recentemente, depois de muita briga interna, méritos e muitos méritos ao Engenheiro Dirney de Lucca Perez muitas vezes brigando sozinho, contra interesses escusos de certos Dirigentes da SANESUL, muitos deles responsáveis pelo abandono do Sistema de Dourados no passado e que este Governo os manteve em seus cargos, conseguiu que a Estação fosse finalmente reformada. Sua demissão foi definitivamente um ato político arbitrário, injusto e terrorista. Mas esta é uma história a ser contada mais tarde.

Em meio às reformas da Estação de Tratamento de Água, um fato novo e altamente relevante, e agora cientificamente preocupante, surge como uma luz de alerta quanto à presença de substâncias tóxicas nas águas do Rio Dourados e na água já tratada.

Alertada sobre o assunto, pelo Engenheiro Dirney, a Direção da SANESUL termina a reforma e não implanta o tratamento com o Carvão Ativado, como conclui e recomenda o trabalho Tese de Mestrado da Bióloga Senhora Felizana, da UFMS.

Esclarecer é necessário: Reformar a Estação de Tratamento e não incorporar o tratamento com Carvão Ativado é a nosso ver um CRIME DE RESPONSABILIDADE da Direção da SANESUL, até porque, todo o projeto da Estação, por razões óbvias já explicitadas, previa o tratamento; e, segundo, porque agora se tem um trabalho científico, antes inexistente que, no mínimo, levantam fundadas suspeitas.

No Direito Ambiental, medidas mitigatórias, ou seja, compensatórias, ou ainda, preventivas, são uma obrigação, e no caso o NÃO TRATAMENTO COM CARVÃO ATIVADO É CRIME.

Segunda questão, como disse o Vereador Valter Hora, no pleno exercício de seu mandato, por mais que queiram “politicalizar” a questão, o Senhor Navarrete veio a Dourados e prestou um desserviço ao nosso povo, quando apresenta um laudo de análise da água com a chancela do renomado

Instituto Adolfo Lutz, nada conclusivo para o caso, a tal ponto de no laudo o Instituto observar que as amostras foram enviadas para análise em sacos plásticos (sic).

Por último, essa Senhora Felizana, uma Bióloga, por razões no mínimo suspeitas, nega que seu trabalho seja um laudo; porém, não pode negar seu caráter científico e conclusivo, tanto assim que faz recomendações à SANESUL e ao Governo como a adoção de um eficaz monitoramento do Rio Dourados e demais Rios importantes do Estado, como recomenda, com todas as letras, o tratamento da água de Dourados com Carvão Ativado.

Quanto à forma da negativa do uso de seu trabalho, que é público, e foi patrocinado pelo povo, via UFMS, o fato nos remete à questão do divórcio do academicismo de nossas Universidades, para com a Sociedade aqui fora. Mas este também é um outro assunto, para outra hora.

Diante de tudo isso, como fica a tal Comissão Especial criada na Câmara Municipal, que há quatro meses tratando do assunto não explica a que veio?

E o Ministério Público, ainda que Estadual, como vai se portar diante de tais irresponsabilidades da SANESUL que é uma Empresa Estatal do Estado de M.S.?

*CPI JÁ!*¹⁰⁰

Na sessão da Câmara desse mesmo dia Walter Hora cobrou o uso do carvão ativado no tratamento na ETA e teve um requerimento aprovado: a Sanesul deveria apresentar cópia das Licenças Ambientais do Sistema Rio Dourados, Plano de Auto Monitoramento Ambiental do Sistema e cópia mês a mês de laudos da água do Rio Dourados e da água tratada em cavaletes da cidade.

O parecer da comissão especial foi concluído em 8 de outubro de 2003 e considerou satisfatória a água para consumo humano, com base em análises da Bioagri Ambiental Ltda e Instituto Adolfo Lutz, mas entendeu que era necessário um projeto de pesquisa para monitoramento da água.

¹⁰⁰ Disponível em www.douradosinforma.com.br na seção “Colunistas”

A proposta de Projeto de Pesquisa para Monitoramento e Avaliação da Qualidade da Água Fornecida à População de Dourados foi elaborada por técnicos da Embrapa, UFMS, UEMS, Vigilância Sanitária e Sanesul, prevendo um custo de R\$ 741 mil pelo trabalho durante um ano, dinheiro que a Sanesul alegou não dispor e justificou que já atendia às exigências da Portaria 1469/2000.

Esse seria o custo para se fazer 247 análises a um custo individual de R\$ 3 mil a ser feito em laboratórios externos à instituição, não contando contrapartidas e remuneração do corpo técnico.

Em 19 de setembro de 2003, a Sanesul protocolizou ações criminais contra Walter Hora e Luiz Carlos por injúria, difamação e calúnia. Navarrete exigiu que ambos provassem que ele era criminoso, acusação feita durante o conflito sobre a qualidade da água. Walter, por sua vez, também processou a Sanesul.

Quando Luiz Carlos recebeu, em setembro de 2003, o prêmio Coração Verde da Câmara, dedicou-o ao engenheiro Dirney pela demissão arbitrária. Durante esse evento o “senhor das águas” distribuiu o seguinte manifesto:

MANIFESTO

O tortuoso uso do Direito Jurídico no Estado de Direito com o propósito de mordaca é arma de intimidação dos incompetentes.

É neste sentido que a Direção da SANESUL move uma ação judicial contra nós.

Em nossa trajetória de defesa de nosso Meio Ambiente, ousamos munidos de dados científicos, questionar a qualidade da água distribuída a nós cidadãos douradenses, e a Direção da SANESUL nos respondeu com a ameaça da mordaca.

Tergiversar, nos processando, na tentativa de mudar o rumo dos fatos, não resolve o principal:

A QUANTAS ANDA A QUALIDADE DA NOSSA ÁGUA.

Como cidadão EXIGIMOS, muito mais que teatro judicial, EXIGIMOS PROVAS, tão ou mais científicas que as que apresentamos, da

mesma forma que EXIGIMOS URGENTES MEDIDAS DE PREVENÇÃO, como é o caso do TRATAMENTO DA ÁGUA VINDA DO RIO DOURADOS COM O USO DO CARVÃO ATIVADO, até prova em contrário.

Dourados – DIA DA ÁRVORE - 21 de Setembro de 2003.

Em 22 de setembro, a empresa adquiriu três toneladas de carvão ativado para a ETA e Luiz aproveitou para elogiar a empresa e comentar: “(...) ainda bem que eles (a Sanesul) não ficaram apenas na tentativa de amordaçar quem alertou para o problema (...)”.¹⁰¹

Essa ainda não é uma questão resolvida e carece de respostas, apesar da controvérsia que o tema desperta e do cuidado que se deve ter para não causar pânico desnecessário na população e nem ser conivente com meras declarações desse ou daquele diretor da empresa de saneamento. Lamentavelmente o assunto caiu novamente no vazio coletivo e se hoje, em 2007, já encontraram soda cáustica e água oxigenada em leite longa vida, o que não poderá sair das torneiras além de água?

Quando o ambientalista Francisco Anselmo de Barros, 65, presidente da ONG Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul, ateou fogo no próprio corpo em 12 de novembro de 2005 em protesto contra a intenção do Governo do Estado, proposta do então deputado estadual Dagoberto Nogueira, encampada pelo governador José Orcírio do PT, em permitir a instalação de usinas de álcool na bacia do Pantanal, Luiz Carlos, como vice-presidente da SALVAR, emitiu uma nota dizendo que ninguém põe fogo no próprio corpo em nome de uma causa se a causa não for generosa e verdadeira.

¹⁰¹ <http://www.douradosnews.com.br>.

Ex-diretor do Iplan elogia ecisão da Sanesul. 22 set 2003. Cópia Impressa

Reclamam que o governo estava apostando na amnésia social, pois a instalação de usinas no Pantanal vinha sendo rechaçada há mais de duas décadas.

Franselmo, como era conhecido, durante uma manifestação contra as usinas, na Rua Barão do Rio Branco, no centro de Campo Grande, no dia 12 de novembro de 2005, jogou um líquido inflamável no corpo e se deitou sobre um colchonete colocado na calçada e que estava sendo queimado. Em meio à confusão, comerciantes e populares jogaram água e cobertores para conter o fogo que só foi debelado com o uso de extintores de carros.

O ambientalista teve queimaduras de primeiro, segundo e terceiros graus.

Morreu na manhã de um domingo, deixando cartas à família, amigos e imprensa. Numa delas, disse que estava cansado da luta ambiental de 20 anos e pedia para que os amigos “(...) continuem descascando esse abacaxi, porque eu não agüento mais (...)”.¹⁰²

Na quarta-feira seguinte, durante a 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, em Campo Grande, a ministra da pasta, Marina Silva, atacou o projeto do governo do Estado e disse que o ministério era contra a implantação de agroindústrias de exploração de cana-de-açúcar e seus derivados em áreas limítrofes ao Pantanal sul-mato-grossense.

Ela citou a Resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de março de 1985, que determina a suspensão de novas concessões para a instalação de usinas nas bacias hidrográficas do Pantanal.

O suicídio de Franselmo levou a Assembléia Legislativa a arquivar por definitivo o projeto do governo do Estado.

Em outubro de 2003, portanto, na gestão Tetila, a SALVAR questionou o edital de concorrência 008/03 para a construção do aterro sanitário e no mesmo ato licitava-se também a contratação de empresas para os serviços de coleta e transporte do lixo de Dourados. Uma sucessão de evidências alimentou as suspeitas de corrupção, mas nunca se conseguiu provar nada a respeito, porque nem o MP e nem a Câmara Municipal levaram adiante a denúncia.

¹⁰² Cf. *Jornal O Progresso*. 16 nov. 2005. p.5

A SALVAR calcula que dos R\$ 20 milhões licitados na época, R\$ 10 milhões estariam sendo superfaturados. Ao tomar conhecimento da licitação, a entidade tentou comprar, sem êxito, o edital. Constatou também que o mesmo não estava afixado em local público e visível como manda a Lei 8.666 que regula as licitações.

Essa primeira irregularidade foi comprovada pelo MP que, surpreendentemente, nada fez.

A SALVAR protocolizou no dia 24 de outubro de 2003 – dois dias antes da licitação – um documento apontando uma lista com nove possíveis motivos para impugnação. No dia da licitação, entrou com uma contestação, o que foi negado pela comissão sob o argumento de que estaria fora do prazo.

Além disso, a Secretaria da Fazenda argumentou que a SALVAR não era parte interessada e que apenas o licitante podia pedir a suspensão do processo segundo o Artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei 8.666.

Disse que a SALVAR não era licitante.

A prefeitura estava licitando o despejo do lixo por mais cinco anos no antigo lixão, já comprovadamente saturado, cuja prorrogação seria por tempo indefinido quando já se tinha um projeto deixado no Iplan quando Luiz Carlos foi o diretor para a implantação de um aterro sanitário, o que inclusive estava previsto em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em maio de 2000 entre a prefeitura e o MP. O prazo havia vencido em dezembro de 2002, mas até aquele momento o lixão não havia sido desativado.

Abriu-se licitação para a coleta e transporte de 3.100 toneladas por mês de lixo quando o volume não passava de 2.600 toneladas por mês, ao valor de R\$ 61,98 por tonelada. Além disso, licitava-se a elaboração de um projeto no valor de R\$ 285 mil do aterro sanitário enquanto a prefeitura já tinha gastado R\$ 120 mil com o projeto feito pelo Iplan.

A coisa era tão escabrosa que foram licitados obras, serviços e materiais para a execução do aterro no valor aproximado de R\$ 700 mil que, pela lógica, só poderiam ser calculados e quantificados a partir de um projeto, que existia, mas ali estava se licitando novamente um projeto.

Licitava-se 20 mil horas de trator esteira, 16 mil horas de caminhões basculantes, 4.200 horas de retro-escavadeira, 12 mil horas de ônibus rodoviário urbano, entre outros equipamentos para limpeza e descarga de

entulhos, limpeza de córregos, faixa de domínio em rodovias, totalizando R\$ 7,6 milhões.

O erro é que não constavam planilhas de cálculo, quantificação e custos individualizados de equipamentos por locais pré-definidos.

Afinal, como se chegavam a esses valores?

A licitação teve valor total de R\$ 21 milhões pelo prazo de cinco anos e os erros apontados pela SALVAR somavam mais de R\$ 10 milhões.

O processo de licitação foi o de nº 212/2003 aberto por intermédio do edital de concorrência 008/2003. A Secretaria de Fazenda, inicialmente, se negou a fornecer a pasta para a SALVAR, obtida apenas por intervenção do MP.

A entidade alertou na época que as licitações deveriam ser feitas separadamente, uma para a coleta do lixo, outra para a coleta de material reciclável e a terceira para gerenciamento do aterro desmembradas da licitação para execução do aterro sanitário obedecendo ao projeto que já estava pronto no Iplan.

A suspeita residia no fato da prefeitura também ter desistido de construir o aterro, já que estava legalizando a renovação do contrato para se continuar usando o lixão que estava superlotado, existia há mais de 20 anos causando sérios problemas ambientais na região instalada, além do TAC firmado com o MP estar sendo desrespeitado.

A prefeitura, no final, acabou construindo o aterro, não sem antes um acordo proveniente de uma ação judicial por proposição do MP por solicitação da SALVAR. Até 2007 é o único de Mato Grosso do Sul, mas o que seria um escândalo sem precedentes na administração petista, embora nada tenha sido provado, acabou sendo encoberto em pano quente. A empresa que venceu as concorrências já trabalhava nesse setor, a Financial, e continua atuando na cidade.

Somente uma rigorosa auditoria pode esclarecer esse assunto de que ninguém mais ouve falar.

Walter Hora (PPS) denunciou o fato na Câmara, mas o seu discurso na sessão do dia 11 de novembro de 2003 foi para ouvidos moucos.

Alaércio Abrahão, então secretário da Fazenda do Município, já falecido, declarou¹⁰³ que a SALVAR era cria do PPS, sendo rebatido imediatamente pelo então presidente da entidade, Dirney de Lucca

¹⁰³ Cf. *Jornal Correio do Estado*. 16 nov 2003

Peres, argumentando que graças ao carácter apartidário a instituição constituída em 1998 havia adquirido respeito junto aos cidadãos e às instituições.

A justificativa de se fazer um outro projeto para o aterro, dada pelo secretário, era que o projeto do Iplan, ou seja, da própria prefeitura, estava cheio de falhas, apesar de possuir EIA, RIMA, Licença Ambiental e até terreno comprado pela administração, pago pela própria Secretaria de Fazenda depois de ter sido apresentado e discutido em audiência pública e atender normas e ritos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Ode ao Senhor das Águas por *Odila Lange*

Nascente, vertente, microbacias, hidrovias
Palavras complicadas, parecendo poesia
Sendo ditas com emoção mas com certeza
O teu ideal de “SALVAR” retratando com
Clareza.

Procurando desvendar os teus mistérios,
Terra e água, uniram-se num mesmo
Hemisfério,
Chuva, vento, raio, trovão e tempestade.
Conferindo-te este porte sensual de majestade.

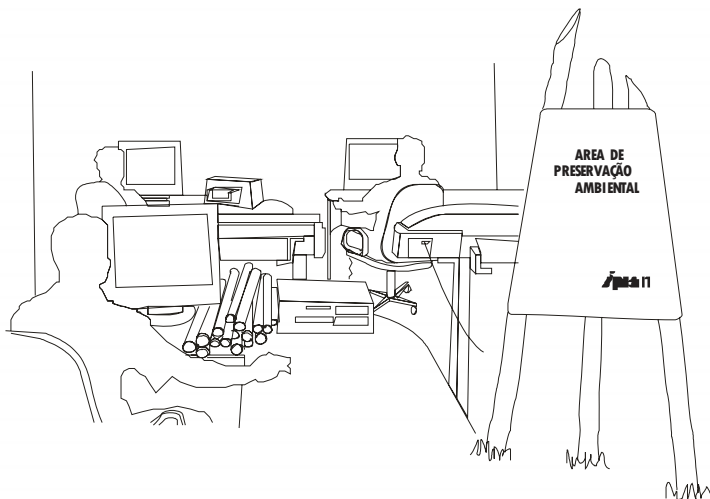
E na minha mente tudo se resume
E sinto até uma pontinha de ciúme
Ao ver tua esposa, como aranha tecendo sua
Teia
Enroscando-se em ti como sereia.

*E quando chegar para sempre tua hora
Não haverá dor na fauna e nem na flora.
Cumpriste a missão, podes partir sem mágoas
Porque tu és o Senhor das Águas.*

*Homenagem ao arquiteto LUIZ CARLOS RIBEIRO,
pelo seu trabalho em defesa da Preservação ambiental.
(Maio de 1999).¹⁰⁴*

¹⁰⁴ POETAS DOURADOS. 2004. p. 57

Plano Diretor, Iplan e outras idéias



Quando Jaime Lerner e equipe estiveram em Dourados entre 1978 e 1979 desenvolvendo o Plano de Complementação Urbana entendeu-se que esse trabalho seria o primeiro grande Plano Diretor da cidade. O conceito, em certa medida, acabou ganhando o inconsciente coletivo.

Não se tratava de um Plano Diretor cujo conteúdo é mais complexo e pressupõe uma discussão democrática com a sociedade, mas foi sem dúvida um avanço urbanístico porque pelo menos foram traçados parâmetros para a ocupação urbana e a prefeitura passou então a intervir melhor na organização e expansão da cidade que acontecia de forma acelerada, antes da situação se complicar e o espaço urbano virar um caos irreparável.

Até então, sem a intenção de nivelar gestões anteriores porque cada qual teve seus méritos de acordo com as respectivas épocas e

demandas, predominava certo empirismo nessa área e, portanto, pouca cientificidade para lidar com o urbanismo, com a organização do espaço urbano mesmo.

A cidade viveu o segundo boom de sua história ocupacional no final da década de 70 e início dos anos 80 – o primeiro foi com a demarcação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) em julho de 1948 por Getúlio Vargas quando a população saltou de 14.985 em 1940 para 22.834 na década seguinte, de acordo com censo do IBGE.

Na década de 1970 eram 79.186 habitantes e em 1990 já se tinham 135.984 moradores.

(...) O plano de Lerner consistiu numa proposta de desenho e ocupação urbana, daí à edição da Lei do Uso do Solo e projetos de revitalização de determinadas áreas, pensando a cidade a partir de dois eixos: Avenida Marcelino Pires no sentido Leste-Oeste e a Avenida Hayel Bon Faker e Avenida Presidente Vargas no sentido Norte-Sul, com a sede do Município desenvolvendo-se ao longo desses dois eixos dentro da premissa que do lado Norte há o limite com a Reserva Indígena e ao Sul com as BRs-163 e 463 (...).¹⁰⁵

O desenvolvimento ocorria, na época, com mais intensidade no eixo Leste-Oeste da Avenida Marcelino Pires.

Pelo menos o prefeito José Elias Moreira (1977-82) percebeu que era preciso esse ordenamento e buscou técnicos qualificados em Campo Grande e, do Paraná, trouxe a equipe do urbanista Jaime Lerner.

Luiz Carlos Ribeiro entende claramente que a cidade tem uma administração pública antes e depois de Zé Elias. O único pecado do Zé era ser um aliado incontestado da ditadura, diga-se de passagem, um pecadão!

¹⁰⁵ RIBEIRO, L. C. 2007

(...) Lerner traçou propostas para o transporte coletivo, fundos de vale, transporte individual, hierarquização de ruas, propôs a Lei do Uso do Solo e definiu os parques Antenor Martins e Arnulpho Fioravanti inicialmente conhecidos como Centros Poli-Esportivos e Recreativos (Cepers) 1 e 2; o Arnulpho, na época Ceper, atrás da rodoviária quando esta obra sequer existia, tinha no plano de Lerner o pressuposto de ser o centro geodésico da malha urbana. Ao lado da rodoviária, onde se edificou recentemente o Shopping Center Avenida, o terreno fora guardado para abrigar o Paço Municipal (Prefeitura e Câmara). O terminal rodoviário, na realidade, ainda falta dois terços para ser concluído porque teria função intermunicipal, interestadual e urbana, dispensando, assim, o terminal de transbordo feito em anexo à Praça Antônio Alves Duarte, distante aproximadamente 1,5 km do local originalmente previsto. O terminal teria duas asas e só foi feito o miolo (...).¹⁰⁶

Depois de aproximadamente 16 anos, em setembro de 1993, o prefeito Humberto Teixeira (1993-96) abriu licitação para a construção do CAM (Centro Administrativo Municipal) na Avenida Presidente Vargas no local onde acabou sendo implantado o Parque dos Ipês que Ribeiro trata de Pracinha dos Ipês.

A partir daí deu-se início a uma nova intervenção do Luiz Carlos no sentido de abrir os olhos do “seu” Humberto para evitar um erro crasso. Ribeiro, através de carta, argumentou inicialmente de forma quase isolada no sentido de se resgatar o plano de Lerner e orientou o prefeito a seguir o que já havia sido pré-estabelecido.

O edital foi publicado no dia 14 de setembro e três dias depois ele enviou carta ao prefeito dando explicações a respeito, pois a área não era adequada para o Paço Municipal (pensava-se em se fazer também a Câmara junto) porque o espaço era pequeno e não permitia ampliações futuras, além de outros inconvenientes bem fundamentados.

(...) É uma região residencial e isso conflita com a demanda do CAM, pois, aumentaria o movimento de veículos, faltaria estacionamento e a obra traria transtornos e dificuldades de acesso para a população,

¹⁰⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

além daquela localização na Avenida Presidente Vargas não guardar qualquer equidistância com outros pontos da cidade (...).¹⁰⁷

Luiz propôs transformar o local em um espaço cultural e de lazer, abrigando teatro, pavilhão de eventos, biblioteca e outros equipamentos comunitários e essa idéia, mais tarde, acabou prevalecendo, embora não exatamente como ele havia sugerido inicialmente.



Mas é preciso, antes de qualquer coisa, se pontuar um fato lamentável enfronhado nessa discussão, um episódio escandaloso, caso de polícia que acabou não dando em nada apesar das denúncias. Antes de o “seu” Humberto pensar em fazer ali o CAM e mais tarde o Parque dos Ipês, o Governo do Estado havia fincado as bases de uma escola conhecida como Marcelão, com 40 salas, uma versão sul-mato-grossense inspirada nos Cieps do Brizola adotada no governo Marcelo Miranda (1978-80). A obra foi iniciada e não concluída e a estrutura abandonada pelo governo seguinte.

Durante a Copa do Mundo de 1994, ainda na gestão do “seu” Humberto, quando a cidade estava com as atenções voltadas para o jogo da seleção brasileira que conquistou naquele ano o tetracampeonato e se estouravam rojões pela cidade, essa fundação toda foi dinamitada, transformando em pó um investimento público avaliado extra-oficialmente em US\$ 200 mil, isso depois que a prefeitura resolveu, diante da pressão para não se construir o CAM ali, se fazer então o Parque dos Ipês.

Futebol, festa, rojões e explosão da estrutura, isso foi feito de caso pensado!

O que havia de concreto e ferro está fotografado e bem documentado.

O material de demolição foi jogado inicialmente em um buraco que havia onde é hoje a pista de Motocross. Esse mesmo entulho foi removido quando da construção da pista.

¹⁰⁷ RIBEIRO, L. C. 2007

(...) Na tarde de 1º de setembro, o Promotor Público Milton Keniti Kogawa, da Curadoria de Defesa do Patrimônio Público, esteve no local dos escombros fazendo sua averiguação. Na Secretaria de Obras do Município, tentou conseguir junto ao secretário sr. Walter Fujii, o projeto do colégio, mas não conseguiu. Prometeu acionar o Ministério Público em Campo Grande para conseguir cópia do tal projeto. Até hoje, nunca mais... No dia 6 do mesmo mês, tivemos uma audiência com esse promotor. Ele nos afirmou que sabia da existência de um estudo elaborado pelo governo que declarava a área imprópria para a construção do colégio, mas que, mesmo assim, construíram os alicerces. Afirmou também que esse dossiê estava com a vice-prefeita Lori Gressler, a quem pressionaria para conseguir o tal estudo. Nunca mais... plagiando o corvo de Edgar Allan Poe. Entre outras coisas, o promotor esclareceu que a escritura estava irregular, haja vista que faltava a certidão negativa do INSS; que o governador Marcelo Miranda, na época, não conhecia Dourados e que teria sido o prefeito Braz Melo quem escolheu o lugar e fez o negócio; que o terreno antes era um buracão onde a Nosde, a proprietária, fez o aterro, o que acabou valorizando a área e justificando o superfaturamento, etc., etc., etc... O promotor parecia advogado da outra parte. O prefeito Humberto Teixeira não deixou por menos as matérias publicadas; entrou, através da advocacia do Município, com uma ação por dano moral, injúria e calúnia. O Diário do Povo, em 23.08.94, estampava a manchete Município move ação criminal contra o presidente do Metra. Nessa matéria o prefeito negava que teria autorizado que dinamitassem os alicerces do Marcelão, negativa esta muito incoerente, pois, esse mesmo jornal, no dia 03.08.94, portanto vinte dias antes, ostentava a seguinte manchete Prefeitura construirá uma praça no lugar do Marcelão; a assessoria do prefeito informou que é a própria prefeitura que está dinamitando as fundações...¹⁰⁸

¹⁰⁸ IBANHES, 2002. p. 120 e 121

Resolvido não se fazer mais o fazer o CAM na Avenida Presidente Vargas, o prefeito abriu concurso para elaboração do projeto para o Parque dos Ipês e Luiz Carlos se inscreveu e elaborou, conforme exigência do edital, uma maquete de uma área de lazer com ginásio coberto aproveitando a maior parte da fundação do finado Marcelão que ainda não tinham sido explodidas.

Mas sua proposta, como era de se esperar, não venceu e acabou causando certo reboleço interno.

Nessa época o secretário de Obras era o engenheiro Emar dos Santos Rodrigues.

O edital não exigia o aproveitamento da fundação, sinal de que já havia intenção dela ser dinamitada. Os trabalhos deveriam ser entregues até o dia 2 de fevereiro de 1993. Luiz Carlos teve a pachorra de pegar uma cópia do projeto do Marcelão no Departamento Estadual de Obras Públicas (DOP) com todas as fundações justamente para estudar uma forma de elaborar a sua proposta de área de lazer com base na estrutura instalada, até por uma questão de bom senso, cidadania e respeito com o dinheiro do contribuinte. Deduziu que era possível se aproveitar pelo menos 70% e o resto poderia ser enterrado. Pelo menos se reduzia o prejuízo.

Quando ele se inscreveu, o concurso foi anulado e o projeto acabou sendo feito pela arquiteta Ana Rosa Vieira, do quadro permanente da prefeitura. Ela disse em conversa informal por telefone em dezembro de 2007 que adaptou o projeto a um que já tinha sido elaborado pelo arquiteto Ernane Borges, mesmo porque até então não se tinha a idéia de se construir o teatro ao lado da praça. Ela não soube responder se o concurso tivera sido anulado ou não.

Independente de qualquer coisa, não houve Cristo que conseguisse impedir a demolição das fundações, toneladas e toneladas de concreto armado entre baldrame, estaqueamento, blocos, arranques de pilares, além da escavação e muro de arrimo da quadra, num escancarado espetáculo de desperdício do dinheiro público...

Mudando um pouco de assunto, pois, pelo visto, de nada mais adianta martelar nessa tecla, embora o fato seja refém da história, Ribeiro desenvolveu uma concepção primorosa para o parque infantil da praça, embora seu projeto tenha sido rejeitado. Todos os brinquedos

deveriam ser feitos em madeira tratada sem uma forma ou uso definido, permitindo e incentivando o uso ao sabor da imaginação da criança. Ele desejava desfazer a idéia apenas de gangorras e balanços. Diante de um brinquedo sem definição a criança o transforma em qualquer objeto lúdico, um trem, um avião, enfim. Já um balanço será sempre o mesmo brinquedo, um balanço, não estimula a imaginação.

A construção não pode ser uma coisa fria.

A obra que não dialoga com o cidadão está fadada a coisa nenhuma, ela tem que causar espanto, sensação do novo, de uma coisa que a pessoa possa explorar. Niemeyer e outros ícones da arquitetura são o que são porque fizeram isto: a arquitetura chamando a atenção, absorvendo o cidadão, levando-o a tentar descobrir o que tal obra representa.



Como Ribeiro sabia que não ia ganhar o concurso até por conversa de cocheira dentro da prefeitura, ele publicou um anúncio codificado no extinto Jornal Panfleto, de circulação semanal em Dourados.

A publicação do anúncio saiu em 31 de março de 1993, uma quarta-feira. Quando se abriu o concurso e o Ribeiro entrou, o pessoal ficou desconfiado.

Após a entrega da proposta com envelope fechado e a maquete, o concurso foi cancelado, ficando “ad referendum”.

Quando Luiz se deu conta de que poderia haver algo estranho, pois, já entrava março e nada do resultado, publicou este enigma na página 7 do citado jornal, arriscando uma eventual carta marcada: “Primo com concurso quinta 25 peça p/Edson arto. G. Etneirra PMD”.

Decodificação: Primo significava primeiro lugar; com curso, concurso; quinta, quinta-feira (dia da realização do concurso); 25, dia 25 (dia 25 de fevereiro, último dia para entrega dos trabalhos); peça, praça; p/, perto da; Edson, Nosde (Nosde Engenharia); arto; arquiteto; g., George; Etneirra, Arriente e PMD, Prefeitura Municipal de Dourados.

Tradução: “Primeiro lugar no concurso de quinta-feira. Praça perto da Nosde, arquiteto George Arriente. Prefeitura Municipal de Dourados”.

Passou raspando. George estava em Dourados há pouco tempo e não trabalha mais na cidade, mas era companheiro de escritório de Ernane Borges.

Ribeiro se inspirou no articulista Jânio Freitas que publicou na Folha de S. Paulo um anúncio informando com antecedência o nome da empresa que venceria o concurso para a obra da ferrovia Norte-Sul. O Presidente José Sarney, diante do escândalo, anulou a licitação.

Ribeiro chama aquilo de praçinha porque não a reconhece como um parque e, de fato, ele está coberto de razão. Vinha crescendo vertiginosamente naquele período a proposta do Parque Laranja Doce e a intenção deve ter sido justamente a de ofuscar a campanha ambiental, mesmo porque a praçinha fica a poucas quadras do Córrego Laranja Doce. Jogada ou não de marketing, idéia intencional ou não, o fato é que não se pode esconder a desconfiança e imaginar que todo mundo é ingênuo, embora o Poder Público tenha por força de hábito o costume de apostar na desinformação coletiva.

Construindo-se uma praça e dando a ela o nome providencial de Parque dos Ipês passou-se a imagem pública de que a prefeitura tinha feito senão o Parque Laranja Doce, pelo menos outro parque com o gritante diferencial de ser muito menor: 1,5 hectare para tentar contrapor, como se isso fosse possível, os outros 200 hectares previstos na proposta original. Reduziu custos e ainda deixou os moradores vizinhos satisfeitos e com imóveis mais bem valorizados. Lógico que a praçinha foi uma obra positiva em termos de lazer, mas é preciso se colocar corretamente os pingos nos devidos is.

Ribeiro guarda a maquete em seu escritório como recordação e para mostrá-la a quem queira ver e conhecer esse pedaço meio indigesto da história administrativa local.

Ainda na mesma carta ao prefeito, aquela de 17 de setembro de 1993, o remetente lembrou que a atividade pública é indutora da ocupação urbana e a proposta de Lerner era, no seu entendimento, a mais adequada: construir o CAM ao lado da rodoviária.

As obras da Santa Casa – hoje Hospital Universitário – já tinham sido iniciadas em outro extremo da cidade e havia a sugestão da iniciativa privada de se construir o shopping logo no início da Avenida Guaicurus induzindo, por conseguinte, o crescimento para o lado oposto, ou seja, a Oeste, projetando certo equilíbrio na ocupação urbana entre a região central-Leste com a implantação do Centro Administrativo ao lado do terminal rodoviário e a região Oeste com a implantação do HU e do shopping.

Nessa discussão toda e como parte da solução urbanística apresentada por ele, as atividades do parque rodoviário, como garagem e oficinas, poderiam ser implantadas ao lado do Estádio Douradão e o local onde hoje ainda permanece o parque rodoviário, numa região central da cidade, a partir de uma reengenharia, poderia ser transformado, incorporando-se o Estádio da Leda, em um privilegiado complexo poliesportivo de excelência, com piscina, estádio, quadras e assim por diante.

Luiz Carlos concluía a carta afirmando que as observações visavam apenas retomar as diretrizes e bases para ocupação urbana de forma racional e ordenada, evitando soluções de continuidade, improvisações e trabalhos desnecessários que tanto têm custado aos cidadãos como abandono de projetos, metas e obras públicas. Ele estava pelo menos cumprindo o seu papel cidadão e profissional. Mas parece que sua interferência foi vista apenas como um crítico de plantão, uma mera voz contrária, embora a história, mais tarde, tenha comprovado o contrário.

Em 22 de setembro o prefeito respondeu à carta cujo conteúdo é, no mínimo, curioso. Mesmo considerando legítimas as preocupações do arquiteto, o prefeito disse que queria aproveitar a estrutura do Marcelão para reduzir os custos. “Precisamos, por isso, aproveitar todo cruzeiro real arrecadado (...)”.

Então a pergunta: por que, nesse caso, ele mandou depois dinamitar essa estrutura toda para a construção não do CAM, mas do Parque dos Ipês?

O “seu” Humberto - o axiônimo, antes de nada, é uma designação popular - afirmou que antes de decidir pela construção do CAM teve a preocupação, com a equipe dele, de estudar o caso e não havia encontrado nenhum empecilho técnico e, portanto, prosseguiria com o projeto.

Argumentou ter consultado clubes de serviços quanto à localização e todos tinham sido unânimes em aconselhar a implantação no centro, facilitando o acesso de servidores e contribuintes.

Para o prefeito, não haveria contratempo aos moradores e o CAM não abrigaria o Legislativo.

Não satisfeito, Luiz Carlos, em 5 de outubro de 1993, enviou uma carta ao presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Dourados (AEAD), Milton Carlos de Melo, alertando para a questão e pedindo com urgência uma reunião com os profissionais da área para se discutir melhor o assunto no meio técnico para ele ter oportunidade de prestar esclarecimentos e se tratar o tema de relevância técnica e social para depois ser discutido, se necessário, com a sociedade e a Câmara Municipal.

O assunto acabou tendo um desdobramento político a partir dessa fase. O então vereador Laerte Tetila, Mestre em Geografia, alertou para a questão na Câmara, concordando com as preocupações do arquiteto e acentuando que o espontâneo, no caso, era prenúncio do caos. A organização do espaço urbano, sobretudo de uma cidade como Dourados, requer cuidados especiais, alertou.

O professor doutor Mário Cezar Tompes da Silva, da UFMS, em 2007 ocupando o cargo de secretário de Planejamento da Prefeitura, divulgou uma Carta Aberta versando sobre a mesma questão, em nome dos professores de Geografia do Centro Universitário, defendendo maior discussão com a comunidade e lembrando que o terreno havia sido doado ao Município para se construir um espaço de lazer e biblioteca conforme Lei 1.381 de 8 de junho de 1993. Do contrário, voltaria para o domínio do Estado e não estava previsto o CAM.

“Seu” Humberto parece não ter gostado dessa manifestação. Respondeu à Carta Aberta com rispidez, recorrendo ao substantivo *lamúria* e ao adjetivo *enganoso* para realçar o descontentamento. Contrapôs item por item, colocando à disposição dos professores para uma nova conversa o corpo técnico da prefeitura e a empreiteira vencedora do concurso público.

Em 20 de outubro de 1993 Luiz Carlos encaminhou uma carta de agravo ao presidente da AEAD pela forma como tinha sido feita a convocação, pois, numa manobra política para favorecer o Executivo, ela seria destinada para que as secretarias de Planejamento e de Obras

expusessem suas atividades e, entre outros assuntos, seria discutida a polêmica. Luiz reclamou que dessa forma ficaria evidente o esvaziamento da discussão do assunto preliminarmente proposto.

Para mostrar que era um político democrático, o prefeito resolveu lançar um plebiscito em dezembro de 1993, reunindo-se inicialmente com os vereadores onde ele tinha maioria.

Luiz Carlos elogiou a iniciativa, mas disse que para ser democrático era preciso a Justiça Eleitoral para fazer o plebiscito, com espaço popular para o debate.

Ele não ia aceitar de maneira alguma um plebiscito feito entre quatro paredes...

Mas o prefeito acabou não levando adiante essa idéia e trocou um erro por outro: deu início ao CAM ao lado do Estádio Douradão, sem concluí-lo, mas aí já ficou mais complicada a discussão e a prefeitura tocou a obra indiferente às manifestações contrárias.

Essas obras foram feitas sob uma redoma de suspeitas cujo processo caberia à Justiça concluir se tinha procedência. Falava-se em outras implicações, interesses outros teriam influenciado a se optar por essa área.

O interessante é que o tempo sempre costuma surpreender e revelar facetas contraditórias do homem público: o prefeito Laerte Tetila, no segundo mandato, fez um acordo com a Justiça para se liberar a continuidade do projeto, concluiu-o e o exhibe cheio de orgulho como um dos feitos da administração petista.

Quando vereador, baixou o malho no projeto chegando a compará-lo a um galinheiro.



Antes mesmo de o “seu” Humberto virar prefeito, Ribeiro o havia criticado por causa do Monumento ao Colono. O então deputado-candidato quis usar a obra como exemplo tacanho do desperdício de dinheiro público (veja só que ironia, justamente quem admitiu a destruição dos alicerces do Marcelão, caro leitor!) dizendo nos comícios

que o prefeito Braz Melo em vez de construir casas populares fazia aquela obra, para ele, irrelevante.

O monumento concebido pelo Luiz Carlos Ribeiro para a prefeitura é, sem dúvida, um referencial para a cidade.

De certa forma, “seu” Humberto não pode reclamar que Ribeiro tenha sido pedra do sapato só da administração, pois a diferença brotou antes...

Pilhérias à parte, o fato é que Ribeiro nunca foi um crítico simplesmente por ser, pelo contrário. Apenas tem o espírito cidadão aguçado e inquieto. Consegue, invariavelmente, enxergar além da média.

Nas oportunidades em que foi convidado a colaborar, lá esteve presente opinando, sugerindo, discordando, apontando alternativas, concordando, somando, construindo junto, mas nunca sendo negligente e meramente interessado com a coisa pública. Essa pecha não lhe cabe. Sua biografia comprova isso com todas as letras. Na maioria das vezes, inevitavelmente, paga o preço de suas convicções numa cidade de muitas restrições e poucos debates, isso sim...

“Seu” Humberto menosprezou inicialmente a obra porque ela estava sendo feita pelo prefeito Braz Melo que apoiava outra candidatura a prefeito, a do engenheiro civil Antônio Nogueira. Então a comparação teve um nítido caráter político, mas Ribeiro não aceitou ver sua idéia sendo publicamente execrada, mesmo porque ela tem um relevante propósito e isso, no entanto, estava sendo ignorado.

Lógico que a população sempre precisa de casas, mas a comparação era patética - o contraditório é normal desde que exercido com respeito e convencimento.

O monumento, como o próprio nome sugere, é uma homenagem aos colonos nordestinos, paranaenses, mineiros, paulistas, enfim, gente humilde e trabalhadora que ajudou a desbravar Dourados com suor e golpes de machado durante a Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Em fins de 1992, em pleno burburinho de véspera eleitoral, assim que o assunto começou a ser usado no palanque do seu Humberto, Luiz Carlos publicou um artigo pondo água fria na polêmica:

LAMENTÁVEL EXEMPLO ELEITORAL

“Pode um povo elaborar o seu futuro, ou mesmo chegar a compreender o seu presente, se perder a lembrança de suas raízes?”

*Franklin de Oliveira,
“in Morte da Memória Nacional”*

A propósito de certas tratativas eleitorais à construção do Marco-Monumento ao colonizador, eu, como autor do projeto, venho em defesa não da peça arquitetônica em si, pois que tais considerações estão consubstanciadas na justificativa anexa ao projeto. Tampouco venho em defesa deste ou daquele candidato, em que pese sólidas amizades nos meios políticos em geral, mas em defesa daquilo que considero imprescindível na consolidação de uma Nação, ou seja, o resgate e a preservação de nossa História como parte da construção de nossa cidadania.

Certos discursos têm procurado reduzir a construção do Monumento a meras conjecturas aritméticas, induzindo nosso povo a imaginar que todas as mazelas políticas, econômicas e sociais que há muito se abatem sobre nós fosse culpa daquela obra. Ora, isso é apostar na amnésia histórica de nosso povo, isso é tergiversar a realidade.

Esse discurso de que com o dinheiro ali empregado poder-se-ia construir casas, ou outras benfeitorias públicas para o povo é muito velho, muito antigo. Tão antigo que nosso Patrimônio Histórico Nacional apodrece por falta de verbas enquanto nossos operários cada vez mais “habitam” favelas e pontes, com uma agravante; desmemorizados de sua própria História.

Aqui em Dourados, há bem pouco tempo, realizamos uma campanha pelo Tombamento Histórico do Clube Social; porém, o que assistimos foi o dantesco espetáculo de sua demolição promovido pela fúria imobiliária desmedida ante a passividade do poder público da época. Hoje repousa sobre aquele local uma estrutura de concreto armado como se mausoléu fosse de parte de nossa História. Nem por isso nosso povo teve casa para morar, vide as ocupações de terras públicas.

*Por tudo isso, conclui-se que essa é uma falsa polêmica, que deixa de ser falsa quando revela a face mais cruel da hipocrisia política brasileira, ou seja, a falta de políticas: Cultural, Habitacional, de Saneamento, Educacional, de Saúde, etc... É lamentável!*¹⁰⁹

Não houve réplica.

O Monumento ao Colono é um marco para não se perder a raiz do desenvolvimento da região, portanto, não era um gasto à toa. “Seu” Humberto demonstrou não ter compromisso com a história.

Essa obra é uma representação escultural do colono e seu trabalho com braços e mãos saindo da terra, membros executados em concreto aparente como se estivessem retirando do chão o que a terra produz e içando para os céus o fruto desse trabalho representado por lâminas de concreto aparente.

Essas lâminas têm forma de um triângulo em vértice para baixo remetendo à idéia do desenvolvimento crescido em quantidade e qualidade no decorrer do tempo. Guardam também as lascas a idéia da evolução do homem nos seus aspectos econômico, social, moral, ético e político. Somando-se isso a orientação topográfica apontada para os quatro quadrantes, de onde migraram os homens resultando daí o cidadão douradense e regional.

Na conclusão da justificativa que acompanhou o projeto em 1991, Ribeiro explicitava:

(...) A louvável iniciativa da Administração Municipal, em prestar a merecida homenagem a uma grandiosa e pouco lembrada página de nossa História, colocou-nos um grande desafio, pois que, na qualidade de oficial da arquitetura e filho adotivo de Dourados, haveríamos de resumir numa só obra décadas de lutas, trabalho, sofrimentos e glórias de um povo, que por seus sonhos e obstinação, nos legou todo um presente de desenvolvimento concretizado e um futuro de inexorável progresso e bem estar social. No trabalho ora proposto, procuramos reunir fragmentos desta História realizada,

¹⁰⁹ RIBEIRO, L. C. Jornal *O Progresso*. Final de 1992

sintetizando-a num “Marco/Monumento” que expressasse em si, porém não para si, mas para as gerações futuras, o que foi nosso passado, apontando para o futuro a uma História que ainda haveremos de escrevê-la com nossas mãos, como extensão de nosso raciocínio, concretizando atitudes e desejos através do trabalho, como foi no passado, é no presente e será no futuro (...).

Algum tempo depois, com a obra pronta e deduz que tenha sido aprovada pela comunidade porque não houve nenhuma outra manifestação contrária espontânea, o rádio peão se encarregou de espalhar que o monumento seria a “mão do Braz” na tentativa não de desqualificar o monumento em si, mas a imagem do ex-prefeito.

Conversas em “off” dão conta que a autoria dos boatos partira do PT para impingir uma imagem vilã ao Braz, pois, desde aquele tempo o partido fazia uma campanha ferrenha para assumir a prefeitura. Quem espalha a vulgaridade só pode tê-la sobrando...

O servidor José Tibiriçá Martins Ferreira, licenciado em Letras e advogado, escreveu um artigo¹¹⁰ lamentando a comparação depreciativa e afirmou que isso não era bom porque remava em desfavor da cultura local que já é pequena. Pediu para que fosse instalada uma placa com o nome correto do monumento e do autor do projeto.

Luiz Carlos repercutiu o assunto dizendo que se recusava ser uma caricatura de nação e que compunha aquelas letras em dueto com o Tibiriçá na indignação. “(...) Sabemos nós, doutor Tibiriçá, que esta alcunha é fruto de estratégias políticas eleitorais de políticos que na sanha desmedida pelo Poder não medem esforços, e como malfeitores, acabam por calar em nossa desavisada sociedade, suas ferradas pegadas (...)”.¹¹¹

Explicou que existiu sim placa no local que pela mesma causa política fora arrancada.

(...) De igual quilate, desrespeitoso, foi a pintura, em vermelho, executada pela atual administração, no mapa da Colônia já impresso em concreto. Na defesa de nossa memória histórica aviltada, nem a Câmara

¹¹⁰ FERREIRA, José Tibiriçá Martins. *Monumento ao Colono ou Mão do Braz?* Jornal *O Progresso*. 29 de jun 2005. p. 2

¹¹¹ RIBEIRO, L. C. *Lamentável*. Jornal *O Progresso*. 6 de jul 2005. p. 2

Municipal, nem o Ministério Público e nem ninguém fez nada contra mais esse ato político, ainda que publicamente denunciado (...).¹¹²

Ribeiro referia-se aqui ao fato da prefeitura, na gestão do Tetila, ter pintado de vermelho a base do monumento. Em 4 de novembro de 2003 ele publicou uma Carta Aberta aos Vereadores classificando isso de vandalismo de Estado.¹¹³

Em 27 de agosto de 2003 Luiz Carlos enviou uma carta ao prefeito solicitando para que as cores e texturas originais fossem reconstituídas na forma original.

— — —

A estação de transbordo da Rua Onofre Pereira de Matos, em frente da Praça Antônio Alves Duarte, está mais para ser uma estação de transtorno na opinião do Ribeiro. Essa é outra obra equivocada em termos de localização feita pelo “seu” Humberto – sem desmerecê-lo, é verdade, em relação ao conjunto da sua administração – que poderia ser evitada caso fosse respeitada a cartilha de Jaime Lerner.

A estação está sendo construída sem nenhum estudo do sistema viário, mesmo porque a cidade não tem um programa definido para o transporte coletivo. O que existe é ônibus na rua (...) Estamos vivendo na era da ciência e do planejamento e a construção da estação está sendo feita na base da experiência, sem análise da questão urbanística.¹¹⁴

¹¹² Ibidem

¹¹³ <http://www.douradosagora.com.br>, 5 nov 2003. Acesso em 14 dez 2007

¹¹⁴ Cf. Jornal. *Diário do Povo*.

Depoimento de RIBEIRO, L. C. 1 nov 1995. p. 5

Como já foi mencionado, o terminal rodoviário municipal deveria estar junto com o interestadual e intermunicipal. A idéia de estação de transbordo já era superada do ponto de vista técnico quando ela foi aplicada em Dourados.

Curitiba criou, por exemplo, as estações tubos ao longo das linhas de ônibus, onde o passageiro desce e sobe nos ônibus, indo para qualquer lugar da cidade com um único bilhete substituído recentemente pelo cartão magnético.

Lerner, em Dourados, havia pensado o terminal rodoviário (rodoviária) com essas funções, tendo o CAM ao lado, enfim, tudo seria mais fácil para a população, mas cada gestor gosta de ser rei dentro do mandato...

Quando surgiu a polêmica a respeito dos camelôs ocupando aleatoriamente os espaços, eis o arquiteto Dom Quixote novamente tentando apontar o melhor caminho para a prefeitura tendo, como base, o plano do mestre Lerner.

O plano de Lerner propunha na Rua Onofre Pereira de Matos um eixo de lazer ligando os dois parques, Arnulfo Fioravanti e Antenor Martins, com o alargamento dos canteiros centrais, estreitamento das duas pistas e nesses canteiros praça, campinho de futebol, quiosques, quadras de vôlei, enfim, equipamentos comunitários. Então haveria toda uma estrutura de lazer.

Na mesma linha de raciocínio, para os camelôs Luiz propunha um centro comercial popular nessa rua, a partir da idéia do eixo de lazer, porém, acrescentando na metade desses canteiros alargados no máximo dez ou doze boxes para o comércio informal, com sanitários, bancos, iluminação, ou seja, um espaço comercial de forma organizada com todo um aspecto urbanístico pensado antes como lazer.

Houve uma discussão prévia com a Associação Comercial e Industrial e Luiz Carlos propôs, juntamente com a Associação dos Camelôs, a Câmara dos Dirigentes Lojistas e Sebrae, este para melhor capacitação da mão de obra dos ambulantes, de se retomar a idéia de transformar a Rua Onofre Pereira de Matos em um eixo de lazer associado a um comércio local ligando os parques, isso se ordenando os espaços numa extensão de aproximadamente 3 km.

Essa proposta também não foi aceita e até os dias atuais esse comércio informal que poderia estar sendo incluído na formação do comércio de Dourados continua em barracas esparramadas pela cidade, estigmatizados, institucionalmente e formalmente excluídos. (O camelódromo do Terminal Rodoviário igualmente foi esquecido...).

Isso acaba levando à discussão do Plano Diretor mais adiante e, por conseguinte, na criação do Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (Iplan) envolvendo transporte coletivo, camelôs, CAM e outros projetos relevantes.

Outra situação atrapalhada durante a gestão do “seu” Humberto foi quando ele pensou em elaborar o Plano Diretor, embora tenha sido alertado desde o começou que isso não se resolvia em quatro paredes, pois os temas são frutos de amplo debate com a sociedade e acordados como se fosse um conjunto de cabeças pensantes tentando organizar uma cidade melhor hoje e no futuro, respeitando-se as vocações, as tendências mercadológicas, o meio ambiente, o razoável e, evidentemente, a técnica e o urbanismo voltadas a um lugar melhor e mais saudável para se viver.

Nessa época tinha sido iniciada uma discussão no Congresso Nacional sobre o Estatuto das Cidades – começaram em 1991 e o texto foi aprovado em 2001.

Quando o “seu” Humberto quis fazer a coisa a partir de um mero departamento pendurado dentro da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro e não uma Secretaria de Planejamento Urbano, Luiz Carlos acenou que seria mais um equívoco, alertando para a necessidade de se criar um instituto autônomo e específico e se abrir à discussão, um movimento que seria científica e politicamente muito bom para a administração, demonstraria moderna cientificidade e transparência, mostraria compromisso técnico com a questão e vontade de diálogo com a sociedade, ou seja, era um salutar exercício didático e democrático e se estaria fazendo aquilo que um administrador público, em tese, deveria mais gostar: política!

Durante reunião com segmentos da sociedade na Câmara Municipal junto com Luiz Carlos, o arquiteto douradense César Lutti que entrou na discussão recorreu ao Plano Diretor de Roma implantado no século XIV pelo Papa Xistus como exemplo. Ao longo do tempo o crescimento da cidade obedeceu àquelas determinações papais. Assim

aconteceu também em Barcelona, Espanha, aonde a construção da Vila Olímpica não prejudicou a urbanização e a construção de moradias.

Ribeiro e Lutti argumentavam ser um erro e antidemocrático querer se elaborar um plano com essa envergadura, em tempos pós-modernos, apenas dentro de uma repartição pública, apesar das decisões acertadas em Roma e Barcelona terem sido tomadas em outro momento da história, em outro contexto de relação social entre o Poder e a sociedade.

Ambos apresentaram à prefeitura um cronograma físico de como fazer, como deveriam acontecer as discussões, quem entraria nesse debate a exemplo de associações de moradores, de classe, universidades, clubes de serviços, entre outras.

Colocou-se isso e num dado momento o prefeito chama-os - afinal, eram apenas os dois profissionalmente gabaritados para discutir esse tema entre os demais arquitetos da cidade - para fazerem parte de um grupo de trabalho. Prontamente aceitaram e foram nomeados através de decreto.

Eles foram fazendo as críticas e ficaram apenas uma semana no grupo. Quando propuseram a formatação do trabalho e a metodologia, os técnicos da prefeitura não aceitaram. Então ambos simplesmente foram embora.

(...) De há muito temos dito que é preciso se abandonar de vez a administração empírica (chute) e dotar a cidade de um PLANO DIRETOR, concebido honesto e democraticamente, capaz de dar cientificidade à administração municipal, como forma de ordenar a ocupação urbana e rural, a partir de uma orientação econômica, maximizando os investimentos públicos e privados, desonerando o contribuinte e efetivamente melhorando a qualidade de vida dos cidadãos (...).¹¹⁵

Ribeiro vinha alertando para a ocupação desordenada do espaço urbano desde 1995, lembrando que a Lei do Uso do Solo havia sido modificada já algumas vezes, virando uma colcha de retalhos e que era preciso um Plano Diretor com vistas a estabelecer parâmetros jurídicos

¹¹⁵ RIBEIRO, L. C. *Se já não é, estamos a caminho*. Artigo. *Jornal Gazeta Popular*. 14 mar 1998. p. 2.

mínimos de ordenamento urbano, para daí se avançar para o desenho e a ocupação e, aí sim, tratar da hierarquização das ruas (vias de serviços, rodovias, vias estruturais, coletoras, locais) pontos de preservação e de lazer, residenciais, comerciais, o sistema de transporte coletivo, etc.

A discussão só vai realmente acontecer na primeira gestão do prefeito Laerte Tetila com a criação do Iplan.

Nas discussões prévias sobre como o poder seria exercido entre o PT, partido do prefeito e o PPS, partido do vice-prefeito, com o Geraldo Resende, à época deputado estadual do PPS, pedindo a Secretaria de Saúde porque como médico de profissão e dentro de seu projeto político a questão médica era preferencial, Ribeiro, indicado para compor o novo governo municipal impôs a condição de só integrar a equipe caso pudesse criar, implantar e dirigir um Instituto de Planejamento, no caso o Iplan, conciliando a idéia de planejamento e meio ambiente. Do contrário não via motivo para integrá-la. Rechaça a idéia presunçosa de apenas fazer número e ter um salário de executivo público.

Ribeiro desenvolveu pessoalmente todo o projeto do Iplan, desde o começo, inclusive a logomarca, a estruturação, o projeto de lei, o regulamento interno. Pensou de cabo a rabo, inclusive todo um programa de trabalho, inspirado, lógico, em modelos existentes em Curitiba, São Paulo e Campo Grande.

Luiz foi diretor do Iplan por dois anos e pouco, de janeiro de 2001 a julho de 2003, deixando a programação pronta para o sucessor. Fizeram o favor quando ele saiu de dividirem o instituto ao meio criando-se a Secretaria de Planejamento e o Instituto do Meio-Ambiente, perdendo a oportunidade de se ter um instituto nos moldes das grandes cidades brasileiras, com renda própria para prestar serviços a terceiros, para outras prefeituras, com regime CLT, aliás, nos dias atuais acontece um debate nacional para acabar com regime diferenciado para o serviço público.

Não se sabe ao certo o que prevaleceu na decisão da divisão do Iplan, se a visão administrativa pública estreita ou interesses outros de arrumação política partidária ou a somatória de ambos.

Na programação deixada no Iplan com a saída de Ribeiro estavam dois grandes projetos de política de Estado: a Agenda 21 Municipal e o Comitê Micro Bacia do Rio Dourados que envolveria mais dez municípios. Aqui vale lembrar que além de dividirem o Iplan, colocaram para administrar a área do meio ambiente da prefeitura uma pessoa indiferente à questão e que tinha demonstrado isso desde os tempos do Laranja Doce: o doutor José Marques Luiz, na época contra o parque ecológico.

Por isso Ribeiro vive dizendo que quem mais causa embaraço o tempo todo à questão da cidadania sempre é o setor público, por incrível que pareça.

Não tem gênio nessa coisa, tem o óbvio, caindo como luva a máxima do Millor Fernandes segundo a qual “gênio é aquele que descobre o óbvio...”.

Uma cidade com quase 200 mil habitantes em 2007 não poderia ser tocada ao vai da valsa, isso acabou. Para Ribeiro, a cientificidade na administração pública é questão fundamental.

(...) José Elias lá nos idos de 1977 teve insight, apontando o rumo na medida em que ele trouxe Jaime Lerner para estudar a cidade, um feito extraordinário porque mudou a estrutura administrativa. Ele criou um staff e recorreu a profissionais competentes na universidade e outras instituições de reputação. Na administração dele se conseguiu muitos avanços científicos. A questão do Iplan vem caminhando nesse rastro de uma nova visão administrativa para o Município e isso começou a apontar caminhos de acordo com as mudanças normalmente ocorridas no decorrer do tempo. Ou alguém acha que as coisas no Mundo permanecem estáticas? (...).¹¹⁶

Quando Luiz Carlos montou o Iplan não havia salas, móveis, computadores, o telhado tinha goteiras... O pequeno grupo reunido

¹¹⁶ RIBEIRO, L. C. 2007

inicialmente saiu catando objetos usados e a coisa foi crescendo, embora o trabalho fosse como trocar pneu com o carro andando porque o instituto estava sendo equipado e exigia-se o trabalho com resultados.

Nos arquivos da prefeitura existiam poucos mapas, alguns deles, as aerofotogrametrias feitas em 1994 na gestão do “seu” Humberto - aliás, um bom serviço, parte disso estava digitalizado - permaneciam trancados a sete chaves e o servidor era zeloso ao extremo, porém, sem compreender o espírito de patrimônio público. Negava o acesso até mesmo para o diretor do Iplan. Luiz Carlos não titubeou. Arrombou o arquivo e advertiu o barnabé que quem mandava naqueles documentos era ele a partir daquele momento...

(...) Havia notas do pagamento daqueles serviços, então os mapas pertenciam ao cidadão e à prefeitura e não ao dito cujo servidor tacanho. Inacreditavelmente, não raramente, negavam cópias desses mapas a pessoas que as procuravam, como se fossem documentos mantidos sob segredo de Justiça. O cidadão tem o direito de saber sobre a cidade onde ele mora, mas um conceito burro mantinha esses arquivos fechados em quatro paredes! (...).¹¹⁷

O diretor do Iplan impôs seu estilo de democratizar o Poder, sem deixar bagunçar a coisa, pois democracia pressupõe, antes de nada, regra.

O Iplan foi sendo montado e os setores divididos em divisórias de vidros para que o chefe observasse quem estava trabalhando e quem cometia o desatino de exercitar o ócio no expediente.

O instituto foi estruturado com os melhores computadores da época, tendo uma sala de cartografia, e quando Luiz Carlos deixou-o havia um vasto e importante banco de dados. Todo o Município foi mapeado, distritos, a cidade inteira e esse material foi todo digitalizado e disponibilizado ao público, à pesquisa, aos cientistas, aos técnicos, aos políticos, enfim, acesso irrestrito.

O instituto tinha no seu organograma um diretor-presidente e abaixo disso os conselhos consultivos, do meio ambiente, do

¹¹⁷ RIBEIRO, L. C. 2007

desenvolvimento urbano, e dois conselhos deliberativos, de finanças do instituto e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, e três superintendências: cartografia, meio ambiente, projetos e urbanismo. O setor de cartografia com a função de subsidiar as outras duas superintendências.

O Iplan prestou inúmeros trabalhos, pensou e idealizou dezenas de projetos e não se intimidou e nem se acanhou. Pensou grande. Criou pela primeira vez o sistema municipal de licenciamento ambiental, um passo importante visando o monitoramento e o gerenciamento do patrimônio natural do Município. Para isso peitou uma briga homérica com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado transformada em um mero órgão arrecadador que não queria de maneira alguma perder a boquinha.

O prefeito se intimidou com o embate porque não desejava se indispor politicamente com o Governo (do PT), mas Luiz Carlos partiu para a briga rebelando-se ao comportamento de obedecer cegamente à elite governamental da Capital. Sob o argumento que o Município tem autonomia e é um ente federativo, é o Poder Local, iniciou os procedimentos culminando na Lei Verde (Lei Complementar nº 055), o grande documento ambiental cujo conteúdo, no decorrer do tempo, precisa ser aperfeiçoado, obviamente, sem abdicar do princípio básico: gerenciamento e monitoramento do patrimônio natural pertencente ao Município.

Com isso, coube ao Iplan os direitos de cobrar as próprias taxas que antes eram depositadas no caixa do Estado, e o dinheiro arrecadado em Dourados agora é destinado ao Fundo Municipal Ambiental. Assumiu para si também o poder de polícia para coibir e punir crimes ambientais sem depender do Estado. O valor da taxa para licenças ambientais foi reduzido em 50% do valor cobrado pelo Estado e passou a ser emitido com rapidez, pois, até então era preciso a vinda de técnicos do Estado, de Campo Grande, para fazer a inspeção.

(...) As agressões ambientais em Dourados eram grandes, como de resto é em todo o Estado e era preciso frear esse desastre. O Governo do Estado não tem capacidade para fazer isso e sua ação é tímida. A

pasta sempre existiu, desde a instalação do Estado em 1979, mas basta ver o passivo ambiental por aí fora... Em alguns casos a Sema acabou é legalizando crimes ambientais, isso é público e notório (...)¹¹⁸

O Iplan fez um convênio com a Guarda Municipal para agregar alguns homens a serem devidamente treinados para a nova função de patrulha ambiental e ao analisar o currículo da turma Luiz percebeu que havia na corporação biólogos e geógrafos. Ele requisitou justamente esses e aí o patrulhamento prosperou uma maravilha, mesmo porque eles podiam andar armados, ganharam motos e um fardamento diferenciado.

Logo ao assumir, pôs em prática duas propostas simbólicas, mas de valor inquestionável: mandou sinalizar todas as áreas ambientais da cidade com o Marco Verde - três pedaços de eucalipto na forma de uma pirâmide, que fincados ao chão têm uma altura superior a 2,50m e diâmetro de até 2,80 com uma chapa galvanizada contendo a frase “Área de Preservação Ambiental” e o número das leis específicas; criou o troféu com o mesmo enunciado Marco Verde reconhecendo o trabalho de personalidades e empresas locais que voluntariamente se destacaram com alguma ação ecológica em nível local.

Ambas as iniciativas tiveram repercussão positiva e melhoraram a auto-estima e a consciência ambiental.

A sinalização visou evitar ocupações de áreas permanentes de preservação e representou uma linguagem estética de princípio de adoção de uma política ambiental no Município.

O Troféu Marco Verde, instituído por decreto, destinou-se a destacar trabalhos ou ações em grupo, individuais ou de instituições nas áreas educacional, industrial, rural, governamental, parlamentar, jurídica, literária, jornalística, artes plásticas, música, dança, arquitetura, engenharia, agronomia, enfim.

Esses trabalhos eram pesquisados pelo instituto e inscritos pelo Iplan pelos próprios interessados ou por intermédio de terceiros. As indicações passavam pelo crivo do Conselho Municipal do Meio Ambiente. O homenageado recebia um troféu que era uma miniatura

¹¹⁸ RIBEIRO, L. C. 2007

de 30 centímetros do Marco Verde e um certificado, além do trabalho ou ação do laureado ser exposto em vídeo no dia da solenidade de entrega. As inscrições eram sempre feitas em abril e a entrega acontecia no Dia do Meio Ambiente.

De imediato foram instalados 55 Marcos Verde e dezenas de homenagens foram feitas.

Depois da saída do Ribeiro, nenhum outro Marco Verde foi instalado no Município, e os que foram implantados na gestão de Ribeiro hoje estão corroídos pelas intempéries, desbotados, ilegíveis e outros danificados por vândalos. Segundo Luiz Carlos, a etapa a seguir seria a implantação desses Marcos no interior do Município junto aos córregos que cortassem as estradas.

O tempo de permanência de Luiz no Iplan foi um sopro, deu para se fazer muita coisa, mas é verdade que tantas outras faltaram.

O Plano Diretor finalmente foi concebido, resultado de um ano e pouco de trabalho, quando quase ninguém no Estado sabia exatamente o que era isso. Tendo por base o Estatuto das Cidades, recém aprovado no Congresso Nacional em 2001, técnicos do Iplan foram buscar experiências e aprender em Brasília e São Paulo como isso deveria ser feito, formando uma equipe com capacidade de administrar tecnicamente a coisa porque da diretriz política cuidava o Luiz. Não importava se fulano era deste ou daquele partido ou de nenhum, bastava ser um bom técnico, ter vocação, dedicação e prestar serviço.

Um projeto marcante foi o Eco Ponto cuja função era recolher as carcaças de pneus velhos da cidade que quando queimadas poluem o ar, exalam gás tóxico, e muitos eram jogados inadvertidamente, por desconhecimento por parte das pessoas na maioria das vezes, em terrenos baldios, ruas, fundos de vale, córregos ou então depositados no lixo comum. É o primeiro do Centro-Oeste, com Dourados saindo na frente da Capital Campo Grande e de Goiânia. Tiraram-se toneladas de pneus a partir de um convênio com a Associação Nacional das Indústrias de Pneumáticos (Anip) por exigência até da Resolução nº 258 do Conselho Nacional do Meio Ambiente obrigando as indústrias a se preocuparem com o destino dos seus produtos.

Para cada cinco pneus fabricados, inicialmente a indústria tinha que eliminar um, e essa exigência é progressiva até chegar ao ponto de que

todos os produzidos devam ser reaproveitados. A Região Centro-Oeste está sob a responsabilidade da Pirelli, Michelin, Firestone e Goodyear.

Com a parceria entre a Anip e o Iplan, a prefeitura fazia a coleta e o armazenamento e as empresas custeavam o frete até Jundiaí (SP), onde as carcaças são picotadas e usadas como combustível na indústria de cimentos, em fornos próprios dotados de filtragem antipoluentes. Os borracheiros é que são obrigados a destinar os pneus velhos ao Eco-Ponto. Esse material pode ser também transformado em tapetes de automóveis ou pavimento de asfalto e, como combustível de alto forno, cada unidade contém a energia de 9,4 litros de petróleo. O pneu inservível demora muito tempo para se degradar na natureza.

De acordo com dados da Anip referentes ao ano de 2002, eram colocados no mercado aproximadamente 61 milhões de pneus por ano, e 50% eram descartados ou colocados em locais inapropriados.

De agosto de 2002 até meados de março de 2003, em sete meses apenas, foram recolhidas pelo Eco-Ponto de Dourados cerca de 350 toneladas de pneus da cidade.

Em que pese todo o trabalho de formação, o grupo de trabalho do Iplan se dispersou quando Luiz deixou a direção.

Quanto ao lixo, antecipando os estudos para o Aterro Sanitário – Dourados também foi a primeira cidade do Estado a fazer a destinação correta de resíduos – o instituto promoveu o seminário “Lixo e Cidadania”, fez o diagnóstico e a análise do lixo de toda a cidade, inclusive do resíduo hospitalar, e os técnicos visitaram dez aterros no Brasil existentes em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

Todo esse trabalho, sob a direção de Luiz Carlos, foi realizado com a contratação pelo instituto de técnicos de várias áreas, biólogos, geógrafos, engenheiros sanitaristas, entre outros e culminou no projeto do Aterro Sanitário, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), na Audiência Pública para implantação do aterro, no Licenciamento Ambiental e na compra do terreno para a implantação do aterro.

Em 2003 a população, superior a 150 mil habitantes, produzia diariamente 94 toneladas de lixo, mais de 80% reaproveitável, entre matéria orgânica para compostagem em adubo e material reciclável.

Foi elaborado, nesse período, o projeto de coleta seletiva e reciclagem chamado “Amigo da Cidade, Recolhe Recicla”. Em 2007 há

uma organização diferenciada extinguindo a denominação pejorativa de catadores de papéis para agentes ecológicos com uma unidade de processamento de material reciclável instalada e administrada pela associação desses agentes.

Nesse particular Ribeiro não tem poupado críticas à forma como o sistema vem sendo tocado pela prefeitura, a partir de uma visão equivocada, assistencialista e de maneira extremamente amadora de tal sorte que se recolhe algo em torno de 2% do material reciclável quando a produção desse material é de quase 25%, equivalendo, aproximadamente, a 25 toneladas/dia e tem apenas e tão somente oito agentes cadastrados.

No final de dois anos, em termos de documentação acumulada no Iplan, já havia pelo menos 100 CDs e se fazia a plotagem de 180 mapas por mês, além de a base geográfica ter sido atualizada. Todos os projetos da prefeitura de construção civil passavam pelo instituto. Equipamentos foram deixados incluindo duas máquinas do tipo Plotter avaliadas entre R\$ 50 e R\$ 60 mil cada uma, computadores com programas os mais diversos, inclusive do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre outras.

O instituto editou um CD com todas as informações geográficas, contendo mapas informatizados mostrando desde uma rede de esgoto a uma das 600 fazendas na zona rural. É o CD “Rom Dourados-Geo” 2002, ferramenta de indiscutível valor para consultas, estudos e pesquisas em diferentes áreas, tendo como ponto de partida o levantamento aerofotogramétrico realizado lá em 1994. O sistema é criptografado impedindo a reprodução em cópias piratas. Cada um era vendido a R\$ 70. Contém 15 mapas temáticos, mostrando estradas rurais, estaduais e federais dentro da área do Município, pontos notáveis (escolas, creches, praças, enfim), rios, córregos e uma dezena de outros dados que antes não existiam em papel e, portanto, não estavam reunidos em documento magnético, informações a partir de fotos aéreas tiradas pelo satélite norte-americano “Landsat VII”.

Já em 2001, a partir de toda a documentação cartográfica elaborada e em andamento o Iplan traça as diretrizes para a elaboração do Plano Diretor, sob a seguinte apresentação:

(...) Nesta virada de século, diante do acelerado processo de concentração populacional nos centros urbanos, as cidades necessitam ser repensadas. Para além dos problemas cotidianos, temos de refletir, ainda, sobre o nosso futuro. Não somos viajantes solitários. Vivendo nas cidades, temos que a cada dia reinventar nossa existência. A implantação de um Plano Diretor se insere como um ordenamento jurídico que estabelece diretrizes, normas, parâmetros e critérios para a Administração Municipal. Concebido democraticamente, o Plano Diretor é uma lei que terá como produto uma estrutura organizacional capaz de estabelecer uma permanente associação entre o Poder Público e o cidadão na definição da política de ocupação do solo urbano e rural, rumo a um futuro desejado (...).¹¹⁹

O Plano Diretor tem por pressuposto apontar o rumo da cidade, reúne um conjunto de leis que rege a cidade de agora em diante. Sua elaboração não passa unicamente pelas mãos de técnicos, mas sim por uma discussão extremamente complexa e democrática.

As discussões foram iniciadas em 31 de março de 2003 quando Ribeiro apresentou a minuta a secretários e superintendentes da prefeitura, antes de levar o assunto para a sociedade, depois de dois anos para se levantar o inventário municipal.

Não se tratava de um projeto de governo ou imposição, muito pelo contrário, mas da adoção de uma política de Estado na condução da ocupação do solo urbano e rural de Dourados. Além de ouvir os políticos e a sociedade, em Dourados foram promovidas 26 audiências públicas, momentos em que se escutava de tudo, desde boas idéias a xingamentos aleatórios e elogios. Mas como a prática da democracia é recente no Brasil, Luiz conta que não teve medo de botar cara a tapa, mesmo porque uma vez no Poder deveria estar preparado para isso, pois ele era mais um empregado da sociedade.

Mas o interlocutor tinha que ter bons argumentos.

A cidade apresenta um acelerado processo de concentração populacional e, portanto, precisava ser repensada de forma conjunta,

¹¹⁹ Apresentação do Plano Diretor de Dourados. 2001

com reflexões para além dos problemas do cotidiano e com enfoque para o futuro. A meta básica seria estabelecer um comprometimento entre o cidadão e a prefeitura na definição de uma política de ocupação do solo urbano e rural permanente.

O “Plano Diretor - Futuro Desejado” prevê o planejamento da cidade por 20 anos, prevendo inclusive o Código Tributário Municipal, Código de Obras, Lei de Uso do Solo, Código de Posturas, entre outros. Houve a preocupação também de se estabelecer os locais de interesse cultural, turístico, industrial, habitacional, de preservação ambiental. Dois exemplos clássicos da ocupação desordenada tratados no Plano Diretor, por exemplo, foram: Vila Cachoeirinha, em fundo de vale, e Vila dos Coqueiros, também em área de risco de alagamentos, além das sítios, loteamentos em volta da cidade fora do perímetro urbano.

A Vila Cachoeirinha, loteamento público social, para se ter uma idéia do prejuízo causado ao erário público, precisou de R\$ 6 milhões previstos como parte do Projeto Habitar Brasil para a remoção de 400 famílias que estavam na área de risco mais crítica, sob constantes alagamentos. Mesmo assim não se resolveu todo o problema, parte apenas.

Na fase de anteprojeto de Lei o Plano Diretor, depois de discutido com toda a sociedade, teve 101 artigos e 25 anexos (mapas), passando a ser um novo instrumento jurídico, político e tributário na condução da ocupação do solo urbano e rural de Dourados. Não se pode atribuir, a bem da verdade, como um projeto unicamente do Iplan, mas de toda a cidade e principalmente da cidadania. Houve vontade política, empenho, inteligência e competência técnica de toda uma equipe na condução do processo.



Em 7 de Abril de 2003, o Iplan concluiu e apresentou ao prefeito e à sociedade o projeto cicloviário “Pedalar” que segundo Luiz Carlos Ribeiro, em matéria publicada no Jornal “O Progresso”:

(...) a definição do projeto cicloviário é fruto de um minucioso trabalho de pesquisa do fluxo de ciclistas na malha viária, bem como o mapeamento das vias que receberão as ciclofaixas (faixas cicloviárias), levando em consideração a hierarquização do sistema viário, ou seja, as definições do sistema viário básico, os eixos principais, o secundário, as vias coletoras, residenciais, bem como suas características físicas, como larguras, calçadas, etc (...).

Já fora do Iplan, no início de agosto daquele mesmo ano, 2003, a Prefeitura põe na rua um outro projeto “cicloviário”, esse desenvolvido na Secretaria de Serviços Urbanos, mais especificamente no setor de trânsito, e Ribeiro publica no Jornal *Diário MS* o artigo:

PLANO CICLOVIÁRIO É COISA SÉRIA

Em abril deste ano de 2003 o IPLAN, Instituto de Planejamento e Meio Ambiente, após meses de estudos e mais de ano de levantamentos e mapeamentos da cidade, apresentou ao Senhor Prefeito, e este aos cidadãos douradenses, o Plano Cicloviário para Dourados denominado “Projeto Pedalar”.

Vale lembrar que este projeto foi desenvolvido e elaborado por uma habilitada e competente equipe de profissionais da área de urbanismo do IPLAN, cujo Instituto foi criado e implantado nesta gestão para exatamente estudar e planejar, com um mínimo de cientificidade, nossa cidade para o futuro em contraponto aos empirismos até então existentes.

O projeto elaborado e apresentado pelo IPLAN, como foi dito à época, estabelece uma “teia” de ciclofaixas a partir de estudos de casos, onde considera, dentre outros, as larguras das vias de tráfego e das calçadas nestas vias, as linhas de ônibus, o tipo de tráfego nas vias, o tipo da via, ou seja, se eixo principal, secundário, coletora, local, etc.

Em que pese o conhecimento público do projeto, esta semana fomos surpreendidos com a divulgação estapafúrdia da intenção da Prefeitura em implantar “ciclofaixas” em ruas que por razões técnicas diversas nunca constaram daquele projeto, como Eulália Pires, Monte Alegre e Mato

Grosso. No caso específico da Rua Monte Alegre é impraticável uma “ciclofaixa bidirecional” (mão dupla) de 2,50 metros de largura (medida mínima) devido ao tipo de tráfego e largura daquela via, só prá exemplificar um caso.

O caso em questão revela, mais uma vez, e agora publicamente e de forma prática, o que de há muito vínhamos denunciado: o paralelismo de ações administrativas.

Trata-se da nefasta prática da duplicidade de ações levadas a cabo por setores da Administração Municipal em detrimento do erário público, da cidade e dos cidadãos, no caso, vindo de dentro da Secretaria de Serviços Urbanos – SEMSUR, além é claro, do desrespeito ao exercício profissional de arquitetos e Urbanistas que hoje compõem a qualificada equipe do IPLAN.

Sem sombra de dúvida, trata-se de uma tentativa de se restabelecer o amadorismo, ou ainda o empirismo e o improvisado administrativo, cujas razões, neste caso, originam de uma visão hegemónica e do açambarcamento de espaços políticos e administrativos, ainda que não se tenha como é o caso, nem atribuição e menos ainda habilitação para tal.

Já vimos isto antes e seus resultados catastróficos estão aí, como é a Vila Cachoeirinha, Canaã em cima de antigo lixão e até, já que é o caso, ciclovias que nunca foram utilizadas e acabaram por serem abandonadas.



Luiz Carlos lembra o comportamento do amigo e companheiro de lutas ambientalistas, Primo Fioravanti. Assim que Ribeiro assumiu o cargo no Iplan Primo criticou-o no site douradosnews. No dia seguinte estava lá o Ribeiro rebatendo-o e, no final da tarde, tomavam cerveja...

Ribeiro costuma dizer que político tacanho é que tem o costume de processar o crítico por incapacidade de administrar as diferenças de forma democrática.

Quando Luiz foi para o Iplan ele deixou o escritório de arquitetura, não conciliou os dois trabalhos. Primo, seu companheiro, aproveitou a deixa e montou juntamente com o jornalista Clóvis de Oliveira o site no escritório do Ribeiro, usando inclusive os computadores da sala.

Ribeiro lembra que Primo tinha mania de marcar as coisas dele com uma pincelada de tinta spray amarela sob o argumento que se alguém as roubasse havia pelo menos um sinal para identificar. Chegou a pichar inclusive o computador e a impressora do Luiz Carlos. Quando o ecologista morreu o amigo foi ao sepultamento e, pasmo, viu lá na tumba do amigo um xis amarelo, lógico, já previamente marcado...

Era o jeitão de um grande sujeito.

No Iplan ficou um patrimônio grande, mais do que um patrimônio físico e científico, ficou uma idéia, uma metodologia de trabalho, essa é a grande herança para as administrações que se pretendam de fato públicas, modernas e democráticas. Por mais que os sucessores tenham procurado desmobilizar o feito, por razões menores, que vão desde a incompetência, passando pela visão política estreita, indo até a falta de compromisso com o futuro, ainda assim ficou uma idéia mãe difícil de ser apagada, a cientificidade e a transparência democrática na condução da coisa pública.

O instituto era a imagem de modernidade na administração do Tetila. Esse foi o papel do Ribeiro, não teve outra função a não ser a busca pela modernização da administração pública.

Luiz conta que deixou todo um arcabouço para estabelecer um sistema de banco de dados, de comunicação entre as secretarias que pudesse trocar informações entre um e outro setor, conhecido como Sistema Multifinalitário, mas foi impossibilitado por absoluto desentendimento da coisa pública que o administrador invariavelmente tem.

“(...) Cada secretário costuma ver o ambiente da titularidade como se fosse um feudo seu, uma prefeiturinha à parte. É tal de fazer ações paralelas, gastar dinheiro e vela em defunto ruim. É impressionante (...)”.¹²⁰

Para Luiz, a atual administração do PT tem feito isso muito bem, em que pese um dia ter dito o contrário.

Tem uma máxima do Poder Público segundo a qual a posse de determinado conhecimento e arquivo são garantias de emprego. O servidor acha que uma vez sendo mandado embora, os substitutos ficarão desguarnecidos de informações. Há barnabés que são verdadeiros arquivos ambulantes, não colocam no papel o que sabem.

No Iplan era vetada essa prática egoísta e tendenciosa. Tudo deveria ser colocado no papel e os arquivos interligados em rede. Nada

¹²⁰ RIBEIRO, L. C. 2007

de idéia fossilizada, tacanha, burra. Não há outro palavreado para justificar esse comportamento. O servidor tem a obrigação de ser competente e trabalhar, recebe o salário e tchau!

Mas, como vive dizendo o Ribeiro, com uma *administração do tipo R\$ 1,99...* Prometem a mãe para chegar ao Poder e depois não a entregam...

Fazem coligação para chegar lá e depois querem governar é sozinho...

Exemplo típico de falta de compromisso com o futuro é o fato de, apesar do trabalhão para se montar o Plano Diretor e aprová-lo em Lei na Câmara Municipal em dezembro de 2003, nada foi posto em prática até 2007, num claro desrespeito à legalidade, numa clara demonstração de improbidade administrativa.

Um exemplo típico do não cumprimento do Plano Diretor e que diz respeito direto à democratização e à transparência na administração pública é o fato de até 2007 os Conselhos Regionais Urbanos criados para discutir as intervenções urbanas em suas regiões de atuação e o Conselho do Plano Diretor que seria a reunião de um representante de cada Conselho Regional da cidade, nunca haverem sido implantados.

Por conta disso, Ribeiro, em 4 de dezembro de 2007, representou contra a Prefeitura no Ministério Público Estadual e escreveu no Jornal *O Progresso* em 11 de dezembro o artigo:

EU ACUSO

Com a devida “vênia”, apropriado de Émile Zola, no caso Dreyfus, em França de 1896.

“Mon devoir est de parler, je ne veux pas être complice.” (Meu dever é falar, não quero ser cúmplice) Quem quiser ser... Que seja!

No dia 16 de Outubro deste ano de 2007, o Executivo enviou ao Legislativo Municipal de Dourados um Projeto de Lei que altera, muda toda a atual Lei de Uso e Ocupação do Solo, que existe desde 1979 com algumas alterações feitas em 1991.

O tal Projeto de Lei desta vez não muda um ou outro ponto, muda tudo, inclusive conceitos urbanísticos.

Muda nossa relação com a nossa casa, com o nosso morar, nosso trabalhar... Muda nossa relação de nossas vidas com nossa urbe.

Não há exagero algum. Essa Lei vai dizer pra nós cidadãos onde e como podemos morar, onde e como podemos trabalhar, onde e como podemos transitar na cidade, enfim, onde e como podemos viver em nossa cidade. Nossa sim, e não deles que hoje desfrutam transitoriamente de um efêmero poder.

Esse Projeto de Lei, pensado, escrito e embalado em quatro paredes vai nos regradar para as próximas décadas. Vai dizer se posso construir, morar ou trabalhar, aqui, ali ou acolá. E se posso!...Em que condições.

Eu acuso essa Administração de empulhar nossas vidas de cidadãos urbanos de uma regra de mais de 100 páginas, sem que tenhamos um mínimo de conhecimento do que estão nos impondo enquanto Lei.

Um flagrante desrespeito à Lei.

Desrespeito a Lei, porque em 2003, foi votado e aprovado o Plano Diretor de Dourados, isso depois de vinte e seis Audiências Públicas, onde uma intervenção dessa envergadura, na vida da cidade e de seu povo, tem necessária e obrigatoriamente que passar pelo crivo da sociedade, dentro de um Sistema e regras pré-estabelecidos de discussão antes de ser enviado ao Legislativo.

Um desrespeito moral, porque o Executivo manda pra Câmara Municipal um Projeto de Lei dessa complexidade e importância, ao acender das luzes do natal, no apagar das luzes do exercício legislativo.

Eu acuso!

A negação da participação da sociedade na discussão deste Projeto de Lei de acordo com o Plano Diretor, é além de um descumprimento de ordem de GESTÃO JURÍDICA E POLÍTICA da coisa pública, é também o CERCEAMENTO DO DIREITO do cidadão de opinar de forma direta e objetiva na construção de seu “habitat”.



Existe o Conselho do Orçamento Participativo cuja estrutura e metodologia tem ao longo do tempo se mostrando uma piada. As verbas

já chegam para o pseudo-debate definidas e aí os coordenadores apresentam uma ninharia para se discutir...

Ninguém examina e nem é permitida a discussão da verba repassada à Câmara, por exemplo, um valor absurdo na faixa de R\$ 650 mil por mês em 2007, para um parlamento de 12 vereadores.

Criou-se na prefeitura, já logo no início da primeira gestão do PT a Casa dos Conselhos, uma coisa solta, sem maiores funções institucionalizadas, apenas um local onde os conselhos que já existem na estrutura da prefeitura possam se reunir e a partir daí a falácia de democratização e de transparência administrativa, mas a atuação desses conselhos é monitorada o tempo todo de tal sorte que quando o centro do Poder se depara com a crítica, articula para enfraquecê-la ou isolá-la do processo. Esse é um procedimento que se arrasta há décadas e em nada mudou.

É o receio de exercer a democracia, preferem o pau mandado. Em 19 de janeiro de 2008 Ribeiro publicou na mídia local:

NEGANDO CIDADANIA, DESMORALIZANDO A CÂMARA MUNICIPAL

Em meados de dezembro passado, tomando emprestada a frase de Emile Zola, escritor francês (1840 – 1902), “Meu dever é falar, não quero ser cúmplice”, acusei a atual administração municipal de impor à sociedade douradense, de forma ilegal e ilegítima, a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo. Inclusive representei contra a Prefeitura junto ao Ministério Público Estadual.

Afirmo eu que o Executivo descumpria, deliberadamente, o Plano Diretor ao encaminhar um o Projeto de Lei que alterava toda a Lei de Uso do Solo de Dourados, e que fazia isso no “apagar das luzes do exercício legislativo”. E foi exatamente isso que aconteceu.

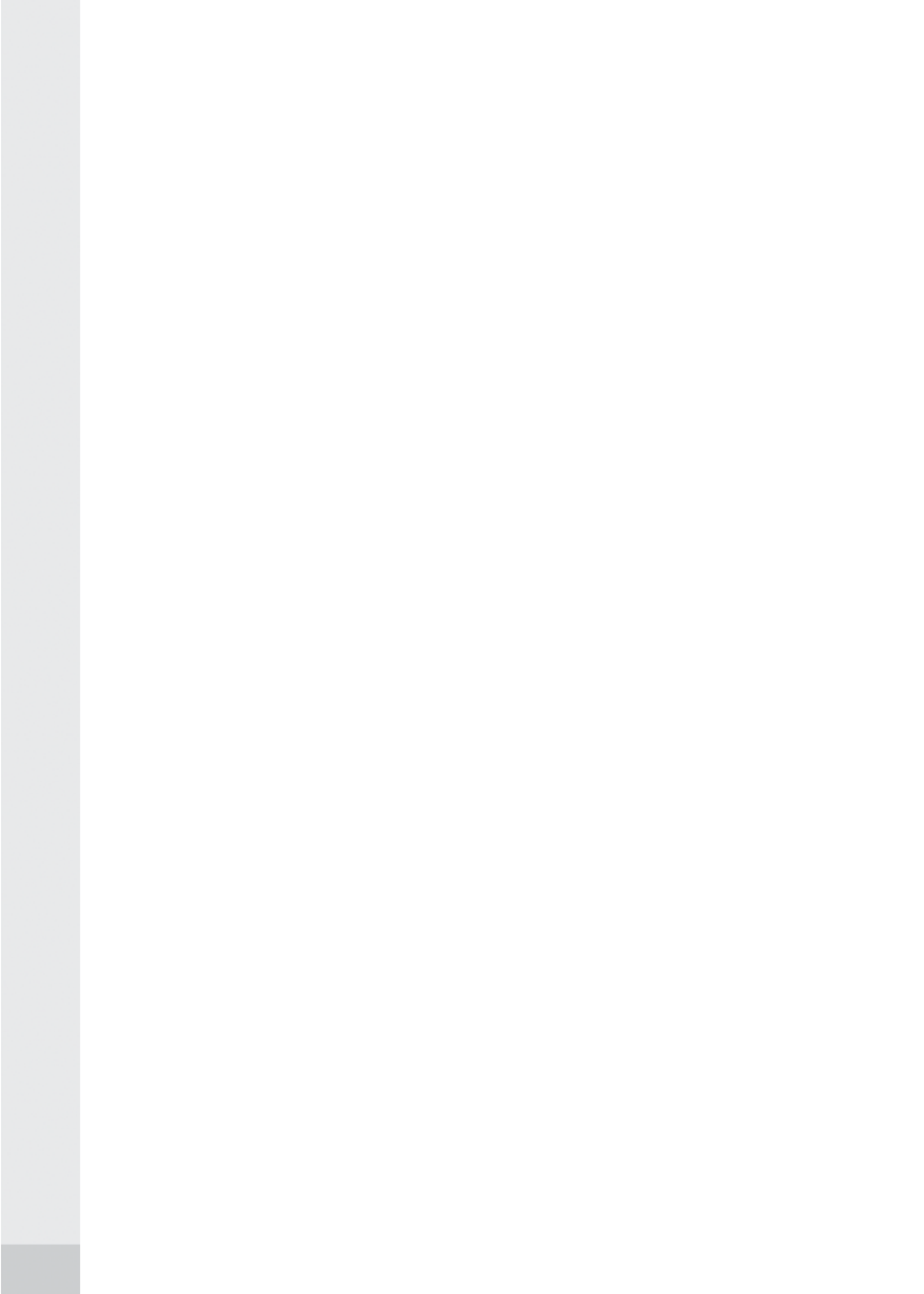
No dia 28 de dezembro passado, em meio às festividades de natal e ano novo, em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, a Câmara Municipal de Dourados, aprovou o tal Projeto de Lei, que agora é Lei, ignorando os trâmites estabelecidos na Lei do Plano Diretor, que essa mesma Câmara um dia aprovou.

Não fui, não sou e não pretendo ser cúmplice dessa coisa, que a sociedade foi vítima. Vítima de ter seu DIREITO cerceado, negado, cassado de opinar de forma direta e objetiva na construção de seu “habitat”, num tácito descumprimento de ordem de GESTÃO JURÍDICA E POLÍTICA da coisa pública.

Esta relação do Executivo com o Parlamento é a “práxis” nacional do PT, como afirmou o Deputado Federal Fernando Gabeira, em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo” em 30 de Dezembro: “...a forma de conduzir a relação com o Parlamento...revela a opção de formar maiorias na base de trocas fisiológicas...”, mais ainda, “...se não é possível o entendimento...procura os que não se importam com as divergências e aceitam participar do governo ou apoiá-los se forem recompensados em suas reivindicações”.

Por similaridade, aqui o Executivo Municipal nega a cidadania, quando não permite o debate organizado da Lei do Uso do Solo, conforme preceitua a Lei do Plano Diretor e desmoraliza o Parlamento, no caso a Câmara Municipal, que atropelada, aceita o jogo, das suas “reivindicações atendidas”.

Por hora fui “vencido”, e parafraseando Darcy Ribeiro, “Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”.



Este livro tem alguns propósitos relevantes.

Um deles é despertar os jovens, principalmente os universitários que estão numa fase bela da vida e transitoriamente avançada entre a escola, o aprendizado profissional e o trabalho, para que não se percam no devaneio do ócio das idéias e entendam que uma sociedade melhor no futuro vai depender muito da participação cidadã e política nas decisões importantes da cidade e do Estado, seja aqui ou em qualquer outro lugar do País ou talvez do próprio Planeta.

Não é preciso se filiar a um partido, embora isso seja um desprendimento notável. Mas exercer a cidadania na sua plenitude, respeitando-se o Estado de Direito, a ética e fazendo com que as demais forças da sociedade a honrem e a cumpram.

Outro detalhe importante: não se pode continuar ignorando a problemática ambiental sob pena da vida da Terra se tornar comprometida antes do que se imagina dada a rapidez da devastação e a ganância do consumismo instalado. Isso pode parecer um bordão publicitário, mas não. É um alerta verdadeiro.

Os governos têm que ser cobrados nesse sentido.

Dourados, pelas suas características, é um lugar abençoado pela Natureza dado a presença de córregos importantes em meio ao panorama urbano, à topografia natural e à dádiva do Aquífero Guarani, mas se não forem criados os parques ambientais a exemplo do Laranja Doce, Rego d'Água (este finalmente, em parte, saindo do papel e se tornando um aprazível lugar graças a luta dos heróicos

ambientalistas no passado), Paragem, entre outros, enfim, coitados das próximas gerações...

A questão da ocupação urbana não deve estar unicamente nas mãos do Poder Público, da elite econômica e muito menos dos oportunistas de plantão. Deve ser discutida sempre. A sociedade tem que ser ouvida, palpitar e prevalecer o seu querer, desde que se respeite à ciência, o bom senso e a Lei.

Já há exemplos claros do braço econômico sobrepondo o interesse coletivo como foi citado neste livro e a prevalecer essa tendência à vivência urbana se tornará crítica, difícil, caótica mesmo.

Os conceitos, informações e apreciações contidas nesta obra têm fundamentação em gravações feitas com o Luiz Carlos Ribeiro, jornais, documentos, livros e, portanto, supera a versão de ser um monólogo dado a pluralidade de pensamentos paralelos que ajudam a sustentar o perfil crítico do ensaio.

Esta é uma obra inacabada, podendo ser retomada a qualquer momento, mesmo porque há um universo a ser explorado nas áreas abordadas neste trabalho.

A escrita foi concluída em outubro de 2007 e de lá para cá a tarefa esteve concentrado nas revisões, ajustes, formatação, design e edição final.

É um livro que não conta com patrocínio oficial e de nenhuma ONG.

Luís Carlos Luciano, abril 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- BARUFFI, Helder. *Metodologia da Pesquisa. Manual para Elaboração da Monografia*. 3. ed. Gráfica Seriemá. Dourados. 2002.
- BRÍGIDO, Ibanhes. *Ética na Política: Entre o Sonho e a Realidade*. Gráfica e Editora Dinâmica. Dourados. 2002.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro. Tradução de Leandro Konder. Civilização Brasileira. 1978.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra S/A. 1988.
- GRUPO LITERÁRIO ARANDU. *Poetas Dourados*. 1ª ed. 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. São Paulo. Editora Vozes Ltda. 1978.

Fontes de pesquisa

- Arquivo do Diretório Municipal do PPS
- Arquivo pessoal de Luiz Carlos Ribeiro
- HORA, Walter Ribeiro e RIBEIRO, Luiz Carlos. Dossiê *Anatomia de um Crime de Responsabilidade Administrativa Ambiental*. Out. 2003.
- RIBEIRO, Geraldo. *Entrevista gravada 12 maio 2007*.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. *Entrevistas gravadas em diferentes datas de 2007*.
- SILVA, Ivo Campos da. *O PCB em Dourados (1978-1985)*. Monografia (Conclusão de Curso de Especialização em História). CEUD/UFMS. Dourados. 2000.

Jornais

- Jornal *Correio do Estado*. Campo Grande (MS). Edição de 2003.
- Jornal *Diário do Povo*. Dourados (MS). Edições de 1995, 1996, 1997 e 1999.
- Jornal *Diário MS*. Dourados (MS). Edição de 2003.
- Jornal *Gazeta Popular*. Dourados (MS). Edição de 1998.
- Jornal *O Progresso*. Dourados (MS). Edições de 1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2003, 2005 e 2007.

Sites

- www.douradosagora.com.br
- www.douradosinforma.com.br
- www.douradosnews.com.br

